

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FAZER-SE ELITE EM SANTA MARIA – RS: OS
IMIGRANTES ALEMÃES ENTRE ESTRATÉGIAS
POLÍTICAS E SOCIAIS – 1830/1891**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fabício Rigo Nicoloso

**SANTA MARIA, RS, BRASIL
2013**

**FAZER-SE ELITE EM SANTA MARIA – RS: OS IMIGRANTES
ALEMÃES ENTRE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E SOCIAIS –
1830/1891**

Fabício Rigo Nicoloso

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Poder e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**FAZER-SE ELITE EM SANTA MARIA – RS: OS IMIGRANTES
ALEMÃES ENTRE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E SOCIAIS –
1830/1891**

elaborada por
Fabício Rigo Nicoloso

como requisito parcial para a obtenção do Grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA

Jorge Luiz da Cunha, Dr.
(Presidente/Orientador)

Marcos Antônio Witt, Dr.

Vítor Otávio Fernandes Biasoli, Dr.

Beatriz Teixeira Weber, Dr.

Santa Maria, 22 de fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

A realização desta Dissertação não teria sido possível sem o apoio da minha família, meus pais, sobrinhas e irmã, estas são as pessoas mais especiais de minha vida.

Guiando-me por um dos postulados da micro-história italiana, segundo o qual o conceito “família” é ampliado, extrapolando os muros do lar e, até mesmo, dos laços consanguíneos, faço um agradecimento em especial ao meu orientador e amigo, Professor Jorge Luiz da Cunha, por ter estado ao meu lado durante estes dois anos de Mestrado, apoiando minhas pesquisas, acreditando em meu trabalho e, sobretudo, incentivando a minha paixão pela História, em especial os temas relacionados à imigração alemã no Rio Grande do Sul. Foi através do “Professor Jorge”, como o conhecemos entre os colegas, que tive o privilégio de me integrar ao grupo de pesquisas “Povo de Clio”, vinculado ao Centro de Educação da UFSM, entrando em contato com pessoas especiais, colegas, verdadeiros amigos. Agradeço a todos os colegas do “povo” pelos conselhos, estudos e momentos de amizade e confraternização que tornaram meu caminho mais agradável. Aos colegas da História o meu muito obrigado por este período em que rimos e nos apoiamos, construindo saber e evoluindo enquanto historiadores. A estes, já os considero parte da minha família.

Ao Professor André Átila Fertig, que orientou minha monografia de especialização e me incentivou a participar do processo seletivo realizado no mês de fevereiro de 2011, tendo sido o início do caminho que resultou neste trabalho. Agradeço, também, aos professores Marcos Antônio Witt, Vítor Otávio Fernandes Biasoli e Beatriz Teixeira Weber por terem aceitado compor a banca de defesa desta dissertação, vindo a contribuir com meu crescimento enquanto pesquisador.

“Vivemos hoje novas formas de vida, novos regimes precisam criar identidades que se adaptem a eles. Daí que é comum hoje governos e meios de comunicação inventarem um passado. Como dizia George Orwell, estamos em uma idade em que o presente controla o passado. Altera-se a História para servir aos interesses de alguns poucos grupos. Cito o exemplo da Índia e da Itália, cujas histórias estão sendo adaptadas aos sistemas de governos atuais. É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas.”

(Eric Hobsbawm)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Questionário biográfico.....	25
QUADRO 2 - Relação nominal dos vereadores, juízes de paz e seus imediatos, eleitos para o quadriênio de 1887 a 1890, no município de Santa Maria da Bocca do Monte.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ano de nascimento dos “patriarcas” (1801-1835).....	63
Tabela 2 – Locais de origem da 1ª geração (1830-1862) %.....	65
Tabela 3 – Estado civil dos “patriarcas” por faixa etária (30 aos 40 anos) %.....	69
Tabela 4 – Ocupações profissionais exercidas no período (1830-1862) por ofício (%).....	85
Tabela 5 - Locais de origem dos herdeiros (1830-1858) %.....	102
Tabela 6 – Situação conjugal dos herdeiros entre 20 e 40 anos %.....	103
Tabela 7: Ocupações profissionais exercidas no período (1850-1890) (%).....	112
Tabela 8: Bens e fortuna de doze sujeitos do grupo (1854-1903).....	122
Tabela 9: Atuação na Câmara de Vereadores por número de gestões (1858-1889).....	138
Tabela 10 – Renda anual dos Vereadores das duas gerações (1858-1889).....	149
Tabela 11 – Vinculação religiosa dos vereadores.....	151
Tabela 12: Atuação dos herdeiros na Câmara e/ou Intendência Municipal (1858-1900).....	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação profissional da 1ª geração por categorias (%).....	90
Gráfico 2 – Rede de relações dos “patriarcas” a partir de Pedro Cassel.....	94
Gráfico 3 – Redes de relações do gráfico 2 sem Pedro Cassel.....	96
Gráfico 4 – Análise comparativa dos perfis profissionais da 1ª e 2ª gerações (1830-1890).....	117
Gráfico 5 – Análise comparativa da atuação política na Câmara de Vereadores dos patriarcas e herdeiros (1858-1889).....	140

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Esquema genealógico do Coronel João Niederauer Sobrinho.....	75
Esquema 2 - Batizados e outros vínculos familiares envolvendo o casal Pedro Cassel e Maria Christina Cassel.....	78
Esquema 3 - Vínculos de parentesco unindo as famílias Cassel, Weinmann e Haag.....	80
Esquema 4 - Vínculos familiares e de negócios entre as famílias Niederauer, Höehr e Scherer.....	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização geográfica de Santa Maria no mapa do Rio Grande do Sul no ano de 1900.....	32
Mapa 2 – Caminhos percorridos pelas famílias “alemãs” de Santa Maria.....	62

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Terras pertencentes à família Niederauer.....	47
Imagem 2 - Reino da Baviera e Grão-ducado de Hessen-Darmstadt.....	68
Imagem 3 - Casal João Niederauer e Margaretha Niederauer.....	73
Imagem 4 – Busto de Pedro Cassel.....	77
Imagem 5 – Busto do imigrante alemão João Appel.....	133
Imagem 6 – Sogro e genro: Cel. José Alves Valença e Maximiano José Appel.....	145
Imagem 7 – O farmacêutico João Daudt Filho.....	147
Imagem 8 – Capitão Henrique Pedro Scherer.....	165
Imagem 9 – Coronel João Niederauer Sobrinho.....	166

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

FAZER-SE ELITE EM SANTA MARIA – RS: OS IMIGRANTES ALEMÃES ENTRE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E SOCIAIS – 1830/1891

Autor: Fabrício Rigo Nicoloso

Orientador: Jorge Luiz da Cunha

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de fevereiro de 2013.

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de inserção social e política de famílias de origem alemã na sociedade santa-mariense durante o Império e momentos iniciais da República, abrangendo um período de aproximadamente 60 anos, da chegada das primeiras famílias de imigrantes alemães à Santa Maria por volta de 1830, até a proclamação da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891. Através de uma diálogo com a micro-história italiana e fazendo uso de ferramentas metodológicas da prosopografia, iremos traçar o perfil coletivo de 47 “alemães” da elite de Santa Maria, pertencentes a 16 famílias locais, reconstruindo as trajetórias individuais e coletivas de alguns daqueles sujeitos, numa análise verticalizada, rastreando suas estratégias de inserção social, como vínculos familiares e de negócios, redes de relações e compadrios, as atividades econômicas que desempenhavam e a atuação na política local. Neste exercício metodológico, elaboraremos um questionário biográfico, com questões que serão aplicadas de forma padronizada à documentação e bibliografia referente a cada personagem do grupo delimitado, constituindo o banco de dados que guiará nossa análise.

Palavras-chave: Santa Maria, alemães, elite.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

FAZER-SE ELITE EM SANTA MARIA – RS: OS IMIGRANTES ALEMÃES ENTRE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E SOCIAIS – 1830/1891

Autor: Fabrício Rigo Nicoloso

Orientador: Jorge Luiz da Cunha

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de fevereiro de 2013.

This work has for objective to comprehend the process of social and political insertion of german families in Santa Maria's society during the Empire and the first moments of Republic, covering a period about 60 years, since the first families of German immigrants had coming to Santa Maria around 1830, until the proclamation of the Constitution Riograndense July 14, 1891 . Through a dialog with the italian micro-history and utilising the methodology called prosopography, we will reconstruct the collective profile of 47 "germans" from Santa Maria's elite, belonging 16 local families, remaking the individual and collectives trajectories of some characters, in a vertical analysis, tracking their strategies for social inclusion, such as family ties and business, networks relationships, the economic activities that they developed and their performances in local politics. In this metodological exercise, we will elaborate a biographical questionnaire, with questions that will be apply in a standardized way for the documentation and bibliography about one each of characters from delimited group, constituting the database to guide our analysis.

Keywords: Santa Maria, "germans", elite.

SUMÁRIO

1 – A INSERÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS IMIGRANTES ALEMÃES EM SANTA MARIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	16
2 – MIRANDO O CENÁRIO: A SANTA MARIA DOS TEMPOS DO IMPERADOR.....	32
2. 1 – Santa Maria da Boca do Monte em retrospectiva: de Curato da Paróquia de Cachoeira à cidade emancipada (1828 – 1889).....	33
2. 1. 1 – A tentativa frustrada de implantação da colônia alemã na serra de São Martinho.....	43
2. 1. 2 – Santa Maria nas três últimas décadas do regime Imperial.....	46
3 - UMA ELITE ALEMÃ EM SANTA MARIA: JOGANDO COM ESCALAS.....	52
3. 1. – Costurando caminhos: o perfil dos “patriarcas”	55
3. 1. 1 – Compreendendo o contexto da imigração com alemães para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX.....	59
3. 1. 2 – Ano de nascimento e local de origem.....	63
3. 1. 3 – Os vínculos matrimoniais como uma estratégia familiar de inserção social.....	68
3. 1. 4 – Aproximando a lupa do universo das famílias Niederuaer, Cassel e Appel: relações de compadrio e vínculos matrimoniais.....	72
3. 1. 5 – Ocupações profissionais da 1ª geração.....	82
3. 1. 6 – Família e negócios: as redes de relações dos patriarcas.....	90
3. 2 – Reforçando laços e/ou construindo novos vínculos? O perfil dos herdeiros.....	97
3. 2. 1 – Dados gerais: ano/local de nascimento e situação conjugal.....	100
3. 2. 2 – Dando seguimento às estratégias: vínculos matrimoniais e relações de compadrio.....	104
3. 2. 3 – Perfil profissional da 2ª geração.....	112
3. 3 – Encontro de gerações: fortunas, atuação política, carreira nas armas e perfil religioso.....	120
3. 3. 1 – Fortuna familiar e poder econômico.....	120
3. 3. 2 – Comerciante, proprietário e senhor de escravos: a trajetória de João Appel como link entre o mundo imigrante e a escravidão.....	128
3. 3. 3 – O perfil político das duas gerações: a Câmara de Vereadores como teatro do social.....	137
4 – ESCÂNDALOS POLÍTICOS EM SANTA MARIA NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA: AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS DO CORONEL MARTINS HÖEHR COMO UM ESTUDO DE CASO.....	156
4. 1 – Um atentado, um crime e um Coronel “alemão” como mandante: a narrativa dos fatos.....	158
4. 2 – Fugindo da justiça: as redes de contatos do Coronel.....	164
4. 3 – Últimos suspiros.....	172
CONCLUSÃO.....	175
FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS.....	179
SITES DE REFERÊNCIA NA INTERNET.....	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182

1 – A INSERÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS IMIGRANTES ALEMÃES EM SANTA MARIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Falaremos de família no sentido de grupos não-co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime, como cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social, mesmo no contexto de uma pequena aldeia [...]. A sua base era a procura de segurança, na qual a conservação de um status era a sua transmissão de geração em geração. (LEVI, 2000, pp. 98-99).

Esta passagem do livro “A herança imaterial” de Giovanni Levi (2000) representa a interpretação do micro-cosmo social do vilarejo de Santena, “um minúsculo fragmento de Piemonte do século XVII” (Ibid., p. 17). Fazendo uso do aparato técnico-conceitual da micro-história italiana, através da análise das estratégias familiares, das redes de poder, dos vínculos de compadrio e da transmissão da herança material e imaterial, objetivamos compreender o processo de inserção social e política de famílias de origem alemã¹ na sociedade santamariense durante o Império e momentos iniciais da República, abrangendo um período de aproximadamente 60 anos, da chegada das primeiras famílias de imigrantes alemães à Santa Maria por volta de 1830, até a proclamação da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, que ficou conhecida na historiografia como Constituição Castilhistas. Tendo a análise micro-histórica como guia para nossas reflexões, optamos por centrar nosso enfoque nas estratégias sociais de imigrantes e descendentes de alemães que passaram a compor os círculos da elite local, levando em consideração que os meios urbano e rural estavam estreitamente interligados na economia da Santa Maria do regime imperial, que tinha na agricultura, pecuária, comércio e, posteriormente, nas atividades resultantes da implantação da ferrovia na década de 1880, suas principais atividades econômicas. Nossa atenção, nesta pesquisa, estará voltada para os ambientes de

¹ Utilizaremos o termo alemães quando nos referirmos aos diferentes grupos culturais que imigraram de regiões que hoje correspondem ao território de Estado Alemão para o Império do Brasil, durante as três primeiras etapas da imigração alemã para o Rio Grande do Sul no século XIX (CUNHA, 1991). Isto tendo em conta que o Rio Grande recebeu levas migratórias principalmente da região do Hunsrück e do Reino da Prússia, mas também de Bremen, Hamburgo, dentre outras regiões.

atuação dos imigrantes no cenário urbano, mas teremos em conta o estreito vínculo que mantinham com o universo rural.

Tendo esclarecidos o principal objetivo que move esta pesquisa e o recorte espaço-temporal em que desenvolveremos a análise de nosso objeto, passemos agora a tecer algumas considerações teórico-conceituais envolvendo a abordagem micro-histórica.

O movimento historiográfico da micro-história se configurou na Itália entre as décadas de 1960 e 70, mas com a publicação do livro “Microstorie” nos anos 1980, dirigido por Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, adquiriu dimensões maiores, espalhando suas reflexões a outros países como França, Alemanha, Estados Unidos, dentre outros. Segundo Jacques Revel (2000), a micro-história “não constitui absolutamente uma técnica, menos ainda uma disciplina”, mas “deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual se propõe reformular certas exigências e procedimentos” (REVEL, 2000, p. 8). Nesta reformulação dos procedimentos de análise do social, os historiadores italianos envolvidos neste projeto, apoiados numa enorme jazida arquivística, “propunham uma outra maneira de conceber a história social acompanhando o nome próprio dos indivíduos ou do grupo de indivíduos”. Para Jacques Revel o paradoxo é apenas aparente, “pois a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último” (Ibid., p. 17):

Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra -, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve. De certa maneira, é o antigo sonho de uma história total vista de baixo que Ginzburg e Poni encontram então: “A análise micro-histórica tem, portanto, duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais este vivido se articula” (Ibid., p. 17).

A redução da escala de análise é fundamental para que se vislumbre um universo de detalhes componentes de uma realidade maior, que interligados dão novo significado a uma dada realidade social. É nesta óptica que buscaremos reconstituir o mundo particular da elite santa-mariense, no qual os imigrantes

alemães “exponenciais”² interagiram, mas que estava vinculado à realidade maior do cenário rio-grandense e brasileiro, na segunda metade do século XIX. O fato de ressaltarmos o enfoque nos “exponenciais” não significa que deixaremos de fora de nossas considerações os imigrantes que adentraram os círculos da elite local, mas que não acumularam imensas fortunas. Os critérios para definição do nível de fortuna serão explorados mais adiante. Iremos atrás das pegadas dos atores desta trama, como no caso do comerciante e proprietário João Appel, que ao longo de sua trajetória acumulou um patrimônio considerável em terra para os padrões de Santa Maria no período delimitado, vindo a deixar aos seus herdeiros uma escravaria com 23 cativos, ou do Coronel Martins Höehr, descendente de uma família de pequenos comerciantes, que atuou a favor do Império brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870), tornando-se uma das maiores autoridades no município durante os anos finais do Império e inícios da República, deixando à sua esposa um patrimônio considerável em propriedades nos meios urbano e rural, já que não possuía herdeiros.

É sobre trajetórias como estas que vamos nos debruçar ao longo desta Dissertação, adentrando nas suas estratégias familiares, nas redes de relações construídas ao longo da trajetória destes “exponenciais” com outros grupos parentais de origem “alemã” e “nacional”³, nos compadrios, nos laços consanguíneos e de negócios intra e extra núcleo familiar, nos jogos da política local e nos meios sociais frequentados pelos grupos familiares delimitados por nós para esta pesquisa, por critérios que serão explicados posteriormente.

Esta passagem de Giovanni Levi traduz o espírito com que conduziremos metodologicamente nosso objeto de pesquisa:

[...] tentei, portanto, estudar um minúsculo fragmento do Piemonte do século XVII, utilizando uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha deixado vestígios documentados. [...] Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de

² Utilizamos este termo que é trabalhado por Witt (2008) para definir os imigrantes que adentraram o mundo das elites locais na região do Rio Grande do Sul que o autor denominou de “mega espaço”, que ligava a Colônia de São Leopoldo ao litoral norte do estado. Estes personagens tinham suas ações caracterizadas pela influência e atuação política e por seu status social.

³ O conceito de “nacionais” será utilizado quando fizermos referência aos indivíduos, ou grupos parentais de origem não germânica, que já se encontravam em Santa Maria quando da chegada dos imigrantes alemães no século XIX, que eram famílias tradicionais de elite a nível local, que exerciam influência política, conforme trabalhou Witt (2008) para compreender a inserção dos imigrantes alemães em meio às comunidades dos nacionais no Litoral Norte e em São Leopoldo.

relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais” (LEVI, op. Cit., p. 17).

Claro que, no desenvolvimento de nossas análises, não reconstituiremos as vicissitudes de cada habitante de Santa Maria na segunda metade do século XIX, mas ao traçarmos as estratégias de inserção social dos atores históricos individualmente e dos grupos familiares unidos por laços consanguíneos e/ou pelos negócios, estaremos atentos às singularidades e irregularidades em suas trajetórias, aos problemas, incertezas e escolhas, pois uma visão mais crítica permite com que sejam superadas as generalizações, tornando mais complexa e ao mesmo tempo mais rica a compreensão da realidade social. Neste sentido, “a abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torna-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados pela experiência coletiva” (REVEL, op.cit., p. 17).

Desta forma, através de uma micro-análise do social, pretendemos aprofundar a compreensão da inserção econômica, política e social dos imigrantes e descendentes de alemães em Santa Maria, vislumbrando estratégias individuais e de grupo variadas e articuladas às normas sociais, bem como no tocante ao descumprimento e desvio das normas, demonstrando que os grupos familiares de imigrantes alemães não seguiam um padrão fixo de conduta, mas que faziam uso de práticas particulares e alternativas, que atendiam a certos interesses, pois não se constituíam necessariamente apenas enquanto comerciantes, artesãos, ou negociantes. Também será perceptível que o meio urbano não estava desconectado da realidade rural de Santa Maria, que alguns imigrantes alemães “exponenciais” desenvolviam atividades econômicas no comércio, ou no artesanato, ao mesmo tempo que possuíam propriedades rurais e possuíam escravos, ou em outros casos, quando o capital proveniente da agricultura e/ou pecuária permitia a compra de imóveis no meio urbano e o investimento em casas de negócios, boticas, hotéis, bancos, ou ainda quando a atuação na Guarda Nacional garantia a elevação de status pela aquisição de títulos e patentes militares, resultando disso o aumento de patrimônio familiar, e/ou atuação em altos cargos na política local.

Veremos que nem sempre o exercício da atividade como comerciante proporcionava acúmulo de fortuna, assim como grandes fortunas não eram garantia de aquisição de cargos e influência política local (embora a fortuna familiar na maioria dos casos facilitasse a entrada nos círculos de elite e nas esferas de poder) como também o título de Coronel da Guarda Nacional não se constituía mecanicamente enquanto uma ferramenta de formação de grandes patrimônios familiares.

Uma tarefa como esta requer o estabelecimento de critérios metodológicos para o trato e diálogo com as fontes, para que possamos atingir o que Giovanni Levi considerou como ir além dos resultados perceptíveis, para que não fiquemos apenas na superfície dos fatos e possamos perceber o que está subentendido nas informações contidas nas fontes, ou até mesmo no significado da não produção de uma fonte pelos personagens históricos que viveram em determinado período histórico.

Uma análise crítica das fontes documentais requer que o pesquisador reconheça as brechas nela existentes, partindo da formulação de questões que busquem preencher estas lacunas. Para Ginzburg (1989) a partir do nome é possível reconstituir trajetórias familiares. Para tanto, o pesquisador deve explorar o nome como fio condutor para a reconstrução da teia de malha fina do tecido social. O historiador desempenha uma função semelhante ao papel de um investigador, juntando as peças do quebra-cabeça, confrontando as informações contidas nas fontes, buscando preencher as lacunas da documentação. A partir do “nome” de determinado personagem, parte-se para a constituição das suas redes de relações sociais, dos atores a ele ligados, dos seus vínculos parentais, econômicos e políticos. Neste processo faz-se necessária uma intensa pesquisa em arquivos e a leitura e análise da maior quantidade de fontes que se possa questionar e intercruzar, na tentativa de responder às questões elaboradas. Neste caminho a ser seguido na pesquisa, Ginzburg sugeriu as seguintes coordenadas:

A utilização do nome para abrir novos campos à investigação histórica não é nova. É conhecida a mudança de perspectiva que a demografia nominal [...] produziu no âmbito da demografia histórica, apontando um novo objeto de pesquisa: a reconstituição das famílias. Mas o método onomástico pode ser alargado muito para lá das fontes estritamente demográficas. Nos registros das paróquias rurais em zona de arrendamento a meias – referência direta aos campos de Bolonha – ao lado do nome e apelido do gerente e dos membros da sua família está também o nome da casa

agrícola e da propriedade cultivada [...]. Mas ao lado do nome e da área da propriedade encontra-se no cadastro o nome do proprietário. A partir deste nome, é fácil recorrer ao arquivo privado da propriedade, onde, com um pouco de sorte, poderemos encontrar nos registros de administração as contas agrícolas anuais e portanto, juntamente com o nome do rendeiro e da propriedade que cultiva, também o andamento da produção agrícola anual [...], o movimento do débito agrícola por cada propriedade e cada família arrendatária. Por outras palavras, encontramos dados seriais [...] com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas (Ibid., p. 174).

Partindo destas orientações de Ginzburg buscamos, no caso da nossa pesquisa, os nomes dos personagens históricos envolvidos, a partir de um fato conhecido, como um conflito local, ou um escândalo, pela atuação na política através da Câmara de Vereadores, ou por uma fortuna familiar de maior monta, iniciando geralmente por um nome em destaque e, partindo dele, buscando outros personagens e famílias a ele ligados por laços familiares, ou de amizade e interesse nos negócios, como também levando a outros fatos relacionados a um acontecimento específico.

Faremos, aqui, uma breve referência à pesquisa envolvendo o nome de um dos personagens do nosso estudo, o Coronel Martins Höehr, sem aprofundar em sua trajetória. Fazendo a leitura da bibliografia sobre a história de Santa Maria, descobrimos que este personagem constituía-se enquanto um Coronel local que, em função de seu poder de mando, esteve envolvido em escândalos políticos nos momentos de transição do Império para a República, como nos casos do espancamento de um padre, o Pároco Marcelino de Bittencourt, no ano de 1883, do tiro desferido contra o jornalista Ernesto Oliveira em 1889 e do assassinato do Delegado de polícia e Juiz de Direito liberal, Felipe Alves de Oliveira, no ano de 1891, tendo em vista que estes acontecimentos estavam todos interligados e foram desencadeados por motivos políticos⁴. Após tomar conhecimento destes fatos, fomos atrás de vestígios que nos possibilitassem primeiramente colher informações a respeito do principal personagem desencadeador destes escândalos, no caso o Coronel Martins Höehr. Através de pesquisas realizadas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) foi possível encontrar, respectivamente, o seu inventário post-mortem, juntamente com

⁴ Algumas obras em que podem ser encontradas maiores informações dos escândalos políticos envolvendo o Coronel Martins Höehr: Karsburg (2007), Pistóia (2011), João Daudt Filho (2003).

sua carta testamento e documentos que comprovavam sua atuação na Guarda Nacional⁵.

Da leitura do seu inventário e testamento entramos em contato com alguns personagens que constituíam suas redes de relações, fosse por vínculos parentais diretos ou por laços econômicos, como por exemplo, as relações matrimoniais, de compadrio e de negócios mantidos com a família Scherer, sendo que o laço principal foi estabelecido e mantido com seu cunhado, Henrique Pedro Scherer, que veio a ser uma das maiores autoridades em Santa Maria durante o regime republicano, chegando ao cargo de Intendente em 1900, testemunhando a favor do Coronel em todos os escândalos que o envolveram.

Sobre o enriquecimento da análise do social proporcionada pelo olhar micro, Revel (2000) disse que:

A redução de escala, o interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas a limitações convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado – “aquilo que efetivamente aconteceu” – e a analisar as condutas, individuais e coletivas, em termos de possibilidades, que o historiador pode tentar descrever e compreender. Ele movimentava as imagens recebidas, pois regulando de maneiras diferentes a distância e a abertura de sua objetiva, os observadores fazem aparecer outra trama, recortes diferentes, e ao mesmo tempo a inadequação parcial dos instrumentos conceituais de que dispunham até então (REVEL, op.cit., pp. 19-20)

Para não correremos o risco de meramente reproduzirmos as informações contidas nas fontes documentais, evitando reproduzir de maneira duvidosa “aquilo que realmente aconteceu”, como referido por Revel (2000), questionaremos os documentos em sua “veracidade” e “autenticidade” no contexto histórico em que foram produzidos, levando em conta as redes de compromissos clientelistas (GRAHAM, 1997) que constituíam o jogo da política pública provincial e local durante o regime imperial, o que possibilita a interpretação de que os personagens históricos que produziam os documentos não eram isentos de compromissos políticos e pessoais com determinadas autoridades de maior porte na hierarquia social. Assim, um inventário pode conter brechas, ou não contabilizar todos os bens do inventariado e isso pode se dar por razões diversas, dentre elas uma possível burla de impostos, ou um processo crime pode omitir informações, conduzindo a

⁵ Pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre – RS, durante o ano de 2011.

ação judicial a favor de uma das partes, induzindo o pesquisador, numa primeira leitura mais desatenta, a acreditar numa das versões como “verdadeira”.

Após estas reflexões da inserção social dos imigrantes alemães em Santa Maria tendo por base as orientações teóricas e metodológicas da micro-história social italiana, passaremos a partir deste momento a tecer algumas considerações conceituais a respeito da categoria conceitual “elite”, já que nos propusemos a trabalhar com grupos familiares de origem alemã que adentraram os círculos da elite local.

O conceito de elite que será por nós trabalhado vai ao encontro das definições de Flávio Madureira Heinz (2006), compreendendo os grupos, ou setores “dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados”, apontando para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular” (Ibid., p. 08).

Fazendo citação ao sociólogo suíço Giovanni Busino, Heinz trouxe a seguinte definição do termo, que sintetiza a forma como será trabalhado ao longo do texto:

No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade. (Ibid., p. 7)

Dentro dos estudos de micro-história social, o método combinado mais apropriado para a análise das elites é a prosopografia ou biografia coletiva, pois a partir dela “a apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria dar conta, através de uma micro-análise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social” (Ibid., 2006, p. 8). Utilizando-se de uma reflexão de Lawrence Stone, Heinz deu a seguinte explicação a respeito do método prosopográfico:

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas – sobre nascimento e morte, casa e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante [...]. O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar

com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior. (HEINZ, 2006 Apud. STONE, 1981, p. 9)

Christophe Charle (2006), indo ao encontro das colocações de Heinz, definiu em poucas palavras qual é o princípio do método prosopográfico:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. [...] Uma vez reunida a documentação, e esta é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário ou das fontes. (Ibid., p. 41).

Refletindo a partir destas coordenadas dadas por Flávio Heinz e Christophe Charle, faremos uso, neste trabalho, de uma análise prosopográfica, utilizando de alguns dos seus princípios para identificarmos a realidade social de Santa Maria na segunda metade do século XIX em que os personagens históricos de origem alemã, sujeitos da nossa pesquisa estavam inseridos, mapeando os seus espaços sociais de atuação na política, nas atividades econômicas e religiosas, enfim, visando o enriquecimento de nosso estudo de micro-história social.

Para definirmos o universo a ser explorado e o grupo de imigrantes e descendentes de alemães “exponenciais” que se constituem enquanto os personagens da nossa pesquisa, é preciso estabelecermos alguns critérios que nos possibilitarão elaborar o “questionário biográfico” de que fala Charle, nesta ordem: 1) Nascimento e morte; 2) Atuação política (atuação direta ou indireta na Câmara de Vereadores); 3) Atuação na Guarda Nacional; 4) Prática de atividades comerciais; 5) Posse de propriedades no meio rural (prática da agricultura, e/ou pecuária e envolvimento com a escravidão); 6) Exercício de outras profissões no meio urbano; 7) Vinculação religiosa.

Estabelecidos os critérios para definição do nosso grupo, faremos referência aos nomes das 16 famílias que compõem o nosso grupo de análise, são elas: Appel, Höehr, Scherer, Hoffmeister, Fischer, Beck, Niederauer, Weimann, Brinckmann, Daudt, Druck, Cassel, Kessler, Kruehl, Brenner e Lenz. Passemos agora ao questionário que será aplicado de forma padronizada ao conjunto documental que compõe o corpus empírico desta pesquisa:

QUADRO 1 – Questionário biográfico

a) Onde e quando (aproximadamente) nasceram e morreram os personagens componentes do grupo em estudo?
b) Qual a porcentagem de indivíduos do grupo que teve vida ativa na política local? Destes, quantos e quais foram os que estiveram vinculados direta, ou indiretamente à Câmara de Vereadores durante os anos de 1858 (primeira direção) a 1889 (último ano de existência)? Quais eram suas inclinações ideológicas e partidárias?
c) Quantos e quais foram os sujeitos que exerceram postos de comando na Guarda Nacional e acumularam títulos e prestígio social a partir de suas atuações? Quantos e quais foram os casos em que disto resultou em postos de mando na política local?
d) Qual a porcentagem dos imigrantes alemães componentes do grupo que exerceram atividades econômicas vinculadas ao comércio? Neste segmento, quais os sujeitos que vieram a compor o topo da elite comercial de Santa Maria? Quais os que estiveram em situação econômica intermediária?
e) Quantos e quais foram os “alemães” que adquiriram propriedades no meio rural de Santa Maria, vindo a exercer atividades vinculadas à pecuária e à agricultura? Dentre estes, quais os que desenvolveram atividades paralelas ao comércio? Em quais casos esta posição de proprietário e/ou grande ou médio comerciante resultou e em quais, não resultou, em influência política local?
f) Quantos e quais foram os que exerceram outras profissões?
g) Qual a religião dos “alemães” que ingressaram nos círculos sociais da elite santa-mariense? Quantos e quais eram católicos ou protestantes? Quais os casos em que houve estreitamento de laços com a Maçonaria? A quais lojas maçônicas estiveram vinculados?

A análise da inserção do nosso grupo de “alemães exponenciais” na realidade social de Santa Maria estará metodologicamente dividida em duas gerações: a primeira geração, compreendendo os imigrantes precursores que se deslocaram

(em sua maioria) de São Leopoldo para Santa Maria em dois contextos distintos: primeiramente nos anos 1830, quando uma corporação militar do 28º Batalhão de Caçadores, contratada pelo império brasileiro para defender os interesses geopolíticos na fronteira sul contra as pretensões das províncias do Prata acantonou-se na região, vindo alguns imigrantes, mercenários contratados pela Coroa brasileira a fixar-se na localidade; posteriormente, entre meados das décadas de 1840 e 1860, uma nova leva de imigrantes estabeleceu moradia em Santa Maria, motivados pela paz decorrente do fim da Guerra dos Farrapos (1845) e pelas possibilidades de aquisição de terras devolutas e inserção no comércio local, que não sofreu interrupções durante o conflito (BELÉM, 2000). A estes “alemães” precursores denominaremos “patriarcas”⁶. A segunda geração, a dos descendentes das famílias já estabelecidas na sociedade santa-mariense, estará localizada entre os anos 1860 até inícios da década de 1890. Aos sujeitos pertencentes à segunda geração denominaremos “herdeiros”.

Passemos agora a uma breve caracterização destas duas gerações das famílias de origem alemã que se estabeleceram em Santa Maria durante o século XIX.

A geração dos “patriarcas” foi marcada pela chegada destes grupos familiares à região e pelo conseqüente esforço dos imigrantes no sentido de inserção econômica, social e política nos meios rural e urbano. Neste momento, alguns homens chegavam com suas famílias, outros solteiros, estabelecendo matrimônios com moças também de origem imigrante, ou pertencentes a famílias “nacionais” já estabelecidas a mais tempo na sociedade. Como a realidade destas primeiras famílias imigrantes era marcada por um “mundo em construção”, constituíram-se como aspectos fundamentais para a sobrevivência e perpetuação dos interesses dos grupos as estratégias familiares construídas no “seio” da nova sociedade, os vínculos matrimoniais, os compadrios, o estabelecimento de negócios em comum, unidos por laços consanguíneos e de “amizade”.

No período da segunda geração, as famílias que haviam imigrado para Santa Maria nas décadas de 1830-50 já estavam devidamente inseridas na sociedade e os “alemães” desempenhavam papel ativo na política, fato comprovado pela ocupação

⁶ Utilizamos esta denominação para classificar os personagens precursores, que se estabeleceram solteiros ou com suas famílias em Santa Maria no período de 1830 a 1862, aproximadamente. Buscamos referência para tal em Levi (2000), pois o autor se refere ao precursor da família Chiesa como “patriarca”.

de cargos já na primeira Câmara de Vereadores, como também na Guarda Nacional, na Repartição Geral de Terras Públicas e Colonização, nos clubes sociais, na imprensa, etc. Será de grande importância reconstituir a trajetória dos “herdeiros” para percebermos a consolidação dos arranjos familiares e das alianças políticas e de negócios estabelecidas pelos “patriarcas” intra e extra grupo parental, entre núcleos de origem “alemã” e “nacional”. Tomando por empréstimo o conceito de “herança imaterial” de Giovanni Levi (2000), consideraremos tanto as estratégias de transmissão de fortuna, propriedades, terras, bens móveis e semoventes, quanto a conservação do status social familiar, da tradição política a nível local, dos títulos e da perpetuação do nome (WOORTMANN, 1995). No tocante à transmissão da herança imaterial, Levi (2000) deixa um bom exemplo nesta passagem de “A herança imaterial”:

[...] o poder espiritual do exorcista não veio do nada. Chiesa também é um herdeiro. De seu pai, Giulio Cezare, recebeu uma “herança imaterial” que tentou interpretar a seu modo. Esta herança existe, mas não é separável de uma prática social que lhe empresta corpo e eficácia [...]. Terá também consistido em tornar-se indispensável às diferentes facções, tornando-se seu mediador obrigatório, aquele que, justamente, dispõe das informações tão preciosas às estratégias coletivas e que a modula segundo sua vontade. [...] O filho herda, portanto, uma renda de situação. Ela não autoriza tudo, e o vigário pagará caro, no início de sua função, pelo fato de não ter compreendido que os limites do poder espiritual também são claramente marcados. Então se converterá, com sucesso inegável à cura e ao exorcismo. Mas é decididamente um mau intérprete da política do vilarejo. Não se deu conta de que a geopolítica local, assim como o equilíbrio das forças do granducado, se modificaram. (Ibid., pp. 32-33).

Sendo assim, não bastava que os títulos, o status e o poder político passassem mecanicamente de pai para filho para que a “herança imaterial” se perpetuasse e o herdeiro obtivesse sucesso em suas empreitadas. No caso analisado por Giovanni Levi, o Vigário Giovanni Batista Chiesa, embora herdeiro de uma “renda de situação”, falhou ao não saber interpretar os anseios políticos do vilarejo de Santena, portanto por não possuir o mesmo tato que seu pai, Giulio Cezare, tinha para o jogo da política local. Merece destaque o fato de Chiesa ter se tornado um mediador obrigatório, indispensável às diferentes facções locais, o que lhe garantia um certo poder de barganha.

Em relação à nossa pesquisa, buscaremos verificar a conduta social e política dos “herdeiros”, analisando suas práticas, para diferenciarmos os casos em que houve melhor ou pior aproveitamento da herança imaterial deixada por seus pais,

reconstituindo trajetórias individuais, para compreendermos quando houve influência política resultante do poder e fortuna familiar acumulados na primeira geração, ou também quando, por estratégias de ascensão social, como por exemplo a atuação na Guarda Nacional, os descendentes de famílias de pequenos agricultores ou comerciantes da primeira geração, que antes não tinham acesso às instâncias políticas locais, aumentavam consideravelmente o patrimônio do grupo parental e se inseriam nos círculos de poder político da comunidade, ou ainda, em situações quando a fortuna material, o status social e a influência política passados de pai para filho, perdia força na geração seguinte.

Daremos como exemplo, de forma breve, as trajetórias das famílias Appel, Beck e Höehr.

O patriarca da família Appel, João Appel, se estabeleceu em Santa Maria no ano de 1830, quando o 28º Batalhão de Caçadores, no qual ele serviu, acantonou na localidade (BELÉM, 2000). O capital proveniente dos serviços prestados à Coroa e da atividade que exercia como alfaiate possibilitou que João Appel abrisse uma casa de comércio no ano de 1831, mesmo ano em que casou-se com Ana Maria Oliveira, filha de Maximiano José de Oliveira, proprietário de terra e gado na região (KÜLZER, 2009). Deste casamento promissor, João Appel conseguiu unir seu patrimônio ao da família Oliveira, inserindo-se no distinto círculo dos proprietários de terra locais.

Na década de 1850 estabeleceu vínculos com a família Alves Valença, casando dois de seus filhos com os herdeiros de José Alves Valença, maior autoridade política de Santa Maria no período: Ana Luíza Appel casou-se com José Alves Valença Júnior e Maximiano José Appel uniu laços de matrimônio com Maria Alves Valença. Estes vínculos matrimoniais eram vistos como possibilidade de ascensão por ambos os patriarcas. Considerando que as leis do Império limitavam a atuação de estrangeiros na política a nível provincial e na Corte, ficando restrita a atuação dos grupos “alemães” ao âmbito local, para João Appel era extremamente interessante adentrar no meio familiar do maior mediador dos interesses de Santa Maria com a política provincial (VARGAS, 2010), apoiando seu genro, José Alves Valença Júnior na mediação com a política provincial, fornecendo-lhe apoio material; Para José Alves Valença, que já havia estabelecido contato com políticos importantes a nível provincial, como o General Osório e Silveira Martins, a união dos seus interesses a uma família de ricos comerciantes seria uma maneira muito vantajosa de alicerçar seu poder local (VARGAS, 2010). Analisando a trajetória dos

“herdeiros”, tanto Maximiano José Appel, quanto José Alves Valença Júnior, souberam somar as heranças material e imaterial deixadas por seus pais ao poder exercido pelos sogros, por meio de uma influência política que se refletiu em cargos na Câmara Municipal desde sua primeira gestão. (VARGAS, 2010).

As trajetórias de Ernesto Beck e Martins Höehr se aproximam, devido a algumas semelhanças. Ambos descendentes de famílias de pequenos comerciantes, ocuparam postos na Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai, o que lhes possibilitou receber o título de Coronel, resultando em influência política local. Durante os primeiros anos do regime republicano foram contemplados por Júlio de Castilhos com cargos de chefia no Partido Republicano de Santa Maria. Ernesto Beck liderou uma frente de batalha durante a Revolução Federalista de 1893 e se manteve fiel à política do PRR. Já Martins Höehr esteve envolvido em escândalos políticos que foram prejudiciais à sua imagem frente ao Partido e ao Chefe Júlio de Castilhos e acabou morrendo na Revolução Federalista durante o ano de 1894.

Passaremos agora a explicar a respeito das fontes que compõem o acervo documental que servirá de base para a análise teórico-metodológica desta pesquisa. O processo de pesquisa empírica realizado pode ser classificado em quatro etapas, sendo respectivamente: 1 - levantamento da documentação que veio a compor o banco de dados; 2 - coleta de dados buscando responder às questões elaboradas durante a análise; 3 – separação das fontes e elaboração do banco de dados; 4 – classificação, fichamento e análise da documentação.

A primeira etapa e a segunda etapa, do levantamento da documentação e coleta de dados, começaram a ser realizadas ainda no ano de 2008, no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) e na Casa de Memórias Edmundo Cardoso, em Santa Maria, buscando basicamente por fontes da imprensa, durante a elaboração de minha Monografia de graduação, intitulada “As associações esportivas como locais de sociabilidades e conchavos político-partidários em Santa Maria nos primeiros anos da República (1889-1895)”. No ano de 2009, durante a segunda etapa de minha pesquisa empírica, em coleta de dados realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), fiz o levantamento de parte da documentação referente ao Fundo Acervo Júlio de Castilhos e aos documentos da Câmara Municipal de Santa Maria durante a primeira década da República, visando a elaboração de minha Monografia de especialização: “Clientelismo, coronelismo e relações de poder na primeira República (1889-1900): Santa Maria como palco de

disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos”. Finalmente, ao longo dos anos de 2011 e 2012, em pesquisa referente a este trabalho de Dissertação, realizei coleta de dados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), em base documental constituída por fontes diversas.

A terceira etapa, da separação das fontes e elaboração do banco de dados foi sendo realizada ao longo do processo de pesquisa descrito acima.

Para a realização da quarta etapa, da classificação, fichamento e análise da documentação, adotamos os seguintes critérios classificatórios: a) Fortuna familiar, vínculos parentais, herança, atividades econômicas, redes de relações; b) Atuação política e exercício de funções burocráticas; c) Vida social e religião.

No primeiro grupo documental, até o presente momento, encontram-se classificados: Inventários (12) Testamentos (1) (APERs). No segundo grupo: Documentos ligados a terra e colonização em Santa Maria, Cartas e correspondências trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província (1860-70, 1873-76 e 1883-1887), documentos do Fundo Guarda-Nacional de Santa Maria – Conselhos de Qualificação e Revisão (AHRs); no terceiro grupo: Jornal “O Combatente” (1888-1896) (CMECSM), Atas da Sociedade de Beneficência Alemã (Deutsche Hilfsvereine) (SOCEPE), livros memorialistas e comemorativos dos aniversários de Santa Maria.

Através do diálogo com as fontes citadas buscaremos responder ao seguinte problema de pesquisa: Em que medida as estratégias sociais adotadas por imigrantes e descendentes de alemães possibilitaram a inserção de certos grupos parentais nos círculos da elite santa-mariense durante a segunda metade do século XIX?

No segundo capítulo desta Dissertação, iremos lançar um olhar geral sobre a Santa Maria do regime imperial, através da retomada de alguns pontos da história local, dando enfoque maior aos aspectos econômicos, sociais e políticos que estiveram relacionados à inserção e atuação dos imigrantes e descendentes de alemães na sociedade, constituindo a base que tornará mais palpável a análise do perfil da elite alemã local e sua inserção na sociedade.

No terceiro capítulo, traçaremos o perfil coletivo da elite “alemã” de Santa Maria, buscando vislumbrar o universo no qual os personagens históricos estavam envolvidos, no século XIX, durante o regime político imperial, passando pelos

momentos iniciais da República. Em termos metodológicos, faremos a análise da trajetória social das 16 famílias que compõem o nosso lócus de pesquisa em duas gerações, reconstituindo estratégias familiares, alianças políticas e vínculos de negócios. Para a análise deste grupo de elite, construímos um banco de dados composto por 47 indivíduos, dos quais, vinte e cinco foram classificados na primeira geração, a dos “patriarcas” e, vinte e dois sujeitos, na segunda geração, a dos “herdeiros”.

No quarto e último capítulo, desenvolveremos a análise de um estudo de caso, visando enriquecer o todo da obra, por meio de um exercício de redução da escala de análise (REVEL, 1998), pelo qual mergulharemos num microuniverso político-social da elite “alemã” do município, tendo como personagem central um descendente de alemães, o proprietário e Coronel da Guarda Nacional, Martins Höehr. Reconstituiremos os fatos que caracterizaram a atuação social deste “alemão” num período específico de sua vida, nos momentos finais de sua existência, quando se envolveu em escândalos políticos e num assassinato que o levaram à prisão e tiveram influência direta nas circunstâncias em que se deu a sua morte. Nosso esforço se dará no sentido de compreender a influência que as redes de contatos de Martins Höehr, os vínculos familiares e de negócios por ele construídos, tiveram em sua trajetória política e pessoal, bem como nas ocasiões em que ele conseguiu escapar da justiça, prorrogando a sentença que lhe havia sido imputada.

2 – MIRANDO O CENÁRIO: A SANTA MARIA DOS TEMPOS DO IMPERADOR

Vamos, neste capítulo, lançar um olhar geral sobre a Santa Maria do regime imperial, tal qual um viajante do século XIX, que, posicionado no alto de algum dos tantos morros que cercavam o povoado, avistasse as propriedades urbanas e rurais, os parques, as ruas e a população em suas atividades cotidianas.

Talvez, o aspecto mais envolvente desta metáfora do “olhar do viajante” para o exercício a que nos propomos, esteja na possibilidade da reconstituição do nosso lócus de pesquisa, pelo viés do historiador do século XXI, o qual, lançando um olhar crítico ao passado, tem a pretensão de vislumbrar e compreender um cenário social sujeito aos movimentos inerentes à passagem do tempo.

Faremos uma retomada de alguns pontos da história de Santa Maria no século XIX, dando enfoque maior aos aspectos econômicos, sociais e políticos que estiveram relacionados à inserção e atuação dos imigrantes e descendentes de alemães na sociedade, constituindo a base que tornará mais palpável a análise do perfil da elite alemã local e sua inserção na sociedade, que desenvolveremos no 3º capítulo desta dissertação.

Neste intuito, tomaremos como ponto inicial desta retomada da história de Santa Maria, de Curato da Paróquia de Cachoeira à cidade emancipada, a chegada à região do 28º Batalhão de Caçadores no ano de 1828, até a Proclamação da República em 1889. Situaremos no tempo fatos como o estabelecimento das primeiras famílias alemãs no povoado, as atividades econômicas desenvolvidas pelos imigrantes e seus descendentes, numa abordagem mais generalizante, suas atuações na revolução farroupilha e na guerra do Paraguai, a construção da Comunidade Evangélica Alemã de Santa Maria, a tentativa fracassada de implementação de uma colônia particular na serra do Pinhal, o envolvimento dos “alemães” da elite santa-mariense na construção da Viação Férrea e a atuação política na Câmara de Vereadores e na Guarda Nacional.

2. 1 – Santa Maria da Boca do Monte em retrospectiva: de Curato da Paróquia de Cachoeira à cidade emancipada (1828 – 1889)

No ano de 1828, a população do Curato de Santa Maria, à época vinculado à Paróquia de Cachoeira, era surpreendida com a chegada dos primeiros sujeitos “alemães” ao pequeno povoado, que contava com cerca de três mil habitantes (BELÉM, 2000). Estes estrangeiros faziam parte do 28º Batalhão de Alemães. Dentre os primeiros “alemães” figuravam alguns nomes: Felipe Valmarath, Boaventura Dauzacker e João Leopoldo Bilo (BELÉM, 2000). Posteriormente, em meados de 1830, um segundo destacamento teria acantonado na localidade, resultando que alguns soldados estabeleceram moradia, como foi o caso de João Appel.

Segundo Cunha (2006), um dos aspectos a ser considerado no contexto que motivou o começo da colonização alemã no Brasil, além da supressão do tráfico negreiro, foi “a necessidade de soldados que defendessem a independência brasileira diante das pretensões portuguesas” (CUNHA, 2006, p. 281). O historiador explicou como se dava o processo de contratação dos soldados:

Pouco antes da independência, em 1º de setembro de 1822, embarcou para a Europa, aonde chegou 95 dias depois, o major Von Schäffer. Segundo as instruções que recebera, deveria, depois da visita à Corte de Viena e outros governos alemães na busca do reconhecimento da independência do Brasil, organizar a contratação de colonos soldados que deveriam povoar as regiões de fronteiras do sul do país (Ibid., p. 281).

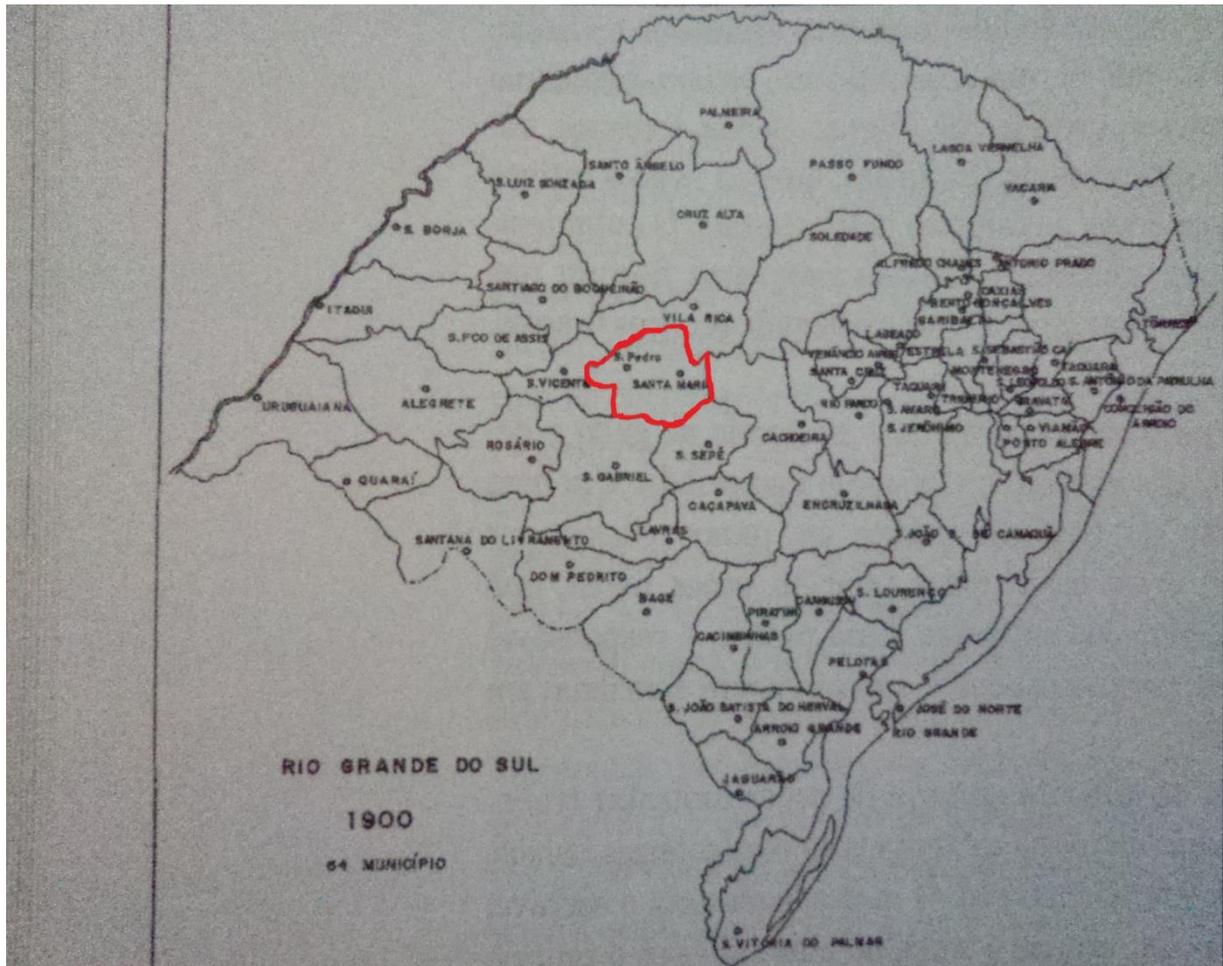
O Batalhão que desmobilizou suas forças nas proximidades de Santa Maria “era um dos quatro batalhões de alemães criados em 1824, originários do extinto Regimento de Estrangeiros (1823)” (BRENNER, 1995, p. 74). Este batalhão era denominado “28º Batalhão de Caçadores”. Conforme Brenner:

O 28º Batalhão de Caçadores foi embarcado com destino ao Rio Grande do Sul [...], sob a alegação de que atuaria na Guerra da Cisplatina, que terminava. As duas partes em litígio assinaram um tratado preliminar de paz que transformava a Província em Estado soberano, em 28 de agosto de 1828, no mesmo mês em que o 28º BC iniciou seu longo, penoso e tumultuado deslocamento do Rio de Janeiro até Santa Maria. [...] A Guerra da Cisplatina acabara e o 28º Batalhão de Caçadores foi fracionado, sendo alguns destacamentos mandados para Rio Pardo e Porto Alegre, ficando o grosso da tropa em Santa Maria. (Ibid., p. 74).

O término da Guerra da Cisplatina gerou a desmobilização das tropas do 28º BC, o que possibilitou o início do estabelecimento de “alemães” em Santa Maria. No período de tempo entre a chegada dos soldados do 28º BC até o início da revolução farroupilha (1835), o pequeno povoado recebeu poucos imigrantes alemães. Além de João Appel, natural da Baviera, que se estabeleceu com uma alfaiataria em 1830, José Seydler, natural da Prússia, agricultor, adquiriu uma pequena porção de terra, tendo sido também lavrador, chegou em 1831, mesmo ano em que estabeleceu moradia o ferreiro Guilherme Vogt, que estabeleceu uma oficina na Rua do Comércio. Em 1833, recebeu a povoação o “alemão” João Felipe Conrado, que ficou conhecido pela alcunha de Felipe Liberal, em razão de ter se filiado ao Partido Liberal e, em 1835, serviu nas forças revolucionárias. Por último, “em 1835, Gabriel Haeffner, casado com Maria Felícia Edler, engrossou as fileiras dos alemães que fizeram da modesta povoação um adiantado centro comercial” (BELÉM, Op. Cit., p. 112).

Em meados dos anos 1830, muitas das vendas, casas comerciais, alfaiatarias e demais estabelecimentos localizados na área urbana do Curato, tinham em suas fachadas nomes alemães, isto porque foram os primeiros imigrantes que impulsionaram as atividades comerciais no povoado. Segundo Belém (2000), em 1835 havia, na área de todo o Curato, mais de cem estabelecimentos pastoris, com médias e pequenas estâncias, nas quais abundavam o gado vacum e o cavalari, constituindo uma economia em ascensão. A historiadora Gláucia Külzer (2009) caracterizou a Santa Maria daquele período como “um vilarejo rural, com pequenas casas comerciais distribuídas em torno da Igreja Matriz e a praça” (KÜLZER, 2009, p. 28). A maioria destas casas pertencia aos imigrantes alemães e suas famílias, que vendiam seus produtos na área rural e urbana do Curato. O bom funcionamento da economia local decorria da privilegiada situação econômica de Santa Maria, localizada na região central da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que facilitava o intercâmbio comercial com centros populosos da fronteira com Buenos Aires e Montevidéu.

O mapa 1 abaixo, contém a localização geográfica da cidade de Santa Maria (contornada em vermelho, **grifo nosso**) no território do Rio Grande do Sul no ano de 1900.



Mapa 1 – Localização geográfica de Santa Maria no mapa do Rio Grande do Sul no ano de 1900

Fonte: (ZARTH, 2006, p. 187)

Naquele ano de 1835, um conflito envolvendo a elite rio-grandense de um lado e as tropas imperiais, do outro, estava nos seus momentos iniciais. A guerra que transcorreu nos anos seguintes ficou conhecida na historiografia como revolução farroupilha, ou “guerra dos farrapos”, que teve como causa principal a insatisfação dos estancieiros rio-grandenses perante a postura da Coroa Imperial, que passou a investir na compra de charque uruguaio em detrimento do “gaúcho”, isto, devido ao fato de que o produto proveniente dos saladeiros da banda oriental estava mais barato, pois, no país vizinho, a mão de obra escrava, menos rentável, estava sendo gradualmente substituída pelo trabalho livre (PESAVENTO, 1982).

Santa Maria não foi palco dos combates armados da revolução farroupilha, no entanto, “a constante mobilização militar no Rio Grande do Sul daqueles anos, não deixou de influir de alguma forma no pequeno lugarejo” (RIBEIRO, 2010, p. 227).

Para o historiador José Iran Ribeiro (2010), a Santa Maria do século XIX não foi palco de batalhas significativas e não possuía uma população suficientemente numerosa para ser mobilizada militarmente. Prossegue o mesmo autor:

[...] ainda que os principais combates daquele período tenham ocorrido em regiões mais ou menos distantes, em Porto Alegre, no Rio Grande, na Cisplatina, as vezes um pouco mais próximos, em São Gabriel, no Rio Pardo, em Caçapava, deslocamentos das tropas passaram por Santa Maria, oficiais militares requisitaram gêneros e recrutaram homens na rua do Acampamento, desertores dos exércitos se refugiaram nas serras adentradas pela Boca do Monte, moradores do povoado se posicionaram a favor e contra os lados em combate, efetivos foram desmobilizados e se arrancharam nos arrabaldes e se inseriram na construção daquela Santa Maria da Boca do Monte que herdamos hoje. (Ibid., p. 228).

Ao tratar do posicionamento da população perante as duas frentes militares, os historiadores locais não chegaram a um consenso sobre se o apoio era maior em relação aos farroupilhas ou aos imperiais. Conforme Ribeiro:

Como se pode imaginar, os republicanos conseguiram entrar e dominar a localidade. [...] ao menos parte desse sucesso pode ser atribuído a pouca disposição de muitos santa-marienses em pegar em armas. Certamente que se pode ler essa indisposição como certo posicionamento político favorável aos revoltosos. Entretanto, a situação também pode ser lida simplesmente pelo receio daqueles homens em arriscar suas vidas numa guerra em que não, necessariamente, desejavam se envolver. [...] Em outras palavras, muito poucos decidiam lutar sem qualquer motivação. (Ibid., p. 235).

No primeiro ano do conflito, as atividades econômicas do Curato não sofreram grandes abalos. Foi no segundo ano, em 1836, que as atividades comerciais e agrárias sofreram um maior impacto devido ao desenrolar da revolução. Muitos homens foram mobilizados para o combate, sendo que alguns proprietários levaram consigo seus cavalos, tidos como armas de guerra e o gado vacum era o alimento das forças que se digladiavam. Dos poucos imigrantes alemães que residiam na localidade, apenas dois, João Appel e Gabriel Haeffner, permaneceram e deram continuidade aos negócios em suas casas comerciais. Muito provavelmente, estes dois imigrantes tenham sabido tirar proveito de uma situação calamitosa para fazer fortuna, pois suas situações de estrangeiros, além de possíveis contatos que mantinham com lideranças políticas, os isentaram de atuar diretamente no conflito, situação que os diferenciava dos comerciantes e proprietários que foram obrigados a interromper seus negócios. O mesmo não transcorreu com o “alemão” João Felipe Conrado, que, “filiado ao Partido Liberal, teve que fechar sua oficina de lombilharia e

partir para campanha com seu chefe político, coronel José Alves Valença” (BELÉM, Op. Cit., p. 94).

O Coronel José Alves Valença, proprietário local, teve papel destacado naqueles anos. “Em 1837, Valença era tenente comandante da polícia em Santa Maria, mas [...] pelo conhecimento da região e a decorrente capacidade de reunir efetivos entre a população” (RIBEIRO, Op. Cit., p. 234) ele terminou a guerra como tenente-coronel comandante do corpo de lanceiros farroupilhas. A atuação deste personagem na revolução farroupilha teve papel crucial em sua ascensão social, pois foi um marco em sua trajetória como autoridade política local, que teve o apogeu na década de 1850, quando o Coronel Valença se tornou a maior autoridade política de Santa Maria (Vargas, 2010).

No ano de 1837, por Lei Provincial n. 6, de 17 de novembro, foi criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, passando, por isso, o Curato à Paróquia, deixando de ser Capela Curada filial da Matriz de Cachoeira para ser também Matriz. Naquele mesmo ano, atraídos pelas possibilidades de ascensão pelo comércio e artesanato, que necessitavam ser revigorados, chegaram ao povoado dois imigrantes alemães, Pedro Cassel, que inicialmente abriu uma alfaiataria, tornando-se depois comerciante e André Beck, tamanqueiro. Um ano após, em 1838, chegou o negociante Francisco Weinmann. Em 1840, o negociante Felipe Leonardo Niederauer, o qual seguiu no mesmo ramo do seu irmão João Niederauer, estabelecido a mais tempo na localidade. O negociante João Pedro Höehr, pai do Coronel Martins Höehr⁷, fixou residência na Rua do Comércio, no ano de 1842 (BELÉM, 2000).

Em 1845 teve fim o conflito farroupilha, com a rendição das tropas rebeldes rio-grandenses selada pelo Tratado de Poncho Verde⁸. No período posterior, entre os anos de 1846 a 1858, outros imigrantes alemães domiciliaram-se na localidade. Belém (2000) citou alguns nomes e faremos referência, aqui, aos que interessam diretamente ao nosso tema de estudo: Carlos Kruehl, Carlos Brenner, João Henrique Druck e Conrado Scherer. Aqueles “alemães”, que chegaram na segunda fase da imigração em Santa Maria, se depararam com um cenário econômico e social em que algumas famílias já haviam acumulado fortuna através das atividades comercial,

⁷ Analisaremos em maior profundidade a trajetória do Coronel Martins Höehr nos 3º e 4º capítulos desta Dissertação.

⁸ Ver maiores detalhes sobre o fim da guerra e as condições do tratado de Poncho Verde em Pesavento (1982).

artesanal, da pecuária e agricultura. No grupo das primeiras famílias a se estabelecerem, as quais achamos plausível denominar de precursoras, estavam os Appel, os Niederauer, os Beck, os Cassel, os Weinmann, os Hoffmeister e os Höehr.

Na segunda metade da década de 1850, enquanto algumas famílias “alemãs” ainda fixavam moradia na região, se deu um acontecimento político que representou um “divisor de águas” na Santa Maria do século XIX. “Por Lei Provincial de n. 400, de 16 de dezembro de 1857, a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte foi elevada à categoria de vila, sendo, em 17 de maio de 1858, instalado o novo município” (BELÉM Op. Cit., p. 105). Este episódio marcou a emancipação política de Santa Maria em relação ao município de Cachoeira do Sul. Com o surgimento do novo município, personagens da elite política local reuniram-se e trataram de agir no sentido da institucionalização da primeira Câmara Municipal da vila de Santa Maria da Boca do Monte, o que se concretizou em 1858. A ata de instalação da Câmara contou com a assinatura de algumas autoridades, dentre elas o vereador mais votado, o tenente-coronel José Alves Valença, além da presença, também, de dois descendentes de imigrantes, João Pedro Niederauer, filho do negociante João Niederauer e o então delegado de polícia Maximiano José Appel, primogênito do comerciante e proprietário João Appel. Na segunda Câmara Municipal, eleita para o triênio 1861-1864 e nas seguintes, até a última Câmara (1887-1889), a presença de imigrantes e descendentes de alemães ocupando cargos eletivos aumentou consideravelmente, o que levou pesquisadores locais a afirmarem que “os alemães dominavam a política no município”.

Esta preponderância dos “alemães” nos negócios e na política do município já na década de 1850, portanto, trinta anos após o estabelecimento dos primeiros imigrantes, explica-se, em grande medida, pelas alianças familiares e de negócios constituídas entre as famílias “alemãs” e com os grupos “nacionais”, que constituíam “frentes familiares” de atuação econômica e política (LEVI, 2000).

Jonas Vargas (2010) afirmou que talvez tenha sido muito em função deste predomínio das famílias alemãs na política local que Santa Maria obteve somente dois Deputados provinciais no Império, José Alvez Valença F^o e Pantaleão José Pinto, pois “até 1881, os alemães eram proibidos por lei de concorrerem a tais cargos, o que reduzia seu nível de influência apenas ao município” (Vargas, Op. Cit., p. 304). Para o autor, durante o Segundo Reinado, os Bacharéis eram os mais aptos a ocuparem os altos cargos da província e, como nas décadas de 1850-60 Santa

Maria não possuía advogados, “a comunidade local precisava de outros agentes para intermediar pedidos e captar recursos para suas regiões”. Portanto, havia a necessidade de um mediador político local para intermediar as relações com a Capital, no caso deste estudo de Jonas Vargas, foi analisada a atuação do Coronel José Alves Valença⁹, como o autor esclareceu:

Essa necessidade torna-se mais evidente ao constarmos a profunda dependência com que as Câmaras municipais foram colocadas dentro da configuração política da época. Com pouca autonomia e escassos recursos econômicos, elas dependiam das instâncias de poder da capital, tanto para aprovar seu orçamento, quanto o código de posturas, entre outras medidas. No que diz respeito a Guarda Nacional, a interferência do executivo provincial e do Ministério da Justiça também era significativa, uma vez que seus oficiais deixaram de ser eleitos e passaram a ser nomeados por estes agentes do poder central, após 1850. (Ibid., p. 289).

As famílias “alemãs” do município, em aliança com algumas das mais tradicionais famílias “nacionais”, constituíam uma elite local que tomava a dianteira nas decisões políticas, delineavam as leis do orçamento municipal e faziam pedidos ao governo provincial, no sentido, por exemplo, de que fossem prorrogados os prazos para medição de terras devolutas, com o fim de favorecer alguns proprietários de terras com influência no meio desta mesma elite. Uma tendência corrente entre os vereadores, juízes de paz e, até mesmo, entre os guardas-nacionais, era de que os políticos filiados aos partidos predominantes no período, o Conservador e o Liberal, muitas vezes faziam contatos com as autoridades provinciais, pedindo pelo atendimento de favores para seu grupo de aliados ou até mesmo pessoais, em troca da lealdade partidária. Nestes casos, como colocado por Vargas (2010), um político local poderia favorecer algum parente ou aliado político com uma nomeação para o oficialato da Guarda Nacional, como também para a ocupação de cargos na burocracia local. Conforme Graham (1997), tais práticas

⁹ O autor analisou a trajetória do Coronel Valença em sua Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 2007, na qual desenvolveu um estudo voltado para a compreensão das relações políticas estabelecidas entre as elites locais e o mundo da Corte. Vargas (2007) destacou a atuação dos Bacharéis e trabalhou com o conceito de “mediadores políticos”, aqueles que através do status que o título de bacharel lhes conferia adentravam os círculos da Corte e faziam a ponte entre os interesses de suas famílias ou redes de relações locais e provinciais e a política imperial. Este historiador também salientou que no jogo familiar, em que o patriarca, através do seu poder econômico e prestígio social, garantia a formação intelectual do filho que viria a defender os interesses da família, fazendo a mediação das demandas políticas locais com o poder provincial e imperial, não havia uma rigidez mecânica de mando de pai para filho. Esta ideia foi reforçada por Farinatti (2007), que alertou para o fato de que o historiador deve considerar que havia “uma negociação entre pais e filhos, ainda que desigual, no processo que resultava na concretização de uma estratégia familiar”

eram inerentes à sociedade clientelista do século XIX no Império do Brasil, na qual as hierarquias vigentes na estrutura social, muitas vezes, eram reproduzidas nas instituições públicas.

Esta cultura política clientelista de relações de dependência e trocas de favores, acabou se refletindo na postura das autoridades locais em relação às políticas de medição e legalização de terras devolutas. Durante as primeiras gestões da Câmara Municipal, nas décadas de 1850 e 1860, eram frequentes as cartas e correspondências encaminhadas pela Câmara de Vereadores à Presidência da Província, pedindo que fossem adiados os prazos para medição de terrenos devolutos¹⁰. Pela leitura da documentação correspondente ao Fundo de Terras e Colonização de Santa Maria, arquivados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), nem sempre é possível identificar quem eram os proprietários locais que encaminhavam à Câmara os pedidos de adiamento das medições de suas terras, pois, na maioria das vezes, não eram identificados os autores das petições.

No dia 28 de março de 1863, o Capitão Otto Brinckmann, Agrimensor da Repartição Geral de Terras Públicas de Santa Maria, enviou uma carta ao Presidente da Província, Patrício José Correia da Câmara, com o seguinte conteúdo:

Devendo-se findar-se no dia 1º de junho próximo entrante a prorrogação do prazo que, por portaria dessa Presidência datada de 5 de abril do ano próximo findo, foi concedido a este município para proceder a medição de terras adquiridas por posses sujeitas a legitimação, ou por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou provincial que estão sujeitas a revalidação, corre-me o dever de, com a devida procedência, impetrar de V. Ex^a. nova prorrogação de prazo afim de que, não sejam prejudicados tantíssimos possuidores, de terras sujeitas a legitimação e revalidação, que ainda não puderam cumprir com o preceito da Lei, atentos não só as razões expendidas por este juízo em ofício dirigido a essa Presidência em data de 17 de março do ano próximo findo, como porque sendo avultado neste município o número de posses e sesmarias sujeitas à legitimação e revalidação não tem ainda sido possível a um bom número deles gozarem do benefício dos prazos¹¹

Esta carta foi enviada à presidência da Província no ano de 1863, portanto, treze anos após a aprovação da Lei de Terras de 1850, que “proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante doações da Coroa” (Costa, 1999, p. 171). Apesar de a Lei ter sido, de fato, implementada somente em 1854,

¹⁰ Documentação do Fundo Terras e Colonização (AHRs). Anos: 1863-1881.

¹¹ Documentação do Fundo Terras e Colonização (AHRs). Carta de Adolpho Otto Brinckmann à Patrício José Correia da Câmara. 28 de março de 1863.

temos no conteúdo desta carta, um exemplo de que, na prática, passou-se mais de uma década, até que a Coroa e as províncias conseguissem regularizar a questão da terra. Mas, o que de fato nos interessa perceber, é a questão clientelista implícita em casos como este. Primeiramente, os sujeitos requerentes, provavelmente, faziam parte da elite local, como proprietários, vereadores ou oficiais da Guarda Nacional, pois, do caso contrário, não teriam recebido terras por doação da Coroa no período anterior à aprovação da Lei de Terras¹². Em segundo lugar, o status ocupado por estes sujeitos na sociedade, lhes possibilitava o estreitamento de vínculos com autoridades políticas influentes no município, na província e, em alguns casos, na Corte (GRAHAM, 1997). Assim, através das redes de contatos que estabeleciam, conseguiam muitas vezes o atendimento de interesses pessoais, aumentando seus patrimônios e fortunas familiares.

A questão da regularização da posse da terra no Brasil do século XIX foi e continua sendo um tema bastante trabalhado pela historiografia, dando margens a novas abordagens.

Emília Viotti da Costa (1999) analisou as mudanças na forma de conceber as políticas de terra e trabalho no Brasil, como sendo parte da expansão dos mercados e do desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Como potência econômica precursora da revolução industrial, a Inglaterra pressionou outras economias nacionais a regularizar a propriedade da terra de acordo com as novas necessidades econômicas e novos conceitos de terra e trabalho. Segundo a autora:

O tamanho das “posses” (terra adquirida por meio de ocupação) foi limitada pela lei: elas não podiam ser maiores do que a maior doação feita no distrito em que se localizavam. [...] Criou-se um serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública e de promover a colonização: a Repartição Geral de Terras Públicas. (Costa, Op. Cit., p. 171).

Estas mudanças promovidas na legislação referente à propriedade da terra não passaram sem gerar conflitos entre os parlamentares e, mesmo, entre os proprietários, pois não houve uma mudança brusca de mentalidade econômica, que acompanhasse esta reforma de cunho jurídico e político. Emília Viotti (1999) colocou

¹² As doações de terras realizadas pela Coroa a particulares no século XIX, acontecia em casos quando um sujeito prestava serviços ao Império em guerras e conflitos. Era uma forma de troca de favores que garantia aos beneficiados uma distinção na hierarquia social, pois, junto às terras, eram contemplados com honrarias militares e com a nomeação para cargos públicos de comando. (COSTA, 1999).

que havia um conflito entre duas diferentes concepções de propriedade da terra, “concepções estas que representavam uma maneira moderna e outra tradicional de encarar o problema”. Para a autora, houve no Brasil um período de transição que se iniciou no século XVI e se encerrou apenas no XX, de um momento histórico no qual a terra era vista como domínio da Coroa, para um período no qual a terra tornou-se de domínio público.

Esta mudança gradativa de mentalidade em relação à posse da terra resultou numa forma diferenciada de pensar a posição social, pois nos tempos da Colônia, quando a terra era concedida pela Coroa, o poder econômico derivava do prestígio social, já no período após a Lei de Terras, o prestígio social era algo que podia ser comprado.

Em trabalho mais recente, Cristiano Luís Christillino¹³ (2010), ao analisar a aplicação da Lei de Terras no Rio Grande do Sul, trabalhou justamente com os problemas e contradições decorrentes da tentativa de regularização da posse da terra por parte do governo da província, que encontrou oposição de posseiros e proprietários, os quais, para driblarem os dispositivos judiciais e os impostos, recorreram a práticas como a grilagem e a medição intencionalmente equivocada de suas terras.

Um aspecto importante na análise deste historiador é que a posse da terra por determinadas famílias, fruto de uma ascensão social obtida por estratégias matrimoniais, ou pela patente militar e atuação em guerras, como a do Paraguai, possibilitou que seus chefes tivessem uma grande inserção política, com influência na política da Corte, obtendo benesses e vantagens, dentre elas no que se relacionava com o não cumprimento dos requisitos legais da Lei de Terras, através de estratégias como a grilagem. Como consequência desses jogos de poder “milhares de hectares de terras públicas ou então de pequenos posseiros foram parar nas mãos de muitos comandantes da milícia [...]” (Christillino, 2010, p. 80).

¹³ Christillino (2010), visando entender como os estancieiros rio-grandenses lidaram com a questão da lei de terras, foi atrás dos vestígios deixados pelos sujeitos de elite, num esforço de reconstrução de suas trajetórias sociais e políticas, no intuito de demonstrar como se caracterizava a figura do proprietário de terras na província do Rio Grande de São Pedro. O autor destacou a importância dos militares como grupo social de maior destaque, embora no Segundo Reinado já estivessem ganhando espaços as figuras dos Bacharéis. Segundo seu estudo, a formação dos bacharéis fazia parte das estratégias dos chefes guerreiros das famílias tradicionais, formando os filhos ou os genros antes de inicia-los na vida política. Assim, a classe dos bacharéis estaria numa posição subordinada às estratégias sociais dos chefes militares.

Naquele período dos anos 1860 em Santa Maria, embora muitos imigrantes e descendentes de alemães administrassem propriedades rurais nos arredores do centro urbano da vila, as atividades econômicas mais frequentes tinham caráter urbano, pois foi basicamente por meio do comércio e artesanato que as famílias “alemãs” mais tradicionais da localidade acumularam fortuna e se fizeram enquanto elite. Isto está relacionado ao fato de que a imigração alemã para Santa Maria foi essencialmente urbana. Como afirmaram os memorialistas locais, os “alemães” dominavam a economia e a política na sede do município. Isto não significa que agentes particulares da imigração não tivessem lançado investidas no sentido da implementação de uma colônia alemã com características agrárias na região. A tentativa houve. O local escolhido para sua instalação foi a serra de São Martinho.

2. 1. 1 – A tentativa frustrada de implantação da colônia alemã na serra de São Martinho

A iniciativa para a constituição de uma colônia alemã nos arredores do núcleo central de Santa Maria partiu da investida particular de um agente de colonização, Felipe Normann. As primeiras cartas foram enviadas por ele no ano de 1858, nas quais fez proposta ao governo provincial para a formação da colônia, que estaria localizada na Serra de São Martinho, circundada pela estrada do Pinhal¹⁴.

Na introdução do relatório, o autor expôs as condições para a compra dos terrenos. O proponente obrigava-se a comprar do governo provincial quatro léguas quadradas, ou uma área equivalente de terrenos devolutos, sitas na Serra Geral, no distrito de São Martinho, sobre as cabaceiras do Arroyo Grande, tributário do Arroio Vacacahy Mirim, para colonizá-las, estabelecendo nelas, pelo menos, cento e vinte famílias de quatro pessoas cada uma por termo médio, na razão de uma família por cada seção de trezentas mil braças quadradas¹⁵. O proponente poderia estabelecer um maior número de famílias para introduzir naquelas terras, subdividindo-as conforme sua vontade.

¹⁴ Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios de Felipe Normann, 01 de maio de 1858.

¹⁵ Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios de Felipe Normann, 01 de maio de 1858.

A condição 3ª do relatório estabelecia que, logo que o perímetro das quatro léguas quadradas fosse medido e demarcado, poderia o proponente entrar em posse de duas léguas quadradas ou área equivalente, com a obrigação de no fim de cinco anos, contados dessa posse, estabelecesse o número proporcional de famílias, de que tratava a condição primeira. As duas léguas quadradas restantes seriam compradas a todo o tempo, que dentro do prazo de oito anos, conviesse ao proponente, com a condição, porém, de povoá-las dentro de três anos, contados da época da compra, com tantas famílias quantas sessões de trezentas mil braças quadradas contivesse o terreno comprado¹⁶.

Na 4ª condição, ficava acordado que os colonos introduzidos nas terras compradas seriam nacionais e estrangeiros, devendo os primeiros entrar pelo menos na razão da metade do número total¹⁷.

Nas disposições daquele documento, ficavam claros dois aspectos principais. Primeiramente, Felipe Normann dizia que o projeto oferecia vantagens, pois não era oneroso aos cofres públicos, visto que, o proponente não pedia os subsídios e prêmios que aquele contrato garantia por cada colono importado, que eram pagos tanto pelos cofres gerais, quanto pelos provinciais. O segundo aspecto destacado pelo agente, dizia respeito às vantagens que resultavam de uma colonização mista entre nacionais e estrangeiros, pois, desta forma, se evitava a formação de um elemento estranho no meio da população nacional, como acontecia na Colônia São Leopoldo¹⁸.

Através da leitura do segundo relatório enviado por Felipe Normann ao Presidente Patrício José Correia da Câmara, fica implícito que sua primeira proposta havia sido aceita, pois, em correspondência remetida pelo Presidente ao agente, o primeiro pedia que lhe fosse enviado, até a data de 06 de agosto de 1858, um relatório descrevendo o estado da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, acompanhado de dados estatísticos.

¹⁶ Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios de Felipe Normann, 01 de maio de 1858.

¹⁷ Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios de Felipe Normann, 01 de maio de 1858.

¹⁸ Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios de Felipe Normann, 01 de maio de 1858.

“Pode se dizer que a Colônia Santa Maria, ao nascer, já morreu”¹⁹. Estas foram as palavras que o agente de colonização utilizou para descrever o fracasso em que resultou a sua tentativa particular de implantação da colônia alemã na Serra de São Martinho. Mas, quais foram os motivos pelos quais o projeto não vingou?

O que parece ser contraditório na leitura daquele segundo relatório, é que Felipe Normann descreveu as condições para a implantação da colônia como ótimas:

Há poucos lugares na Província, que reúnem tantas condições para a propriedade de uma Colônia, como essa região da Serra Geral: as suas férteis terras são atravessadas pela excelente estrada do Pinhal, a limpeza do Rio Vacacahy-Grande franqueará à Colônia um porto de embarque, para os seus gêneros de exportação, que não lhe ficará em maior distância de 5 léguas, e um ótimo mercado lhe oferece não somente a vizinha e florescente Villa de Santa Maria, com uma população toda comerciante e industrial de mais de 1200 almas, mas também uma vasta campanha, cujos habitantes, quase todos entregues à indústria pastoril, e pouco afetos ao trabalho rural, vem à porta das casas dos colonos, para abastecer-se da sua produção, que lhes compram por subidos preços [...].

Conforme o conteúdo deste trecho, havia condições para a prosperidade econômica da colônia, pela proximidade em relação a Santa Maria, que possibilitava aos colonos negociarem seus produtos com os comerciantes, industriais e proprietários, na área urbana e rural do município.

No entanto, pelo fato de a colônia ter sido fruto da iniciativa particular, acabou padecendo pela própria falta de investimentos. À época, Felipe Normann assumiu a frente nos negócios de uma sociedade por ele estabelecida, no objetivo de dirigir-se ao governo imperial demonstrando que tinha recursos para a realização de tal empreitada. O projeto de Normann esbarrou na política da Coroa, que não deferiu a petição por ele encaminhada e, com isso, não vendeu à sociedade as terras devolutas que esta havia pedido para compra. Nas palavras do agente, esta atitude do governo do Império impossibilitou a continuidade do projeto, o que levou à dissolução da sociedade:

Pus-me à testa de uma sociedade, e fomo-nos dirigir ao Governo Imperial, pedindo que nos vendesse um território de terras devolutas, contíguas às que já tínhamos comprado à particulares, para desde já darem princípio à realização da empresa, porque tínhamos bem fundadas esperanças, que aquele território nos seria concedido. O Governo Imperial, porém, nunca

¹⁹ Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios de Felipe Normann, 06 de agosto de 1858

deferiu a nossa petição, - sem terras não se pode colonizar e por outra parte, como V. Ex.^a. sabe, também se nos puseram obstáculos, de sorte que com grande prejuízo meu tive de desistir da empresa, e dissolvida ficou a sociedade, porque lhe faltou a proteção que a outras se prodigaliza.

Apesar de a colônia nem ter chegado a ser oficializada, Felipe Normann, à frente de sua empresa, conseguiu introduzir algumas famílias nas terras que havia conseguido comprar, quase todas provenientes de São Leopoldo. Os dados estatísticos demonstravam uma população com as seguintes características: Homens – 77; Mulheres – 62; Católicos – 63; Evangélicos – 76; Casados – 44; Solteiros – 92; Viúvos – 3; Brasileiros – 97; Estrangeiros – 42.

Nota-se que a população masculina estava em maior número em relação à feminina e os homens solteiros eram quase o dobro dos casados. Embora o agente não tenha mencionado em seus relatórios, este número desproporcional de solteiros em relação aos casados, pode ter sido um dos fatores que impossibilitou a formação de uma colônia com economia baseada na agricultura familiar, como ocorreu em São Leopoldo e em outras colônias que deram certo.

2. 1. 2 – Santa Maria nas três últimas décadas do regime Imperial

Na década de 1860 o novo município possuía cerca de 6000 habitantes e sua malha urbana era formada por poucas ruas. A região da vila onde hoje se localiza a rua Venâncio Aires era, na maior parte, uma estrada desabitada até o Passo da Areia, “onde havia algumas chácaras, inclusive a área da família Niederauer, onde seria construída a Sotéia, que não mais existe” (BRENNER, 2010, p. 61). A família Niederauer era tradicionalmente conhecida pela prática do comércio na região. O negociante João Niederauer acumulou fortuna pelas intensas relações econômicas que manteve com outros sujeitos de elite da sua época. Por meio do capital acumulado na compra e venda, tornou-se também proprietário de uma boa extensão de terras localizadas no Passo da Areia, localizado nos arredores da região central do município.

Na imagem 1 temos a planta de uma região de Santa Maria da Boca do Monte no ano de 1848. Nesta aparecem as terras pertencentes à família Niederauer, inclusive o terreno onde foi construída a Sotéia, em 1864.

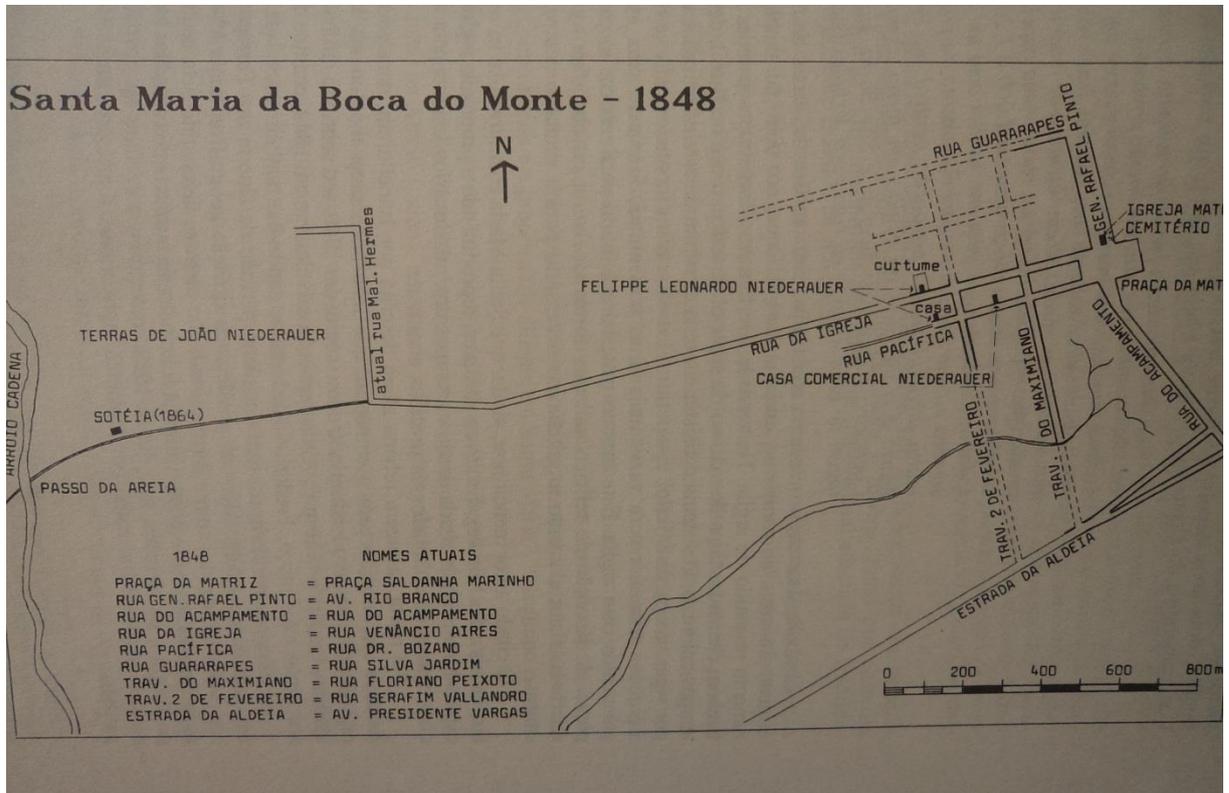


Imagem 1 – Terras pertencentes à família Niederauer

Fonte: (BRENNER, 1995, p. 81)

Conforme a imagem, no seguimento das terras de João Niederauer, localizadas no Passo da Areia, estavam as propriedades de posse do seu irmão Felipe Leonardo Niederauer, na rua da Igreja. Na travessa 2 de Fevereiro, os irmãos haviam construído a Casa Comercial Niederauer, próxima ao Curtume de Felipe Leonardo. Fica evidente que tratava-se de uma família alemã que havia acumulado fortuna, assim como os Appel, os Cassel, os Weinmann, os Daudt, dentre outras famílias de negociantes. Os Niederauer eram proprietários de extensões de terras consideráveis para Santa Maria. Como a maioria das famílias “alemãs” da vila, chegaram a Santa Maria praticando a religião protestante. Todavia, como até a metade dos anos 1860 ainda não existia uma igreja protestante no município, a família acabou se convertendo à crença oficial do Império, tornando-se católicos,

com a exceção de Frederico “Crespo” Niederauer, que permaneceu protestante (BRENNER, 1995).

Movidos pela necessidade da prática do culto religioso e da congregação dos “alemães” protestantes de Santa Maria, sujeitos da elite local, tais como Henrique Druck, Abraham Cassel, Pedro Cassel, Francisco Weinmann e Guilherme Fischer, mobilizaram forças econômicas e políticas para a construção de uma igreja e de uma comunidade evangélica protestante na localidade.

Em 08 de abril de 1866 foi fundada a Deutsche Evangelische Gemeinde, que em português significa Comunidade Evangélica Alemã de Santa Maria. No mesmo ano, em 28 de outubro de 1866, foi fundada a Deutscher Hilfsverein, ou Associação Alemã de Assistência, que teve setenta e um fundadores alemães, entre imigrantes e descendentes (BRENNER, 2010).

Na transição dos anos 1860 para os 1870, já haviam se consolidado os espaços de atuação da elite “alemã” de Santa Maria. Imigrantes e seus descendentes ocupavam cargos na Câmara de Vereadores, desde sua primeira gestão, estavam entre o oficialato da Guarda Nacional, as famílias protestantes estavam organizadas para o culto e a sociabilidade na Comunidade Evangélica e eram personagens ativos nos acontecimentos que marcaram a década de 1870 no município.

Um acontecimento daquele período que merece destaque é a Guerra do Paraguai²⁰ (1864-1870). Durante o conflito, destacamentos militares foram mobilizados na vila. Chefes militares, como o então Cel. José Alves Valença, ou alguns alemães, dentre eles, o Coronel João Niederauer Sobrinho, o Coronel Martins Höehr, o Capitão Henrique Pedro Scherer e o Coronel Ernesto Beck²¹, após o término do conflito, acabaram sendo aclamados com honrarias militares, o que elevou seus status enquanto elite e lhes garantiu o poder através da influência política local que passaram a exercer.

As atividades econômicas de caráter urbano, como o artesanato e o comércio, ganhavam cada vez mais espaço, mas Santa Maria ainda era predominantemente rural. Os gêneros agrícolas mais cultivados no município eram o milho, arroz, feijão, trigo, batatas, cana, fumo, cevada, amendoim, mandioca, e

²⁰ Sobre a Guerra do Paraguai consultar Gonçalves (2006).

²¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79.

especialmente o cultivo da uva em grande escala. Estes gêneros eram, de preferência, cultivados nas encostas da Serra Geral que ficavam nas circunvizinhanças da vila²². O número de estabelecimentos rurais compreendidos na área do município era grande e a produção da pequena e da grande cultura se dava da seguinte forma:

A produção de grande cultura é a que passa a demonstrar por meio das cifras seguintes: fumo, 1.600, farinha, 5.000 alqueires, milho, 10.000 alqueires, feijão 1.200 alqueires, Vinho nacional, 250 pipas, vinagre, 40 pipas, aguardente, 50 pipas, arroz, 5.000 alqueires; quanto porém, à produção da pequena cultura, deixa esta de ser mencionada por falta de base exata para o cálculo, [...], que é pequeno e feito no município.²³

Foi em função da pequena diversificação econômica do município, como demonstrado nos números deste relatório, enviado ao Presidente da Província em 1874, que João Belém afirmou que, elevada a vila à categoria de cidade em 1876, “outra vantagem não teve a não ser a honraria que lhe foi confiada [...] sua renda pública, que era insignificante, não cresce com a distinção alcançada” (BELÉM, Op. Cit., p. 143). Por outro lado, o autor destacou que o município progredia lentamente.

O cenário econômico e social santa-mariense sofreu mudanças significativas mesmo, na década de 1880. Um episódio foi chave para a urbanização da então agrária Santa Maria e a dinamização econômica da cidade: a implantação da rede ferroviária que ligava Santa Maria a Porto Alegre. A historiadora Daniela Vallando de Carvalho fez a seguinte consideração sobre as mudanças trazidas nos vagões dos trens:

[...] foram alterações e reordenamentos sociais que implicaram em uma série de consequências à região e às pessoas que lá viviam ou que para lá se dirigiam. Vidas foram alteradas, perspectivas ampliadas, condições sociais reordenadas, contatos foram gerados e muitas relações se estabeleceram, entre conflitos e solidariedades. (CARVALHO, 2005, p. 53).

A ferrovia trazia consigo a dinamização da economia, pelos vínculos mais diretos que a elite santa-mariense passou a estreitar com a capital, Porto Alegre, a região serrana e a fronteira sul, gerando novos empregos e atraindo investimentos que vinham de fora. Ao largo da Avenida Rio Branco, por onde passavam os vagões

²² Documentação da Câmara Municipal de Santa Maria (APERS). Relatório enviado ao Presidente da Província, ano: 1874.

²³ Fundo Câmara Municipal de Santa Maria (AHRs). Relatório enviado ao Presidente da Província, ano: 1874, p. 300.

dos trens, surgiu uma indústria de hotéis, novas farmácias, bancos, foram criados novos órgãos de imprensa, um teatro e, nos clubes sociais, a elite local confraternizava e discutia os assuntos que estavam na pauta do dia, relativos aos mais variados temas.

Portanto, na última década do Império, Santa Maria se urbanizou e diversificou sua economia e cultura.

A elite “alemã” teve intensa atuação nas mudanças que se consolidaram. O farmacêutico João Daudt Filho, ao lado de seu pai, o Capitão João Daudt, filiados ao Partido Liberal, estiveram à frente de investimentos e acordos políticos. O primogênito dos Daudt, segundo Beltrão (1958), foi um dos grandes investidores nos projetos da viação férrea e foi responsável pela construção do Teatro Treze de Maio, em atividade ainda nos dias atuais. Esteve também envolvido no episódio da demolição da antiga Igreja Matriz²⁴, tendo sido um dos ideólogos do “progresso” na cidade (KARSBURG, 2003). Seu pai, negociante, oficial da Guarda Nacional, foi o vereador que mais vezes ocupou cargos na Câmara Municipal.

“Alemães” de outras famílias também exerceram influência política local, desde os anos 1850, até os momentos finais do regime monárquico. Isto fica confirmado na relação dos vereadores eleitos para o último triênio da Câmara (1887-1889)²⁵:

QUADRO 2 - Relação nominal dos vereadores, juizes de paz e seus imediatos, eleitos para o quadriênio de 1887 a 1890, no município de Santa Maria da Bocca do Monte

Vereadores	Votação
1º Francisco José Ferreira Camboim Filho	28
2º João Pedro Lenz	26
3º Francisco de Oliveira Flores	26
4º Pedro Weinmann	24
5º José Adolpho Pithan	24
6º Frederico Crayer	62

²⁴ Maiores detalhes sobre este episódio em Karsburg (2003).

²⁵ Documentação da Câmara Municipal de Santa Maria (APERS). Relação dos Vereadores eleitos para o triênio (1887-1889).

7º João Daudt	61
8º João Fernandes Niederauer	55
9º Basílio José da Silva Pereira	42
Imediatos	
1º Elias Nahinger	21
2º João Appel Primo	20
3º Manoel Machado Ferreira Netto	3
4º Adolpho Pithan	2
Juizes de paz do 1º Distrito	
1º João José Pinto	72
2º Frederico Krebs Sobrinho	72
3º Pedro José Cassel	72
4º José Carlos Krueel	71

Como vemos na tabela acima, dos dezessete indivíduos eleitos, entre vereadores e juizes de paz, dez eram de origem alemã. Esta foi a última Câmara de Santa Maria no Império, pois, no dia 15 de novembro de 1889, por meio de um golpe de Estado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca no Rio de Janeiro, foi proclamada a República.

3 - UMA ELITE ALEMÃ EM SANTA MARIA: JOGANDO COM ESCALAS

Neste capítulo, traçaremos o perfil coletivo da elite “alemã” de Santa Maria, buscando vislumbrar o universo no qual os personagens históricos estavam envolvidos no período do Império à transição para a República²⁶. Em termos metodológicos, faremos a análise da trajetória social das 16 famílias que compõem o nosso locus de pesquisa em duas gerações, reconstituindo estratégias familiares, alianças políticas e vínculos de negócios. Desta forma, se dará um levantamento dos dados coletivos referentes à 1ª geração, a dos “patriarcas”, que assim entendemos como os sujeitos que deram origem a seus respectivos troncos familiares em Santa Maria. Sendo assim, classificaremos como “patriarcas” tanto os personagens que emigraram das diferentes regiões que na primeira metade do século XIX compuseram o atual território alemão para o Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Leopoldo e arredores e litoral norte, até se estabelecerem na região central do Estado, quanto os que já haviam nascido no Rio Grande do Sul e chegaram posteriormente na Vila, atraídos pelas possibilidades de negócios no comércio, ou em alguns casos pelo convite de irmãos ou parentes já estabelecidos economicamente, trabalhando em sociedade²⁷.

²⁶ Embasamos nosso estudo da elite alemã de Santa Maria no diálogo com trabalhos recentes, a exemplo de Andrius Estevam Noronha (2012) e Carina Martini (2010), que desenvolveram análises inspiradas na nova história social das elites, traçando o perfil coletivo de sujeitos de elite atuantes na economia e na política em nível local, compreendendo as relações que se davam entre imigrantes e luso-brasileiros, tendo como locus de pesquisa, respectivamente, os municípios Santa Cruz do Sul (1905-1966) e São Sebastião do Caí (1875-1900).

²⁷ Três foram as principais portas de entrada dos imigrantes alemães em Santa Maria, respectivamente: a primeira pela atuação no 28º Batalhão de Caçadores, que havia sido contratado pelo Império para defender as fronteiras na província meridional e para povoar o território rio-grandense. Ao se desfazer a corporação militar, alguns mercenários acantonaram na Vila de Santa Maria em princípios de 1830, como no caso do alemão João Appel (BELÉM, op. Cit. 2000); a segunda por imigrantes que haviam chegado a São Leopoldo por volta de 1825, de lá estabelecendo moradia em colônias como Três Fourquilhas, Bom Jardim, Torres (HUNSCHE, 1977), dentre outras, migrando para Santa Maria entre 1834 e 1862; a terceira e última via de entrada deu-se algumas vezes por influência dos imigrantes que já haviam se estabelecido na sociedade local e enviavam cartas a parentes e conhecidos para que emigrassem, como no caso que veremos adiante de Antônio Appel, que viajou por conta própria de Ober-Haesse para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se em Santa Maria em 1862 como negociante, profissão que também era exercida por seu irmão, João Appel, que havia se estabelecido aproximadamente 30 anos antes na localidade e teve grande ascensão social na comunidade local.

No banco de dados referente à 1ª geração, que construímos a partir das questões formuladas no questionário biográfico (ver capítulo 1), foi possível organizar informações referentes a 25 chefes de família que desenvolveram laços familiares com outras famílias alemãs e com alguns núcleos “nacionais” e firmaram na sociedade santa-mariense suas redes de relações sociais. Cruzando informações da documentação levantada com a bibliografia local sobre as famílias alemãs (memorialistas e livros de genealogia), conseguimos separar as informações por categorias, tais como: a) nascimento/local de origem/ matrimônio/estabelecimento em Santa Maria; b) falecimento; c) Atuação Câmara de Vereadores/ patente militar; d) Profissão; e) Vinculação religiosa/Maçonaria.

Num primeiro cruzamento de informações, foi possível confirmar a caracterização que havíamos feito no início do estudo (introdução), de que a geração dos patriarcas foi marcada por um “mundo em construção”, pois ao se estabelecerem na nova sociedade como homens que buscavam inserção social e crescimento econômico, os chefes das famílias agiram no sentido de se adaptarem às normas sociais, padrões de conduta e às leis do Império brasileiro, por meio dos vínculos familiares estreitados no “seio” da nova sociedade, como no caso dos casamentos, batizados, dos vínculos religiosos, e de sociedades visando parcerias nos negócios, unidos por laços consanguíneos e não consanguíneos.

Num segundo momento, analisaremos o perfil da 2ª geração, a dos descendentes das famílias imigrantes, que pelo fato de terem herdado bens materiais e também heranças imateriais, como status social e influência política (LEVI, 2000), pensamos ser lícito denomina-los de “herdeiros”.

No cruzamento de informações para a montagem do banco de dados da geração dos herdeiros, utilizamos as mesmas categorias trabalhadas para o estudo da 1ª geração, apenas acrescentando o item “atuação na Intendência Municipal”, pois assim poderemos saber quais foram os indivíduos que ocuparam cargos públicos na Câmara Municipal do Império e/ou na Intendência, durante os primeiros momentos da República, se houve ou não continuidade no exercício de postos públicos e se ocorreram mudanças ou permanências em suas tendências ideológico-partidárias.

Nossa compreensão do poder econômico e da atuação política dos “alemães” do grupo delimitado se dará no desenvolvimento das análises do sub-capítulo intitulado “Encontro de gerações”, onde por meio de um estudo comparativo

buscaremos estabelecer relações com as atividades econômicas, fortuna familiar e atuação política das duas gerações. Esta opção didática para distribuição do texto explica-se pelo fato de que os períodos de atividades políticas mais intensas, fosse na Câmara de Vereadores ou na Guarda Nacional, deram-se no espaço de tempo entre os anos de 1858 a 1889, quando alguns herdeiros passaram a ocupar cargos públicos e a inserir-se na hierarquia social, ao lado dos patriarcas que ocuparam postos na burocracia. Nesta análise comparativa das duas gerações, que somadas totalizam 47 sujeitos, objetivamos perceber continuidades ou mudanças nas estratégias sociais dos descendentes em relação a seus pais, tios e sogros, tanto no referente à profissão e atividade econômica desempenhada, quanto à atuação na vida pública.

Estas relações fazem-se necessárias à medida que teremos a possibilidade de averiguar em qual das gerações houve maior atuação política através do exercício de cargos públicos na Câmara de Vereadores e da Guarda Nacional. Entretanto, também levaremos em consideração a atuação política daqueles sujeitos que exerceram influência em sua época, mesmo que não fossem responsáveis diretamente por gerir os negócios do município, pois poderiam se fazer representar por meio de um filho, sobrinho, genro ou afilhado, que ajudassem a projetar na vida pública para defender seus interesses.

Também por meio de um estudo comparativo, na análise da atuação política das duas gerações, levantaremos o perfil religioso de 17 sujeitos das 16 famílias da nossa pesquisa que atuaram na Câmara de Vereadores e na Guarda Nacional, na intenção de constatar a quais religiões os patriarcas e os herdeiros eram filiados e se faziam parte, ou não, da Maçonaria. Com isso objetivamos, além de reconhecer os espaços de atuação social desta elite “alemã” de Santa Maria, entender se existiam relações entre vinculação religiosa e maçonaria com atuação política e o lugar que os personagens ocupavam na hierarquia local.

O acervo documental levantado para a realização desta etapa do trabalho, está constituído da seguinte maneira: 12 inventários post-mortem; 1 carta testamento²⁸; documentos do Departamento de Terras e Colonização de Santa Maria (1859-1883); documentos do fundo Guarda Nacional de Santa Maria – Conselhos de Qualificação e Revisão (1858-1883); cartas e correspondências

²⁸ Encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província (1873-1889)²⁹; Jornal “O Combatente” (1889-1896)³⁰; atas da Sociedade de Beneficência alemã (Deutscher Hilfsverein) (1899-1916)³¹.

Além das fontes primárias citadas, faremos uso também de livros que nos deem acesso a informações dos personagens da nossa pesquisa, como a exemplo de memorialistas como João Belém, Romeu Beltrão, José Antônio Brenner e do livro do Centenário de Santa Maria (1814-1914). Informações referentes à vinculação religiosa e atuação na maçonaria foram encontradas na leitura da Tese de Doutorado de Marta Borin, defendida em 2010 e na Dissertação de Mestrado de Alexandre Oliveira Karsburg, defendida em 2007.

Justificando a apropriação do conceito de “jogos de escalas”, desenvolvida pelo micro-historiador francês Jacques Revel (1998), faremos ao longo deste capítulo um esforço em distanciar e aproximar a escala de análise, como se tivéssemos uma lupa nas mãos diante de uma obra de arte e pudéssemos, em diferentes momentos, contemplar o todo da imagem ao mesmo tempo em que, ao aproximar a lente da tela, fosse possível penetrar no universo de detalhes de um ponto, que num primeiro olhar poderia passar despercebido, mas que, em o observador ampliando a escala novamente para o todo da obra, tivesse condições de apreciá-la com um novo significado, numa maior riqueza de detalhes. No caso do trabalho do historiador este exercício não é menos rico, uma vez que se tem a oportunidade de perceber “as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc.” (REVEL, 1998, p. 22).

3. 1. – Costurando caminhos: o perfil dos “patriarcas”

Nas vielas alemãs, rangem, a cada momento, grandes carretas; oito bois bem nutridos vão atrelados na frente. Os grosseiros carros de carga de duas rodas são carregados de produtos do país e de artigos de importação, para cuja produção e venda Santa Maria é ponto muito importante. Por isso existe entre os negociantes alemães de Santa Maria gente rica, por menos que se note isso à primeira vista. (Avé-Lallemant, 1980, p. 214)

²⁹ Encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)

³⁰ Localizado no Acervo Particular Edmundo Cardoso em Santa Maria

³¹ Consultada na Sede da Sociedade Concórdia Caça e Pesca (SOCEPE) em Santa Maria.

Esta descrição feita no ano de 1858 pelo viajante alemão Robert Avé-Lallemant³², que estava de passagem pela Província do Rio Grande de São Pedro, ilustra o quanto as famílias de origem alemã já tinham presença marcante nos negócios da Vila de Santa Maria da Boca do Monte no ano de sua emancipação política e da criação de sua primeira Câmara Municipal do Império. Quando escreveu suas impressões sobre o “lugarejo”, o viajante não se esqueceu de mencionar que existia entre os “negociantes alemães de Santa Maria gente rica”, possivelmente porque os sujeitos que se ocupavam do comércio tivessem um predomínio nos negócios da localidade, ou porque, naquele contexto econômico e social, a atividade comercial possibilitasse o acúmulo de fortuna e fosse uma porta de acesso ao mundo da elite.

O mesmo autor ainda fez referência à “singularmente alemã Santa Maria” e acrescentou que bastava imaginar “uma rica aldeia à margem da estrada de Darmstadt a Heidelberg e estamos no centro de Santa Maria” (Ibid. p. 214).

Esta outra passagem de Lallemant traz importantes informações sobre os negociantes alemães de Santa Maria, pois é possível perceber a impressão que teve de uma casa de comércio que visitou e de seu proprietário:

Um dos negociantes alemães que há 19 anos chegaram sem nada a Santa Maria, mostrou-me sua casa, seu armazém, seu pomar; tudo tão bem construído, tão espaçoso, tão bem ordenado, que a gente esquece os campos do Rio Grande e julga estar numa loja europeia. E, abrindo-se as grandes caixas de papelão, nelas se encontram chales caros, tule, vestidos elegantes. As freguesas moram em Santa Maria, nos arredores, na serra; tem dinheiro para pagar essas coisas caras sem dificuldade. Atrás do

³² O médico e explorador alemão Robert Christian Barthold Avé-Lallemant nasceu em 25 de julho de 1812 em Lübeck, cidade atualmente localizada no estado de Schleswig-Holstein, Alemanha. Filho dos professores de música Jacob Heinrich Avé-Lallemant e Friederike Marie Canier, em 1836 estabeleceu-se no Brasil, como médico no Rio de Janeiro. Alguns anos depois foi diretor de um sanatório para doentes de febre amarela. Foi então convocado para trabalhar no conselho de saúde do império. Em 1841 casou no Rio de Janeiro com Meta, filha de Moses Löwe, com quem teve três filhos. Como sua mulher não suportava bem o clima brasileiro, a família retornou em 1855 para Lübeck, falecendo sua mulher no mesmo ano. Após o ano obrigatório de luto, Avé-Lallemant casou em 11 de abril de 1856 com Ida Louise Löwe, irmã de sua falecida mulher, com quem teve 2 filhos. Em Lübeck teve contato com Alexander von Humboldt, que o convidou para participar da expedição Novara para o Brasil. Avé-Lallemant abandonou a expedição no Rio de Janeiro, iniciando então a viajar sozinho pelo Brasil. Estas expedições foram apoiadas pessoalmente por D. Pedro II. Em 1858-1859 Avé-Lallemant retornou novamente para Lübeck, abrindo um consultório em 1859. Em 1869 foi convidado, novamente sob incentivo de Humboldt, para a cerimônia de inauguração do Canal de Suez. Em 1871 faleceu sua segunda mulher, com 54 anos de idade, tendo ele casado um ano depois com Adamine Ulrike von Rosen. Avé-Lallemant não é conhecido somente por suas viagens exploratórias pelo Brasil, mas também por ter influenciado o sistema de saúde brasileiro. Fonte: Wikipédia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Christian_Av%C3%A9-Lallemant

armazém de mercadorias, o depósito de sal e, ao lado deste, um outro de couros secos e tudo em ordem modelar. (Ibid., p. 215)³³.

Como Avé-Lallemant fez esta descrição no ano de 1858 e, segundo consta na primeira linha do trecho por nós transcrito, o comerciante com quem ele teve contato haveria estabelecido moradia em Santa Maria 19 anos antes, cremos se tratar de algum dos migrantes da primeira geração que vamos analisar neste capítulo. Talvez estivesse no estabelecimento do comerciante e proprietário João Frederico Niederauer (que ficou conhecido em Santa Maria apenas como João Niederauer), ou pode ser que o explorador estrangeiro trocasse uma conversa com o primeiro patriarca da família Cassel a se estabelecer em Santa Maria, Pedro Cassel. Como o autor não citou nomes, dificilmente saberemos exatamente de quem se tratava, mas tendo conhecimento dos períodos históricos da imigração alemã para Santa Maria, podemos soltar a imaginação.

Pela leitura dos livros que descrevem as famílias alemãs de Santa Maria, dentre genealogistas e memorialistas, como a exemplo dos estudos do Professor José Antônio Brenner (2010), do livro autobiográfico de João Daudt Filho (2003), ou do memorialista João Belém (2000), sabemos que os imigrantes não se dedicavam apenas ao comércio, pois dentre eles haviam tamanqueiros, lombilheiros, alfaiates, oleiros, ourives, lavradores, criadores, dentre outras ocupações.

Entretanto, tais obras, apesar de trazerem informações importantes sobre as famílias e os personagens históricos individualmente, como seus locais de origem, ano de chegada, profissão que exerciam, as relações que mantinham com a religião, as sociabilidades e os cargos públicos ocupados pelos indivíduos, carecem de uma análise historiográfica mais profunda, que reflita sobre como homens de carne e osso, sujeitos a normas de conduta e às regras da realidade que os cercava em determinado contexto histórico, interagem socialmente.

As famílias de origem alemã que se inseriram na sociedade santa-mariense no período aproximado de 1830 a 1862 e, mesmo a geração subsequente, dos seus

³³ A obra original, em alemão, foi intitulada "Reise Durch Süd-Brasilien im Jahre 1858". Pensamos ser interessante citarmos o trecho original: "Einer der deutschen Kaufleute, der vor neunzehn Jahren mit nichts nach Santa Maria kam, zeigte mir sein Haus, seine Magazine, seinen Garten, alles so wohlgebaut, so räumlich, so gut geordnet, das man die Campos von Rio Grande ganz vergibt und sich in einem europäischen Kaufladen glaubt. Und wenn man nun die grossen Rappschachteln ausmacht, so findet man theure Shawls, elegante kleider darin. Die Käuferinnen wohnen in Santa Maria, in der Umgegend, im Gebirge; Sie haben geld genug, um solche [...]. Hinter dem Baarenmagazin war dann das Salzdepot, neben diesem das Lager [...], und das alles in einer Musterkasten Ordnung." (Avé-Lallemant, 1859, p. 253).

descendentes, encontraram uma estrutura político-econômica profundamente marcada por uma estratificação social hierárquica e por padrões clientelistas que se estendiam do núcleo familiar até as mais complexas redes de relações entre grupos, fatores que se apresentavam com mais ou menos intensidade e com algumas peculiaridades, em todos os recantos do Império brasileiro durante o governo de Pedro II. O clientelismo enquanto uma prática político-social estabeleceu nos círculos da elite brasileira e rio-grandense uma rede de favores e proteção que conectava o poder local ao provincial, até chegar às mais altas Cortes do Império. Neste sentido, para Graham a ideologia do clientelismo “[...] fornecia um parâmetro segundo o qual se podia medir e verificar o comportamento daquela classe dominante” e, por isso, “seus membros só violavam o código do sistema com muita cautela” (GRAHAM, Op. Cit., p. 22).

Os grupos familiares e os personagens analisados neste estudo integravam os quadros da elite política santa-mariense, inseridos num contexto em que a hierarquia estava naturalizada e o clientelismo era uma norma social, portanto jogavam conforme as regras do jogo e faziam uso de fortuna familiar para estabelecer vínculos com famílias e pessoas influentes, conectando sua rede de contatos. Desta forma, aumentavam seu eleitorado a nível local, o que possibilitava que ocupassem postos de comando na Câmara de Vereadores, ou garantissem uma nomeação vinda diretamente do Presidente da Província para a Guarda Nacional. Graham faz a seguinte consideração sobre os políticos do Império:

[...] gastavam a maior parte de sua energia na formação de redes de clientelismo, ampliando seu séquito ou encontrando um protetor poderoso para suas fortunas políticas. Os políticos do século XIX preocupavam-se predominantemente (embora não exclusivamente) com o clientelismo, fosse concedendo favores ou buscando-os (muito frequentemente, as duas coisas ao mesmo tempo. (GRAHAM, Op. Cit., p. 22).

A partir deste momento, então, passaremos a nos ocupar em traçar o perfil coletivo dos 25 personagens pertencentes às 16 famílias alemãs que compõem nosso grupo de análise, na geração dos patriarcas. Quem eram estes sujeitos? Quais seus locais de origem? Em que períodos estabeleceram moradia e negócios em Santa Maria? Chegaram solteiros, com suas famílias, contraíram matrimônio no Rio Grande do Sul, ou terminaram suas vidas solteiros? Quais eram suas

ocupações? Exerciam uma só profissão, mudavam de ramo conforme as oportunidades que surgiam em suas carreiras e/ou acumulavam funções?

Buscaremos respostas a todas estas questões a seguir. Sabemos que, no cruzamento dos dados recolhidos da documentação e da bibliografia local, estaremos sujeitos a alguma margem de erro, mas nos esforçaremos em aproximarmos ao máximo das características do universo da elite alemã de Santa Maria na 1ª geração.

3. 1. 1 – Compreendendo o contexto da imigração com alemães para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX

A compreensão da chegada das famílias alemãs à província de São Pedro do Rio Grande do Sul e do posterior estabelecimento dos núcleos familiares em Santa Maria requer que façamos uma breve retomada dos motivos da emigração de famílias do território alemão para o Brasil e dos interesses do Império brasileiro em trazer imigrantes europeus, no caso da primeira leva imigratória, com alemães, para a província meridional.

Na primeira metade do século XIX, as províncias que então compunham o território alemão, estavam passando por uma série de transformações em função da introdução do modelo capitalista de produção no campo, no período histórico em que a revolução industrial promoveu o início da industrialização em solo alemão. Tecendo considerações sobre as consequências da implantação do capitalismo no campo para as populações que tiravam o sustento familiar pelo modelo de cultivo em pequena propriedade, ou campesinato, Cunha (1991, p. 22) esclareceu que:

O capitalismo precisa destruir todas as formas econômicas e sociais autônomas e vinculá-las ao mercado, esta é sua lógica. Os camponeses que trabalham para si mesmos precisam ser destruídos como categoria e substituídos por um novo tipo de população rural, que constitua a base de uma sociedade pautada pela economia de mercado e pela produção capitalista: os produtores de mercadorias agrícolas e os operários agrícolas assalariados, respectivamente, uma burguesia rural e um proletariado rural.

Com a crescente industrialização e o cercamento dos campos, muitos camponeses que eram vinculados a uma cultura agrícola herdada ainda do período

medieval, acabavam sendo despejados de suas unidades produtoras e obrigados a vender sua força de trabalho na indústria e nas propriedades rurais. Isto acabava gerando desemprego, resultando num crescente contingente populacional de cidadãos marginalizados e famílias inteiras sofriam com a fome e pobreza. Neste contexto, “o excesso de mão-de-obra, os baixos salários e as péssimas condições de vida levaram muitos operários, antigos camponeses ou filhos deles, a emigrar” (Ibid., p. 31).

Analisando as razões que levaram o Império brasileiro a investir numa política de imigração e colonização com europeus provenientes de diferentes regiões do território alemão, Pesavento (1992, p. 156), faz a seguinte colocação:

A “política de colonização” surgiu como subordinada à política global de imigração no Brasil. Ou seja, a formação de núcleos de produção agrícola que, em regime de pequena propriedade, contribuíssem para a diversificação da estrutura produtiva brasileira e para o abastecimento do mercado interno, não pode ser um fenômeno desvinculado do processo mais amplo de internalização do modo de produção capitalista no Brasil. O capitalismo, ao implantar-se, gera diversificações na estrutura econômica, desníveis e necessidades, entre as quais se insere a política de colonização dirigida. Por outro lado, além de tais núcleos contribuírem para a diminuição da importação de alimentos (e, portanto, para corrigir os desníveis da balança comercial brasileira), tornava-se importante, para a continuidade do fluxo migratório para o país, demonstrar o sucesso dos pequenos proprietários imigrantes organizados em núcleos coloniais.

Dialogando com as considerações feitas por Cunha (1991) e Pesavento (1992), percebemos que a introdução do modo de produção capitalista de forma direta no território alemão, pela industrialização e cercamento dos campos, e de maneira indireta no Brasil, pelas crescentes pressões que a Inglaterra vinha fazendo aos seus dependentes econômicos pela gradual substituição do braço escravo pelo trabalho livre na primeira metade do século XIX, dentre outros fatores³⁴, possibilitou que as vontades convergissem para o embarque de muitas famílias e de solteiros, nos portos alemães.

No caso da imigração para o Rio Grande do Sul, deve ser acrescentado o objetivo colonizador do Império, que visava povoar áreas de terras até então virgens,

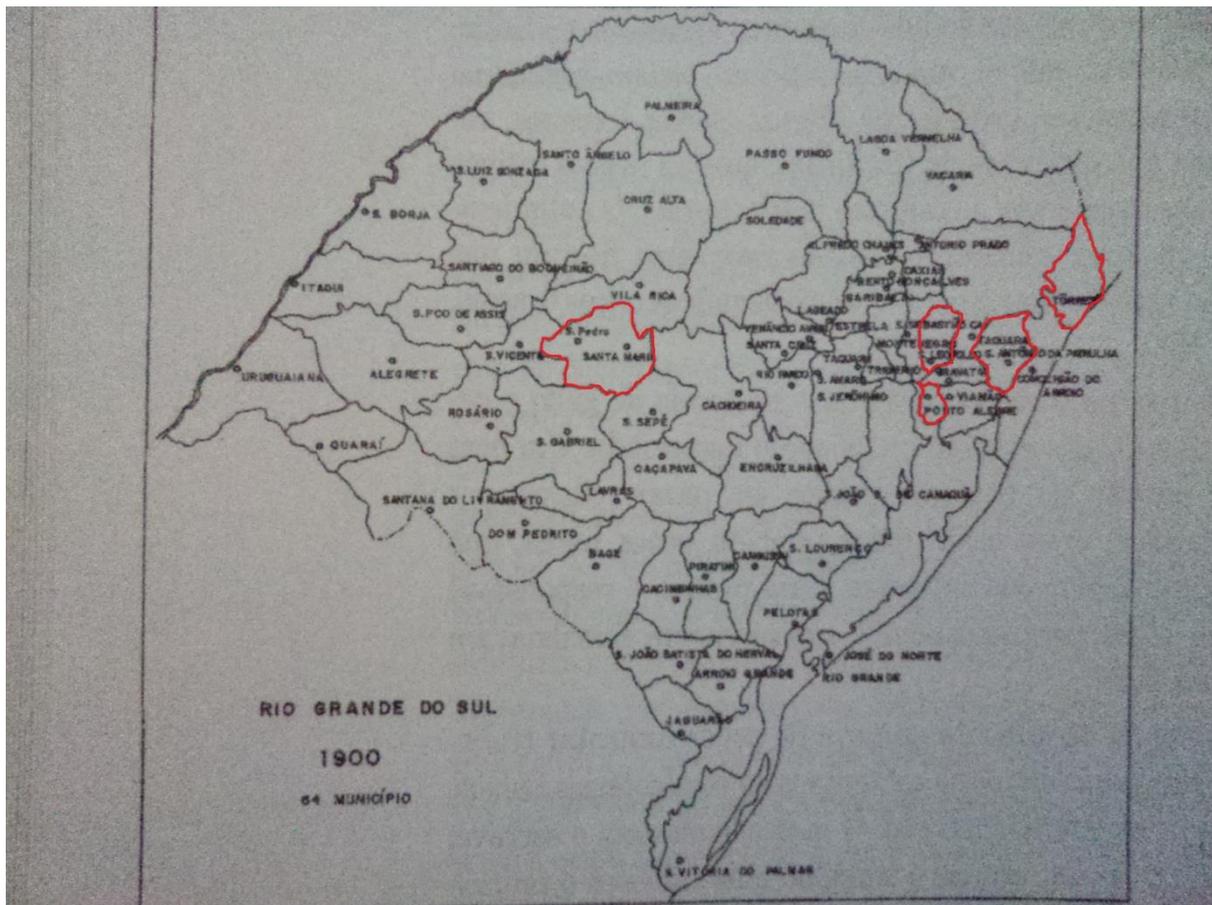
³⁴ Além das pressões externas da Inglaterra, no sentido de que aos poucos fosse se constituindo um mercado consumidor interno, pela implementação do trabalho assalariado, havia por parte da intelectualidade brasileira e do próprio Império, uma ideologia de gradual branqueamento da população, que na mentalidade daqueles homens conduzidos por ideários racistas e evolucionistas, se daria pela introdução de trabalhadores europeus, que oportunizariam o surgimento a um mercado interno de consumo e colonizariam regiões no modelo de pequena propriedade familiar.

“não aproveitadas pelo latifúndio pecuarista” (PESAVENTO, op. Cit., p. 157), pela abertura de estradas, facilitando as comunicações. A imigração alemã para a Província meridional teve, também, forte caráter militar, pois primeiramente foram formados batalhões de mercenários, contratados pelo império para combaterem na Guerra da Cisplatina (1826-28) e posteriormente os imigrantes viram-se engajados em outros movimentos, como a “revolução Farroupilha (1835-45), o conflito contra Rosas (1851-52) e contra Lopez (1865-70)” (PESAVENTO, op. Cit., p. 161).

Chegando de viagem por mar ao Brasil, muitas das primeiras famílias que emigravam percorriam a rota do Rio de Janeiro para Porto Alegre, de Porto Alegre para São Leopoldo, ou para as colônias de Torres e Três Forquilhas³⁵, ou então primeiro chegavam nestas colônias para depois mudarem para São Leopoldo. Este foi o caminho percorrido por uma das famílias do nosso grupo de análise, a família Niederauer, que fazia parte da primeira leva, chegando a São Leopoldo no ano de 1826. Os Niederauer eram originários da vila de Kettenheim, situada então no Grão-ducado de Hessen-Darmstadt e partiram de sua terra natal em 1825 (BRENNER, 2010). Segundo Hunsche (1975), a primeira leva de imigrantes a chegar na Colônia de São Leopoldo em 1826 teria feito a travessia do Porto de Hamburgo até o Rio de Janeiro nos veleiros “Creole”, “Fortuna” e “Friedrich Heinrich”, num dos quais, por informações do mesmo autor, também teria vindo a família Daudt, a qual, como veremos adiante, teve força econômica e exerceu influência política em Santa Maria.

No mapa 2 estão delimitadas as regiões da Província (colônias e municípios) pelas quais passaram muitas das famílias alemãs que chegaram à Santa Maria no século XIX:

³⁵ Atualmente o município é denominado Três Forquilhas, no entanto, utilizamos a denominação que a Colônia recebeu no século XIX, conforme constatamos na documentação do Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs).



Mapa 2 – Caminhos percorridos pelas famílias “alemãs” de Santa Maria

Fonte: (ZARTH, 2006, p. 187)

A chegada dos imigrantes alemães em Santa Maria se deu primeiramente por volta dos anos 1828 a 1830, por meio de soldados que haviam dado baixa do 28^o Batalhão de Caçadores. No caso dos personagens da nossa pesquisa, o primeiro a estabelecer moradia na localidade foi João Appel (número 1 em nosso banco de dados)³⁶, o qual nos ocuparemos em analisar a trajetória com atenção ao longo deste capítulo. Os demais sujeitos que foram migrando durante as décadas de 1830-40-50 e inícios de 1860 se adaptaram a uma vida urbana, dedicando-se primeiramente ao comércio e atividades artesanais, pois a única tentativa de estabelecimento de uma colônia particular no local hoje conhecido como Distrito do Pinhal, não vingou.

³⁶ Ao longo do texto, quando fizermos referências aos sujeitos da nossa pesquisa, os identificaremos, inserindo antes dos seus nomes, os seus números de identificação (ID) com os quais os classificamos em nosso Banco de Dados. Creemos que esta seja uma maneira didática de o pesquisador localizar o personagem com suas referências no Banco de dados, assim como para o leitor, que poderá ter uma noção mais clara de se, por exemplo, tal personagem pertencia à 1^a geração (até o 25^o) ou se fazia parte da 2^a (do 26^o ao 47^o).

3. 1. 2 – Ano de nascimento e local de origem

Passemos agora ao reconhecimento do nosso grupo de indivíduos das 16 famílias alemãs³⁷ através da análise dos dados organizados em nosso banco de dados. Cabe, primeiramente, tecer alguns esclarecimentos práticos. Como já foi dito, a primeira geração está constituída por 25 personagens³⁸, dentre os quais um “nacional”, (23) José Alves Valença, devido a estreitos laços estabelecidos com a família Appel³⁹. As informações às quais não achamos respostas na documentação, optamos por classificar como “incerto”.

Iniciaremos o reconhecimento dos “patriarcas” pelo ano de nascimento, por meio de uma periodização dividida em duas etapas classificatórias: 1 – os indivíduos nascidos entre os anos de 1801 a 1824. Fizemos esta delimitação baseados na contagem do ano de nascimento do mais velho da lista (dos que conseguimos averiguar), o 4º no banco de dados, Felipe Leonardo Niederauer e 1824 porque foi o ano da fundação da Colônia São Leopoldo; 2 – os que nasceram entre 1825 e 1835. O primeiro ano desta segunda periodização, delimitamos por ter sido quando emigraram do porto de Hamburgo três das 14 famílias, os Niederauer, os Daudt e os Scherer (também foram as primeiras) e 1835 devido ao ano de nascimento do personagem mais novo da lista, (12) Guilherme Fischer.

Tabela 1 – Ano de nascimento dos “patriarcas” (1801-1835)

Períodos	Nascidos	Porcentagem %
(1801-1824)	10 ⁴⁰	40%

³⁷ São elas: Appel, Niederauer, Cassel, Weinmann, Beck, Höehr, Brinckmann, Brenner, Fischer, Lenz, Kruel, Daudt, Hoffmeister, Kessler, Druck e Scherer.

³⁸ Conferir banco de dados nos anexos.

³⁹ Inserimos José Aves Valença no banco de dados referente à primeira geração porque este personagem, segundo Jonas Vargas (2010) foi a personalidade política mais influente em Santa Maria na década de 1850. Como levantamos dados que comprovam sua intensa atuação na Guarda Nacional e na Câmara de Vereadores do Império, o classificamos no perfil biográfico da primeira geração para que fiquem mais claras as relações estabelecidas entre as famílias Alves Valença e Appel no estudo de caso que faremos no 4º capítulo sobre a trajetória do imigrante João Appel em Santa Maria.

⁴⁰ Informações encontradas nos seguintes livros: Brenner (1995), Belém (2000), Daudt Filho (2003) e Livro do Centenário de Santa Maria (1814-1914).

(1825 – 1835)	7	28%
Incertos	8	32%
Total	25	100%

Conforme podemos observar na tabela 1, dos vinte e cinco indivíduos analisados, quase metade, mais especificamente, dez deles, nasceram no período entre 1801 e 1824, representando 40% do total. Podemos deduzir que pelos menos cinco destes dez sujeitos foram dos patriarcas precursores não só da emigração do território alemão para o Rio Grande do Sul, como também do estabelecimento dos primeiros troncos familiares em Santa Maria. Verificamos que, destes, quatro indivíduos pertenciam à família Niederauer e sabemos que estes foram dos primeiros imigrantes a embarcar em 1825 no Porto de Hamburgo (HUNSCHE, 1975). (2) João Frederico Niederauer chegou em Santa Maria entre 1835 e 1836, foi o primeiro da família a se estabelecer, abrindo uma casa de negócios e dando origem ao ramo dos Niederauer de Santa Maria (BRENNER, 2010). O personagem número 1 da lista, João Appel, nasceu em 1800 e foi o primeiro imigrante alemão do grupo em análise a chegar ao Curato no ano de 1830, com 30 anos de idade.

Em contrapartida, (17) Antônio Appel, nascido no ano de 1823, foi dos últimos imigrantes a chegar em Santa Maria no ano de 1862. Este, quando estabeleceu casa de negócios no município a convite do irmão mais velho, João Appel, estava com 39 anos, originando o segundo ramo da família Appel em Santa Maria (Belém, 2000). Dos outros cinco personagens que nasceram no primeiro período, quatro deles chegaram na segunda leva da imigração para Santa Maria, de 1845 a 1862, e um não conseguimos averiguar em qual leva chegou, então o classificamos como “incerto”.

Dos sete que nasceram no segundo período, entre 1825 e 1835, sabemos que cinco chegaram à localidade na segunda etapa da imigração para Santa Maria (1845-1862) e haviam emigrado de portos alemães, sendo que dois deles, (15) João Daudt e (25) João Niederauer Sobrinho, chegaram na segunda leva, mas já eram naturais da Província do Rio Grande de São Pedro.

Dos oito indivíduos que constam o ano de nascimento como “incerto”, portanto 32% do total, sabemos que sete chegaram na segunda leva para Santa Maria (BELÉM, 2000).

Portanto, do total de vinte e cinco patriarcas, dezenove migraram para Santa Maria no período de 1845 a 1862. Por meio desta constatação torna-se possível levantar dois dos possíveis motivos pelos quais os membros da 1ª geração migraram para a localidade na segunda leva e não na primeira: a) no ano de 1835 teve início a Revolução Farroupilha e o Rio Grande esteve mobilizado militarmente, o que levou alguns alemães a entrarem no conflito ao lado do Império ou dos republicanos rio-grandenses. Com o clima de guerra na Província, a imigração alemã para o Rio Grande foi praticamente interrompida (CUNHA, 2006) e, embora alguns sujeitos, solteiros ou com suas famílias, continuassem chegando na Vila nos dez anos entre 1835-1845, isto se deu em pequena quantidade e de forma esparsa. Com o estabelecimento do acordo de paz entre farroupilhas e imperiais no ano de 1845, a normalidade econômica e política se reestabeleceu na província, iniciando um novo ciclo migratório para o Rio Grande e com isso muitas famílias viram oportunidades de sucesso nos negócios na região central; b) os patriarcas que haviam se inserido primeiro na sociedade santa-mariense entre 1830 e 1845, já vinham desenvolvendo atividades econômicas, acumulando um capital primário e estabelecendo vínculos familiares entre si e com famílias “nacionais”, construindo novas redes sociais (Imízcoz, 2004). Desta forma, os grupos familiares que chegaram no período posterior, em alguns casos poderiam ter sido atraídos pelo convite de irmãos, pais, tios, sogros, enfim, dos membros de sua rede familiar, para estabelecerem sociedades nos negócios ou para trabalharem no “promissor ramo do comércio local” (BELÉM, 2000).

Passaremos agora ao reconhecimento do local de origem dos ramos familiares em questão, tendo em conta todo o período delimitado para a compreensão da 1ª geração, de 1830 a 1862. Dos 25 patriarcas, conseguimos levantar as regiões do território alemão de onde eram originários 14 deles⁴¹, juntamente com seus núcleos familiares, sendo 56% do total. Os 44% restantes são de sujeitos os quais não encontramos informações a este respeito.

Tabela 2 – Locais de origem da 1ª geração (1830-1862) %

Local de origem	Nº indivíduos	Porcentagem %
Baviera	9	36%

⁴¹ Referências em: Brenner (2010); Idem (1995); Livro do Centenário de Santa Maria (1814-1914)

Hamburg-Berg	1	4%
Merssched	1	4%
Prússia	2	8%
Três Fourquilhas	1	4%
São Leopoldo	1	4%
Incerto	10	40%
Total	25	100%

Da análise da tabela 2 podemos perceber que, dos chefes das famílias os quais conseguimos encontrar informações a respeito de suas regiões de origem no território alemão, doze (48%) eram naturais de regiões da Alemanha e apenas dois (8%) haviam nascido no Rio Grande do Sul. Sobre os onze sujeitos que constam no banco de dados como local de nascimento incerto, sabemos pelos seus anos de nascimento (1801-1824) que quatro não eram originários do Rio Grande do Sul, eram eles: (6) Francisco Weinmann, (9) João Pedro Höehr, (10) Otto Brinckmann e (13) João Pedro Lenz⁴². Portanto sabemos, com uma pequena margem de erro, que dos vinte e cinco “patriarcas”, dezessete (68%) haviam emigrado do território alemão para as colônias do Rio Grande do Sul, deslocando-se posteriormente para Santa Maria. Feita esta constatação, torna-se interessante estabelecermos uma relação com o estudo de Cunha (1991), que mapeou a origem dos imigrantes da Colônia Santa Cruz. Segundo o autor:

A população da Colônia de Santa Cruz [...] pode ser dividida em dois grupos. Os pioneiros imigrantes – e os teuto-brasileiros, nascidos, em sua maioria, na própria colônia. A análise das informações do primeiro grupo nos permite caracterizá-los: São alemães em sua absoluta maioria, vêm em sua maior parte das províncias da Prússia. (Cunha, Op. Cit., p. 113).

Em seu estudo, Cunha (1991) dividiu a população da Colônia Santa Cruz entre imigrantes pioneiros e os teuto-brasileiros nascidos na Província do Rio Grande, concluindo que a absoluta maioria da população era constituída de alemães e que a maior parte era proveniente das províncias da Prússia. No caso desta pesquisa, não nos ocupamos em conhecer uma população colonial, até porque, como já foi colocado, não houve a efetivação de uma colônia alemã em Santa Maria e nos debruçamos sobre um grupo delimitado de sujeitos históricos, que tiveram

⁴² Lembrando que os números que antecedem os nomes dos personagens correspondem às suas respectivas numerações em nosso banco de dados, onde agrupamos todas as informações que encontramos sobre os sujeitos da pesquisa.

inserção no meio urbano da localidade, mantendo vínculos com o campo, conforme veremos a seguir. Assim como no estudo de Cunha, apesar de não analisarmos toda uma população, constatamos que a maioria dos “patriarcas” eram alemães. Quanto aos locais de origem, chegamos a resultados distintos aos do autor em relação aos imigrantes e descendentes que pertenceram às 16 famílias analisadas. Enquanto a população de Santa Cruz era composta em sua maioria por províncias que pertenciam à Prússia, o nosso grupo contava com 36% dos imigrantes que vieram do reino da Baviera, 8% da Prússia e o restante de outros locais.

A família Niederauer era natural do grão ducado de Hessen-Darmstadt (BRENNER, 1995), que anteriormente à unificação do Império Alemão, finalizada em 1871 tendo à frente o chanceler Otto Von Bismarck, pertencia ao Reino da Baviera. Dos nove indivíduos que representavam os 36% vindos da região, quatro eram membros do núcleo dos Niederauer: (2) João Niederauer, (3) Frederico Niederauer, (4) Felipe Leonardo Niederauer e (22) João Frederico Niederauer “Crespo”⁴³. Os outros três imigrantes que nasceram na Baviera, eram os irmãos, (1) João e (17) Antônio Appel, e (5) Pedro Cassel. Os dois provenientes do reino da Prússia eram (11) Carlos Brenner e (24) João Conrado Scherer.

Nos ocuparemos com maior profundidade das atividades profissionais da primeira geração na sequência do texto, mas cruzando dados referentes aos locais de origem dos nove “patriarcas” aqui citados, percebemos que oito deles exerceram a profissão de negociante, apenas Carlos Brenner apareceu como artesão. Dos oito negociantes, pelo menos quatro exerceram outras atividades profissionais, dentre elas a de artesão. Sendo assim, achamos lícito pensar numa relação entre as ocupações destes sujeitos e seus locais de origem, considerando que eram naturais de regiões distintas. Como em muitos casos os imigrantes que se inseriram na província do Rio Grande desempenharam ofícios que haviam aprendido em sua terra natal, geralmente girando em torno do artesanato e comércio, acreditamos que estes dois ofícios eram comumente praticados nos reinos da Baviera e da Prússia.

O mapa da imagem 2, abaixo, ilustra a atual divisão do território alemão. Dentro da região circulada estava, no século XIX, o grão-ducado de Hessen-Darmstadt, que pertencia ao reino da Baviera.

⁴³ Segundo o pesquisador José Antônio Brenner (1995), João Frederico Niederauer, sobrinho de Johann Friedrich Niederauer (João Niederauer), recebeu a alcunha de “Crespo” após ter estabelecido moradia e negócios em Santa Maria.



Imagem 2 - Reino da Baviera e Grão-ducado de Hessen-Darmstadt.

Fonte: (SOIREFMANN, 2000, p. 53).

3. 1. 3 – Os vínculos matrimoniais como uma estratégia familiar de inserção social

Quanto ao estado civil da primeira geração (1830-1862), levamos em consideração, inicialmente, que alguns patriarcas já haviam se inserido na sociedade local com seus núcleos familiares constituídos, ou chegavam solteiros e uniam laços de matrimônio na nova terra, já que não constatamos a presença de nenhum solteiro no grupo, havendo uma pequena chance de algum dos dois que constam como “incertos” não terem se casado ao longo dos mais de trinta anos que

demarcaram a história dos precursores. Metodologicamente, para deixar claro que nosso interesse está em saber o estado civil do grupo a partir de uma faixa etária na qual os personagens fossem econômica e politicamente ativos, já inseridos nas relações sociais, demarcamos uma faixa de idade entre 30 e 40 anos.

Tabela 3 – Estado civil dos “patriarcas” por faixa etária⁴⁴ (30 aos 40 anos) %

Estado civil	Nº indivíduos	Porcentagem %
Casados	23	92%
Solteiros	0	—
Incertos	2	8%
Total	25	100%

Dos patriarcas numa faixa etária entre 30 e 40 anos, os quais conseguimos apurar o estado civil em Santa Maria, 92% adquiriram matrimônio em algum momento de suas trajetórias sociais. Apenas dois, do total de vinte e cinco personagens, não conseguimos encontrar informações sobre o estado civil. Sabemos que cinco personagens firmaram vínculo de casamento em Santa Maria, quatro em primeiras núpcias e um deles num segundo casamento. (15) João Daudt, (23) Christiano Kruehl e (25) João Niederauer Sobrinho desposaram moças da mesma etnia, enquanto (1) João Appel casou-se com Ana Maria de Oliveira, filha do proprietário local “nacional” Maximiano José de Oliveira. (20) João Henrique Druck casou em Santa Maria, em segundas núpcias, com Carolina Klaper.

Antes de começarmos a tecer considerações sobre os vínculos matrimoniais, faremos algumas reflexões teóricas sobre família e relações de parentesco, pois como afirma Levi (2000), a história da família deve ser contextualizada, pois a família “isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo” (LEVI, Op. Cit., p. 110). Entendemos que Giovanni Levi se referia ao fato de que nas relações sociais entre os indivíduos, sempre havia um nível maior ou menor de desigualdade de condições materiais e imateriais entre as famílias envolvidas num contrato de casamento, num

⁴⁴ Recolhemos os dados relativos aos casamentos das seguintes fontes: Inventários post-mortem (APERS); Conselhos de Qualificação e Revisão no Fundo Guarda Nacional de Santa Maria (AHRs); Brenner (1998); Brenner (2010), Belém (2000); Daudt Filho (2003); Livro Comemorativo do Centenário de Santa Maria (1814-1914).

vínculo de compadrio ou noutras ocasiões formais e informais, que condicionavam sogro e genro, no caso de um acordo de casamento, a adotarem estratégias que representavam os interesses das partes interessadas na herança, já que nas normas sociais entre elites do século XIX, durante o Império, em não havendo um filho homem para herdar e administrar os bens deixados pelo patriarca, a função passava a ser desempenhada pelos genros, que em alguns casos somavam a fortuna familiar do sogro à sua (CARVALHO, 2003).

Segundo o historiador Marcos Witt (2008), ainda há muito o que se pesquisar na historiografia da imigração alemã sobre as relações familiares, tanto no que diz respeito às famílias que residiam numa mesma localidade, quanto às que estavam separadas por quilômetros de distância. O autor traz a seguinte colocação:

[...] O trabalho, a cultura e o desenvolvimento trazido e proporcionado pelos imigrantes podem ser facilmente encontrados nos autores considerados clássicos. Porém, no que tange às relações familiares – inclusive as de amizade -, tornam-se mais escassas as referências a esse tipo de vínculo entre os imigrantes e seus descendentes, e entre estes e seus vizinhos nacionais. (WITT, 2008, p. 71).

Observamos esta tendência nos trabalhos de pesquisadores que se ocuparam em estudar em imigração alemã em Santa Maria, dentre eles podemos citar alguns cujo conteúdo refere-se à reconstituição de memórias familiares e genealogias, como os livros do Professor José Antônio Brenner, o livro “Memórias” de João Daudt Filho (herdeiro do patriarca João Daudt), também em João Belém e Romeu Beltrão. Estas obras contém informações valiosíssimas para a pesquisa, inclusive em alguns casos poupam o trabalho do historiador, trazendo árvores genealógicas e dados familiares. No entanto, avaliando do ponto de vista historiográfico, crítico, tais trabalhos, por um lado, enfatizam a “importância” do elemento germânico para o “desenvolvimento” da sociedade local, como em João Belém⁴⁵ (2000), que influenciou obras de outros pesquisadores locais, e, por outro, a “saga”, o “sofrimento” e a “bravura” das famílias imigrantes em alto mar e toda a luta dos “heroicos” alemães para vencerem na nova pátria, destacando a presença de “personagens ilustres”, como nos livros publicados por José Antônio Brenner.

⁴⁵ Levamos em conta que as interpretações de João Belém são fruto do contexto histórico em que sua obra foi escrita, em meados dos anos 1930. Temos em vista também, o fato de o autor da obra ter sido um personagem que viveu os momentos históricos da transição do Império para a República em Santa Maria, tendo sido fortemente influenciado por ideias positivistas, evolucionistas, inclusive por ele ter feito parte da Maçonaria.

Trabalhos mais recentes, como os de Pistóia (2011), Külzer (2009), Valandro (2007) e Vargas (2010), abordaram alguns aspectos das famílias alemãs de Santa Maria no que tangenciava aos focos centrais de seus temas de pesquisa, mas não aprofundaram especificamente sobre as estratégias familiares, as redes de relações, o perfil e a inserção político-social dos imigrantes e descendentes de alemães na realidade local do período imperial.

Esta pesquisa se insere na linha de interpretação da nova corrente historiográfica da imigração alemã no Rio Grande do Sul, tendo por base de inspiração os trabalhos dos historiadores Marcos Antônio Witt e Marcos Justo Tramontini, que analisaram a inserção social e política dos alemães pelo viés da história social, da análise micro-social e da nova história social das elites, reconstruindo o emaranhado do tecido social de personagens e unidades familiares que vão além da família nuclear “unidas por laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias” (LEVI, Op. Cit., p. 30).

Tramontini (2003), em seu estudo sobre a organização social dos imigrantes na Colônia São Leopoldo, argumentou no sentido de demonstrar que os “alemães” faziam uso de estratégias sociais, tanto no sentido de reforçar a sua força enquanto grupo, quanto no tocante aos motivos que levaram os colonos a agirem numa aproximação com o “elemento nacional”, rompendo assim com a tese do “isolamento” e “solidariedade” étnica⁴⁶, trabalhada por Jean Roche e Carlos Hunsche. Nas palavras do autor:

Reforça-se assim a hipótese que se pretende demonstrar de que os colonos não formavam um grupo social isolado, passivo e subserviente, mas que tentaram, nos seus limites, defender seus interesses, e, ainda, que mantinham relações com o resto da sociedade brasileira. (TRAMONTINI, 2003, p. 171).

Dentre as estratégias que os imigrantes e descendentes utilizavam para estreitarem relações com os “nacionais”, estavam os vínculos matrimoniais e o compadrio.

⁴⁶ Estes trabalhos da historiografia mais clássica da imigração alemã no Rio Grande do Sul tendiam a louvar a contribuição do elemento alemão, que teria conseguido sucesso através do trabalho na agricultura e no comércio e indústria, dando margem à “tese do isolamento étnico”, que colocava o imigrante “honesto e trabalhador” a mercê dos interesses políticos da elite latifundiária “nacional”, que os arrastava para as guerras e confiscava seus bens. Esta mesma historiografia elaborou a tese da “solidariedade étnica” na tentativa de compreender como os imigrantes se organizavam para reagir frente às investidas dos nacionais, dando margem a interpretação do imigrante trabalhador e ordeiro, alheio aos conflitos políticos e às revoltas.

Segundo Levi (2000), os batizados que constituíam as relações de compadrio, possuíam um capital simbólico muito grande para as famílias de elite, já que o padrinho não cedia apenas o nome ao afilhado, mas também facilitava sua escalada na vida pública, nas relações econômicas que o “herdeiro do nome” viesse a estabelecer e em cargos políticos que se intentasse em ocupar. Nos focaremos em compreender as redes de compadrio de dois dos personagens da 1ª geração: (2) João Niederauer e (5) Pedro Cassel. Também faremos uma primeira reflexão sobre as relações entre “alemães” e “nacionais”, através da apresentação do caso de (1) João Appel.

3. 1. 4 – Aproximando a lupa do universo das famílias Niederauer, Cassel e Appel: relações de compadrio e vínculos matrimoniais

João Niederauer, como ficou conhecido este patriarca em Santa Maria, nascido entre os anos de 1805-1806, no grão-ducado de Hessen-Darmstadt e falecido no ano de 1892, em Santa Maria, primogênito do casal imigrante Johannes Niederauer e Margareta Niedeauer, contraiu casamento com Maria Katharina Klump. Chegou a Santa Maria entre 1835 e 1836, com 35 anos de idade. Este imigrante inseriu-se na economia santa-mariense através do comércio e foi dono de “um estabelecimento no Passo da Areia, no prolongamento da Rua da Matriz, hoje Venâncio Aires, junto ao arroio Cadena” (BRENNER, Op. Cit., p. 83).

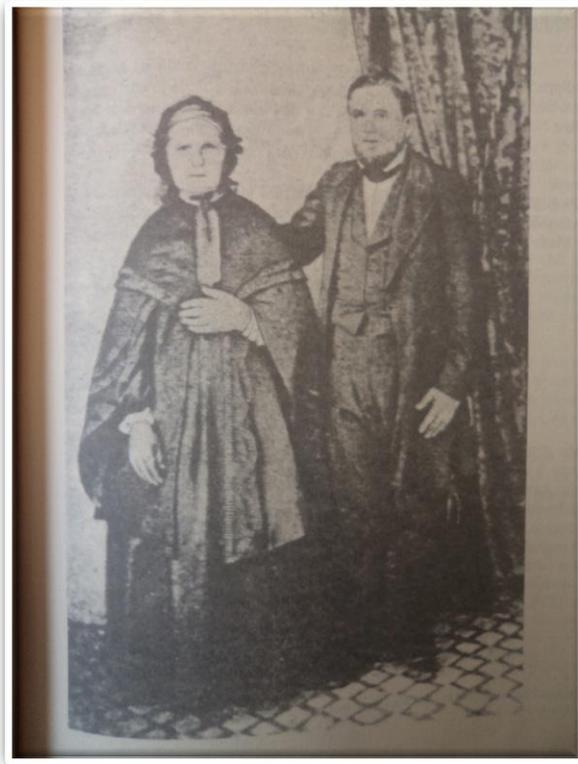


Imagem 3 - Casal João Niederauer e Margaretha Niederauer

Fonte: (Brenner, 1995, p. 85).

Antes de chegar a Santa Maria, João Niederauer havia sido padrinho de casamento de um de seus sobrinhos, (22) João Frederico Niederauer, filho do seu irmão Jorge Henrique Niederauer e de batizado de (25) João Niederauer Sobrinho, filho de outro irmão seu, (4) Felipe Leonardo Niederauer⁴⁷. Podemos observar que a primeira herança simbólica deixada pelo padrinho João Niederauer foi o nome, no caso, João Frederico, que era seu primeiro nome. O pesquisador local José Antônio Brenner fez uma interessante colocação sobre este costume de transmitir o nome aos afilhados:

O costume de batizar os filhos com nomes que se repetiam na família, através de gerações, era bastante frequente entre os imigrantes alemães. O hábito de convidar, para padrinhos de batismo, os tios e outros parentes próximos, cujos nomes, na maior parte das vezes, eram dados aos

⁴⁷ Estamos utilizando os nomes pelos quais os membros da família Niederauer ficaram sendo chamados no Brasil, pois inseridos nas relações sociais do Império, seus nomes acabaram sendo naturalmente aportuguesados. Seus nomes originais em alemão eram: João Niederauer = Johannes Friedrich Niederauer; João Frederico Niederauer “Crespo” = Johannes Friedrich Niederauer; Felipe Leonardo Niederauer = Phillip Leonard Niederauer; Jorge Henrique Niederauer = Georg Heinrich Niederauer; João Niederauer Sobrinho = Johannes Niederauer.

afilhados, foi a principal causa dessas repetições nominais. Algumas vezes, isso ocorria com irmãos com nomes duplos, distinguindo-se apenas a variação de um dos prenomes. (BRENNER, Op. Cit., p. 41)

A atuação política e militar da 1ª geração será nosso foco de análise mais adiante, mas para compreendermos o significado destes compadrios e o peso simbólico que teve na caminhada social dos afilhados, faremos uma breve descrição: Tanto João Niederauer Sobrinho, quanto Frederico “Crespo” se estabeleceram em Santa Maria a pedido do tio e padrinho, João Niederauer, e iniciaram suas vidas profissionais com negócios em sociedade (BRENNER, 1995).

João Niederauer Sobrinho era “filho de Felipe Leonardo Niederauer e Anna Catharina Diehl, nascido no núcleo da Igreja em Torres, em 4 de abril de 1827, e batizado pelo Pastor Carl Leopold Voges” (BRENNER, Op. Cit., p. 59). No ano de 1847 passou a trabalhar com o tio e padrinho, João Niederauer, na casa de negócios que este tinha no Passo da Areia. Um fato interessante para entendermos a importância que a escolha do casamento tinha para os membros das famílias da elite alemã, foi a aliança de matrimônio que ele estabeleceu com sua prima irmã, Maria Catharina, em 21 de setembro de 1852, em Santa Maria (BRENNER, 1995). Sua esposa Maria Catarina era filha do seu padrinho e sócio nos negócios, João Niederauer, que no ano de 1852 já era um dos mais influentes negociantes da Freguesia. Sendo assim, percebemos que através deste matrimônio intrafamiliar, os laços que uniam padrinho e afilhado foram fortalecidos e renovados.

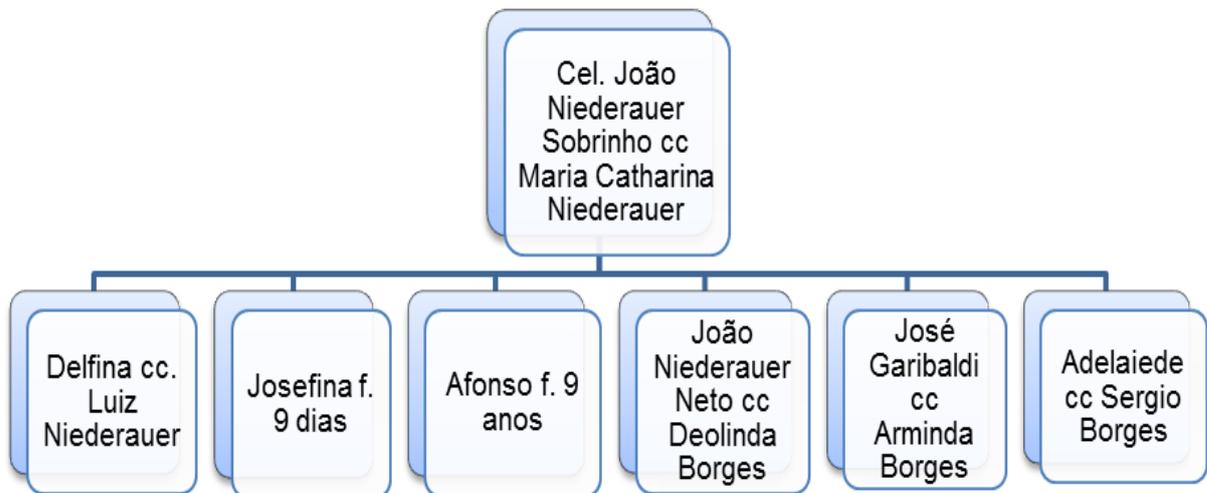
Estas estratégias e alianças familiares e de negócios possivelmente teriam ajudado a alavancar a ascensão social do afilhado João Niederauer Sobrinho, que já na década de 1850 ocupou postos de comando no oficialato da Guarda Nacional em Santa Maria⁴⁸, tendo ficado conhecido como “Coronel Niederauer”. Também foi eleito em três mandatos na Câmara de Vereadores. O “Coronel Niederauer” faleceu no ano de 1868, quando defendia a Guarda Nacional na Guerra do Paraguai.

Pela breve análise dos laços estabelecidos pelo Coronel Niederauer para seus descendentes, vislumbramos a reiteração das mesmas alianças intrafamiliares e a constituição de novos vínculos, tendo destaque a aliança constituída com uma tradicional família local de origem “nacional”, os Borges. Sua filha mais velha, Delfina, casou-se com seu primo Luiz Niederauer, que seguiu os mesmos passos do

⁴⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79. Anos: 1859, 1860, 1861, 1862.

tio João Niederauer Sobrinho na carreira das armas e, no ano de 1881, foi Capitão Presidente do Conselho de Qualificação de Santa Maria⁴⁹. Outros três filhos do ramo do “Coronel Niederauer” casaram-se com herdeiros da família Borges: João Niederauer Neto cc Deolinda Borges; José Garibaldi cc Arminda Borges; Adelaiede cc Sergio Borges (BRENNER, 1995).

Por meio destes laços estreitados com a família Borges, podemos confirmar a hipótese defendida por Tramontini (2003), de que as famílias imigrantes buscavam adentrar os círculos de tradicionais famílias locais como uma estratégia de inserção social. Desta forma, deduzimos que os laços e acordos mantidos entre as famílias Niederauer e Borges eram interessantes para ambas as partes, já que somavam patrimônios, fortuna familiar e fortaleciam seus status e influência na vida pública. O esquema 1, de cunho genealógico, exemplifica os vínculos familiares estabelecidos pelo Coronel João Niederauer Sobrinho. As siglas (cc) significam “casado com” e (f) usamos para os filhos falecidos ainda na infância:



Esquema 1 - Esquema genealógico do Coronel João Niederauer Sobrinho

Fonte: (Brenner, 1995).

⁴⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79. Ano: 1881.

João Frederico Niederauer⁵⁰, casado com Anna Maria Catharina Neumann, chegou em Santa Maria a convite do tio e padrinho João Niederauer, em 1836. Diferentemente de seu primo João Niederauer Sobrinho, não assumiu postos de comando na vida pública, mas economicamente foi um bem sucedido comerciante local, tendo adquirido experiência nos negócios ao trabalhar em sociedade com seu tio. Frederico “Crespo”, como ficou conhecido em Santa Maria, era tão próximo afetivamente de João Niederauer que, quando constituiu família, “foi admitido como sócio de seu tio, na casa comercial onde trabalhava, pois foi em 1840 que João Niederauer lhe deu sociedade” (BRENNER, Op. Cit., p. 93). Deu seu casamento nasceram nove herdeiros, dos quais vamos dar maior atenção ao matrimônio estabelecido pelo “patriarca” para sua segunda filha com o “herdeiro” Martins Höehr, na análise da 2ª geração.

Faremos agora uma análise dos vínculos de batismo mantidos pelo imigrante (5) Pedro Cassel, nascido no dia 19 de março de 1807, na província de Rathsweller, Reino da Baviera e falecido em 1885 em Santa Maria. Pedro Cassel emigrou com a família para o Brasil em 1825 com 18 anos. Em São Leopoldo casou-se com Catharina Christina Fritz em 30 de setembro de 1828. O casamento foi celebrado pelo pastor Johan Georg Ehlers⁵¹. Em 1837 se mudou para Santa Maria. Segundo Astrogildo de Azevedo “Pedro Cassel, a princípio alfaiate e depois negociante, viveu por muitos anos na casa pertencente agora aos herdeiros do Major Pedro Weinmann”. Adquiriu regular fortuna e morreu sem descendentes (BRENNER, 2010).

⁵⁰ Não encontramos referência ao seu ano de nascimento, mas segundo Brenner (1995), seu falecimento deve ter se dado no período (1884-1889).

⁵¹ Marcos Antônio Witt (2008) desenvolveu estudo no qual aprofundou sobre a vida social e política dos dois pastores citados neste trabalho: Carl Leopold Voges e Johan Georg Ehlers.

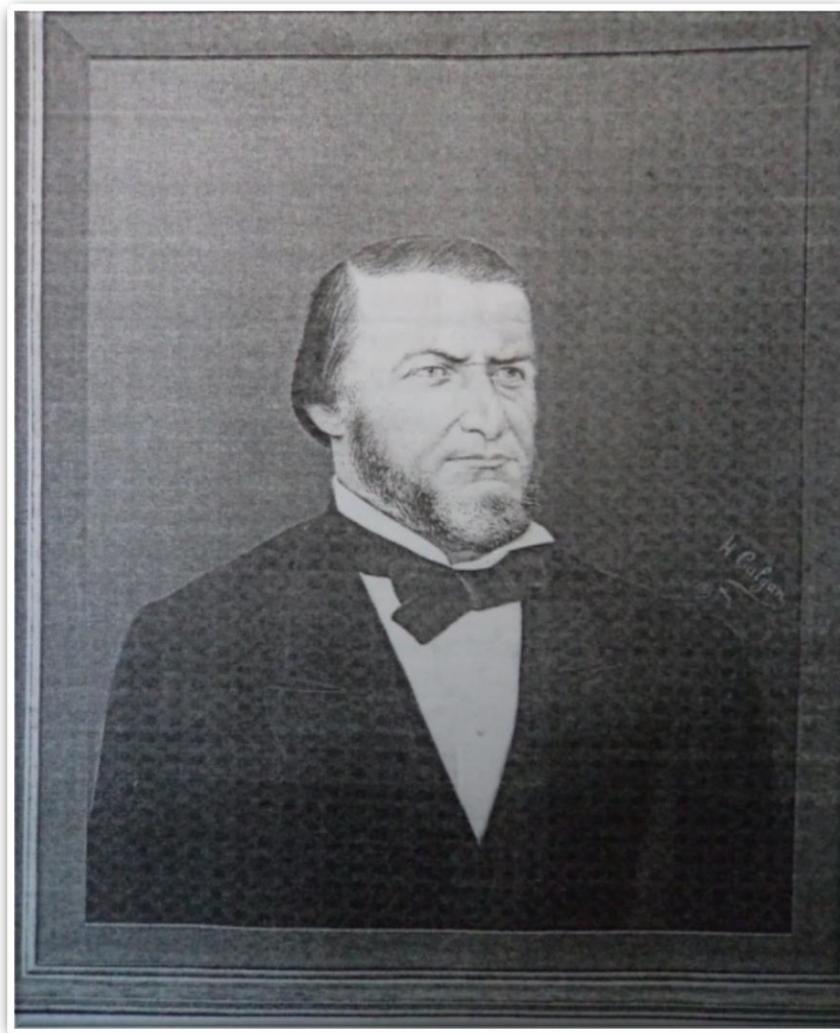


Imagem 4 – Busto de Pedro Cassel

Fonte: Acervo da Casa de Memórias Edmundo Cardoso SM.

Apesar de seu casamento não ter lhe deixado herdeiros, Pedro Cassel assumiu compromisso de batismo com famílias que eram próximas à sua por vínculos de sangue e de amizade, como os Weinmann, os Hoffmeister e os Haag, além de ter batizado sobrinhos e sobrinhos netos⁵². Para seus afilhados não transmitiu apenas a herança simbólica de seu nome, pois como era um rico comerciante local, deixou também a herança material, passando a eles alguns de seus bens em testamento.

Podemos ver pelo esquema 2 os batizados realizados pelo casal Pedro Cassel e Catharina Chistina Fritz:

⁵² Carta Testamento Pedro Cassel (APERS). A. 89, M. 3, E. 149. Santa Maria, ano: 1885.



Esquema 2 - Batizados e outros vínculos familiares envolvendo o casal Pedro Cassel e Maria Christina Cassel

Fonte: Carta Testamento Pedro Cassel (APERS). A. 89, M. 3, E. 149. Santa Maria, ano: 1885.

Este patriarca batizou quase uma dezena de crianças que foram registradas com seu primeiro nome. Dentre elas, faremos menção a três de seus afilhados que

tiveram projeção na vida pública e exerceram influência política local: (8) Pedro Beck⁵³ (39) Pedro Weinmann e (44) Pedro José Cassel⁵⁴.

Pedro Beck, casado com Christina Beck com quem teve três filhos, foi um bem sucedido negociante local. Manteve negócios com muitos “nacionais”, como Joaquim José de Carvalho, João José de Mello, Francisco Ribeiro, José Crecêncio Prates, José Valença de Oliveira, todos de tradicionais famílias locais e também com alguns “alemães”, como com seu tio e padrinho Pedro Cassel, com o ourives e negociante (18) Frederico Kessler, com o proprietário e agrimensor (10) Otto Brinckmann e também com os Niederauer⁵⁵. Pedro Beck era tio de Ernesto Beck, que foi Coronel da Guarda Nacional em Santa Maria⁵⁶ e posteriormente líder republicano local (BELÉM, 2010). Faleceu no ano de 1863 e, quando sua esposa Christina abriu o processo de inventário de seus bens, ela fez a solicitação de que o tio e padrinho Pedro Cassel fosse tutor de seus três filhos, que à época eram menores de idade⁵⁷.

Pedro Weinmann, nascido no ano de 1847 em Santa Maria, filho de Francisco Weinmann⁵⁸ (6), seguiu a mesma profissão do pai e do padrinho, era negociante. Este “herdeiro” exerceu muitos cargos na burocracia local, marcou presença nas sociabilidades, foi oficial da Guarda Nacional e ocupou posição de alto nível na maçonaria (KARSBURG, 2003). Pedro José Cassel também atuou na vida pública pela atuação na Câmara de Vereadores e foi sócio de clubes e associações beneficentes.

Os vínculos de parentesco e amizade entre os Cassel e os Weinmann foram reiterados e reforçados quando Pedro Cassel batizou uma sobrinha de Pedro Weinmann, a menina Olinta Weinmann Haag, filha de sua irmã Eliza Weinmann Haag, casada com Carlos David Haag⁵⁹. Para esta afilhada, Pedro Cassel deixou

⁵³ Irmão do patriarca (7) André Beck, o classificamos na 1ª geração, pois chegou em Santa Maria poucos anos depois que Pedro Cassel, seguindo o mesmo ofício de negociante e gerando descendência em Santa Maria.

⁵⁴ Analisaremos com maior riqueza de detalhes as trajetórias desses dois últimos personagens no subcapítulo dedicado à 2ª geração, dos “herdeiros”.

⁵⁵ Inventário de Pedro Beck (APERS). Autos n. 48, Maço n. 2, Estante 149. Santa Maria, ano: 1863.

⁵⁶ Fundo Guarda Nacional de Santa Maria (AHRs). Conselhos de Qualificação e Revisão. Maço: 79, Ano: 1869.

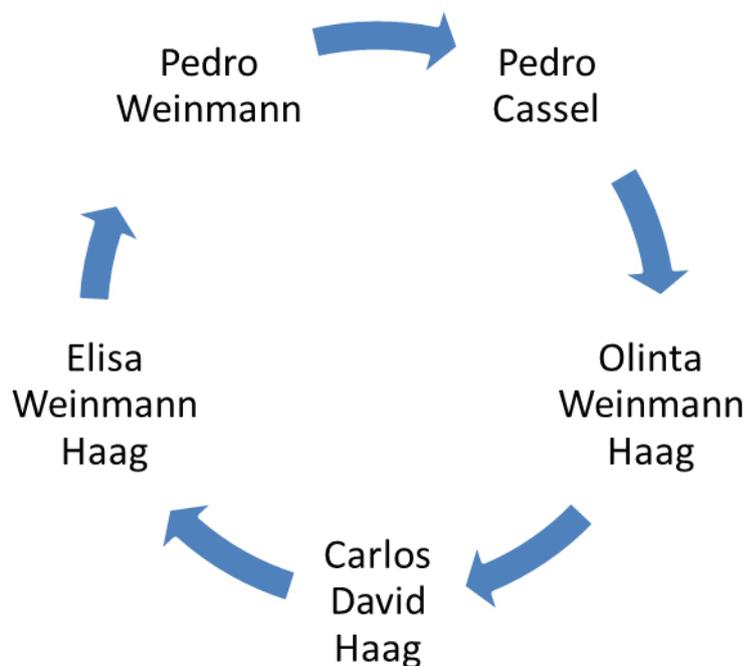
⁵⁷ Inventário de Pedro Beck (APERS). Autos n. 48, Maço n. 2, Estante 149. Santa Maria, ano: 1863.

⁵⁸ O pesquisador local José Antônio Brenner (2010), em estudo referente à descendência dos Cassel, citou Pedro Weinmann como irmão de João Guilherme Weinmann, ambos filhos do negociante Francisco Weinmann.

⁵⁹ Republicano castilhistas, nos anos iniciais da República ocupou o cargo de Agente dos Telégrafos de Santa Maria. Foi um dos braços direitos de Júlio de Castilhos no PRR de Santa Maria, articulou a

duas casas contíguas situadas na Rua Doutor João Ignácio. Pedro Weinmann adquiriu, mais tarde, a casa que pertencia a seu padrinho na Praça da Constituição⁶⁰.

Podemos perceber estes vínculos no esquema 3, que mostra as relações de parentesco unindo os núcleos dos Cassel, Weinmann e Haag:



Esquema 3 - Vínculos de parentesco unindo as famílias Cassel, Weinmann e Haag.

Fonte: Carta Testamento Pedro Cassel (APERS). A. 89, M. 3, E. 149. Santa Maria, ano: 1885.

Em nossa pesquisa averiguamos que o primeiro patriarca que uniu vínculos de matrimônio com uma tradicional família local, dentre os “nacionais” santamarienses, foi (1) João Appel. Inicialmente, quando constituiu residência no Curato, solteiro, este personagem exerceu o ofício de alfaiate. Um ano após, por meio do

retomada do poder local pelos republicanos no mês de agosto de 1892, com a derrubada dos representantes da junta governativa provisória que havia sido nomeada pelo Presidente da República, Floriano Peixoto, para governar o Rio Grande do Sul em novembro de 1891. Carlos Haag, como era conhecido por seus correligionários de partido na época, foi designado por Júlio de Castilhos para comandar um batalhão contra o exército maragato na revolução Federalista (1893-1895), conhecida na historiografia como “a guerra da degola”. Para maiores detalhes sobre a vida pública deste personagem, consultar em minha Monografia de Especialização: NICOLOSO, F. R. Clientelismo, Coronelismo e relações de poder na Primeira República (1889-1900): Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos. Universidade Federal de Santa Maria. PPGHistória. Santa Maria, 2011.

⁶⁰ Testamento de Pedro Cassel (APERS). A. 89, M. 3, E. 149. Santa Maria, ano: 1885.

capital que havia levantado servindo ao Império brasileiro através do 28º Batalhão de Atiradores⁶¹, somado aos ganhos de sua alfaiataria, abriu uma casa de comércio. No mesmo ano, em 1831, casou-se com Ana Maria de Oliveira, filha do proprietário local Maximiano José de Oliveira, o qual possuía uma vasta extensão em terras para os padrões dos proprietários de Santa Maria, com criação de gado e utilização de trabalho escravo (KÜLZER, 2010). Ao adentrar o círculo de relações de uma tradicional família local, além de se elevar a um status social superior na sociedade hierárquica do Império, o alfaiate e comerciante João Appel, tornou-se também proprietário, pois nas normas sociais da sociedade brasileira do século XIX, havia a possibilidade dos genros herdarem e administrarem os patrimônios de seus sogros.

Ao longo dos anos, o ramo familiar do imigrante estabeleceu vínculos com outras famílias “nacionais”, dentre elas, os Alves Valença, os Edolo de Carvalho, os Ferreira Pinto, os Simões Pires, os Rodrigues Costa e os Rocha Salles (APPEL SOIREFMANN, 1948). Todas estas foram tradicionais famílias da elite santamariense, que tiveram êxito na economia e influência na política local.

Estas estratégias familiares e sociais construídas por João Appel possibilitaram com que ele ocupasse um lugar na sociedade diferenciado dos demais “alemães” do seu tempo? Podemos estabelecer alguma relação da trajetória social deste personagem, com sua fortuna familiar? No caso de João Appel ter ocupado lugar de destaque na elite local, houve alguma relação entre fortuna familiar e atuação política? Este patriarca exerceu influência política local, ocupou cargos na burocracia, possibilitou a seus herdeiros ocuparem lugares de destaque na sociedade santa-mariense, na burocracia ou na política?

As respostas a estas e outras questões, buscando a relação entre estratégias sociais e empregos e fortuna familiar, tentaremos encontrar no subcapítulo que reservamos para a compreensão do perfil social das duas gerações, onde desenvolveremos um estudo comparativo visando estabelecer relações entre a 1ª e a 2ª geração, averiguando se houve continuidade ou mudança nos perfis profissionais, levantando os níveis de fortuna, relacionando vínculos de parentesco e fortuna familiar com status social e atuação política.

⁶¹ O 28º Batalhão de Atiradores era constituído por mercenários alemães. Em finais dos anos 1820, o Império brasileiro contratou os serviços destes mercenários, que foram armados com a missão de defender as fronteiras do Rio Grande contra as pretensões das províncias dos Prata.

Assim, objetivaremos constatar em qual geração houve maior atuação política, se foram os patriarcas ou os herdeiros que marcaram presença mais intensa na Câmara de Vereadores e na Guarda Nacional de Santa Maria e em quais casos os filhos deram seguimento à trajetória pública dos pais, ou ocuparam posições que não foram possíveis aos seus progenitores, fosse pelo fato de que a vida destes últimos estava direcionada aos cuidados com os negócios ou pelas estratégias familiares que costuravam no seio da nova sociedade, em muitos casos em que estabeleciam acordos no interesse, justamente, de facilitar o caminho dos seus herdeiros na hierarquia social.

3. 1. 5 – Ocupações profissionais da 1ª geração

Na década de 1830, Caio Prado Júnior sustentava, como vários historiadores que o seguiram, que o único problema real na história brasileira era determinar quem constituía a classe dominante – se proprietários de terra ou comerciantes: o governo refletiria inevitavelmente suas vontades. [...] Eu também vejo os ricos usando uma estrutura de governo que eles próprios criaram para promover seus interesses. Mas não vejo esses interesses levando tão diretamente à adoção dessa ou daquela política [...] Eu os vejo antes em sua influência sobre os próprios conceitos do bem e da verdade, a conduta devidamente obsequente em sua estrutura social hierárquica, a lealdade aos patrões e o cuidado com os clientes. [...] ***Tampouco acredito que comerciantes e proprietários de terra, como tais, colidissem uns com os outros, pois penso que muitos ou eram a mesma pessoa ou eram intimamente relacionados (grifo nosso)*** e que as divisões se davam em outras linhas. (GRAHAM, Op. Cit., p. 20).

Refletindo sobre interpretações na historiografia brasileira de meados do século XX no que se referia à relação Estado/Classe dominante, Graham (1997) identificou uma tendência corrente nas teses de alguns pensadores, como a exemplo de Caio Prado Jr., de correlacionarem as políticas de Estado adotadas pelo Império brasileiro com os interesses da classe dominante, classe esta que estaria dividida em setores da elite que representariam interesses distintos e antagônicos, que dariam rumos diferentes às políticas de governo, conforme estivessem defendendo os interesses do seu setor na economia. Logo, estes autores clássicos identificavam um embate de interesses entre comerciantes e proprietários, como duas categorias distintas e antagônicas, e os rumos que a política brasileira tomou

ao longo de sua história, teriam sido determinados em consequência da alternância entre estes setores da classe dominante em contextos distintos.

Graham também via “os ricos usando uma estrutura de governo que eles próprios criaram para promover seus interesses”, mas não entendia que estes mesmos interesses tivessem tanto poder e autonomia para determinarem a adoção desta, ou daquela política de governo. Para o autor, o que se sobressaia na estrutura social brasileira era a hierarquia, à qual todos os personagens históricos estavam envolvidos e agiam no sentido de conquistarem posições mais elevadas, inseridos na cultura do clientelismo, que os engendrava num sistema que tinha como regra a “lealdade aos patrões e o cuidado com os clientes” e a posição ocupada na pirâmide social dependia do maior ou menor sucesso com que os indivíduos jogassem com as normas de conduta formais e informais. Desta forma, Graham não concebeu a classe dominante brasileira com a divisão entre comerciantes e proprietários, pois na complexidade da estrutura social, um sujeito poderia ser comerciante e proprietário ao mesmo tempo, ou poderia exercer uma destas duas atividades da economia em relação com a outra, de forma que estaria inserido nas teias da hierarquia social, jogando com o sistema clientelista, seguindo e, ao mesmo tempo, costurando as normas sociais para elevar seu status na burocracia estatal e não determinando os rumos da política exclusivamente conforme os interesses setor da economia a que pertencesse.

Nos aproximando desta análise de Graham para compreendermos como a elite alemã de Santa Maria se relacionava economicamente, concordamos com a colocação do autor de que mais de uma função poderia ser desempenhada por um único sujeito e que comerciantes e proprietários poderiam estar interligados econômica e politicamente, por laços parentais consanguíneos ou não consanguíneos (LEVI, 2000). Conforme descrevemos anteriormente, os patriarcas das famílias alemãs que se estabeleceram em Santa Maria chegavam solteiros, casados, ou ainda adquiriam laços de matrimônio na nova sociedade, majoritariamente no meio urbano. No seu processo de inserção social, muitas vezes acabavam exercendo mais de uma ocupação, ou assumiam uma nova profissão, conforme as oportunidades de emprego que surgiam.

Neste momento, centraremos nossa análise no perfil profissional dos patriarcas, buscando entender como estes personagens históricos estavam organizados economicamente no período entre os anos 1830 a 1862, no contexto

histórico dos dez primeiros anos do Primeiro Reinado (1830-1840), adentrando os primeiros vinte e dois anos do Segundo Reinado (1840-1862), conforme delimitamos metodologicamente a atuação da primeira geração. No contexto em questão, ocorreram conflitos como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Guerra contra Rosas e Oribe (1851-1852), que não só tiveram implicações políticas e militares para os imigrantes e descendentes de alemães, como exigiram que se mobilizassem economicamente, pois durante os dez anos em que a Província do Rio Grande foi palco da guerra entre farroupilhas e imperiais, por exemplo, enquanto os “nacionais” e alguns poucos imigrantes de Santa Maria foram para as frentes de batalha, a maior parte dos comerciantes e artesãos locais mantiveram a economia local ativa (BELÉM, 2000), resultando daí o acúmulo de fortuna por parte de algumas famílias e indivíduos.

Conforme fizemos referência no início deste capítulo, através da leitura de obras locais que abordaram a imigração alemã em Santa Maria em traços gerais, encontramos referências sobre as principais profissões desempenhadas pelos “alemães” na localidade, como comerciantes, artesãos, alfaiates, lombilheiros, tamanqueiros, lavradores, dentre outras. No entanto, percebemos que de forma geral, tais obras fazem pouca ou nenhuma referência ao desempenho dos imigrantes como proprietários, o que pudemos constatar na leitura da documentação consultada⁶².

Para a análise da tabela 4, cabe esclarecer a seguinte questão: ao estabelecermos as categorias conceituais para a classificação das ocupações profissionais, contemplamos as seguintes:

a) Negociante – assim classificamos os comerciantes, os sujeitos envolvidos na compra e venda de produtos, os que emprestavam dinheiro a crédito, enfim, negociantes;

b) Artesão – trabalhador manual que trabalha por sua conta, só ou com o auxílio dos membros da família e alguns companheiros (curtidor, seleiro, sapateiro, lombilheiro, alfaiate, tamanqueiro, etc.) (MUGGE, 2012, p. 164);

c) Proprietário - O senhor de alguma propriedade ou bens de raiz;

⁶² A) Inventários post-mortem (12), Cartas Testamento (1) (APERS); b) Conselhos de Qualificação e Revisão – Fundo Guarda Nacional de Santa Maria, Cartas trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província – Fundo Câmara Municipal de Santa Maria, Documentos do Departamento de terras e Colonização de Santa Maria (AHRs); c) Belém (2000), Brenner (1998), Brenner (2010), Daudt Filho (2003), Livro Comemorativo do Centenário de Santa Maria (1814-1914)

d) Agricultor - o que lavra a terra, que vive dos frutos da terra cultivada por suas próprias mãos (MUGGE, 2012, p. 164);

e) Empresário – sujeito de direito que exerce a empresa, aquele que exerce profissionalmente uma atividade econômica (que busca gerar lucro) organizada (que articula os quatro fatores de produção: mão de obra, capital, insumos e tecnologia) para a produção e circulação de bens e serviços. O empresário é a própria sociedade, sujeito de direito com personalidade autônoma em relação aos sócios⁶³;

f) Ourives – profissional que trabalha com metais preciosos (especificamente prata e ouro), na fabricação de joias e ornamentos⁶⁴;

g) Profissional Liberal - pode constituir empresa ou ser empregado, está registrado em uma ordem ou conselho profissional e é o único que pode exercer determinada atividade (médicos, advogados, jornalistas, dentistas, psicólogos, entre outras categorias)⁶⁵.

Tabela 4 – Ocupações profissionais exercidas no período (1830-1862) por ofício (%)

Ocupações profissionais	Nº indivíduos	Porcentagem (%)
Artesão/negociante/proprietário	1	4%
Artesão/negociante/agricultor	1	4%
Negociante/proprietário	1	4%
Artesão/negociante	1	4%
Artesão/empresário	1	4%
Artesão/agricultor	1	4%
Ourives/negociante	1	4%
Negociante	11	44%
Artesão	3	12%
Proprietário	3	12%
Profissional liberal	1	4%
Total	25	100%

⁶³ Fonte: Wikipedia - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Empres%C3%A1rio>

⁶⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ourivesaria>

⁶⁵ Fonte – site Gazeta do Povo:

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=630415&tit=O-que-e-ser-profissional-liberal>

Vamos dar início à análise da tabela 4 observando a porcentagem de indivíduos por número de ocupação profissional exercida no período 1830 a 1862.

Dos 25 patriarcas que levantamos informações referentes as atividades profissionais, dois deles exerceram três ofícios, paralelos ou subsequentes, representando 8% do total, foram eles: (1) João Appel, que se estabeleceu em Santa Maria como alfaiate no ano de 1830 e abriu casa de negócios na localidade um ano depois, em 1831, administrando propriedades que possivelmente mantinha em sociedade com seu sogro, como responsável pelo dote de sua noiva⁶⁶; (4) Felipe Leonardo Niederauer, irmão de (2) João Niederauer e pai de (25) João Niederauer Sobrinho, que também iniciou a vida como artesão e posteriormente passou a dedicar-se ao comércio em sociedade com o irmão e o filho, cuidando também de suas terras como agricultor (BRENNER, 1995).

Identificamos cinco personagens que se envolveram nos negócios locais com duas profissões, somando 20% do total. Dentre estes, observamos uma frequência maior das atividades de artesão e negociante, que aparecem intercaladas nos dados referentes a estes cinco sujeitos na tabela.

Como negociante e proprietário consta justamente (2) João Niederauer, que conduziu casa de negócios e sociedade com parentes, ao mesmo tempo em que administrou vasta propriedade. Segundo Brenner (1995):

João Niederauer tornou-se proprietário de um grande extensão de terras no Passo da Areia, que iniciavam em frente ao atual Regimento Mallet e se estendiam para oeste. Ele construiu na área, possivelmente, em 1864, o Solar dos Niederauer, conhecido como Sotéia, que adquiriu importância por abrigar a famílias do Coronel Niederauer. (BRENNER, Op. Cit., p. 83).

No banco de dados consta o imigrante (5) Pedro Cassel como artesão e negociante. Já fizemos referência a este personagem anteriormente, quando reconstituímos alguns de seus vínculos de compadrio. Ele aprendeu o ofício de artesão em São Leopoldo e enriqueceu como comerciante em Santa Maria, fato que ajudou na compreensão de sua extensa lista de batismos como padrinho. O seu imóvel mais valioso era a casa onde residia, localizada na Rua do Comércio, onde

⁶⁶ Fontes: Belém (2000); Inventário de João Appel (APERS). N. 2, M. 1, E. 149. Santa Maria, ano: 1864.

tinha sua casa de negócios. Dentre seus inúmeros imóveis, possuía também duas casas contíguas situadas na rua Doutor João Ignácio⁶⁷.

Exercendo os ofícios de artesão e empresário identificamos (13) João Pedro Lenz (1829-1918). Chegando à província meridional com 14 anos, viveu por três anos em Rio Grande, onde aprendeu o ofício de marceneiro. Quando chegou em Santa Maria no ano de 1862, Pedro Lenz, como ficou conhecido no município, abriu uma fábrica e varejo de imóveis domésticos na Rua do Acampamento, negócio que empresariou e lhe proporcionou acúmulo de fortuna⁶⁸.

O personagem número (20) em nosso banco de dados, João Henrique Druck, atuou profissionalmente como artesão e agricultor. Nasceu em 1807 no grão-ducado de Hessen-Darmstadt e se estabeleceu em Santa Maria entre os anos de 1846 a 1858. Casou-se em segundas núpcias na nova localidade com Carolina Druck, com quem teve seis filhos. Dentre os bens do casal estavam: duas casas localizadas na rua do Comércio, com 50 e 60 palmos de frente, dois terrenos na rua Coronel Niederauer (a rua recebeu esse nome em homenagem a João Niederauer Sobrinho) com 60 palmos de frente, outro terreno na rua do comércio também com 60 palmos de frente, uma chácara fora dos limites da cidade, contendo 70 braças de terras de matos, um pequeno potreiro de campo vizinho às terras de João Niederauer e um terreno com cem palmos de frente, situado nas imediações do alto da serra e lugar em que segue a entrada geral para a Cachoeira⁶⁹. Podemos deduzir da leitura desses dados referentes a João Henrique Druck que, tanto a profissão de artesão pode ter lhe possibilitado a compra de terras por meio do capital inicialmente constituído, quanto o exercício do artesanato paralelo à agricultura lhe dado condições de aumentar seu patrimônio.

O imigrante (18) Frederico Kessler (1832-1899) nasceu em Mersched, no território alemão, e chegou em Santa Maria no ano de 1856. Iniciou sua carreira profissional na localidade como ourives e posteriormente abriu casa de negócios⁷⁰. Em sua carreira como ourives e negociante, Frederico Kessler adquiriu fortuna e status social, frequentando os altos círculos da elite santa-mariense. Destacamos o

⁶⁷ Testamento de Pedro Cassel (APERS). A. 89, M. 3, E. 149. Santa Maria, ano: 1885.

⁶⁸ Fonte: Livro do Centenário de Santa Maria (1814-1914) localizado na Casa de Memórias Edmundo Cardoso em Santa Maria.

⁶⁹ Inventário Carolina Druck (APERS). A. 148, M. 6, E. 149. Santa Maria, ano: 1876.

⁷⁰ Fonte: Livro do Centenário de Santa Maria (1814-1914) localizado na Casa de Memórias Edmundo Cardoso em Santa Maria.

fato de ter ocupado o cargo de tesoureiro na primeira Loja Maçônica de Santa Maria, a Loja Boca do Monte (KARSBURG, 2007).

Os demais personagens que exerceram um ofício profissional ao longo de suas trajetórias são a maioria no grupo da 1ª geração. São dezoito indivíduos, totalizando 78%, divididos em quatro categorias profissionais: negociantes (44%), artesãos (12%), proprietários (12%) e profissional liberal (4%).

Sabemos que pelo menos sete dos onze negociantes⁷¹ chegaram na segunda leva da imigração alemã para Santa Maria, de meados dos anos 1840 até a década de 1860, sendo que provavelmente já eram negociantes quando migraram. Esta constatação vem a dar respaldo à hipótese de pesquisadores locais, de que muitos “alemães” que chegaram a Santa Maria no período posterior à Revolução Farroupilha, foram atraídos pelo desenvolvimento incipiente, mas promissor, do comércio que estava sendo desenvolvido pelos imigrantes que chegaram primeiro à povoação, ao longo dos anos 1830.

Na categoria dos proprietários encontramos dois “alemães” e um “nacional”, sendo eles, respectivamente: (10) Otto Brinckmann, (14) Carlos Kruehl Filho e (21) José Alves Valença. Destes, Otto Brinckmann, falecido em Santa Maria no ano de 1903 ocupou patente militar como Capitão⁷² no conflito que ficou conhecido na historiografia como “A revolta dos Brummer”⁷³ e José Alves Valença, também falecido na localidade, em 1866, possuía longa trajetória militar, tendo atuado na Revolução Farroupilha e ocupado a patente de Coronel da Guarda Nacional (VARGAS, 2010). Isto não significa que a classe dos proprietários fosse hegemônica nas atividades militares, pois como veremos mais adiante, os “alemães” que ocuparam patentes militares possuíam profissões variadas, no que estamos mais uma vez de acordo com Graham (1997), no sentido de que não havia uma hegemonia dos proprietários nos círculos de elite.

⁷¹ Faremos referência aos onze negociantes na ordem em que se encontram no banco de dados: (3) Frederico Niederauer, (6) Francisco Weinmann, (8) Pedro Beck, (9) João Pedro Höehr, (15) João Daudt, (17) Antônio Appel, (19) Júlio Kessler, (22) João Frederico Niederauer “Crespo”, (23) Christiano Kruehl, (24) João Konrado Scherer e (25) João Niederauer Sobrinho.

⁷² Fonte: Livro do Centenário de Santa Maria (1814-1914) localizado na Casa de Memórias Edmundo Cardoso em Santa Maria.

⁷³ Brummer era a designação dada aos cerca de mil e oitocentos soldados mercenários germânicos, contratados pelo Império brasileiro em 1851, para lutarem na guerra contra Oribe e Rosas. Uma boa referência para a compreensão da revolta dos Brummer pode ser encontrada em: LANGE, Francisco Lothar Paulo. História de um “Resmungão” da Legião Alemã de 1851 no Brasil: Schleswig-Holstein, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Campanha do Uruguai, e Colônia Dona Francisca (atual Joinville). Curitiba, 1995.

O único profissional liberal da 1ª geração foi o boticário Guilherme Fischer (1835-1918). Estabeleceu-se em Santa Maria no ano de 1865, abrindo a farmácia e drogaria Fischer. A casa vendia artigos de selaria e correria. Em 1866, foi escolhido presidente da Comunidade Evangélica Alemã e, no mesmo ano, Secretário da comunidade Deutcher Hilfsverein (Associação alemã de beneficência). Na década de 1870 esteve entre os nomes fundadores da Loja Maçônica Boca do Monte, que iniciou suas atividades em 1874. Em 1867, Fischer obteve licença da Câmara de Vereadores para vender remédios. “Na farmácia podia-se comprar ovos, manteiga e cerveja, item que ele conservava nos dias quentes, bom estoque de garrafas. Os clientes acomodavam-se no pátio para beber”⁷⁴. Pensamos que o fato de ele ter conseguido a licença da Câmara de Vereadores para vender remédios, pode ter sido facilitado pela grande rede de contatos que mantinha com pessoas influentes de sua época, pois sua farmácia também era um espaço de sociabilidades. Da leitura da documentação pesquisada, principalmente dos inventários, pudemos observar que Guilherme Fischer aparecia com uma certa frequência, como em casos de empréstimo de dinheiro a juros, aparecendo também como testemunha, etc.

Por fim, faremos uma análise geral da situação profissional dos “patriarcas” por categorias. Podemos perceber na tabela 4 que entre os personagens do grupo havia a predominância de negociantes, sendo que apareciam onze indivíduos (44%) exercendo o ofício como única ocupação e mais cinco que dividiam a prática do comércio com mais uma ou duas profissões. Assim sendo, a categoria negociante aparecia ocupando 64% do total. Os artesãos ocupavam o segundo lugar na tabela com 32% do total e a categoria dos proprietários vinha em seguida, com 16%. Por fim, as demais profissões (agricultor, ourives e profissional liberal) somavam 16%. O Gráfico a seguir exemplifica a situação profissional da 1ª geração⁷⁵:

⁷⁴ Fonte: Livro do Centenário de Santa Maria (1814-1914) localizado na Casa de Memórias Edmundo Cardoso em Santa Maria.

⁷⁵ Para a elaboração do gráfico foram utilizadas as mesmas fontes da tabela 4

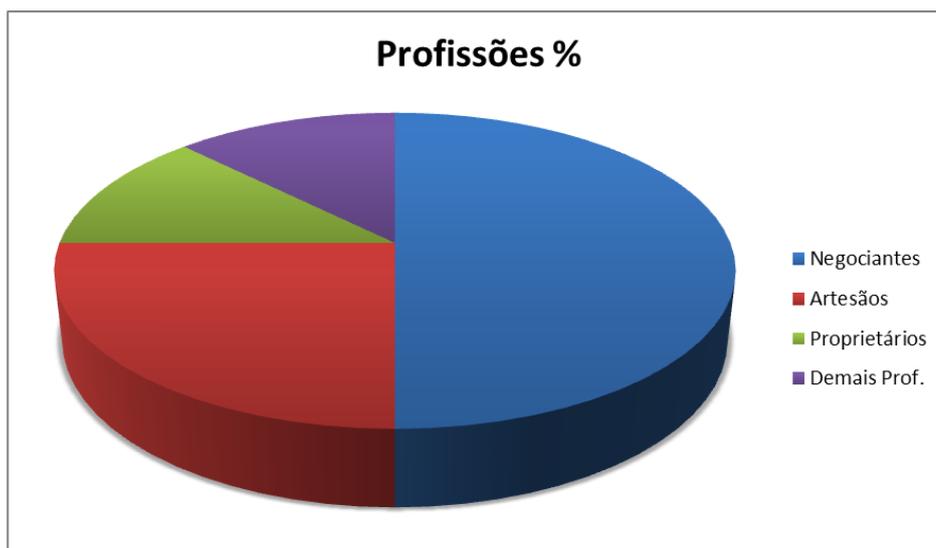


Gráfico 1 - Situação profissional da 1ª geração por categorias (%).

Através dos resultados obtidos da análise do nosso grupo de “alemães” da elite de Santa Maria, representado por 25 indivíduos de 16 famílias da 1ª geração, pensamos que os “patriarcas” estavam inseridos num universo urbano, onde predominavam o comércio e as atividades artesanais. Grande parte das casas de negócios dos “alemães” nos anos 1830 a 1860 estavam localizadas na rua do Comércio (BRENNER, 2010) e geralmente as propriedades destinadas à pecuária e agricultura em regiões mais afastadas do centro, como no Passo da Areia e no Pinhal⁷⁶.

Passaremos, a seguir, à compreensão de como estes personagens históricos estavam interligados por vínculos familiares e de negócios. Faremos um exercício de análise em rede, através da construção da rede de relações sociais do negociante Pedro Cassel, pois como já vimos, este foi um sujeito que adquiriu fortuna e status social, que apadrinhou crianças de famílias a ele ligadas e deixou herança material e imaterial a seus afilhados.

3. 1. 6 – Família e negócios: as redes de relações dos patriarcas

⁷⁶ Esta informação encontramos na leitura dos inventários, onde constam quantas propriedades os indivíduos possuíam, suas dimensões e localização.

Conforme constatamos, havia na geração dos patriarcas “alemães” de Santa Maria a predominância de atividades econômicas de cunho urbano, prevalecendo o comércio e o artesanato. Entretanto, apesar desta constatação, cremos que estas atividades não estavam dissociadas das demais ocupações dos sujeitos, tanto as que dividiam espaço no centro urbano, como ourives e profissional liberal, quanto as que eram praticadas nas propriedades localizadas nos arredores, até porque já vimos que um mesmo personagem podia ser comerciante, artesão e possuir propriedades no meio rural.

Na sociedade hierárquica do século XIX, no Império, um sujeito era tão bem sucedido quanto maiores fossem suas redes de contatos nos círculos das famílias tradicionais de elite e mais bem amarrados estivessem os laços que os uniam.

A elite “alemã” de Santa Maria estava inserida num complexo emaranhado de relações, interligada pelos negócios, pela religião, pela política e atuação na burocracia ou pelos ambientes de sociabilidades. O matrimônio muitas vezes levava ao estabelecimento de sociedades nos negócios, era um contrato, que nos círculos de elite nunca se realizava de forma aleatória. Adentrar os círculos de uma família tradicional, fosse “nacional” ou “alemã”, poderia significar ascensão econômica e projeção social.

Para termos uma noção de como se amarravam os vínculos que uniam estes sujeitos, nos aprofundaremos num micro-universo da elite “alemã” de Santa Maria na 1ª geração, através da construção das redes de relações do “patriarca” Pedro Cassel, rico comerciante de sua época. A escolha deste personagem se deu pelo critério econômico e familiar, já que pertencia à categoria profissional predominante no contexto em que estava inserido, negociante, e, como já visto anteriormente, constituiu uma ampla rede de compadrios, dependentes e agregados.

Para tal, faremos primeiramente uma conceituação teórica do termo “redes sociais”. Para a constituição de uma rede, faz-se necessário primeiramente partir do indivíduo, conforme colocado por José Maria Imízcoz:

Partir de los hombres y mujeres como protagonistas de su historia, para descubrir cómo, en sus experiencias y dinámicas, se relacionan las diferentes dimensiones de la realidad y cómo se produce el cambio histórico. [...] Partiendo de los actores sociales es posible percibir la relación íntima y efectiva entre dimensiones que, de otro modo, aparecen disociadas y que relacionamos de forma sobrevenida, mediante supuestas cadenas de dependencia o determinación. (IMÍZCOZ, 2004, p. 118).

Para o autor, partindo dos atores sociais é possível ao historiador compreender como estes personagens se relacionavam com as diferentes dimensões da realidade, percebendo relações íntimas e afetivas entre dimensões que, de outro modo, pareceriam dissociadas. Assim sendo, a partir do indivíduo parte-se para a reconstituição da teia fina do tecido social. Através da micro-história social, é possível, por meio de uma redução de escala, perceber o máximo de detalhes de uma dada realidade, partindo do método de investigação indutivo a partir dos indivíduos (Ibid, p. 119). Ainda segundo Imízcoz:

[...] partir de los hombres y mujeres como agente del cambio histórico, considerando su experiencia en todos los órdenes (económico, político, social, cultural), puede abrir nuevas vías para una historia global. Como ya advertía Marc Block “el homo religiosus, el homo economicus, el homo politicus, toda esa retahíla de hombres en us, de la que se podría alargar la lista hasta el infinito, son cómodos fantasmas y el peligro sería grave si los tomáramos por otra cosa. El único ser de carne y hueso es el hombre, sin más, que lo reúne a la vez todo”. (Ibid., p. 118).

Esta passagem traz uma ideia fundamental para o trabalho do historiador, ideia pela qual Marc Block há muito fazia advertências, a de que a história é feita por homens de carne e osso, que vivem a completude da complexidade social de sua época. Desta forma, as divisões dos homens entre econômico, religioso ou político podem ser ferramentas didáticas para compreendê-los, mas o historiador deve considerar o todo da realidade social.

Neste esforço, um método inicialmente utilizado na sociologia e posteriormente na história é o das “redes de relações sociais”, no que Imízcoz define como método indutivo, partindo do indivíduo às configurações sociais para perceber seus intercâmbios com a sociedade. Na definição do autor, se concebe a rede como um “conjunto específico de conexiones entre un grupo definido de personas, con la propiedad adicional de que las características de dichas conexiones como um todo pueden usarse para interpretar el comportamiento social de las personas implicadas” (Ibid., p. 122).

Para Tiago Luiz Gil (2011), o estudo de redes sociais é uma metodologia que percebe nas interações humanas o objeto de análise primordial, sem, contudo, dispensar o diálogo com outras metodologias. Conforme este autor, parte importante deste método está na elaboração de matrizes e gráficos:

Estes gráficos diferem daqueles seriais, mais conhecidos, por não apresentar uma linearidade modulada pelo tempo. Cada matriz, e seu gráfico correspondente, correspondem a um instantâneo de relacionamentos. O gráfico é formado por nódulos (que representam as unidades), linhas (que simbolizam as relações) [...]. De acordo com o tipo de gráfico utilizado, os desenhos e cores dos nódulos variam, o que também ocorre com o comprimento das linhas de forma a dar um significado visual ao que foi exposto na matriz pelo pesquisador. (Gil, 2011, p. 84)

No entanto, o autor faz uma ressalva, de que “tal metodologia não pretende dar conta da totalidade das relações, mas, apenas, apresentá-las de forma ordenada e inteligível ao pesquisador” (Ibid., p. 84).

Tendo em conta estas diretrizes teórico-metodológicas, vamos agora nos deter na análise do gráfico que elaboramos na tentativa de reconstituição das redes de relações de alguns dos atores sociais que compõem o grupo da 1ª geração. Seguindo as orientações de Imízcoz e Gil, fizemos a opção metodológica de utilizar o método indutivo, partindo do indivíduo para abrir o seu leque de relações, no que Gil definiu como “rede egocentrada”. Desta forma, como já foi colocado, construímos o gráfico partindo das relações familiares e de negócios do negociante Pedro Cassel.

Para a elaboração prática da rede de relações deste imigrante, consideramos como aspectos principais a proximidade deste personagem com seus contatos, tendo em conta primeiramente os vínculos familiares de compadrio e, em seguida, os laços de negócios. Os sujeitos mais próximos de Pedro Cassel são representados por nódulos (pontos) e linhas em vermelho. O comprimento das linhas é proporcional ao grau de proximidade. Assim, os sujeitos ligados ao patriarca por linhas mais compridas possuíam um vínculo maior e os localizados numa faixa equivalente de distância, estavam numa posição quase de igualdade. Aqueles indivíduos representados por nódulos e linhas em preto, estavam mais distantes na rede de relações de Pedro Cassel, ou possuíam relações diretas menos intensas, ou ligados a ele indiretamente, constituindo os contatos dos seus contatos.

O gráfico a seguir foi gerado basicamente do cruzamento de informações dos inventários de nove dos vinte e um sujeitos envolvidos direta ou indiretamente nesta rede egocentrada⁷⁷. Neste sentido, antes de iniciarmos a análise, faremos a ressalva de que trata-se de uma pequena amostra das relações dos imigrantes com Pedro

⁷⁷ Os inventários utilizados na montagem deste gráfico em rede serão todos citados ao final do trabalho, nas fontes utilizadas.

Cassel e entre si, pois na pesquisa que realizamos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), após minuciosa busca em toda a documentação referente a Santa Maria no período estudado, selecionamos para análise os documentos referentes às famílias “alemãs” que nos dessem maiores possibilidades de compreender a realidade das 16 famílias que selecionamos por critérios metodológicos já expostos na introdução. Trata-se, portanto, da compreensão de uma pequena rede no universo da elite “alemã” de Santa Maria, para que possamos compreender como se amarravam os laços entre estes indivíduos e suas famílias.

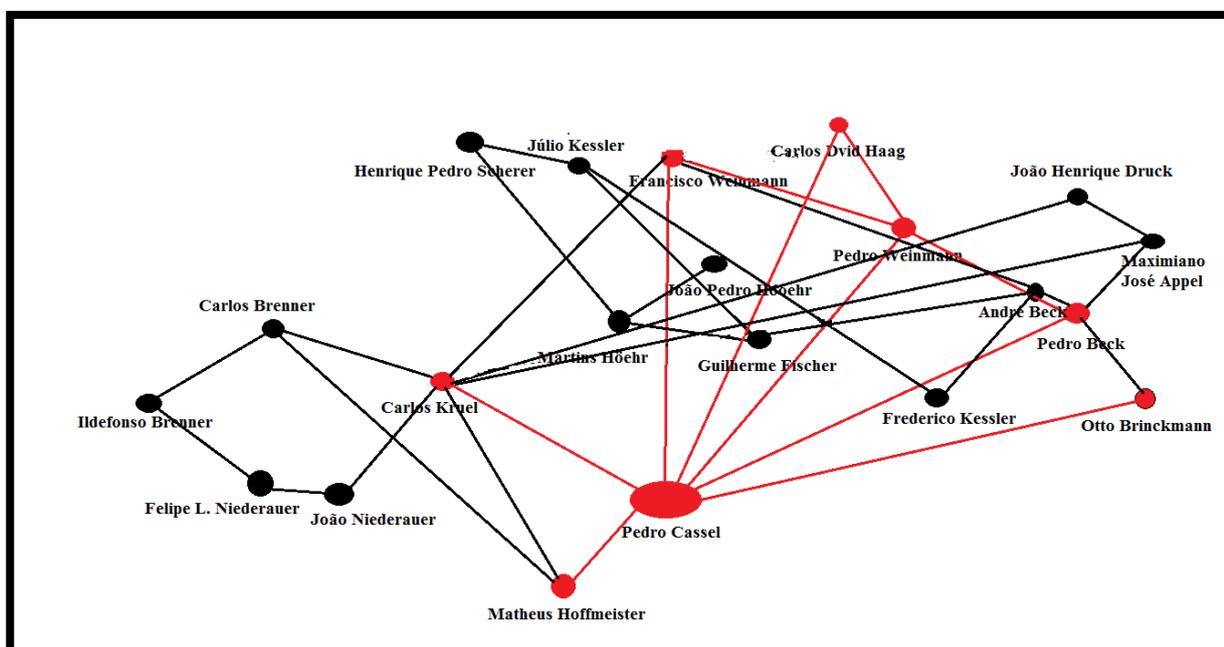


Gráfico 2 – Rede de relações dos “patriarcas” a partir de Pedro Cassel

Fonte: Carta Testamento Pedro Cassel (APERS). A. 89, M. 3, E. 149. Santa Maria, ano: 1885.

Iniciaremos a compreensão desta rede pela análise dos vínculos estabelecidos por laços de família e negócios (em vermelho), portanto, pelas relações mais fortes.

Na leitura do gráfico percebemos que eram sete os “alemães” com vínculos mais intensos em relação a Pedro Cassel. Começamos pela compreensão do triângulo formado no canto direito/superior do gráfico, unido por (5) Pedro Cassel, (6) Francisco Weinmann e (10) Otto Brinckmann. No interior deste triângulo maior podemos enxergar quatro triângulos menores. O primeiro, de grande intensidade de

vínculos (família e negócios), na parte superior, é formado pela rede estabelecida entre Pedro Cassel e Francisco Weinmann, ambos negociantes e que se tornaram “parentes” após o chefe da família Cassel ter batizado seu afilhado Pedro Weinmann, que por sua vez auxiliou seu padrinho nos negócios e herdou deste o nome e prestígio social. O segundo triângulo, dentro deste menor, é formado pela rede entre Pedro Cassel, Pedro Weinmann e Carlos David Haag. Mais uma vez notamos um vínculo familiar e de negócios estabelecido por Pedro Cassel, pois este batizou uma filha de Carlos Haag, que por sua vez era genro de Pedro Weinmann. Através deste batizado, Carlos Haag também passou a integrar o círculo de relações do negociante Pedro Cassel.

Ao lado deste triângulo menor notamos outro, formado por padrinho e afilhados, todos negociantes. Pedro Cassel, Pedro Weinmann e Pedro Beck, ligados mutuamente por compadrio e por negócios.

O último triângulo no canto inferior esquerdo, a lado do anterior, também é constituído por compadrio e negócios, mas com menor intensidade, pois o proprietário Otto Brinckmann mantinha negócios com os negociantes, padrinho e afilhado, mas não tinha relação familiar direta com nenhum deles.

No interior do triângulo maior, vemos uma linha em preto ligando os negociantes Francisco Weinmann e André Beck, este último irmão de Pedro Beck. Trata-se de uma relação de negócios sem vínculo familiar. Neste sentido, consideramos a possibilidade de uma relação secundária entre André Beck e Pedro Cassel, pelo intermédio de Francisco Weinmann.

Outro vínculo de parentesco e negócios com menor intensidade identificamos no canto esquerdo do gráfico entre as partes superior e inferior, nos nódulos ligando Pedro Cassel, Matheus Hoffmeister e Carlos Krueel. Pedro Cassel havia batizado uma filha de Matheus Hoffmeister, que era artesão e mantinha negócios com Carlos Krueel, proprietário, que, por sua vez, comprava mercadorias de Pedro Cassel .

Numa visão mais geral, a possibilidade de relações econômicas entre todos estes sujeitos era grande, uma vez que ligados diretamente ao negociante Pedro Cassel, poderiam manter relações secundárias, já que eram na maioria negociantes e proprietários.

Os nódulos e linhas em preto, que formam triângulos, um retângulo e um quadrado fechado no gráfico, representam redes secundárias em relação ao mediador (GIL, 2011), pois são geradas como contatos de seus contatos. Cremos

que poderia existir a possibilidade de manterem negócios com Pedro Cassel, mas de forma mais indireta, menos intensa e com uma frequência menor. Como exemplo, podemos citar o caso de Carlos Brenner, que mantinha negócios mutuamente com Carlos Kruel e Matheus Hoffmeister, formando outro triângulo no gráfico.

Num segundo momento desta análise de redes, seguiremos as coordenadas de Gil e buscaremos compreender a influência de Pedro Cassel como mediador desta rede, desta vez a visualizando em seu todo, com suas relações diretas e indiretas, com nódulos e linhas vermelhas e pretas. Para isso, torna-se interessante excluímos Pedro Cassel do gráfico, para percebermos como os demais pontos se conectam entre si, se mantêm-se ligados ou se desarticulam, e como configuram a nova rede.

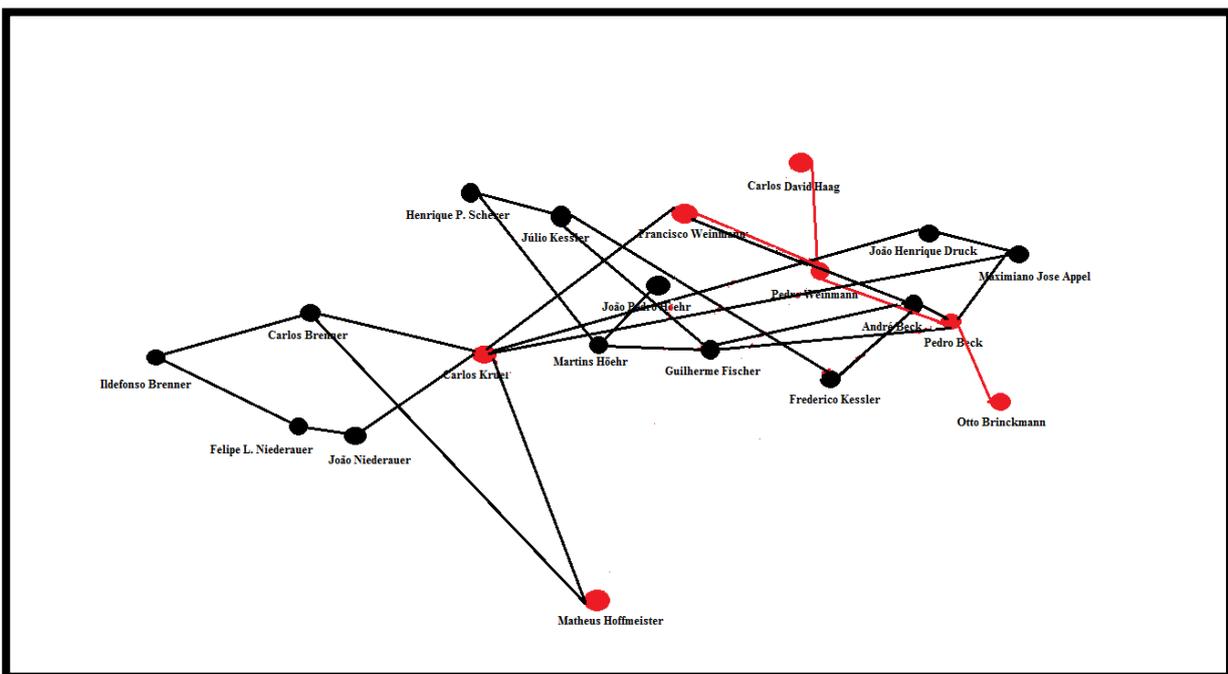


Gráfico 3 – Redes de relações do gráfico 2 sem Pedro Cassel

Observando este segundo gráfico, o que primeiro salta à vista é a ausência dos dois triângulos maiores, que ficavam à direita e à esquerda do mediador Pedro Cassel nas relações de negócio e parentesco. Apesar disso, as outras figuras geométricas, formadas por nódulos e linhas em preto se mantêm intactas, o que representa logicamente que os vínculos entre estes sujeitos se mantinham independente da influência exercida pelo mediador. A mesma tendência pode ser

notada nos nódulos e linhas em vermelho, que constituíam as redes diretas de Pedro Cassel, pois apesar de perderem sua referência central e de não aparecerem ligadas pelos dois triângulos maiores no gráfico, mantiveram-se todos os outros pontos conectados.

Esta constatação nos leva a uma conclusão em relação a este segundo gráfico. Refere-se ao fato de que, apesar de toda a rede ter sido gerada a partir de Pedro Cassel, primeiramente dos desdobramentos de seus contatos diretos e, num segundo momento, dos desdobramentos dos contatos dos seus contatos, a existência da rede, suas conexões e as relações mantidas por todos os indivíduos, não estavam hierarquicamente submetidas à figura do mediador. Todos os demais atores se mantiveram conectados de forma direta ou indireta na ausência do mediador da rede.

Por fim, intentamos através da análise desta rede demonstrar que a teia de relações sociais entre os “alemães” de Santa Maria mantinha-os profundamente conectados por laços diretos (familiares e de negócios) ou indiretamente, por vínculos estabelecidos por intermédio de terceiros. Na ausência do mediador que escolhemos para abrir o leque, pudemos averiguar que praticamente todos os demais pontos permaneceram relacionados entre si, o que consideramos muito significativo, pois nos apresenta um universo em que as famílias “alemãs” da elite, tendo em conta as hierarquias e relações de dependência que caracterizavam a sociedade santa-mariense do século XIX, construíram e renovaram vínculos que as mantiveram ligadas e, principalmente, que caracterizaram seus círculos de influência econômica, social e política.

3. 2 – Reforçando laços e/ou construindo novos vínculos? O perfil dos herdeiros

Nos instantes finais da década de 1850, muitas mudanças podiam ser vislumbradas pelo visitante que passasse pelas ruas e praças da recém fundada Vila de Santa Maria da Boca do Monte⁷⁸, emancipada da Comarca de Cachoeira no ano

⁷⁸ Segundo Belém (2000, p. 106): “A sede da Vila, então, com representantes em todos os ramos da atividade comercial, não tinha um lívido aspecto de um convalescente, mas o ar de quem se julga

de 1858, quando surgiu o novo município na região central da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Naquele momento histórico, a vila contava com 2.905 habitantes, os quais, passadas duas décadas do conflito farroupilha, não havia ainda se reestabelecido completamente nos negócios. “Dez anos de suspensão de trabalho no campo, de inação da lavoura, cortaram cerce o surto de seu desenvolvimento promissor. O comércio, porém, era um milagre germânico” (BELÉM, Op. Cit., p. 106).

Por esta passagem de Belém, podemos confirmar o que constatamos na análise do perfil profissional dos patriarcas, o fato de que a maior parte dos “alemães” que chegaram a Santa Maria dedicavam-se ao comércio e, como negociantes, mantinham ativa a economia do município durante e após os anos da guerra dos “farrapos”. Os imigrantes já estavam inseridos economicamente na sociedade santa-mariense, o que se relacionava diretamente com a influência que os chefes das famílias “alemãs” e seus descendentes exerciam como autoridades políticas locais, fazendo-se presentes na primeira Câmara Municipal, o que não apenas elevava o status desses sujeitos nos círculos da elite, projetando-os na hierarquia social, como era uma forma de defenderem seus interesses familiares através do poder na esfera pública, ocupando cargos na burocracia. Quando foi escrita a “Ata de instalação da Câmara Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte”, dois herdeiros alemães estiveram presentes em sua elaboração, além do “nacional” José Alves Valença, à época Tenente-Coronel e vereador mais votado pelo primeiro distrito. Segue o conteúdo da ata:

Aos dezessete dias do mês de maio do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e oito, trigésimo sétimo da Independência e do Império, nos paços desta nova Vila de Santa Maria da Boca do Monte, achando-se presentes o vereador mais votado tenente-coronel **José Alves Valença (grifo nosso)** que se acha juramentado, comigo secretário interino nomeado para esse fim e para a instalação da Câmara Municipal, e os **vereadores João Pedro Niederauer, [...], Maximiano José Appel (grifo nosso)**, João Tomaz da Silva Brasil, Joaquim Moreira Lopez e Francisco Pereira de Miranda, a esses o vereador-presidente deferiu o juramento dos Santos Evangelhos na forma da Lei, cujo termo se lavrou em livro para este fim destinado, depois do que se achava instalada a Câmara Municipal, e declarou a esta que se registrasse nesse livro a Lei que criou esta vila assim como se participasse a S. Exa. O Senhor Presidente da Província a instalação desta Câmara, a qual deve ser publicada por edital. [...] se lavrou em ata que assinam [...] o Vereador-

comodamente instalado na vida. Viam-se lojas de fazendas e miudezas, armazéns de secos, molhados e ferragens, tamancaria, oficinas de alfaiate, de ferreiro, de marceneiro, lombilharia e botica [...].”

presidente José Alves Valença, João Pedro Niederauer, Maximiano José Appel [...].⁷⁹

Para que possamos compreender o contexto social e político em que os imigrantes alemães e seus descendentes estavam envolvidos, após a emancipação política do município, no ano de 1858, quando se deu a institucionalização da Câmara municipal de Santa Maria no Império, faremos o esforço metodológico de traçar o perfil coletivo da 2ª geração, nas mesmas coordenadas com que traçamos o perfil da 1ª geração, com a diferença de que faremos a análise dos perfis profissionais, das fortunas familiares e atuação política estabelecendo uma comparação entre as duas, no objetivo de identificar as mudanças e continuidades de uma geração para outra, percebendo a reiteração de laços e/ou a constituição de novos vínculos nas trajetórias sociais dos filhos em relação a seus pais.

Ao desenvolvermos o perfil dos patriarcas, principalmente no que se refere às estratégias familiares (matrimônios e compadrios), aos vínculos de negócios e redes de relações e às características profissionais, percebemos que a elite “alemã” de Santa Maria constituía um grupo, ou setor, intensamente interligado por laços familiares e não familiares. Este grupo certamente tinha o interesse e o objetivo de manter e perpetuar seu status social como elite, o que constitui uma característica dos círculos de elite, que segundo Revel (2000), agiam no sentido de garantir a “sobrevivência biológica do grupo, a conservação do status social de uma geração para outra (e se possível seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social” (REVEL, Op. Cit., p. 27). Assim, os patriarcas que já haviam conquistado seu espaço na sociedade local, buscavam estabelecer acordos familiares e de negócios que fossem os mais interessantes possíveis para a manutenção do poder, tanto individual, quanto coletivo. Neste sentido, aos herdeiros cabia a missão de saber interagir no meio em que tivessem inseridos fazendo uso da “herança imaterial” deixada por seus pais e, por sua vez, fazer novos acordos que também fossem vantajosos para as gerações posteriores. Desta tarefa, geralmente o filho mais velho (primogênito) era o encarregado, que passava a assumir o papel de responsável pelo núcleo familiar (LEVI, 2000).

Giovanni Levi em “A Herança Imaterial” demonstrou, analisando os caminhos percorridos pelo vigário Giovanni Batista Chieza, que a “herança imaterial” não

⁷⁹ Ata de Inauguração da Câmara Municipal de Santa Maria. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Câmara Municipal de Santa Maria, ano: 1858.

autorizava a tudo, que este não teve o mesmo sucesso de seu pai pelo fato de ter sido um “mau intérprete da política do vilarejo” (LEVI, Op. Cit., p. 33). No caso do nosso estudo, partiremos do geral para os casos particulares na análise dos caminhos percorridos pelos herdeiros. Primeiramente, traçaremos os perfis pessoal e profissional dos descendentes (levando em consideração as fortunas familiares), identificando as continuidades e mudanças pela comparação e relação entre as duas gerações. Num segundo momento, partiremos para a reconstituição de estratégias familiares e de negócios dos descendentes.

Demarcamos temporalmente a geração dos herdeiros no período entre 1858 a 1891, da fundação do Município e da Câmara de Vereadores de Santa Maria, no Império, até a promulgação da Constituição Republicana do Estado do Rio Grande do Sul, na República. Portanto, consideramos herdeiros os descendentes da primeira geração nascidos em Santa Maria, ou chegados ainda crianças com seus pais na localidade.

No que se refere à inserção dos herdeiros na vida pública, daremos um enfoque maior à análise da atuação na política pela via institucional, pela ocupação de cargos na burocracia local. Ao traçamos o perfil coletivo dos vinte e dois personagens da 2ª geração, estabeleceremos uma relação entre perfil profissional/fortuna familiar e atuação política via ocupação de cargos na Câmara de Vereadores e Guarda Nacional. Nesta etapa da análise, desenvolveremos um estudo comparativo, colocando lado a lado patriarcas e herdeiros, num “encontro de gerações”, onde os esforços convergirão para uma compreensão geral do grupo de quarenta e sete sujeitos, imigrantes e descendentes. Isto se dará com o objetivo de medir o nível e a intensidade da atuação política entre pais e filhos, de comparar fortunas e vislumbrar como a 2ª geração estava organizada profissionalmente em relação à 1ª, identificando o contexto social que possibilitou aos descendentes seguirem no mesmo ramo de negócios de seus pais, ou as situações que os obrigaram a tomar outros rumos.

3. 2. 1 – Dados gerais: ano/local de nascimento e situação conjugal

Ao montarmos nosso banco de dados, fechamos um grupo de 47 personagens, dos quais 46 eram de origem alemã e um nacional, o proprietário e Coronel da Guarda Nacional (21) José Alves Valença.

Em termos metodológicos, com o fim de facilitar a análise das informações referentes às duas gerações, optamos por selecionar os sujeitos que compuseram o banco de dados da 2ª geração tendo como critérios principais a atuação política entre os anos 1858-1891 e/ou pela condição de filhos primogênitos, afilhados, ou sobrinhos dos sujeitos da 1ª geração. O primeiro critério (atuação política) está condicionado à relação entre fortuna familiar e status social, pois fizemos referência aos descendentes que deram continuidade às estratégias sociais iniciadas por seus pais, renovando vínculos já estabelecidos, ou construindo novas relações, exercendo influência política local. O segundo critério está relacionado ao fato de que o filho primogênito, na cultura da sociedade do Império, era o que ficava incumbido de assumir o papel de responsável pela família na falta do chefe da família, administrando os bens e ficando encarregado de manter e elevar o status familiar nos círculos de elite. A atuação dos afilhados e sobrinhos merece igual atenção, pois em situações quando um pai de família não deixava herdeiros diretos, como no caso por nós já analisado do negociante (5) Pedro Cassel, eram seus sobrinhos e afilhados quem, muitas vezes, acabavam sendo os herdeiros dos bens e do prestígio deixados pelo falecido, como sucedeu com (39) Pedro Weinmann e (44) Pedro José Cassel, o primeiro afilhado e o segundo sobrinho e afilhado de Pedro Cassel.

Iniciaremos a construção do perfil coletivo da 2ª geração pelo levantamento do ano de nascimento e local de origem.

Os descendentes dos chefes das 16 famílias “alemães” analisadas nasceram no período entre 1830 e 1858, tendo sido (27) João Pedro Niederauer o mais velho dos herdeiros e (35) João Daudt Filho, o último a nascer. Alguns nasceram em Santa Maria, outros nas localidades em que seus pais estavam estabelecidos antes de migrarem para a região central da província. Na tabela abaixo, referente aos locais de nascimento, estabelecemos uma porcentagem arredondada visando chegar a 100%.

Tabela 5 - Locais de origem dos herdeiros (1830-1858) (%)⁸⁰

Local de origem	Indivíduos	Porcentagem (%)
Santa Maria	9	42%
Três Fourquilhas	1	4%
São Leopoldo	3	14%
Bom Jardim (Ivotí)	1	4%
Incertos	8	36%
Total	22	100%

Segundo vimos no início deste capítulo, as famílias que emigraram dos portos alemães em meados da década de 1820, ao desembarcarem no Brasil, percorreram o caminho do Rio de Janeiro para Porto Alegre e, então, nos primeiros anos da imigração oficial, estabeleceram-se em São Leopoldo. No entanto, com o crescimento de São Leopoldo, outros núcleos coloniais foram fundados, como a exemplo de Bom Jardim, Três Fourquilhas e Torres. Nem todas as famílias imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul deslocaram-se de São Leopoldo para as colônias secundárias, pois no transcorrer dos anos 1830 e 1840 foram desembarcando novas levas, que se instalaram diretamente nas novas colônias, conforme descrito por Hunsche (1975).

Esta constatação inicial contradiz o que foi colocado por Roche, quando o autor afirmou que “[...] Santa Maria da Boca do Monte foi inteiramente constituída por alemães oriundos de São Leopoldo” (ROCHE, 1969, p. 342-3). Outro contraponto a esta afirmação pode ser levantado levando-se em conta o fato já averiguado na análise da 1ª geração, de que alguns sujeitos foram atraídos a emigrarem diretamente do território alemão para Santa Maria por parentes que haviam se inserido anteriormente na localidade, como no caso dos irmãos João e Antônio Appel.

Desta forma, iniciamos a leitura da tabela 5 afirmando o contrário do que foi dito por Roche, pois a imigração alemã para Santa Maria não foi constituída inteiramente por alemães oriundos de São Leopoldo.

⁸⁰ Fontes utilizadas para a montagem da tabela 5: Inventários (APERS); Documentos do Fundo Terras e Colonização de Santa Maria (AHRs); Belém (2000), Brenner (2010), Brenner (1995), Daudt Filho (2003), Livro Comemorativo do Centenário de Santa Maria (CMECSM).

Dos vinte e dois herdeiros, nove nasceram em Santa Maria, representando a maior parte, com 42% do total. Apenas 3 deles, ou 14%, nasceram em São Leopoldo e se deslocando posteriormente para Santa Maria, foram eles: (29) João Frederico Egydio Niederauer (filho de João Niederauer), (32) Frederico Guilherme Niederauer (filho de Frederico Niederauer) e Martins Höehr (filho de João Pedro Höehr). Os nascidos em Três Fourquilhas e Bom Jardim totalizavam 8%. Pedro José Cassel (sobrinho e afilhado do negociante Pedro Cassel) nasceu em Bom Jardim no ano de 1846 e chegou ainda menino juntamente com seus pais e irmãos a Santa Maria em 1862, portanto ainda jovem, com aproximadamente 16 anos de idade (BRENNER, 2010). Este descendente, assim como seu padrinho Pedro Cassel, tornou-se próspero negociante e exerceu influência política local, tendo sido eleito para a quinta Câmara Municipal, com mandato no quadriênio (1873-1877)⁸¹. Levando em consideração que a imigração alemã para Santa Maria se deu pelas vias direta e indireta, ou seja, diretamente do território alemão ou de outras colônias da província, podemos considerar que o ramo familiar de Pedro José Cassel, que migrou de Bom Jardim para Santa Maria, serve como mais um exemplo de que a imigração para a localidade teve como locais de origem outras colônias além de São Leopoldo.

Para estabelecermos o perfil conjugal da 2ª geração, consideraremos seus estados civis na faixa etária entre 20 e 40 anos, tendo em vista que era neste período de suas vidas que os sujeitos uniam-se em matrimônio, pelo menos em primeiras núpcias, na vida adulta. Três indivíduos constam como incertos, portanto temos uma margem de erro de 14%, que poderiam ser distribuídos entre os casados ou solteiros.

Tabela 6 – Situação conjugal dos herdeiros entre 20 e 40 anos⁸² (%)

Situação	Indivíduos	Porcentagem (%)
Casados	18	82%
Solteiros	1	4%

⁸¹ Fundo Câmara Municipal de Santa Maria (AHRs). Cartas trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província, anos: 1873-1877.

⁸² Fontes: Brenner (1995), Belém (2000), Livro do Centenário de Santa Maria; Conselhos de qualificação e revisão da Guarda Nacional de Santa Maria; Inventários post-mortem.

Incertos	3	14%
Total	22	100%

Assim como constatamos na 1ª geração, os casados constituíam grande maioria entre os herdeiros, com 82%. Este dado evidencia a importância do matrimônio para as famílias alemãs de elite, como uma estratégia de inserção e ascensão social e de renovação ou rearticulação de vínculos familiares e de negócios. Entretanto, a relação entre matrimônio, fortuna familiar, status social e influência política não se constituía como uma regra, havia exceções.

A diferença na tabela em relação aos patriarcas pode ser percebida pela presença de um solteiro no grupo dos descendentes. Este era (29) João Frederico Egydio Niederauer (1833-1903), terceiro filho do negociante João Niederauer e sua esposa Maria Catharina Klump. Este herdeiro, apesar de não ter somado fortuna e status social a outra família pela via do casamento, conseguiu projetar-se socialmente ocupando cargos na burocracia local, tendo sido por uma vez eleito vereador na quinta Câmara Municipal (1873-1877)⁸³ e na Guarda Nacional de Santa Maria⁸⁴. Neste caso, achamos lícito pensar que nem sempre a ascensão social e política de um indivíduo, proveniente de família de elite, dependia necessariamente de constituir vínculos por contrato de casamento com outra família influente, pois o capital econômico e o prestígio construído por João Niederauer foi suficiente para garantir uma boa posição a seu filho na hierarquia social.

3. 2. 2 – Dando seguimento às estratégias: vínculos matrimoniais e relações de compadrio

No contexto histórico da inserção das famílias alemãs em Santa Maria, entre os anos de 1830 até inícios da década de 1860, deu-se o conseqüente desenvolvimento de relações dos patriarcas destas famílias na nova sociedade, pelo estreitamento de laços familiares e de negócios com outros núcleos parentais

⁸³ Fundo Câmara Municipal de Santa Maria (AHRs). Cartas trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província, anos: 1873-1877.

⁸⁴ Fundo Guarda Nacional de Santa Maria (AHRs). Conselhos de Qualificação e Revisão. Santa Maria, ano: 1862.

“alemães” que já haviam conectado vínculos, ou que constituíram novas uniões com famílias “nacionais”. Após a concretização da base social que permitiu aos chefes destas famílias formarem uma complexa rede de compromissos unidos pelo sangue, pelo batismo, pelas sociedades nos negócios e favores políticos, era necessário que aqueles pais passassem a planejar a continuidade e a perpetuação dos interesses do grupo, para que ficasse assegurada a manutenção da herança material e imaterial, da fortuna e do status de elite.

Na sociedade santa-mariense do século XIX, inserida na estrutura hierárquica do segundo Império, para que uma família de origem estrangeira, que muitas vezes não era praticante da religião oficial do Estado, dedicada na maior parte dos casos ao comércio e ao artesanato num período onde a economia do município era basicamente mantida pela agricultura e criação em pequena escala⁸⁵, pudesse crescer nos negócios e garantir um lugar nos círculos da elite local, exercendo influência política, cabia aos chefes das famílias traçarem os melhores caminhos a serem seguidos por seus filhos.

Isto podia se dar pelo estabelecimento de um bom e lucrativo contrato de casamento, com uma família tradicional na sociedade, que tivesse influência nas decisões políticas da província, tendo em conta que as leis do Império restringiam a atuação política dos “alemães” ao âmbito local. Este foi o caso do herdeiro (26) Maximiano José Appel, filho primogênito do negociante e proprietário (1) João Appel. O chefe da família Appel, nos anos 1850, já havia prosperado economicamente e ocupava um lugar de destaque na elite de Santa Maria, entretanto, para que seus interesses pessoais e familiares ultrapassassem os limites locais, era necessário traçar uma estratégia para que seus anseios fossem ouvidos pelo Presidente da Província e por autoridades de maior influência. Então, estreitou vínculos com o patriarca de uma das famílias mais tradicionais da Vila no período, o proprietário e Coronel da Guarda Nacional (21) José Alves Valença. João Appel casou sua filha Ana Luíza Appel com o primogênito do Coronel Valença, José Alves Valença Júnior e o seu primogênito Maximiano José Appel com Maria Alves Valença (BELÉM, 2000).

No sentido oposto, esta união também era muito interessante ao Coronel José Alves Valença, pois adentrando círculo de relações de uma tradicional família

⁸⁵ Fundo Câmara Municipal de Santa Maria (AHRs). Cartas trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província, ano: 1874.

de comerciantes de Santa Maria, estaria ampliando seu patrimônio material e fortalecendo sua autoridade política local, já que as famílias alemãs dominavam a política na localidade (VARGAS, 2010). Através desta constatação feita por Jonas Vargas ao analisar a trajetória do Coronel Valença, podemos dialogar com o autor e perceber o quão influente o ramo familiar de João Appel era na economia e na política na metade do século XIX em Santa Maria. Mais adiante, na análise das fortunas familiares e da atuação política, buscaremos perceber como e em que intensidade este união de vínculos entre os Appel e os Alves Valença se refletiu em poder econômico e influência política.

Entre as famílias de elite o matrimônio não era a única forma de união de laços, pois esta podia dar-se também pela sociedade nos negócios ou por compromissos políticos. Mas, os vínculos que uniam as famílias pelo matrimônio ou compadrio, eram certamente muito fortes e consistentes, como colocado por Marcos Witt:

Os registros demonstram que os acertos e encontros familiares eram perpassados pelos compromissos de negócios, casamento e apadrinhamento eram formas de criar vínculos mais perpétuos entre famílias do que meramente a abertura de uma sociedade empresarial. (WITT, Op. Cit., p. 81).

Os vínculos estabelecidos meramente pelos negócios poderiam se desfazer com maior facilidade, à medida que uma queda nos lucros ou estratégias econômicas mal traçadas, poderiam por fim a uma sociedade e gerar prejuízos. Já os acordos estabelecidos por laços familiares e de negócios possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes. Witt ainda destaca a dualidade dos compromissos familiares no século XIX:

[...] ao mesmo tempo relação afetiva, voluntária ou “proporcionada” por membros da família, tanto as ligadas às festas que marcaram o início de uma nova relação – casamento -, quanto as que delimitavam o encerramento de uma nova jornada – velório e sepultamento -, e acordo entre famílias visando à formação e/ou continuação de empresas. (WITT, Op. Cit., p. 86).

Na sociedade rio-grandense do século XIX, uniões familiares e relações de negócios andavam muito próximas, assim como também estavam relacionadas com influência política. Muitas vezes, o matrimônio proporcionava que os indivíduos acumulassem duas ou mais ocupações profissionais, enriquecendo no comércio e

administrando propriedades rurais, por exemplo, unindo suas fortunas ao dote da esposa, como sucedeu no caso dos patriarcas João Appel e João Niederauer Sobrinho, ou dos herdeiros (31) Martins Höehr e (43) Henrique Pedro Scherer. Os dois primeiros já analisamos na 1ª geração, então vamos nos deter aos dois últimos.

Da leitura do inventário post-mortem⁸⁶ de Martins Höehr (1837-1894), é possível levantar alguns dados importantes para sua biografia. “Filho de João Pedro Höehr e Dona Catharina Höehr, ambos falecidos em Santa Maria, Primeiro Distrito (Pinhal), era natural da colônia São Leopoldo, nascido no ano de 1837, cinco anos antes de seus pais migrarem para a região central do Estado, no ano de 1842”. Quando a família Höehr chegou em Santa Maria, estabeleceu residência na Rua do Comércio (atual Rua Dr. Bozano) (BELÉM, 2000), local onde residiam outras famílias de origem imigrante que praticavam comércio, como a exemplo dos Cassel, dos Niederauer, dos Beck e dos Weinmann. Os Höehr, assim como tantas outras famílias alemãs de Santa Maria, foram atraídos pelas possibilidades de prosperarem economicamente pela prática do comércio.

No dia 27 de julho de 1860, o jovem Martins Höehr, então com vinte e três anos de idade, casou-se com Ana Maria Niederauer, segunda filha do casal (22) João Frederico Niederauer, conhecido como Frederico “Crespo” e Ana Maria Catharina Neumann (BRENNER, 1995). No ano de seu casamento com Ana Maria, Martins Höehr estava iniciando sua caminhada na vida pública em Santa Maria. Possivelmente, esta união matrimonial tenha sido fruto de um acordo entre os pais dos noivos, pois João Pedro Höehr e João Niederauer eram comerciantes, sendo bem provável que mantivessem vínculos de negócios. O fato de Martins Höehr ter adentrado o círculo de uma tradicional e rica família local de negociantes “alemães”⁸⁷, com tradição na Guarda Nacional e na Câmara Municipal, pode ter facilitado sua inserção nos meios da elite local e sua ascensão social, pois apenas treze anos após seu casamento, em 1873, ocupou o posto de capitão no Conselho de Qualificação⁸⁸ e na década de 1880 foi influente Coronel da Guarda Nacional e exerceu poder de mando local.

⁸⁶ Inventário Martins Höehr. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Autos 10, Maço 1, Estante 149, Ano 1894.

⁸⁷ A família Niederauer havia se estabelecido em Santa Maria quase uma década antes dos Höehr, já que João Niederauer chegou entre 1835-1836 e os Höehr em 1842.

⁸⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79. Ano: 1873.

Ao longo de sua trajetória na sociedade santa-mariense, Martins Höehr estreitou ainda laços familiares com os Scherer, ao casar-se em segundas núpcias com Anna Scherer Höehr, que era natural de Santa Maria⁸⁹. Não obtivemos informações na documentação ou na bibliografia local referentes à data em que o casamento foi realizado, mas sabemos que, quando do levantamento dos seus bens, Martins Höehr estava com 57 anos e era dono de diversas propriedades nos meios urbano e rural do município. Pelo fato de não ter deixado herdeiros, o Coronel transmitiu todos os seus bens à sua segunda esposa.

Por meio deste casamento, Martins Höehr tornou-se cunhado de (43) Henrique Pedro Scherer, pois este era o irmão mais velho de sua esposa. Henrique Pedro Scherer e Ana Scherer eram filhos de imigrantes. Seus pais foram o negociante (24) João Konrado Scherer, nascido em 1814 na Prússia, e sua esposa, Elizabetha, natural de Hessen⁹⁰.

O pai de Henrique Pedro Scherer chegou ao Rio Grande do Sul no ano de 1828 e sua esposa cinco anos mais tarde, em 1833. Ambos eram praticantes da religião protestante e logo que se estabeleceram em Santa Maria foram morar nas terras que João Konrado Scherer havia adquirido na colônia do Pinhal⁹¹, comunidade alemã predominantemente evangélica (BELTRÃO, 1958).

No ano de 1858 o Conselho de Terras e Colonização promoveu a medição das terras de João Konrado Scherer na Colônia Pinhal. Da leitura dos dados relativos à família, constatamos que naquele ano o seu primogênito, Henrique Pedro Scherer, contava com treze anos de idade e era natural da Província do Rio Grande do Sul. Ainda jovem, o filho do casal imigrante se casou com Ana Francisca, que era filha do último dos irmãos de João Niederauer a chegar a Santa Maria, o negociante Frederico Niederauer (BRENNER, 1995).

Desta forma, podemos pensar que os laços de parentesco e negócios que uniam Martins Höehr e Henrique Pedro Scherer eram anteriores ao casamento em segundas núpcias do primeiro com a irmã do segundo, embora esta segunda união deva ter sido muito significativa para ambos, fortalecendo e renovando vínculos que

⁸⁹ Inventário Martins Höehr. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), Autos 10, Maço 1, Estante 149, Ano 1894.

⁹⁰ Fundo terras e colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios ao Presidente da Província. Santa Maria, ano: 1858.

⁹¹ Fundo terras e colonização de Santa Maria (AHRs). Relatórios ao Presidente da Província. Santa Maria, ano: 1858.

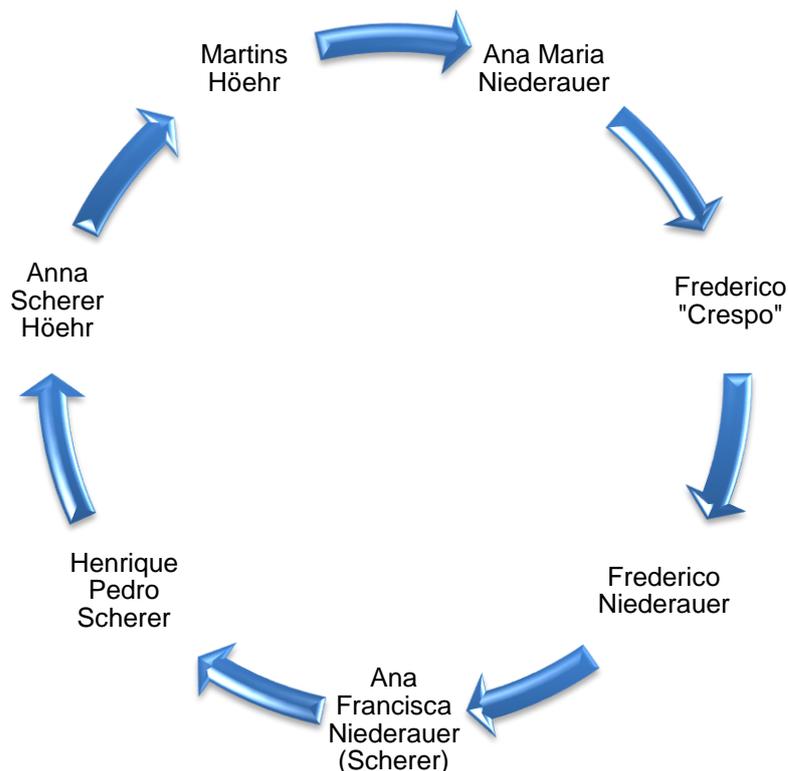
já os uniam, desde que ambos haviam entrado para a rica e tradicional família de negociantes e proprietários dos Niederauer.

Analisando a união familiar e de negócios destes três ramos, Niederauer, Höehr e Scherer, conseguimos notar algumas semelhanças nas trajetórias sociais dos herdeiros Martins Höehr e Henrique Pedro Scherer: 1ª) os patriarcas das famílias destes dois personagens eram negociantes, o que nos leva a supor que tenham arranjado os contratos de casamento de seus primogênitos com as filhas dos negociantes Frederico Niederauer e João Frederico Niederauer “Crespo”, que também dedicavam-se ao comércio; 2ª) estes casamentos garantiram a ambos juntarem seus patrimônios familiares aos dotes das famílias de suas esposas: pela leitura do inventário de Martins Höehr, lavrado em 1894, tendo sido sua esposa a inventariante, percebemos que, quando este estava com 57 anos de idade no período do levantamento de seus bens, constava como dono de inúmeras propriedades nos meios urbano e rural do município. Levando em conta que seu pai, João Pedro Höehr, era médio comerciante, supomos que Martins Höehr tenha acumulado fortuna e propriedades por meio dos acordos e estratégias familiares que costurou com os Niederauer e os Scherer⁹²; 3ª) ambos adentraram o círculo de relações de uma família com longa tradição na Câmara de Vereadores e na Guarda Nacional de Santa Maria, pois João Niederauer Sobrinho foi considerado herói de Guerra após sua morte na Guerra do Paraguai, tendo sido Capitão Presidente no 1º Conselho de Qualificação em 1858⁹³, seguido posteriormente por filhos, sobrinhos, primos e afilhados na carreira das armas e na política local (BELÉM, 2000).

Assim, acreditamos que estes vínculos estreitados com a família Niederauer facilitaram a ascensão social nos meios da elite local tanto para Martins Höehr, quanto para Henrique Pedro Scherer, pois os cunhados ocuparam altas patentes militares no oficialato da Guarda Nacional, foram chefes políticos pelo Partido Conservador no Império e pelo PRR na República e exerceram poder de mando local, conforme veremos no estudo de caso que faremos no 4º capítulo, quando aprofundaremos no universo social do Coronel Martins Höehr.

⁹² Não tivemos acesso ao inventário de Henrique Pedro Scherer, mas pela leitura da bibliografia local, como em Belém (2000), conseguimos obter informações de que este personagem acumulou propriedades e fez fortuna.

⁹³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79.



Esquema 4 - Vínculos familiares e de negócios entre as famílias Niederauer, Höehr e Scherer⁹⁴

Como vimos na análise da 1ª geração, além do matrimônio, outro compromisso muito comum entre as famílias de elite no século XIX, era o compadrio.

O compadrio era visto pelas famílias de elite como uma forma de estreitar vínculos e renovar e/ou fortalecer alianças. Na sociedade do Império, na qual muitas vezes um patriarca morria sem deixar herdeiros, era necessário traçar estratégias familiares que garantissem a perpetuação da fortuna e do status familiar. Conforme analisado anteriormente, quatro herdeiros foram batizados pelo negociante Pedro Cassel e receberam do padrinho, além da herança material, uma herança que era imaterial, representada pelo status social, transmitido no nome: (36) Pedro Brenner, (39) Pedro Weinmann, (44) Pedro José Cassel, além do patriarca (8) Pedro Beck. Como fortalecimento destes laços de batismo, Pedro Cassel ainda batizou filhos (as) e sobrinhos (as) de seus afilhados. Os herdeiros que levaram o nome do padrinho, projetaram-se socialmente e ocuparam postos na burocracia local. Destes,

⁹⁴ Fontes: Inventário Martins Höehr. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), Autos 10, Maço 1, Estante 149, Ano 1894; Brenner (1995).

destacou-se Pedro Weinmann, por ter sido eleito Vereador na Câmara Municipal em cinco legislaturas, nomeado pela 3ª Junta Governativa do Governo Provisório na República, além de ter sido Major da Guarda Nacional e Venerável Mestre da Loja Maçônica Paz e Trabalho⁹⁵.

Contudo, nem sempre um padrinho era escolhido devido ao fato de não possuir herdeiros. Na maior parte dos casos a escolha se dava pela posição social, pela fortuna familiar e pelo prestígio do padrinho. Com esta consideração, podemos entender o batismo que envolveu o negociante e proprietário João Appel e o primogênito de seu irmão Antônio, João Appel Primo. Este afilhado, além de herdar a fortuna de comerciante acumulada por seu pai, recebeu o respaldo social do tio João Appel, que conforme veremos, foi o imigrante alemão mais rico de Santa Maria em sua época e esteve entre os cinco proprietários mais abastados da região (KÜLZER, 2010). João Appel Primo foi eleito por mais de uma vez Vereador pela Câmara Municipal de Santa Maria e esteve envolvido em projetos de urbanização do município (BELÉM, 2000).

A transmissão do nome dos padrinhos aos afilhados tinha uma conotação toda especial para as famílias de elite que uniam laços por batismo, pois “vinha carregada de significados, homenagens, memória familiar e desejo de que características positivas e progresso material dos avós, pais e/ou padrinhos, estivessem se agregando à vida do recém-nascido” (WITT, Op. Cit., p. 79).

Conforme Marcos Witt preveniu, é preciso que o historiador esteja atento ao fato de que a relação de batismo entre as partes envolvidas não se dava aleatoriamente, era uma estratégia muito bem pensada, de forma que “[...] a família, ao escolher um indivíduo para ser padrinho ou madrinha, estava optando pela personagem social que aquela pessoa representava e era essa representação que precisava ser transmitida ao afilhado” (WITT, Op. Cit., p. 80).

Por fim, matrimônios e compadrios eram recheados de significados e valores para as famílias de elite na sociedade do Império. Como resultado das uniões entre as famílias, não estavam apenas em jogo os laços afetivos, mas estratégias que iam além do meramente perceptível. Estes vínculos renovavam e fortaleciam alianças entre as famílias de elite, possibilitavam a formação de alianças políticas e

⁹⁵ Fontes: Karsburg (2003), Belém (2000); Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79.

sociedades de negócios e mantinham as fortunas familiares concentradas nas mãos dos familiares (parentes diretos e indiretos)⁹⁶.

3. 2. 3 – Perfil profissional da 2ª geração

Para traçarmos o perfil profissional da 2ª geração, faremos primeiramente a análise por categorias funcionais, tendo em conta o número de profissões exercidas simultaneamente, ou consecutivamente, no período de 1850 a 1890, considerando a vida profissional ativa dos sujeitos a partir dos 20 anos de idade⁹⁷.

Tabela 7: Ocupações profissionais exercidas no período (1850-1890) (%)

Ocupações	Nº Indivíduos	Porcentagem (%)
Profissional liberal/Proprietário/Empresário	1	4%
Ourives/lavrador	1	4%
Negociante	5	26%
Artesão	6	30%
Lavrador	1	4%
Carpinteiro	1	4%
Carreteiro	1	4%
Profissional liberal	2	10%

⁹⁶ Em estudo buscando a compreensão da formação das famílias de elite no Continente do Rio Grande de São Pedro no século XVIII, portanto tratando de núcleos familiares pioneiros na constituição da sociedade rio-grandense, Marta Daisson Hameister e Tiago Luís Gil (2007) analisaram as estratégias adotadas por estas famílias para sua inserção e consolidação dos seus interesses em determinada comunidade. Os autores chamaram a atenção para a atuação de certos expoentes dessas famílias, afirmando que havia a “nítida concentração em três categorias de atividades citadas nos registros paroquiais: o clero, as tropas e a prática da medicina” (HAMEISTER; IGIL, 2007, p. 284). Tratando das estratégias familiares, como casamentos intrafamiliares, investimentos em certas carreiras e as atividades militares ou de milícias em área de posse não totalmente consolidada, disseram que as alianças entre elites são reiteradas e se dão de forma geracional. “Uma das formas de reiterar estas alianças é repetir, em cada geração, os vínculos estabelecidos anteriormente através dos matrimônios que passam a ocorrer entre tios e primos e sobrinhos” (Ibid., 2007, p. 286).

⁹⁷ A média de idade foi estabelecida tendo como base a seguinte documentação: Inventários, Listas dos Conselhos de Qualificação da Guarda Nacional e Atas da Câmara de Vereadores.

Incertos	3	14%
Total	22	100%

Pelos dados organizados na tabela 7, em relação ao grupo de vinte e dois sujeitos da 2ª geração, observamos que apenas dois exerceram mais de uma profissão, representando uma pequena margem de 4% do total, cada um. Artesãos e negociantes, somados, ocuparam 56%, sendo que havia uma pequena margem de diferença dos descendentes que se dedicavam ao artesanato em relação aos que praticavam o comércio, os primeiros apareceram com 30% e os segundos com 26%. Apenas um sujeito aparece na tabela na categoria “proprietário”, juntamente com outras duas profissões. Lavradores, carreteiros, carpinteiros e profissionais liberais, que classificamos como “outras profissões”, entre os indivíduos com uma ocupação, somadas, representaram 26%.

O personagem que exerceu três profissões⁹⁸ ao longo da vida foi (35) João Daudt Filho⁹⁹, nascido no ano de 1858 em Santa Maria, filho do Capitão da Guarda Nacional e negociante, João Daudt, e de Haide Daudt.

Este descendente, proveniente de uma rica e tradicional família de imigrantes alemães, foi o primeiro farmacêutico diplomado de Santa Maria, pois seu pai, com o capital levantado no comércio, além dos vínculos familiares e alianças políticas mantidas com figuras influentes a nível local e provincial, financiou seus estudos em São Paulo e facilitou sua inserção no meio da elite letrada, dos bacharéis (BELÉM, 2000).

O chefe da família, João Daudt, foi o vereador que mais vezes consecutivas se elegeu na Câmara, assumindo postos de comando na política local em sete das nove legislaturas da Câmara de Vereadores de Santa Maria, durante seu período de existência, de 1858 a 1889. A rede de contatos que o patriarca construiu como vereador e Capitão da Guarda Nacional, estreitando laços com famílias “alemãs”, como os Hassloscher, os Kruel, os Brenner e “nacionais”¹⁰⁰, como os Castilhos e os Assis Brasil, possibilitou a João Daudt Filho conviver, desde muito jovem, ainda nos bancos escolares, com filhos da elite local e provincial, a exemplo de Júlio de

⁹⁸ Informações obtidas no livro “Memórias” de João Daudt Filho (2003)

⁹⁹ “O farmacêutico João Daudt Filho foi personagem central para o entendimento das transformações operadas em Santa Maria no final do século XIX. Missionário do progresso, atuou na área médica tentando suplantar os “práticos” na área da cura [...]” (KARSBURG, 2007, p. 92).

¹⁰⁰ João Daudt também estreitou vínculos de negócios e fez alianças políticas com o Dr. Pantaleão José Pinto (DAUDT FILHO, 2003), que foi eleito Deputado Provincial (VARGAS, 2010).

Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil (DAUDT FILHO, 2003). Esta convivência nos círculos de elite da Corte imperial oportunizou ao primogênito dos Daudt a constituição de uma ampla rede de contatos com pessoas influentes nos negócios e na política, tanto em Santa Maria, quanto na província.

Acreditamos que o farmacêutico João Daudt Filho tenha renovado laços e compromissos com sujeitos da rede de contatos de seu pai e estabelecido novos laços de negócios, políticos e familiares que projetaram sua ascensão na sociedade santa-mariense. O capital levantado como farmacêutico, somado à fortuna familiar e às propriedades deixadas por seu pai, serviu de alavanca para sua projeção como empresário local, pois teve participação direta nas obras de construção da malha ferroviária de Santa Maria e do Teatro Treze de Maio (DAUDT FILHO, 2003), tornando-se investidor nos ramos dos transportes e cultura.

O herdeiro de ID (27) João Pedro Niederauer (1847-1927), nascido em Três Fourquilhas, filho do casal João Niederauer e Maria Catharina Klump atuou profissionalmente como ourives e lavrador¹⁰¹. Conforme já vimos na análise da primeira geração, seu pai foi um rico negociante e proprietário de terras em Santa Maria e estreitou vínculos com famílias influentes no ramo comercial, além de ter constituído uma ampla rede de compadrios através dos batismos na condição de padrinho. João Pedro Niederauer possivelmente soube inserir-se nas redes de relações de seu pai, ampliando seus contatos, utilizando-se do status de elite de sua família para obter sucesso nos negócios e ocupar seu lugar na hierarquia local. Foi eleito em duas legislaturas como vereador (BELÉM, 2000) e chegou ao oficialato da Guarda Nacional¹⁰².

Dentre os negociantes, percebemos que tinham em comum o fato de que todos atuaram na Câmara de Vereadores, na Intendência Municipal ou na Guarda Nacional.

O primogênito de (1) João Appel, (26) Maximiano José Appel seguiu o mesmo ramo de negócios do pai, era comerciante. Foi eleito vereador em duas legislaturas (BELÉM, 2000) e ocupou a patente de Alferes da Guarda Nacional¹⁰³, em ambas as

¹⁰¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79.

¹⁰² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79, anos: 1868-69.

¹⁰³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79

funções atuou lado a lado com seu sogro, o Coronel José Alves Valença, que foi eleito Deputado Provincial no ano de 1858 (VARGAS, 2010).

O herdeiro do casal imigrante João Niederauer e Maria Catharina Clump, o negociante (28) João Batista Niederauer (1847-1927), irmão do ourives e negociante João Pedro Niederauer, casou-se com Christina Weinmann, filha do negociante Francisco Weinmann, família tradicional no ramo do comércio local. João Batista foi vereador numa legislatura (BELÉM, 2000) e na Guarda Nacional foi Major¹⁰⁴. Sua esposa era irmã do Major Pedro Weinmann.

O negociante (37) Ernesto Beck, nascido em 1841 em Santa Maria era filho do artesão (7) André Beck, mas na vida profissional seguiu pelos caminhos do tio, o negociante (8) Pedro Beck, que como vimos foi afilhado de (5) Pedro Cassel e assim como o padrinho foi um bem sucedido comerciante local. Ernesto Beck foi eleito vereador, foi Coronel da Guarda Nacional e líder do PRR em Santa Maria durante a República¹⁰⁵ (NICOLOSO, 2011).

Também foi negociante o Vereador (44) Pedro José Cassel, que assim como Pedro Weinmann e Pedro Beck, era afilhado de Pedro Cassel. Destes vínculos de batismo, podemos perceber que os três indivíduos seguiram a mesma profissão do padrinho e exerceram influência política local, ocupando cargos na Câmara de Vereadores e patentes no oficialato da Guarda Nacional.

Entendemos que esta relação entre prática do comércio e influência política local na 2ª geração estava ligada ao fato de que a profissão de negociante predominou entre os imigrantes na 1ª geração, gerando um acúmulo de capital suficiente para inserir as famílias na sociedade, garantindo a elas um status de elite e, desta maneira, possibilitando a perpetuação dos interesses familiares através da ocupação de posições por parte dos descendentes na hierarquia social, via cargos públicos. Não foi a toa que a maior parte dos herdeiros dedicados ao comércio seguiram no mesmo ramo profissional dos seus pais, pois davam continuidade aos negócios da família sob uma base social já estabelecida, adentrando as redes de relações de seus pais e estendendo seus contatos até a constituição de uma rede

¹⁰⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79

¹⁰⁵ Sobre a atuação do Coronel Ernesto Beck como líder republicano “castilhistas” em Santa Maria, analisei em minha monografia de especialização: NICOLOSO, F. R. Clientelismo, Coronelismo e relações de poder na Primeira República (1889-1900): Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos. Universidade Federal de Santa Maria. PPGHistória. Santa Maria, 2011.

clientelar ampla e sólida, que os garantia posições de mando na política do município (GRAHAM, 1997).

Entre os vinte e dois descendentes, os artesãos representavam 28% do total, 4% a mais em relação aos negociantes. Analisando o banco de dados, notamos que entre os artesãos havia a mesma tendência de ocuparem postos na Câmara e na Guarda Nacional, tanto quanto os negociantes.

Assim como entre os negociantes, três herdeiros da família Niederauer atuaram como Vereadores e oficiais da Guarda Nacional: (29) João Frederico Egydio Niederauer (1833-1903), filho do “patriarca” João Niederauer e os irmãos (32) Frederico Guilherme Niederauer (1841-1896) e (33) Carlos Henrique Niederauer, filhos do negociante Frederico Niederauer, portanto eram primos de João Frederico Egydio. Todos seguiram carreiras relacionadas às dos seus pais, pois o artesanato e o comércio eram interligados nas relações econômicas dos “alemães”, uma atividade complementava a outra. O primeiro foi por uma legislatura vereador e alferes da Guarda Nacional, o segundo foi por duas vezes vereador e chegou ao oficialato na Guarda Nacional e o terceiro atuou apenas nas armas.

Como veremos mais adiante, os Niederauer tiveram uma forte tradição na Guarda Nacional, iniciada em 1858 pelo patriarca João Niederauer Sobrinho, afilhado do comerciante João Niederauer.

O primogênito do negociante João Konrado Scherer também foi artesão. (43) Henrique Pedro Scherer foi vereador em duas legislaturas no Império, Intendente Municipal durante a República (1900-1904) (BELÉM, 2000) e Capitão da Guarda Nacional¹⁰⁶.

O único personagem do grupo que encontramos referências na documentação e na bibliografia como exercendo apenas o ofício de proprietário foi (31) Martins Höehr. Primogênito do médio negociante (9) João Pedro Höehr, teve maior projeção econômica em relação ao seu pai¹⁰⁷, foi chefe político republicano local nos primeiros momentos da república e a patente militar mais alta por ele ocupada foi a de Coronel da Guarda Nacional.

Relacionando estas três categorias profissionais “negociantes”, “artesãos” e “proprietários”, vislumbramos que todos os personagens que as desempenharam na

¹⁰⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79, anos: 1869.

¹⁰⁷ Analisaremos o inventário do Coronel Martins Höehr no próximo sub-capítulo.

sociedade santa-mariense exerceram influência política local e chegaram ao oficialato na Guarda Nacional. Destarte, supomos que estas três profissões se sobressaíam nas relações econômicas da elite alemã de Santa Maria, pois proporcionavam acúmulo de fortuna e status social que se refletiam em influência política local.

No subcapítulo anterior, constatamos que na primeira geração houve um predomínio das atividades comerciais sobre as demais profissões. Mas, como estava organizada profissionalmente a 2ª geração em relação à 1ª? Os negociantes continuaram sendo maioria no grupo? Para responder a estas duas questões faremos a análise do gráfico 4, que desenvolvemos a partir de uma comparação relativa aos perfis profissionais das duas gerações, num período mais amplo, referente à atuação dos patriarcas e herdeiros na sociedade (1830-1890). Destacamos, respectivamente, três categorias profissionais: “negociantes”, “artesãos” e “proprietários”, pois se salientaram na 1ª geração, o que possibilita a percepção de como se apresentaram na 2ª geração. Como “outras profissões” classificamos “profissionais liberais”, “empresários”, “ourives”, “lavrador”, “carreteiro” e “carpinteiro”.

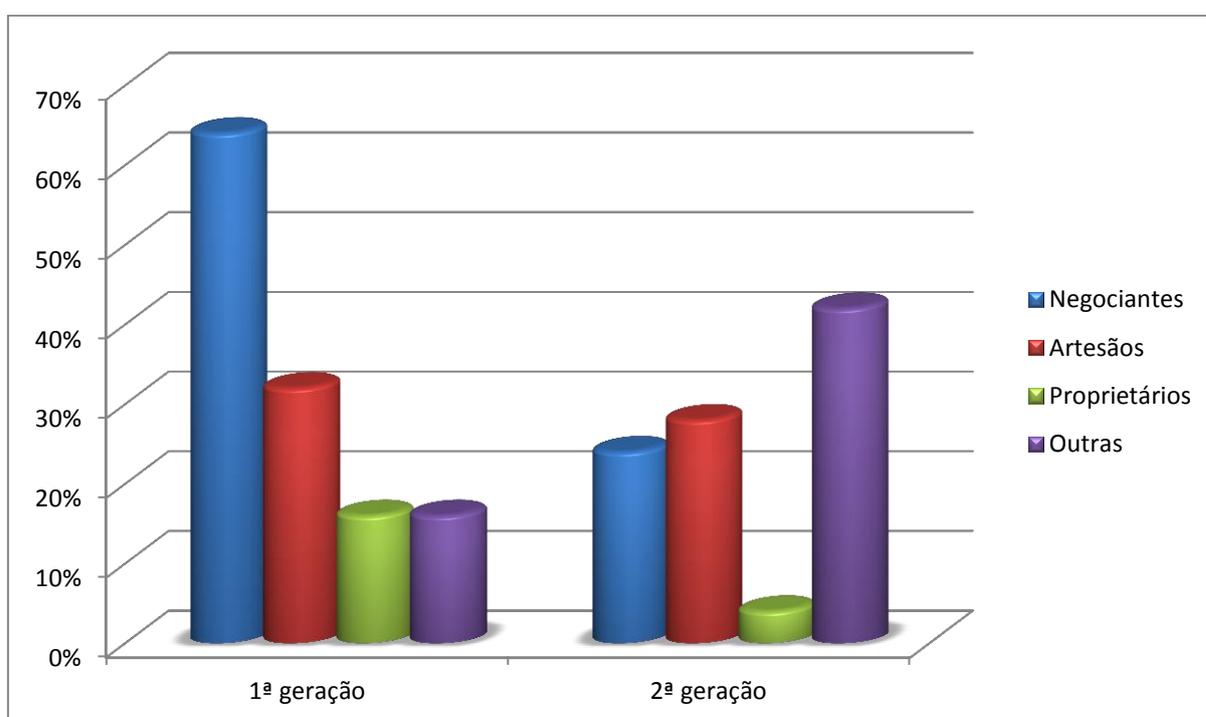


Gráfico 4 – Análise comparativa dos perfis profissionais da 1ª e 2ª gerações (1830-1890)

Conforme o gráfico 4, houve uma mudança de perfil profissional muito significativa da 1ª para a 2ª geração. A categoria “negociantes” que apareceu com 64% entre os patriarcas, representou apenas 24% dos herdeiros, portanto houve uma redução de 50% dos sujeitos dedicados ao comércio na 2ª geração. Numa relação comparativa direta entre as categorias “negociantes” e “artesãos” notamos que houve uma inversão na porcentagem. Enquanto na 1ª geração os negociantes representavam o dobro em relação aos artesãos do grupo, na 2ª geração os artesãos apareciam em maior número, com uma pequena vantagem percentual de 4%. Notamos uma diferença em 12% na categoria “proprietários”, que aparecia com 16% entre os patriarcas e apenas 4% entre os herdeiros. Entretanto, a diferença mais significativa para esta análise comparativa está na categoria “outras profissões”. Na 1ª geração as “outras profissões” somavam apenas 16%, já na 2ª geração chegavam a 38%.

Portanto, numa análise mais geral, houve uma grande redução do exercício do comércio entre os herdeiros em relação a seus pais, tios, padrinhos e sogros. Por uma pequena margem de diferença, havia mais sujeitos dedicados ao artesanato do que ao comércio na 2ª geração, ao contrário da 1ª. Entre os patriarcas constatamos a presença de cinco proprietários e entre os herdeiros, de apenas um. Na 2ª geração as “outras profissões” apareciam em quase 30% a mais em relação à 1ª. Dos 38% das “outras profissões” entre os descendentes, 14% eram ocupados pelos profissionais liberais, representados por quatro sujeitos, contra apenas um entre os imigrantes. Além de (35) João Daudt Filho, que foi o primeiro farmacêutico diplomado de Santa Maria, os irmãos Cândido e Adolpho Otto Brinckmann, filhos do proprietário e agrimensor (10) Otto Brinckmann, foram jornalistas, e, no ano de 1886, estiveram entre os fundadores do órgão de imprensa “O Combatente”, que nasceu como jornal do Clube Caixeiral Santa-mariense¹⁰⁸, quando, em 1889, teve seus direitos adquiridos por Adolpho, tornando-se órgão de imprensa partidária do PRR em Santa Maria¹⁰⁹.

¹⁰⁸ O COMBATENTE. O Combatente, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.1. AHSM.

¹⁰⁹ Em minha monografia de Especialização (NICOLOSO, 2011) investiguei com maiores detalhes sobre a fundação do jornal “O Combatente” e sua trajetória como órgão de imprensa republicano em Santa Maria. Foi naquela pesquisa que identifiquei a filiação partidária do jornalista Adolpho Otto Brinckmann nos anos iniciais da República, como republicano “castilhistas”.

Achamos importante fazer uma breve análise do contexto econômico-social em que atuaram as duas gerações, na tentativa de aproximar a realidade histórica na qual os indivíduos estavam inseridos, dos números apresentados no gráfico.

Durante o período entre 1830 a 1860, a economia de Santa Maria era predominantemente movida por atividades agrícolas e pastoris (KÜLZER, 2010), em grande parte desenvolvida por elementos “nacionais”, enquanto entre os imigrantes alemães que iam se estabelecendo na sociedade predominavam as atividades de cunho urbano, principalmente o comércio e o artesanato, atividades que ajudaram a manter ativa a economia local durante os dez anos da Revolução Farroupilha (BELÉM, 2000). Caracterizamos a realidade de inserção social dos primeiros imigrantes por “um mundo em construção”, devido ao fato de que eles inseriram-se numa realidade econômica pouco diversificada na Santa Maria da primeira metade do século XIX e viram no comércio uma atividade promissora, pois fazia-se necessário promover a circulação de mercadorias e bens numa sociedade marcadamente pastoril. A maioria dos precursores que atuaram na economia local como negociantes vinha de famílias que tinham tradição na atividade comercial, como no caso dos Appel, dos Cassel, dos Niederauer, dos Beck, dos Weinmann, dentre outras.

Com a emancipação em relação à Comarca de Cachoeira, a conseqüente criação do Município de Santa Maria no ano de 1858 e a instalação da primeira Câmara de Vereadores, um novo quadro político local passou a ser constituído, transcorrendo mudanças no cenário econômico. As famílias de imigrantes que tinham se estabelecido aproximadamente trinta anos antes, que acumularam capital com o comércio, a exemplo dos Appel, dos Niederauer e dos Cassel, construíram uma base social mais sólida e estável para a atuação de seus filhos na sociedade. Acordos matrimoniais, vínculos de compadrio, sociedades nos negócios e alianças políticas, foram estratégias utilizadas entre os imigrantes para se constituírem enquanto elite local. Os descendentes destas famílias, por sua vez, renovavam vínculos e traçavam novas estratégias. Com uma base econômica familiar mais sólida e com uma boa rede de contatos na sociedade, era possível a um comerciante bem sucedido como João Daudt, Capitão da Guarda Nacional, que exercia ampla influência na Câmara de Vereadores, utilizar do seu status e das amizades nos altos círculos da elite local e provincial para mandar seu filho

primogênito completar os estudos em São Paulo, pois este viria a assumir seus negócios e manutenção da família quando o patriarca faltasse.

Nos anos finais do Império, principalmente durante a década de 1880, a sociedade santa-mariense passou por inúmeras mudanças decorrentes da implantação da ferrovia, que por sua vez movimentou a economia local. Acompanhando a diversificação econômica trazida nos vagões dos trens, deu-se um significativo aumento populacional no município, pois os levantamentos estatísticos da época revelavam que entre os anos da criação da primeira Câmara de Vereadores do Império até a implementação da rede ferroviária, “houve com crescimento de 154% da população de Santa Maria” (KÜLZER, Op. Cit., p. 35).

As famílias da elite alemã estavam inseridas naquele cenário de diversificação da economia santa-mariense. Com o surgimento de redes hoteleiras, dos órgãos de imprensa e de clubes sociais, os herdeiros da elite “alemã” local seguiram carreiras no jornalismo e em outras profissões liberais. Embora as atividades profissionais tenham sido mais diversificadas na 2ª geração, isto não significa que o comércio, como atividade econômica, tenha perdido força. “Após à inauguração da via férrea, a cidade viu seu comércio estender-se por toda a zona urbana”. Com esta ampliação do alcance do comércio, as sociedades de negócios que já existiam e as que foram surgindo ganharam novo impulso, gerando maior acúmulo de fortuna para as famílias nelas envolvidas, como foi o caso das firmas: “**João Daudt & Cia.; Frederico Kessler.; [...]; Niederauer & irmão.; João Batista Niederauer.**¹¹⁰ (**grifo nosso**); [...]” (BELÉM, Op. Cit., p. 165).

3. 3 – Encontro de gerações: fortunas, atuação política, carreira nas armas e perfil religioso

A partir deste momento, passaremos a desenvolver de forma mais aprofundada uma análise comparativa entre as duas gerações que compõem o nosso grupo de “alemães exponenciais” de Santa Maria, focando na compreensão

¹¹⁰ Estas sociedades de negócios receberam nosso grifo no texto porque eram representadas pelos nomes de personagens e famílias que pesquisamos em nosso estudo, que estavam no grupo de quarenta e sete personagens das duas gerações.

dos perfis econômico, político e religioso, organizados respectivamente nas seguintes categorias: fortuna familiar e poder econômico; atuação na Câmara de Vereadores; serviço na Guarda Nacional; vinculação religiosa e relação com a Maçonaria.

3. 3. 1 – Fortuna familiar e poder econômico

Após termos reconstruído o perfil profissional dos patriarcas e dos herdeiros e estabelecido a relação comparativa que nos permitiu visualizar as continuidades e mudanças no exercício das carreiras profissionais, consideramos importante analisar as fortunas construídas por alguns dos personagens da elite “alemã” local e deixadas de herança às suas famílias, como também o poder econômico decorrente de suas condições materiais.

Neste propósito, faremos a leitura da tabela 8, na qual organizamos a relação de doze indivíduos¹¹¹, contando com imigrantes e descendentes, a partir da análise de onze inventários e uma carta testamento encontrados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS)¹¹². A escolha destes doze atores sociais não se deu de forma aleatória. Optamos por avaliar os bens e fortunas acumulados por imigrantes e descendentes que, em suas trajetórias sociais em Santa Maria, exerceram cumulativamente ou de forma consecutiva, três das profissões que destacamos no perfil profissional: negociantes, artesãos e proprietários. Assim, poderemos ter uma ideia mais concreta da fortuna e poder econômico daqueles homens de origem alemã que se tornaram “exponenciais” na sociedade em que atuaram, constituindo uma elite “alemã” que acumulou poder aquisitivo e exerceu influência política.

Pelo ano de abertura dos inventários, delimitamos temporalmente o período entre 1854 a 1903, pois foram os anos de abertura do primeiro e do último inventário, correspondendo respectivamente às fortunas dos proprietários Carlos Kruel Filho e Otto Brinckmann. Os personagens cujos inventários não possuíam determinados itens, dos classificados por nós na tabela, representamos marcando

¹¹¹ Faremos a identificação dos doze sujeitos pelo nome e pelo seu ID (número de identificação) correspondente.

¹¹² Os doze inventários estarão citados ao final do trabalho, nas fontes utilizadas.

com um (X). No caso do negociante Pedro Cassel, não tivemos acesso ao seu inventário¹¹³, mas conseguimos ter uma ideia dos bens deixados a seus herdeiros pela leitura do seu testamento encontrado no (APERS). Então, como não sabemos os valores de suas dívidas ativas nem do monte-mor, deixamos os espaços correspondentes na tabela, em branco. Justificamos estas brechas na documentação através desta passagem de Giovanni Levi em “A herança imaterial”:

[...] qualquer pesquisa prosopográfica sobre uma população pequena [...] deve desistir da ideia de totalidade e não pode acompanhar seus atores para além da quantidade mais condensada de documentos [...]. Tudo aquilo que podemos saber sobre esta pequena quantidade de pessoas que viveram em fins do século XVII é, portanto, o resultado do acaso, bem como do caráter de estratificação na sociedade na qual viveram e, por isto, existem lacunas, imprecisões, obscurantismos e ausências. (LEVI, Op. Cit., p. 89-90)

Tabela 8: Bens e fortuna de doze sujeitos do grupo (1854-1903)

ID/NOME	Ano Abertura	Bens móveis /Propriedades	Escravos	Dívidas ativas	Monte-mor (Rs)
(1)/João Appel	1864	29:203\$424/ 24:600\$000	23 escravos (as) 17:550\$000	50:453\$454	121:806\$878
(7)/André Beck	1877	237\$000/ X	X	5:012\$000	6:521\$500
(8)/Pedro Beck	1863	2:546\$322/ 5:846\$322	X	9:504\$877	9:504\$879
(10)/Otto Brinckmann	1903	X/ 6:000\$000	X	X	6:000\$000
(5)/Pedro Cassel	1885	Sim/Sim	Sim (escravas criadas)		
(14)/Carlos Krueel F ^o	1854	154\$000/ 700\$000	X	1:000\$000	5:097\$000

¹¹³ Mesmo após densa pesquisa em todas as fichas catalográficas relativas a inventários de Santa Maria no (APERS), não encontrei o seu inventário. O pesquisador local da imigração alemã, José Antônio Brenner, ao escrever o livro de genealogia dos Cassel de Santa Maria (2010), provavelmente também não tenha conseguido acesso aos dados do inventário de Pedro Cassel, citando apenas sua carta testamento. Em pesquisa posterior, que pretendo desenvolver para minha Tese de Doutorado, dando seguimento ao estudo atual, continuarei no rastro do inventário deste imigrante, através de mais uma intensa busca no (APERS) e indo atrás de arquivos particulares.

(19)/Júlio Kessler	1892	1:237\$380/ 7:000\$000	X	6:561\$600	14:798\$980
(20)/João Henrique Druck	1876	52\$000/ 13:452\$000	X	X	13:452\$000
(25) João Niederauer Sobrinho	1869	255\$700/ 10:600\$000	1 escrava criada 800\$000	670\$000	14:855\$700
(31)/Martins Höehr	1894	X/ 7:000\$000	X	1:764\$500	15:976\$500
(32)/Frederico Guilherme Niederauer	1896	110\$000 7:336\$667	X	3:800\$000	12:307\$307
(33)/Carlos Henrique Niederauer	1876	2:357\$644/ 3:500\$000	X	4:228\$216	4:057\$781

O que certamente primeiro chama a atenção na leitura da tabela 8 é a desigualdade que se apresenta entre os montes-mor, ou seja, a soma de todos os bens levantados nos inventários, do imigrante João Appel em relação aos demais onze personagens. O inventário do negociante e proprietário João Appel foi aberto no ano de 1864, quando todos os seus bens, fortuna e dívidas foram contabilizados, totalizando a considerável fortuna de 121:806\$878 (cento e vinte e um contos, oitocentos e seis mil e oitocentos e setenta e oito) reis.

Para termos uma melhor ideia de quão rico era este imigrante, faremos primeiramente uma relação entre a fortuna acumulada por ele em vida, comparando aos demais “alemães” do grupo, para, num segundo momento, relacionarmos com as fortunas de ricos proprietários “nacionais” santa-marienses.

João Appel e todos os outros imigrantes e descendentes analisados atuaram na economia local como negociantes e/ou proprietários e/ou artesãos. Os onze sujeitos que tiveram seus bens inventariados no período entre 1854 e 1903, possuíam suas fortunas avaliadas numa faixa entre seis a quinze contos de reis¹¹⁴, valores que podemos considerar como constituintes de uma média para o grupo. Numa relação direta entre faixas de fortuna, consideramos que João Appel tinha um poder econômico muito maior do que os demais “alemães” das famílias de elite, pois sua fortuna, avaliada em 121:806\$878 reis, era maior do que a soma das fortunas

¹¹⁴ Não consideramos aqui a fortuna deixada por Pedro Cassel porque não tivemos acesso ao valor de seu monte-mor.

de todos os demais indivíduos, que seria, aproximadamente, 100:000\$000 (cem contos de reis).

Como já vimos ao longo deste capítulo, comerciantes como Júlio Kessler, Pedro Cassel, Pedro Beck, artesãos como João Henrique Druck, ou proprietários como Otto Brinckmann, Martins Höehr e João Niederauer Sobrinho, não apenas acumularam fortuna, como se elevaram ao status de elite local. As fortunas de Martins Höehr e João Niederauer Sobrinho, que foram Coronéis da Guarda Nacional e exerceram grande influência política local, estavam avaliadas, respectivamente, em 15:976\$500 e 14:855\$700 reis. Estas foram fortunas consideravelmente altas para os padrões dos imigrantes e descendentes de alemães de Santa Maria, tendo sido as duas maiores fortunas, atrás apenas de João Appel. O Coronel Niederauer pertencia a uma das famílias de comerciantes alemães mais tradicionais de Santa Maria e herdou do seu tio e padrinho João Niederauer imensos terrenos pertencentes à família nos arredores do centro comercial do município.

Como explicar esta enorme diferença da fortuna de João Appel em relação aos demais “alemães” de sua época?

Talvez possamos encontrar uma resposta pela compreensão das estratégias familiares e das redes de relações construídas por este personagem ao longo de sua trajetória de inserção social em Santa Maria. Anteriormente, analisamos os vínculos que João Appel estreitou com famílias tradicionais de proprietários locais, unindo matrimônio e estabelecendo contratos de casamento para seus filhos. Agora, adentraremos nos contatos por ele estabelecidos com outros sujeitos de sua época através dos negócios.

Como vimos, o chefe da família Appel, antes de tornar-se proprietário local, atuou pelo Império brasileiro na guerra da Cisplatina. Após encerrar-se o conflito, abriu uma alfaiataria no ano de 1830. Um ano após, em 1831, iniciou sua carreira de comerciante, atuando com uma casa de negócios, no mesmo ano em que casou Ana Maria de Oliveira, filha do proprietário local Maximiano José de Oliveira.

Acreditamos que sua ascensão econômica e social tenha seguido uma sequência: 1 - do capital primário levantado atuando como mercenário contratado pelo imperador Dom Pedro I, o soldado João Appel estabeleceu-se no povoado e lhe foi possível abrir sua alfaiataria; 2 – possivelmente, o exercício do ofício de alfaiate lhe possibilitou não apenas o acúmulo de recursos financeiros, mas também o estabelecimento de contatos com a futura clientela que formaria a clientela de sua

casa comercial; 3 – no ano em que montou sua casa de negócios, entrou para a família Oliveira, pela via do casamento, provavelmente tendo somado seus recursos financeiros aos do sogro, bem como aumentado sua rede de relações, estando em contato com outros “nacionais”; 4 – na década de 1850, quando já havia acumulado fortuna e adquirido status de elite, o grande comerciante e proprietário “alemão”, João Appel, estreitou novos laços com outra família de proprietários “nacionais” de muita tradição no município, os Alves Valença. Por meio desta estratégia muito bem traçada, o chefe da família Appel tornou-se compadre do Coronel José Alves Valença, personagem político mais influente de sua época em Santa Maria (VARGAS, 2010), inserindo seu primogênito Maximiano José Appel nos círculos de relações de seu sogro, o Coronel Valença.

Mas com quais homens de sua época João Appel manteve relações de negócios?

Podemos ter uma noção da fortuna que este imigrante acumulou por meio do comércio, da administração de suas propriedades rurais e dos contatos que estabeleceu, através da leitura das dívidas ativas em seu inventário, ou seja, do valor que foi computado à sua família relativo às dívidas cobradas de seus devedores. As dívidas ativas de João Appel atingiram o valor de 50:453\$454 reis, aproximadamente 20:000\$000 a mais do que a soma das dívidas ativas de oito dos sujeitos da tabela. O valor de suas dívidas ativas representava aproximadamente 42% do total de sua fortuna. Acreditamos que podemos fazer uma relação entre o valor das dívidas pagas a João Appel e o valor dos seus bens móveis e propriedades. Uma vez que, os seus bens móveis poderiam ter sido adquiridos pela prática do comércio, pensamos que haveria uma relação entre as dívidas ativas do inventariado e sua atuação como negociante e proprietário. Por fim, o capital proveniente das dívidas que cobrava, podem ter lhe possibilitado a aquisição de bens móveis, de raiz e escravos, pois, como negociante, ele poderia vender a crédito e fazer empréstimos a juros. Seus bens móveis foram avaliados em 29:203\$424 reis e suas propriedades em 24:600\$000 reis, que somados representavam em torno de 44% da sua fortuna¹¹⁵, o que, por sua vez, era apenas

¹¹⁵ Em nosso estudo, classificamos a fortuna do comerciante e proprietário João Appel em quatro categorias: bens móveis, propriedades, escravos e dívidas ativas. Neste sentido pode ser interessante ao leitor consultar a classificação da fortuna desse imigrante feita por Gláucia Külzer (2010), a qual a referida autora adotou as seguintes categorias: dívidas ativas, dinheiro, mercadorias, bens urbanos e escravos.

em torno de 15:000\$000 a menos do que os bens móveis e propriedades dos demais sujeitos da tabela.

Após termos a noção do valor das dívidas ativas de João Appel, passemos agora a tentar responder à questão colocada acima, identificando com quem o imigrante estreitou negócios, para isso, analisando as dívidas ativas em seu inventário. Realizaremos uma contagem geral dos seus devedores, separando-os em “nacionais” e “alemães” e daremos destaque a alguns nomes.

Não foi por acaso que o patriarca da família Appel foi credor de um valor superior a cinquenta contos de réis, afinal de contas, o total de credores (pelo menos os que foram arrolados no inventário) chegou a oitenta e dois sujeitos, dos quais setenta e três (89%) eram “nacionais” e apenas nove (11%) de origem alemã. A constatação deste fato pode nos sugerir que João Appel não estreitou apenas laços com famílias “alemãs”, mas também estabeleceu intensos e frequentes vínculos de negócios com grandes proprietários locais, comerciantes, criadores, lavradores, etc.

Entre os setenta e três “nacionais” envolvidos em dívidas com o João Appel, daremos ênfase à descrição de sete deles, tendo como critérios o valor da dívida e a posição ocupada por eles na hierarquia social.

Iniciaremos mencionando os nomes de Manoel Francisco da Silva Carvalho, que devia ao imigrante a quantia de 12:669\$765 reis; Manoel Martins Coimbra, que acumulou duas dívidas para com João Appel, a primeira de 3:082\$136 e a segunda de 3:954\$050 reis. Nestes dois casos, o valor alto das dívidas contraídas pelos indivíduos, devido a relações comerciais mantidas com João Appel, sugere que tratavam-se de homens abastados da elite local e que mantinham relações muito próximas de negócios com o imigrante.

Outros “nacionais” que contraíram dívidas para com João Appel foram: Francisco Ferreira de Castilhos, que devia a quantia de 155\$100; Joaquim José Edolo de Carvalho, com a quantia de 4:498\$600; José Alves Valença Jr (seu genro), que lhe devia a importância de 5:635\$826 reis. Francisco Ferreira de Castilhos (1814-1871) foi o patriarca da família Castilhos. Foi pai de Júlio de Castilhos, autoridade republicana que ocupou a presidência do Estado do Rio Grande do Sul entre 1892 e 1898. Joaquim José Edolo de Carvalho foi um dos primeiros deputados provinciais por Santa Maria (BELÉM, 2000). José Alves Valença Jr., primogênito do Coronel José Alves Valença, foi vereador e exerceu influência política local (VARGAS, 2010).

A historiadora Gláucia Külzer (2010), ao se referir a João Appel, caracterizou-o como o comerciante alemão mais bem sucedido de seu tempo em Santa Maria e que a sua fortuna estava avaliada numa faixa que o equiparava aos cinco maiores proprietários “nacionais” da região. Neste ponto concordamos com a autora, pois como vimos na comparação da tabela 8, entre os onze inventários e uma carta testamento de sujeitos que tiveram grande representação social e alcançaram status de elite em Santa Maria no século XIX, João Appel estava num patamar de riqueza muito superior em relação aos demais. A segunda colocação da autora também é muito pertinente, pois nos indica que João Appel se equiparava em fortuna e status de elite às famílias “nacionais” mais tradicionais de sua época, como as que vimos anteriormente.

No entanto, a mesma autora o classifica apenas como “comerciante”, pelo fato de que não constavam propriedades rurais em seu inventário, sugerindo a hipótese de que o mesmo teria adquirido os 23 escravos arrolados em seus bens semoventes, como “recebimento em troca do pagamento de dívidas ou ele poderia ter resolvido investir nesse ramo da economia” (KÜLZER, Op. Cit., p. 57).

Em relação ao primeiro ponto, referente à classificação que a autora fez de João Appel apenas como comerciante, não vamos discordar, apenas propor uma interpretação diferente. Giovanni Levi (2000) e Carlo Ginzburg (1989) fizeram uma indispensável ressalva no sentido do cuidado que o historiador deve tomar em relação às informações contidas nas fontes e das brechas existentes nas mesmas, para não correr o risco de cair no erro de acreditar na documentação sem antes contestá-la, ou cruzar essas informações com dados provenientes de outras fontes. Seguindo esta orientação dos autores, achamos lícito pensar que este imigrante tenha exercido em paralelo as atividades de comerciante e proprietário, pois, como já vimos, ele abriu sua casa de negócios no mesmo ano em que se casou com a filha do proprietário local Maximiano José de Oliveira. Assim, apesar de não constarem propriedades rurais no seu inventário, João Appel pode ter auxiliado o sogro na administração de suas propriedades, quem sabe até investido seu capital proveniente do comércio na criação de gado e em outras atividades rurais praticadas nas terras do sogro, prática que era comum entre sogros e genros na sociedade do século XIX (WOORTMANN, 1995).

Sobre a hipótese levantada pela autora na tentativa de explicar o fato de um imigrante alemão ter adquirido 23 escravos, sugerindo que ele os teria recebido em

troca do pagamento de dívidas, iremos propor outra hipótese, a partir de nossa consideração anterior de que João Appel, desde o início de sua carreira como comerciante em Santa Maria, teria praticado o comércio em paralelo com a administração de propriedades rurais em sociedade com seu sogro, com quem devia estar unido por laços familiares e de negócios, pois como vimos na análise do perfil profissional da 1ª geração, as atividades de comerciante e proprietário muitas vezes se complementavam, ou podiam ser exercidas por uma mesma pessoa (GRAHAM, 1997).

Desta forma, podemos conceber a possibilidade de o imigrante, além de ter adquirido escravos como pagamento de dívidas, os ter herdado do proprietário Maximiano José de Oliveira, ou ainda adquirido cativos em sociedade com seu sogro, os quais mantinha em regime de trabalho escravo nas terras da família de sua esposa. Logo, concebemos que João Appel possa ter administrado as propriedades rurais do sogro, que também eram suas devido aos acordos nupciais do contrato de casamento, embora tais propriedades não tenham sido arroladas em seu inventário. Também fortalece a nossa hipótese o fato de terem sido 23 escravos sob sua posse, um número que consideramos impressionante para a realidade de um imigrante alemão em Santa Maria na metade do século XIX. Tratava-se de uma quantidade de escravos suficiente para constituir escravaria, destinada ao trabalho no campo. Isto o diferenciava dos demais “alemães” de sua época, a exemplo de Pedro Cassel e João Niederauer Sobrinho, que possuíam de um a cinco escravos criados, dedicados às lides domésticas, o que segundo Oliveira (2006) era o padrão dos pequenos proprietários alemães. Logo, João Appel foi um grande proprietário de escravos de Santa Maria nos oitocentos.

3. 3. 2 – Comerciante, proprietário e senhor de escravos: a trajetória de João Appel como link entre o mundo imigrante e a escravidão

Durante muitos anos a historiografia mais clássica da imigração alemã descreveu o sujeito imigrante como ordeiro, trabalhador, etnicamente superior, o que supostamente os diferenciava dos “luso-brasileiros”, os quais, nesta visão, estavam

envolvidos com formas de trabalho inferiores, como a escravidão, e não eram afeitos ao trabalho, envolvendo-se sempre em escândalos políticos e em conflitos armados.

Nos décadas de 1920 e 1930, autores como Aurélio Porto (1934) e Ernesto Pellanda (1925) defenderam que os imigrantes alemães eram amantes do progresso, operosos e imensamente superiores aos sujeitos de origem luso-portuguesa, visão esta que era fruto do contexto em que tais autores estavam inseridos, da geração de intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Nas décadas de 1960 e 1970, outros estudos retomaram a temática da imigração, mas não romperam com a imagem legada pelos trabalhos anteriores, do imigrante laborioso e ordeiro. Podemos citar os estudos de Jean Roche (1969) e Carlos Hunsche, que deram eco na historiografia tradicional às teses da “solidariedade étnica” e do “isolamento étnico”, visão na qual os imigrantes e descendentes de alemães, recém chegados numa terra com costumes e língua que lhes eram estranhos, devido ao estranhamento em relação à população “nacional”, teriam ficado isolados étnica e culturalmente do restante da sociedade, afastados da política e, por isso, haveriam estreitado laços de solidariedade para se desenvolverem econômica e culturalmente.

Esta historiografia alimentou o mito de que este imigrante “isolado etnicamente” não se envolvia na política do século XIX, era arrastado para as guerras pelos luso-brasileiros e alheio ao regime de trabalho escravo. Muitas destas obras sequer fizeram referência a uma relação entre os imigrantes e a escravidão, até mesmo negaram esta relação, pois relacionavam a escravidão a uma forma inferior de trabalho, supostamente distante do mundo imigrante.

A partir dos anos 1980, trabalhos de cunho historiográfico mais crítico, embasados teoricamente no marxismo ou nas vertentes da nova história começaram a romper com o paradigma tradicional da imigração, incorporando questões relativas à atuação dos imigrantes em conflitos políticos e com a escravidão, a exemplo de Margareth Marchiori Bakos e Helga Iracema Landgraf Piccolo.

Estudos mais recentes retomaram com um novo olhar a questão das relações entre imigração, escravidão e atuação política, por autores como Marcos Justo Tramontini (2000), Marcos Witt (2008), Miquéias Mugge (2012) e Vinícius Pereira de Oliveira (2006). Estes trabalhos, abordando os temas referentes à imigração alemã pelos vieses da nova história das elites e da micro-história italiana, passaram a

perceber os imigrantes e descendentes inseridos nas regras e normas da sociedade que os cercava, envolvidos em conflitos, em complexas redes de relações constituídas entre os imigrantes e, destes, com os “nacionais”, ou seja, um sujeito “alemão” preocupado em conhecer as regras do jogo para dominá-lo, buscando interagir com os sujeitos da elite local visando se equiparar a eles. Esta historiografia passa a perceber que, para os personagens “alemães” inseridos na sociedade hierárquica do Império, ter escravo era sinal de poder econômico, mas, também, de grande percepção das regras do jogo. Estes historiadores, lançando um novo olhar crítico às fontes, como, inventários, testamentos, registros de batismo, cartas e correspondências, deram um novo sentido à questão envolvendo a imigração e a escravidão e perceberam que era muito importante para o sujeito imigrante possuir escravos, pois o equiparava à elite “nacional”.

Nossa pesquisa se insere nesta última vertente historiográfica. Visando contribuir para com os estudos que buscam compreender os “alemães” jogando com as estratégias de inserção social do contexto em que estavam inseridos, traremos ao palco da história o caso do comerciante e proprietário de escravos João Appel, pois, ao lermos o seu inventário post-mortem, ficamos impressionados com os números que o documento apresentou: este sujeito, ao fim da vida, acumulou uma fortuna em reis de 121:806\$878, que o colocava em pé de igualdade com os quatro maiores proprietários “nacionais” de Santa Maria à sua época. Do valor total de sua fortuna, 15% eram correspondentes aos 23 escravos que se achavam sob a posse do imigrante, o que consideramos, realmente, um número impressionante tratando-se de um sujeito de origem alemã, inserido numa sociedade de pequenos e médios proprietários, como era o caso de Santa Maria. Estes dados chamam ainda mais a atenção se considerarmos que o valor em que foram avaliados seus escravos em reis, na quantia de 17:550\$000, era quase dois contos de reis maior do que a fortuna total do segundo sujeito mais rico inserido na tabela 8, o Coronel Martins Höehr (15:976\$500) e, aproximadamente, treze contos de reis maior em relação ao montem do sujeito menos afortunado da tabela, o artesão Carlos Henrique Niederauer (4:057\$781).

No que se refere às estratégias familiares e de negócios adotadas por João Appel para ascender socialmente, já analisamos ao longo de todo este capítulo. Vimos que, logo que o imigrante chegou a Santa Maria abriu uma alfaiataria, e, um ano depois, uma casa de negócios, em 1831, no mesmo período em que entrou

para uma tradicional família local pela via do casamento, tornando-se genro do proprietário de terras Maximiano José de Oliveira. Ao longo de sua vida em Santa Maria, João Appel manteve vínculos de negócios com personagens de elite muito influentes, como Joaquim José Edolo de Carvalho, José Alves Valença Jr. E Francisco Ferreira de Castilhos, o que certamente ampliou sua rede de influência política e econômica. Na década de 1850, estreitou vínculos familiares e de negócios com o Coronel mais influente politicamente de Santa Maria no período, José Alves Valença, através de casamentos entre seus filhos.

Fizemos esta breve retomada da trajetória social de João Appel em Santa Maria, para que ficasse mais clara a visualização das estratégias econômicas e familiares que possibilitaram a este imigrante construir sua fortuna e acumular escravos. Para nos aprofundarmos na compreensão de como foi possível a um imigrante alemão acumular 17:550\$000 contos de reis em escravos, buscaremos estabelecer um diálogo com a historiografia mais recente que aborda esta questão.

Pela análise da trajetória deste imigrante, pretendemos dar mais uma contribuição para a historiografia que rompe com a tese do imigrante isolado da sociedade “nacional”, pois, como vimos, se este imigrante se igualou aos sujeitos mais ricos de seu tempo, foi em grande medida devido aos fortes laços que estabeleceu com tradicionais famílias locais, tanto de parentesco, quanto de negócios. Analisando suas dívidas ativas, pudemos perceber que quase 90% dos seus devedores eram “nacionais”.

Passando a refletir mais diretamente sobre a relação de João Appel com a posse de escravos, podemos dialogar com Woortmann, quando a autora diz que “terra e nome são patrimônios, simbólico e material, que expressam a descendência e, ao mesmo tempo, o sentido moral da terra. Não se herda um objeto, herda-se uma obrigação” (WOORTMANN, Op. Cit., p. 313). Refletindo sobre esta colocação da autora, podemos pensar que ao adentrar o círculo familiar dos Oliveira e aprofundar vínculos de amizade e negócios com seu sogro Maximiano José de Oliveira, João Appel tornou-se um herdeiro de situação, no sentido de que recebeu o status de elite do sogro, assim como a obrigação de manter o compromisso com sua esposa e de administrar as propriedades da família, investindo nas terras, comprando e mantendo escravos nas propriedades, principalmente nas que eram mais bem avaliadas. Analisando esta questão, Marcos Witt faz a seguinte colocação:

Comprar, vender e manter escravos fez parte do cotidiano de alguns exponenciais, os quais otimizaram o desempenho de suas propriedades a partir da exploração de trabalhadores cativos [...] dispor de escravos para executar tarefas dos mais variados tipos auxiliava na equiparação dos exponenciais com seus vizinhos nacionais (WITT, Op. Cit., p. 110).

Concordando com o historiador, consideramos que João Appel se encaixava na definição de “exponencial”, pois ele possuía vinte e três escravos, além de que havia a possibilidade de alguns escravos sob sua posse não terem sido inventariados. Não acreditamos que ele os tenha mantido como escravos do lar, pois geralmente isso de dava em casos de pequenos proprietários, que mantinham de um a cinco escravos exercendo funções domésticas (OLIVEIRA, 2006). Para termos uma noção mais clara da condição de proprietário ocupada por João Appel, achamos interessante fazer uma relação com a situação de um “exponencial” trabalhado por Witt em sua Tese:

[...] Quanto ao plantel de 5 escravos, avaliados em quase 3:000\$000, a opção, compra e manutenção desse tipo de mão de obra aproxima Adolpho Voges da elite escravocrata, bem como informa sobre sua potencialidade econômica. (WITT, Op. Cit., p. 128).

Este personagem do estudo de Witt, Adolpho Voges, proprietário de 5 escravos, avaliados em quase 3:000\$000 contos de reis, podia ser considerado como equivalente à elite escravocrata. Considerando o fato de que se tratava da realidade social da Colônia São Leopoldo, mais próxima em relação à capital Porto Alegre do que Santa Maria, portanto, provavelmente, também, com uma economia mais ativa, se um sujeito de origem alemã possuidor de 5 escravos podia ser equiparado a elite escravocrata, no caso de João Appel, com 23 escravos, podemos supor que ele não apenas se igualava à elite escravocrata, como, possivelmente, estava numa posição de grande proprietário acima de alguns exponenciais “nacionais”.

Ainda estabelecendo relação com o estudo de Witt, podemos ter uma ideia de quantos escravos João Appel poderia ter adquirido, considerando seu poder aquisitivo. Estabelecendo uma relação de sujeitos com maior poder aquisitivo em sua pesquisa, o autor elencou dois nomes entre os que teriam maiores condições de adquirir um número de escravos proporcional aos grandes charqueadores, estes eram “Jacob Diefenthaler” de São Leopoldo, que teve a fortuna avaliada em “91:275\$500 reis” e “Carlos Frederico Voges”, com “88:663\$353 reis”, sendo que o

primeiro poderia comprar 228 e o segundo 221 escravos (WITT, Op. Cit., p. 156). Considerando, então, que a fortuna total de João Appel foi avaliada em 121:806\$878 reis, é possível conceber que seu poder aquisitivo lhe tenha possibilitado a compra de mais de 228 escravos, equiparando-se aos charqueadores da fronteira (WITT, 2008). Fizemos esta comparação apenas para reforçar a ideia de que João Appel estava entre a elite exponencial de Santa Maria, com um grande poder aquisitivo e um plantel de escravos considerável para um imigrante alemão.



Imagem 5 – Busto do imigrante alemão João Appel

Fonte: Livro Comemorativo do Centenário de Santa Maria 1814-1914 (Acervo Casa de Memórias Edmundo Cardoso – Santa Maria).

Portanto, o poder aquisitivo e a posse de escravos foram fatores cruciais para colocar João Appel em pé de igualdade com os homens mais afortunados de seu tempo em Santa Maria. Não foi o único personagem “alemão” de sua época que adquiriu escravos na sociedade santa-mariense do Segundo Império, mas seu

plantel estava muito acima dos demais imigrantes e descendentes. Faremos referência a outros três “patriarcas” da tabela oito que mantiveram algum vínculo com a escravidão.

O Coronel João Niederauer Sobrinho (1827-1868), teve seu inventário aberto em 17 de julho de 1869 por iniciativa de sua esposa, dona Maria Catharina Niederauer, à época com trinta e três anos de idade. O Coronel deixou herança à sua esposa e cinco herdeiros, avaliada em 14:855\$700 contos de reis, sendo o valor de 7:427\$850 o monte da viúva e 1:485\$570 a parte de cada herdeiro. Como seus filhos, à época de sua morte na Guerra do Paraguai, eram todos menores de idade, sua esposa encarregou que seu primo, o Major João Batista Niederauer, de ser o tutor dos seus herdeiros.

Provavelmente, João Niederauer Sobrinho tenha dedicado grande parte do seu tempo às atividades que desempenhava na Guarda Nacional, o que era comum entre os homens que adotavam a carreira das armas (MUGGE, 2012), pois em suas dívidas ativas constava o pequeno valor de 670\$000 reis, o que pode indicar tanto atividade comercial pouco intensa, como também, que o Coronel não realizava vendas a crédito com muita frequência. Por outro lado, o valor de suas propriedades rurais e urbanas chegou a 10:600\$000 reis, constituídas por chácaras nos arredores do município e por “metade da casa de Sotéia; e mais edifícios pertencentes à mesma, no lugar denominado Passo d’areia”¹¹⁶. Entre seus bens “semoventes” estava “uma escrava de nome Joaquina, criada, com quinze anos de idade”¹¹⁷, avaliada em 800\$000 reis. Não constam maiores detalhes no inventário, mas acreditamos que a menina escrava de nome Joaquina, tenha sido adquirida por meio de compra, pois o Coronel Niederauer deixou em dinheiro a quantia de 2:530\$000 reis, ou em troca de alguma mercadoria, o que achamos menos provável, já que, pelo menos ao que consta no seu inventário, este patriarca não se dedicou intensivamente à prática comercial. O casal Niederauer pode ter se beneficiado dos serviços domésticos da escrava como mucama.

Dialogando com o historiador Vinícius Pereira de Oliveira, consideramos que o Coronel Niederauer era um pequeno proprietário de escravos, pois este autor que analisou o período de 1850 a 1870, disse que dos 489 inventários de São Leopoldo pesquisados “26,99% legaram escravos, dos quais a maior parte (65,7%) possuía de

¹¹⁶ Inventário de João Niederauer Sobrinho (APERS). Nº 95, M. 04, E. 114, Santa Maria, ano: 1869.

¹¹⁷ Inventário de João Niederauer Sobrinho (APERS). Nº 95, M. 04, E. 114, Santa Maria, ano: 1869.

1 a 5 cativos, ou seja, eram pequenos proprietários”. O mesmo autor coloca que “os teutos eram, em sua maioria, pequenos proprietários de até cinco cativos [...]” (OLIVEIRA, Op. Cit., p. 66).

Este também foi o caso do comerciante alemão Pedro Cassel, que teve seu testamento aberto em 1885, sendo inventariante o seu afilhado, Major Pedro Weinmann. No documento consta que o imigrante era possuidor de “algumas escravas criadas”, não especificando quantas eram. Sua esposa, alguns anos antes, em 1874, havia dado alforria a dois meninos, filhos de suas escravas, então com cinco e seis anos (BRENNER, 2010). Sendo assim, também classificamos Pedro Cassel como pequeno proprietário, pois suas escravas desempenhavam afazeres domésticos.

Percebemos outro caso de envolvimento entre imigrante e escravos, na leitura do inventário do negociante Pedro Beck, também da 1ª geração. Neste caso, não houve aquisição e posse de escravos, mas o imigrante contraiu dívidas com quatro escravos, pertencentes a sujeitos da elite local. Pedro Beck, casado com Christina Beck, teve seu inventário aberto no ano de 1863. Deixou herança para três meninas, suas filhas, todas ainda crianças.

A procuração do inventário foi assinada pela sua esposa e pelo Major Pedro Weinmann, que também era negociante e, assim como Pedro Beck, era afilhado do imigrante Pedro Cassel, conforme os laços de negócios e parentesco que os uniam, como vimos no gráfico em que construímos as redes do padrinho na análise da 1ª geração. Dentre os avaliadores do inventário estavam o primogênito de João Appel, Alferes Maximiano José Appel e Francisco Ribeiro Pinto¹¹⁸, ambos homens influentes na política local e detentores de poder econômico. Por meio dos seus contatos, podemos vislumbrar que o comerciante circulava nos meios influentes da elite local, aproximando vínculos de negócios com pessoas influentes, pois o valor de suas dívidas ativas chegou a 9:504\$877 reis.

O negociante Pedro Beck adquiriu dívidas com os seguintes escravos: “Manoel, escravo de dona Rosinha, na quantia de 3\$140 (três mil, cento e quarenta reis); Chico, escravo de João Niederauer, com 4\$640 reis; escravo do Reginaldo Ferreira Canabarro, em 4\$920 reis; Jacinto, mulato de Florêncio Pahim, em 360 reis”¹¹⁹. Com vemos, Pedro Beck devia pequenos valores a estes escravos,

¹¹⁸ Inventário de Pedro Beck (APERS). Autos nº 48, M. 2, E. 149, Santa Maria, ano: 1863.

¹¹⁹ Inventário de Pedro Beck (APERS). Autos nº 48, M. 2, E. 149, Santa Maria, ano: 1863.

pertencentes à famílias tradicionais da elite local, como a exemplo do escravo Chico, sob propriedade do negociante João Niederauer. Esta constatação nos leva a pensar que estas dívidas podem ter sido contraídas por pequenos serviços que Pedro Beck contratou dos escravos destes sujeitos de elite, os quais deviam fazer parte da sua rede de contatos oriundos da atividade comercial.

O pesquisador Vinícius Oliveira, refletindo sobre esta relação de contrato de trabalhos temporários envolvendo imigrantes e escravos pertencentes a outrem, diz que:

A especialização profissional dos cativos tendia a ser menor ou inexistente nas pequenas propriedades rurais, onde os escravos realizavam tanto as tarefas domésticas quanto as de roça e carga, mas pode ser verificada a existência de escravos curtidores, sapateiros, lombilheiros, pedreiros, oleiros, campeiros, etc. (OLIVEIRA, Op. Cit., p. 68).

Dialogando com o autor, pensamos que esta diversificação profissional entre os escravos pode ser uma das explicações para compreendermos o fato de Pedro Beck ter alugado o serviço de escravos, que poderiam ter lhe prestado serviço em sua venda, ou feito o transporte de mercadorias.

Da análise dos três patriarcas aqui mencionados como proprietários de escravos, sendo João Appel classificado como grande proprietário e João Niederauer Sobrinho e Pedro Cassel como pequenos proprietários, achamos importante destacar que os dois primeiros deixaram herdeiros diretos, transmitindo a herança aos seus filhos, já Pedro Cassel, pelo fato de não ter tido filhos, como vimos anteriormente, deixou seu patrimônio às famílias de seus afilhados (as). Isto nos leva a refletir sobre o fato de que estes imigrantes deixaram a seus herdeiros não só a posse de escravos e os valores a eles atribuídos, mas, principalmente, o status familiar de elite possuidora de escravos, o que os colocava em pé de igualdade com os “nacionais” e os aproximava da elite santa-mariense. Sobre os mecanismos de transmissão de herança, Witt faz a seguinte consideração:

O mais provável é que os arranjos intra-família acertassem eventuais diferenças e convencessem os prejudicados que a estrutura familiar só poderia ser mantida com a concentração da maioria dos bens numa única pessoa. Tratava-se, portanto, de uma estratégia familiar de sobrevivência face ao desmantelamento material provocado pela divisão entre os inúmeros sucessores. (WITT, Op. Cit., p. 134).

Voltemos ao caso de João Appel. Ao fim da vida, este imigrante alemão que enriqueceu na sociedade santa-mariense, acumulou grande poder aquisitivo e status que o colocou entre os sujeitos mais ricos, ao lado da elite “nacional”, deixou a cada um de seus herdeiros uma fortuna “material” avaliada em 12:180\$587 contos de reis. Entretanto, o que a mera leitura do inventário do imigrante não torna possível perceber, é que João Appel não deixou de herança apenas fortuna, mas também um nome de peso na elite local, uma fortuna de situação (LEVI, 2000), um status social que, provavelmente, caberia ao seu filho mais velho, o primogênito Maximiano José Appel, assumir a responsabilidade, no papel de protetor dos interesses da família, de manter e assegurar a perpetuação do no Appel.

Veremos a seguir, na análise a atuação política das duas gerações, de que forma os herdeiros, dentre eles, Maximiano José Appel, se apropriaram da fortuna de situação que lhes foi deixada por seus pais e como isto se refletiu em influência e poder político local.

3. 3. 3 – O perfil político das duas gerações: a Câmara de Vereadores como teatro do social

Conforme intitulamos este subcapítulo, entendemos que o processo eleitoral que levava à ocupação de cargos na Câmara de Vereadores de Santa Maria, reproduzia a hierarquia que dividia as elites locais em estratos superiores e inferiores em poder econômico e influência política, de maneira que “os indivíduos não ocupavam sempre o mesmo lugar na pirâmide social [...], mas as eleições afirmavam, repetidas vezes, as gradações da sociedade” (GRAHAM, Op. Cit., p. 163-4). Conforme Graham:

As eleições eram, acima de tudo, exhibições teatrais elaboradas, que reiteravam insistentemente a convicção de que a única base própria da organização social residia no claro reconhecimento da superioridade e inferioridade social de cada um. (GRAHAM, Op. Cit., p. 164).

Assim, refletindo através do diálogo com este autor, concebemos a Câmara Municipal de Santa Maria como um espaço onde eram reproduzidas as hierarquias,

que resultavam dos arranjos familiares entre diferentes grupos parentais, que, por sua vez, eram reiteradas nas relações econômicas e sociais.

Antes de iniciarmos uma reflexão mais profunda da atuação política dos patriarcas e herdeiros das famílias alemães, das suas relações com os grupos “nacionais” e da influência do poder econômico na posição ocupada pelos indivíduos na hierarquia política local, vamos nos ocupar em traçar o perfil político dos sujeitos das duas gerações que compõem o nosso grupo de “alemães exponenciais” de Santa Maria.

Em primeiro lugar, reconstituiremos o perfil político dos imigrantes e descendentes das famílias alemãs, analisando a porcentagem dos que atuaram diretamente e dos que não atuaram na Câmara de Vereadores de Santa Maria, através do exercício de cargos burocráticos. Escolhemos a Câmara de Vereadores como palco para tentarmos compreender a atuação política dos “alemães”, porque, concordando com José Murilo de Carvalho (2003), acreditamos que a burocracia era o caminho que todos os membros da elite, fosse ela local ou provincial, procuravam seguir se quisessem ampliar sua rede de influências e clientela (aliados e dependentes), consolidando seu status de elite política. Outra explicação para a escolha deste locus está no fato de que, durante os mais de trinta anos de existência da Câmara de Santa Maria, os “alemães” praticamente dominaram o cenário político local (BELÉM, 2000), ou no caso do que estamos constatando na pesquisa prosopográfica realizada neste trabalho, não todos os “alemães”, mas algumas famílias alcançaram a condição de elite, equiparando-se na hierarquia local às famílias tradicionais de origem “nacional”. Mas quais foram as famílias “alemãs” que tiveram representação política na Câmara de Vereadores?

Na tabela 9 estabelecemos uma relação de proporcionalidade entre o número de gestões ou a quantidade de vezes que os indivíduos foram eleitos para cargos de direção na política local e a porcentagem de indivíduos envolvidos. Realizamos o levantamento dos dados de forma separada para cada geração, considerando o período de 1858 a 1889¹²⁰.

Tabela 9: Atuação na Câmara de Vereadores por número de gestões (1858-1889)

¹²⁰ Fontes: Belém (2000); Cartas e correspondências da Câmara Municipal de Santa Maria (AHRs).

Geração/nº de gestões	Atuação na Câmara de Vereadores por indivíduo	Porcentagem (%)
1ª geração	7	28%
7 legislaturas	1	4%
3 legislaturas	2	8%
1 legislatura	4	16%
Não atuaram	18	72%
Total	25	100%
2ª geração	10	46%
5 legislaturas	1	4%
3 legislaturas	1	4%
2 legislaturas	3	14%
1 legislatura	5	32%
Não Atuaram	12	54%
Total	22	100%

Na 1ª geração, a atuação política dos patriarcas das famílias “alemãs” na Câmara de Vereadores foi consideravelmente baixa, pois dos vinte e cinco sujeitos analisados, apenas sete se elegeram para cargos diretivos, representando 25% do todo, entre vereadores, juízes de paz e suplentes. Em contrapartida, na geração dos herdeiros houve um aumento significativo de sujeitos eleitos para gerir os negócios do município, se elevando para 46% do total, portanto 21% a mais em relação aos seus pais, tios, padrinhos ou sogros. Na 1ª geração, constatamos um percentual de 72% de “alemães” que não ocuparam nenhum cargo de comando na política local, 47% a mais em relação aos que tiveram atuação, enquanto que, na 2ª geração, houve uma pequena diferença de 8% a mais dos que não atuaram em relação aos que ocuparam cargos na Câmara.

Esta diferença de intensidade no referente à atuação política via ocupação de cargos na Câmara de Vereadores pode ser melhor visualizada no gráfico 5, que representa uma comparação entre a 1ª e a 2ª geração.

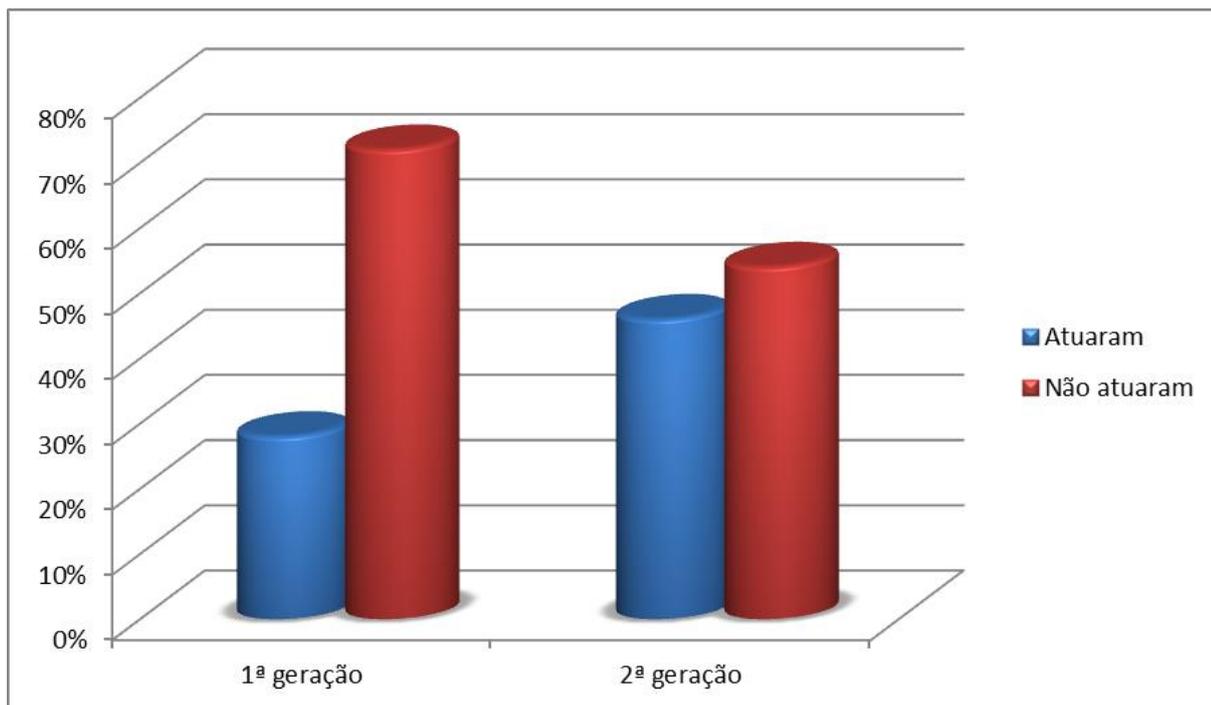


Gráfico 5 – Análise comparativa da atuação política na Câmara de Vereadores dos patriarcas e herdeiros (1858-1889)

Uma provável explicação para os números apresentados no gráfico 5 estaria na própria diferença das trajetórias sociais percorridas pelos patriarcas e seus herdeiros. Os precursores das famílias alemãs que chegaram em Santa Maria na 1ª geração, provavelmente, teriam se preocupado mais em investir nas atividades econômicas que praticavam, visando garantir para si e para suas famílias um lugar privilegiado na hierarquia local.

Nesta linha de raciocínio, podemos conceber, por exemplo, que o negociante João Niederauer tivesse estreitado vínculos familiares e de negócios com homens de elite influentes na paróquia. Embora não tenha exercido diretamente cargos na Câmara, não estaria impedido de manter contatos com autoridades políticas que atendessem seus interesses, como também de garantir um lugar para seus filhos, sobrinhos e afilhados nos altos círculos da elite política santa-mariense. Conforme veremos a seguir, a família Niederauer exerceu grande influência na política local, sendo representada pelos filhos e sobrinhos de (2) João Niederauer em cinco das nove legislaturas da Câmara de Vereadores de Santa Maria no Império.

Outro exemplo, que pode ajudar a compreender o número reduzido de patriarcas atuando em cargos dirigentes na política local, está na trajetória de (1)

João Appel. Este, que foi o imigrante alemão de maior poder aquisitivo de Santa Maria em sua época, não lançou a própria candidatura para vereador, mas traçou estratégias que colocaram seu filho mais novo, (40) João Appel Filho e seu primogênito, (26) Maximiano José Appel, em posições de influência na política local.

As estratégias familiares construídas por João Appel foram cruciais para que ele conseguisse projetar seus dois filhos na política, lhes possibilitando ocupar posições de mando na Câmara de Vereadores e na Guarda Nacional. Para compreendermos melhor a relação entre as estratégias familiares e a projeção política dos Appel, centraremos nossa análise na trajetória do filho mais velho, Maximiano José Appel.

Consideramos importante adentrarmos nas relações familiares desta família de imigrantes, pois entendemos que na sociedade clientelista do século XIX, para que um indivíduo se fizesse enquanto elite, não bastava que fosse possuidor de grandes fortunas e patrimônio familiar, era preciso que este soubesse costurar suas redes de contatos, estreitando vínculos com homens que concentrassem capital político nas mãos (GRAHAM, 1995), para que conseguisse acesso ao mundo político da paróquia (VARGAS, 2007), pois não havia uma ponte, metaforicamente falando, que ligasse mecanicamente grandes fortunas a influência política. Concordamos com Farinatti (2007), quando este historiador diz que “para reproduzir-se como elite daquela sociedade, não bastava ser proprietário de grandes extensões de terra” (FARINATTI, Op. Cit., p. 377). Ainda segundo o autor:

“Tal posição era um ótimo instrumento para construir dependentes, mas devia estar ao lado de um gerenciamento competente das atividades econômicas e, sobretudo, de uma capacidade de usar seus recursos privilegiados para estabelecer importantes relações sociais horizontais e verticais” (FARINATTI, Op. Cit., p. 377).

É possível que João Appel tenha se valido da fortuna que acumulou e do status de elite ao qual elevou o nome da sua família, usando de “seus recursos privilegiados”, como mencionado por Farinatti (2007), para aproximar-se das famílias de elite mais tradicionais de Santa Maria, “alemãs” ou “nacionais”.

Na década de 1850, os Appel estavam entre as famílias mais ricas de Santa Maria e região. Constatado este fato, pensamos que as preocupações do patriarca da família giravam em torno de estabelecer acordos familiares e de negócios que garantissem a multiplicação do patrimônio e elevassem ainda mais o nome da

família nos círculos de elite. Provavelmente, João Appel sabia que para realizar seus anseios, seria necessário se aproximar de um sujeito portador de grande capital político (LEVI, 2000), com influência na sociedade local ou, até mesmo, provincial. Eis então, que o imigrante alemão com maior poder econômico de Santa Maria, encontrou na figura do (21) Coronel José Alves Valença¹²¹, sujeito detentor do maior capital político do município nos anos 1850, que esteve entre os dois únicos deputados provinciais oriundos de Santa Maria no período (VARGAS, 2010), a oportunidade perfeita para formar uma aliança de sangue e negócios que perpassou gerações, projetando os herdeiros dos Valença Appel (SOIREFFMANN, 2000) aos mais elevados graus da elite santa-mariense, concentrando poder econômico e exercendo influência política.

O primeiro resultado, em termos políticos, da união entre estas duas famílias, deu-se logo na implantação da primeira Câmara de Vereadores de Santa Maria, no ano de 1858, quando Maximiano José Appel e José Alves Valença (genro e sogro) assumiram a posição de Vereadores¹²².

Faremos agora uma análise contendo informações biográficas e da trajetória política destes dois vereadores que representaram os interesses das famílias Alves Valença e Appel na Câmara. No inventário de João Appel, encontramos a seguinte citação a respeito de seu primogênito, quando este foi escolhido para inventariante e partidor da fortuna do pai, que achamos interessante transcrever, para termos uma ideia da importância depositada nele por sua mãe e demais herdeiros:

[...] e todos nós temos escolhido para inventariante e partidor ao herdeiro Maximiano José Appel por ser ele o mais velho e inteligente, por ser a mesma viúva e nossa mãe e sogra uma senhora que não pode desempenhar semelhante encargo e porque no nosso filho, irmão e cunhado Maximiano José Appel inventariante e partidor, depositamos toda a confiança e por ser este quem se acha mais ao fato dos bens do casal e como reconhecemos nele bastante desenvolvimento e por isso nós todos confiamos nele para inventariante e para dividir [...] a menção da viúva, nossa mãe e sogra [...]¹²³

Esta declaração, gravada no inventário de João Appel, foi assinada por seu filho mais novo, João Appel Filho e por seu Genro, José Alves Valença Jr. No ano

¹²¹ Autoridade política mais importante de Santa Maria nos anos 1850, que teve atuação na Contra-liga e mantinha contatos com figuras políticas de grande representação, como o General Osório e Gaspar Silveira Martins (VARGAS, 2010).

¹²² Ata de Inauguração da Câmara Municipal de Santa Maria. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Câmara Municipal de Santa Maria, ano: 1858.

¹²³ Inventário de João Appel (APERS). N° 2, M 1, E 149. Santa Maria, ano: 1864, p. 5.

em que o inventário foi aberto, em 1864, o filho primogênito do casal Appel encontrava-se com trinta e quatro anos de idade. Quatro anos antes, havia sido eleito vereador na Câmara Municipal de Santa Maria, o que pode explicar a confiança depositada nele por seus irmãos e cunhados, para que assumisse os negócios e a fortuna deixados pelo patriarca. Portanto, na ocasião do inventário dos bens do “alemão” mais rico de Santa Maria, o vereador Maximiano José Appel não herdou apenas fortuna, mas também a força do nome e do status familiar legados por seu pai. Esta estratégia familiar de concentrar a maior parte dos bens nas mãos de uma só pessoa, neste caso, do primogênito, era muito comum na sociedade rio-grandense do século XIX, como esclarecido por Witt:

O mais provável é que arranjos intra-familiares acertassem eventuais diferenças e convencessem os prejudicados que a estrutura familiar só poderia ser mantida com a concentração da maioria dos bens numa única pessoa. Tratava-se, portanto, de uma estratégia familiar de sobrevivência face ao desmantelamento material provocado pela divisão entre os inúmeros sucessores. (WITT, Op. Cit., p. 134).

Ao assumir o papel de “protetor” da fortuna e dos negócios da família, Maximiano José Appel se elevou a uma condição superior de liderança não somente no seu núcleo familiar, mas principalmente na sociedade, pois somou ao seu capital político todo o poder representado pelo nome do pai, o que possivelmente lhe facilitou a abertura de mais portas na vida pública do município, pois foi eleito por mais duas vezes vereador, na quarta legislatura da Câmara Municipal (1869-1872) e na quinta Câmara (1873-1876) (BELÉM, 2000).

Maximiano José Appel, nascido no ano de 1832, em Santa Maria, casou-se com Maria Alves Valença em 25 de outubro de 1856, no mesmo município em que nasceu, vindo a falecer em Santa Maria em 20 de setembro de 1900, aos sessenta e oito anos de idade (SOIREFFMAN, 2000). Quando estava com vinte e oito anos, em 1858, ocupou pela primeira vez o cargo de vereador ao lado do seu sogro, o Coronel José Alves Valença¹²⁴, com quem também compartilhou da carreira das armas, pois Maximiano foi Alferes da Guarda Nacional¹²⁵.

¹²⁴ Ata de Inauguração da Câmara Municipal de Santa Maria. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Câmara Municipal de Santa Maria, ano: 1858.

¹²⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79

O patriarca da família Alves Valença em Santa Maria nasceu no ano de 1800, na cidade de Rio Pardo. No dia 12 de novembro de 1834, casou-se com Maria Máxima de Oliveira, com quem teve quatro filhos (SOIREFFMAN, 2000). Dos filhos do casal, destacamos o primogênito, José Alves Valença Jr., que uniu matrimônio em 30 de maio de 1857 com Anna Luíza Appel e Maria Alves Valença, que se casou com Maximiano José Appel em 25 de outubro de 1856 (BELÉM, 2000).

Para compreendermos a trajetória do “Coronel Valença”¹²⁶, achamos importante estabelecermos um diálogo com Vargas (2010). Segundo o autor, José Alves Valença, antes de ocupar postos de comando na Guarda Nacional, havia sido veterano na Revolução Farroupilha (1835-1845) e na campanha contra Rosas (1851-1852), quando teria estabelecido redes de relações que haveriam contribuído para a emancipação de Santa Maria. Daí porque Jonas Vargas adotou o conceito de “mediador político” para definir o “Coronel Valença”, pois este sujeito representou um vínculo de ligação entre a política da paróquia e a Província. Neste sentido, o autor também considerou o primogênito do Coronel, José Alves Valença Jr., como um mediador que ampliou as redes de relações do pai, pois quando teve seus estudos bancados pelo patriarca, tornando-se bacharel, entrou em contato com figuras políticas influentes na Corte.

Para que o “Coronel Valença” ampliasse seu poder político com Santa Maria, era necessário que estreitasse vínculos com uma família de imigrantes alemães detentora de grande poder econômico, assim como no caso de João Appel. Segundo Vargas:

Ao aproximar-se dos Appel, e com isto de outras famílias alemãs possivelmente aliadas, Valença não só oferecia aos mesmos as necessárias conexões políticas com Porto Alegre, como reforçava sua hegemonia dentro de Santa Maria. A aliança matrimonial que se estabelecia acabou beneficiando as duas famílias, sendo a aquisição de cargos locais um dos ganhos mais importantes. (Vargas, Op., Cit., 2010).

Como vimos, para os Appel esta união representava adentrar os círculos de relações de uma família com grande capital político. Por outro lado, para os Valença, estreitar vínculos com a família “alemã” com maior poder aquisitivo de Santa Maria representava um grande ganho, pois “o coronel Valença não estava entre os mais ricos do município”. (VARGAS, Op. Cit., p. 307). Entretanto, em termos de ganhos

¹²⁶ Faremos uso desta classificação feita por Vargas (2010) para nos referirmos a José Alves Valença.

políticos, consideramos que os Appel tiveram um saldo maior, pois mesmo o “Coronel Valença” não possuindo grande poder econômico, estabeleceu contatos com homens muito influentes na província em sua trajetória militar e política, que também passaram a compor as redes de relações dos Appel. Conforme Vargas:

[...] tendo em vista as suas ligações familiares, a falta de recursos econômicos parece não ter sido um grande problema para os Valença que retribuía os Appel com outros recursos. Num mundo fronteiriço como o Rio Grande, o coronel ocupava um lugar de destaque, pois era capaz de mobilizar homens para a guerra e para as eleições, algo que os Appel não eram capazes, e possuía uma rede de relações sociais que o ligavam diretamente ao topo da elite política rio-grandense. (VARGAS, Op. Cit., p. 308).

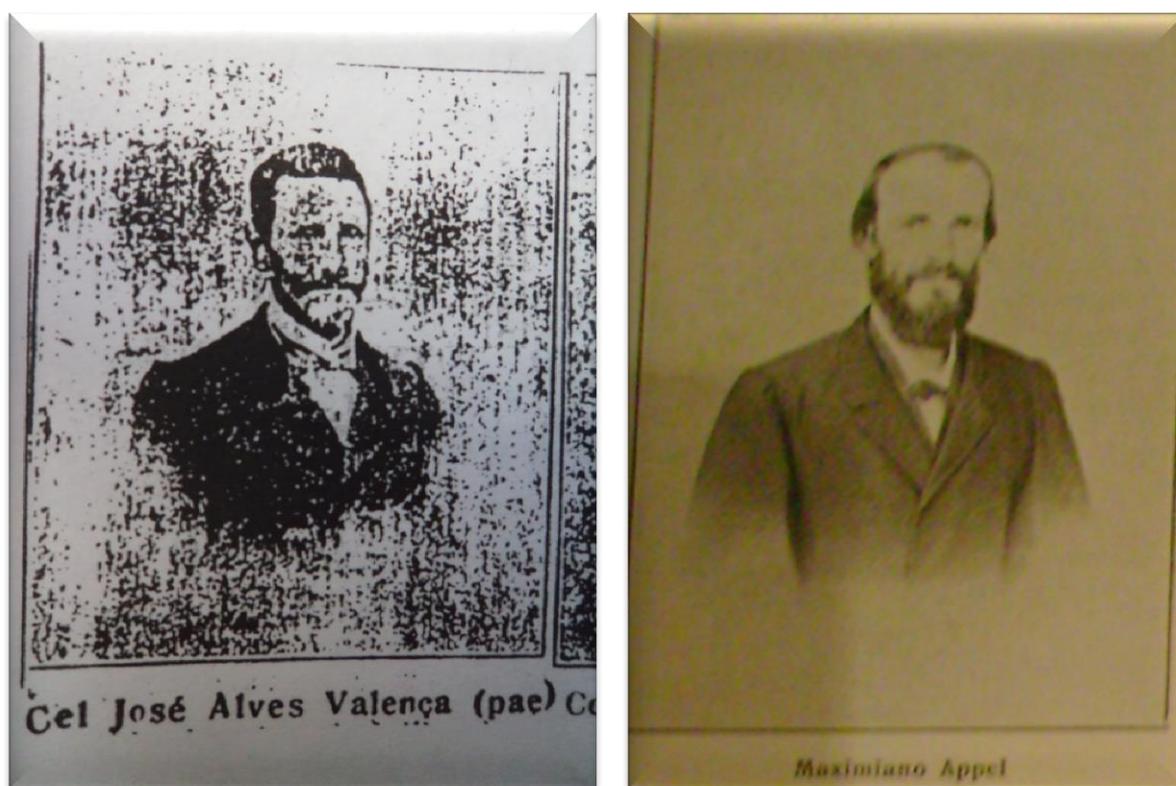


Imagem 6 – Sogro e genro: Cel. José Alves Valença e Maximiano José Appel.

Fontes: (SOIREFFMANN, 2000, p. 124); Livro comemorativo do aniversário de Santa Maria (1814-1914).

Voltando à leitura da tabela 9, objetivamos entender com que frequência os “alemães” da elite exerceram legislaturas na Câmara Municipal, identificando aqueles que se reelegeram consecutivas vezes.

Da 1ª geração, quatro sujeitos (16%) ocuparam por uma legislatura cargos na Câmara de vereadores, dois (8%) exerceram funções em três legislaturas e apenas um indivíduo elegeu-se sete vezes consecutivas para administrar os negócios do município.

O patriarca que se elegeu em sete das nove legislaturas da Câmara foi o negociante, Capitão da Guarda Nacional, o liberal (15) João Daudt. Ao contrário de outros sujeitos da 1ª geração, como os já citados João Niederauer, João Appel e de outros imigrantes como (8) Pedro Beck e (5) Pedro Cassel, que não exerceram cargos, mas abriram portas na política local aos seus parentes e aliados, João Daudt foi o “alemão” de Santa Maria que mais vezes se reelegeu, exercendo grande e intensa influência política local. No entanto, não ocorreu o mesmo com seu primogênito, o farmacêutico (35) João Daudt Filho, que apesar de ter se envolvido em muitos empreendimentos, como a construção da Viação Férrea e do Teatro Treze de Maio (KARSBURG, 2003), não ocupou cargos na política local. Adotando um conceito definido por José Murilo de Carvalho (2003), classificamos João Daudt como funcionário público na categoria “políticos”, “entendendo como tais pessoas marcadas por sua intensa e longa experiência política” (CARVALHO, 2003, p. 100).

Achamos curioso o fato de este herdeiro não ter seguido os passos do pai, pois poderia fazer-se valer dos seus contatos e redes de influência para galgar postos de comando na política. Entretanto, João Daudt Filho, seguindo a tradição política liberal do pai, construiu uma consistente rede de relações, estando em contato com figuras políticas de alta representação na província, estreitando vínculos familiares e afetivos com personagens de grande vulto nos círculos de elite na transição do Império para a República, como Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e o “alemão”, Deputado provincial, o advogado Germano Hassloscher (DAUDT FILHO, 2003).

Procurando entender o porquê de João Daudt Filho não ter entrado no jogo das eleições, buscamos uma possível resposta nas análises de José Murilo de Carvalho (2003) sobre as elites intelectualizadas no Brasil do século XIX. Para este historiador, no Império brasileiro, a categoria profissional que mais se fez representar na política foram os profissionais liberais, ganhando destaque a figura dos bacharéis em direito. No entanto, o autor fez a seguinte ressalva:

Outros profissionais liberais estavam mais longe do Estado do que os advogados. Tais eram, por exemplo, os médicos, os jornalistas e engenheiros. Os médicos tinham na prática profissional um meio de vida que os podia manter independentes dos cargos públicos. (CARVALHO, Op. Cit., p. 101).

O herdeiro João Daudt Filho, após ter completado seus estudos na Faculdade de Farmácia em São Paulo, obtendo diploma no dia 13 de dezembro de 1881 (DAUDT FILHO, 2003), tornou-se o primeiro farmacêutico diplomado de Santa Maria, o que, para os valores da sociedade brasileira no século XIX, colocava-o no mesmo patamar de um médico, pois era reconhecido no censo comum pela alcunha de “doutô” (DAUDT FILHO, 2003). O próprio personagem em questão, ao escrever seu livro de “memórias”, descreveu sua volta para Santa Maria, após concluir os estudos superiores como “um acontecimento”, pois devido a ter sido o primeiro farmacêutico diplomado, “este fato não poderia, por isso, deixar de atrair a curiosidade da então muito pacata cidadezinha” (DAUDT FILHO, Op. Cit., p. 76). Acreditamos então, que esta posição ocupada por João Daudt Filho na sociedade santa-mariense lhe possibilitou que, mesmo estando afastado dos cargos políticos na burocracia local, constituísse uma sólida rede de contatos, o projetando na vida pública, exercendo influência política e elevando o status familiar nos meios da elite.



Imagem 7 – O farmacêutico João Daudt Filho**Fonte:** (KARSBURG, 2003, p. 92)

Os vereadores que ocuparam cargos em duas legislaturas foram o negociante (23) Christiano Kruehl e o também negociante, (25) Coronel João Niederauer Sobrinho. Dentre os que se elegeram para vereador numa legislatura, destacamos a presença do “nacional” Coronel José Alves Valença.

Da 2ª geração, cinco personagens (32%) elegeram-se em uma legislatura na Câmara e três (14%) em duas. Apenas dois herdeiros ocuparam cargos em três ou mais legislaturas, foram eles: o Alferes Maximiano José Appel e o (39) Major Pedro Weinmann.

Dos cinco indivíduos que se elegeram uma vez vereador, dois eram da família Niederauer, (28) João Batista Niederauer e (29) João Frederico Egydio Niederauer, o primeiro Major e o segundo Alferes, ambos filhos de João Niederauer. O outro vereador eleito por uma legislatura foi o profissional liberal (47) Germano Hoffmeister, herdeiro do artesão (16) Matheus Hoffmeister.

Entre os três herdeiros que se elegeram em duas ocasiões para o cargo de vereador, estavam novamente dois Niederauer, (27) João Pedro e (32) Frederico Guilherme, o primeiro filho e o segundo, sobrinho do patriarca dos Niederauer em Santa Maria, ambos oficiais a Guarda Nacional. O terceiro era o (43) Capitão Henrique Pedro Scherer, que foi nomeado Intendente Municipal em Santa Maria por Borges de Medeiros na República (BELÉM, 2000).

Dos que ocuparam cargos em três legislaturas, daremos destaque ao (37) Coronel Ernesto Beck, filho do artesão André Beck e sobrinho do negociante Pedro Beck. Durante o Império, este herdeiro militou pelas frentes do partido conservador ao lado de figuras influentes da elite alemã, como Martins Höehr e Henrique Pedro Scherer (PISTÓIA, 2011), estes também oficiais da Guarda Nacional. Por fim, dos quarenta e sete patriarcas e herdeiros, somadas as duas gerações, dezessete sujeitos atuaram na Câmara de Vereadores.

Da análise mais geral dos dados da tabela 9, dois aspectos merecem ser destacados.

Primeiramente, a predominância da família Niederauer, que esteve representada em diversas legislaturas na política da Câmara por cinco personagens, quatro herdeiros e um patriarca, todos filhos ou sobrinho do rico comerciante e

proprietário João Niederauer. Por esta constatação, confirmamos a hipótese de que este imigrante soube se utilizar de seu poder econômico para manter contatos com homens influentes da elite local, criando a base social para a representação dos interesses de sua família na política através da atuação de seus filhos e sobrinhos.

Em segundo lugar, merece atenção o fato de que grande parte dos vereadores ocupavam postos de comando na Guarda Nacional. Dos que se elegeram de três a sete vezes, todos pertenciam ao alto oficialato. Uma explicação muito plausível para este fenômeno social pode estar no fato de que na hierarquia social do século XIX, uma patente militar servia como uma declaração da posição social do indivíduo (GRAHAM, 1997), logo facilitava sua inserção nos meios da elite política. Segundo Graham:

A despeito de sua noção de gradação social, as pessoas do século XIX não faziam tanta distinção entre determinadas ocupações ou fontes de renda – advogado ou médico, comerciante ou fazendeiro – quanto o faziam em relação à principal divisão entre ricos e pobres. Numa extremidade estavam os cidadãos influentes em virtude de suas posses e papel social. Na outra, os trabalhadores exalando um sórdido miasma de cachaça e fumaça de cigarro. (GRAHAM, Op. Cit., p. 53).

Assim, possuir a patente de oficial da Guarda Nacional significava ser portador de uma condição de elite que elevava os indivíduos acima da maior parte da população, ampliando suas clientelas, angariando votos em troca de favores e proteção (GRAHAM, 1997). Neste sentido, torna-se interessante identificar quais foram os vereadores que também se fizeram presentes na Guarda Nacional, relacionando os indivíduos com suas rendas anuais.

Na construção da tabela 10, fizemos o levantamento dos dados referentes à renda anual (em réis) dos vereadores das duas gerações no período de 1858 a 1889. Como fonte para sua elaboração consultamos as listas dos Conselhos de qualificação e revisão da Guarda Nacional de Santa Maria¹²⁷.

Tabela 10 – Renda anual dos Vereadores das duas gerações (1858-1889)

Renda anual/reis	Nº de guardas-nacionais	Porcentagem (%)

¹²⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Guarda Nacional. Conselhos de Qualificação e Revisão: Santa Maria. Maço 79

(100\$000-200\$000)	1	10%
(300\$000-500\$000)	7	70%
Acima de 500\$000	2	20%
Total	10	100%

O que primeiro observamos da tabela 10 é que dos dezessete vereadores “alemães” que Santa Maria teve no Império, dez ocuparam também postos militares, dos quais, sete, chegaram ao oficialato na Guarda Nacional¹²⁸.

Entre os sete vereadores que também foram oficiais, dois possuíam renda anual acima de 500\$000 reis e um recebia exatos 500\$000 reis anuais, sendo estes os três indivíduos com maior renda do grupo. Os Capitães João Daudt e Christiano Krueel, da 1ª geração, possuíam rendas anuais equivalentes a 600\$000 reis e ambos foram negociantes. O Coronel Ernesto Beck, da 2ª geração, recebia 500\$000 reis anuais e também era negociante. Notemos que os três vereadores/militares com maior renda anual pertenciam à categoria profissional que predominou entre as 16 famílias analisadas nesta pesquisa, a dos “negociantes”, de onde saíram os “alemães” com maior poder aquisitivo do grupo, como João Appel e João Niederauer, além dos próprios João Daudt, Christiano Krueel e Ernesto Beck. Não encontramos na documentação informações referentes às rendas dos Coronéis João Niederauer Sobrinho e José Alves Valença, mas pela influência política que exerceram e pelo status de elite que alcançaram, acreditamos que estivessem neste grupo, dos que possuíam maior renda.

As rendas anuais dos demais vereadores/militares concentravam-se numa faixa entre 100 e 400\$000 reis. Deste grupo, o Major Pedro Weinmann recebia 400\$000 reis por ano. A menor renda deste grupo ficava com Henrique Pedro Scherer, que ganhava o equivalente a 200\$000 anuais. Dos cinco vereadores que recebiam 300\$000, quatro eram da família Niederauer, o outro era João Appel Filho. Neste grupo de sete vereadores, apenas dois, o Major Pedro Weinmann e o Capitão João Pedro Niederauer, eram negociantes. Entre os demais, predominava a categoria profissional dos artesãos, juntamente com carpinteiro, ourives e lavrador, correspondendo às rendas anuais mais baixas, entre 100 e 300\$000 reis. Estes

¹²⁸ Foram eles: Capitão João Daudt; Coronel José Alves Valença; Christiano Krueel; Coronel João Niederauer Sobrinho; Coronel Ernesto Beck; Major Pedro Weinmann; Capitão Henrique Pedro Scherer

números indicam que no grupo dos vereadores que ocuparam postos na guarda nacional de Santa Maria, os negociantes recebiam rendas anuais mais elevadas em relação às outras categorias profissionais.

Analisando a tabela 10 como um todo, notamos que os indivíduos com maior renda anual, de 500\$000 reis para cima, ocuparam a posição de vereadores e possuíam altas patentes militares. Somado a isso, lembramos que o Capitão João Daudt, que tinha renda de 600\$000 reis anuais, foi o “alemão” que mais vezes se elegeu para vereador em Santa Maria, estando presente em sete das nove legisaturas.

Passemos agora a traçar o perfil religioso dos dezessete vereadores¹²⁹. A importância da tabela 11 está no sentido de que ela nos permite visualizar relações entre vinculação religiosa e atuação política. Para tal, classificamos os vereadores entre católicos e protestantes, considerando que no segundo grupo estavam anglicanos e luteranos.

Tabela 11 – Vinculação religiosa dos vereadores

Vinculação religiosa	Nº Vereadores	Porcentagem (%)
Católicos	7	41%
Protestantes	8	47%
Incertos	2	12%
Total de vereadores	17	100%

Analisando a tabela, percebemos que no grupo de vereadores (entre os que conseguimos levantar a filiação religiosa) havia uma predominância dos protestantes, com uma pequena vantagem de um indivíduo (6%) em relação aos católicos. Dois vereadores ficaram como vinculação religiosa incerta, pois não encontramos informações a respeito.

Estes números demonstram que no pequeno universo dos dezessete vereadores pertencentes às dezesseis famílias por nós pesquisadas, os protestantes tiveram uma boa representação na política local, sendo maioria do grupo na Câmara

¹²⁹ Fontes: Karsburg (2003), Borin (2010), Belém (2000), Livro comemorativo do centenário de Santa Maria.

de Vereadores. Esta constatação poderia causar estranheza, se confrontada com a historiografia mais tradicional da imigração alemã no Rio Grande do Sul, que não percebia as estratégias sociais traçadas pelos imigrantes e seus descendentes para se inserirem na sociedade. A ideia da não atuação dos “alemães” na política, perpassou trabalhos ainda nos anos 1980, pois levavam em consideração apenas as implicações legais das Leis do Império que restringiam a atuação política dos estrangeiros, principalmente os acatólicos. Então, segundo esta linha de pensamento, teria sido apenas a partir da aplicação da Lei Saraiva no ano de 1881, que os acatólicos puderam exercer seus direitos políticos, se naturalizados.

Contudo, para a compreensão da inserção dos protestantes na política em Santa Maria, como a exemplo dos Appel, que se fizeram presentes já na primeira Câmara do Império, dialogaremos com a historiografia mais recente, que procura entender as estratégias de inserção dos imigrantes e descendentes em relação com os “nacionais”, estreitando vínculos familiares e estabelecendo acordos, visando atuação política. Concordamos com Marcos Witt quando o autor diz que pelas leis do Império, “embora fossem tolhidos do direito de votar, exerceram, sim, uma prática política” (WITT, 2001, p. 116).

Ao longo deste trabalho demonstramos as complexas e amplas redes de relações construídas pelos “exponenciais” das famílias alemãs na paróquia, os vínculos familiares e de negócios estabelecidos entre famílias alemãs e, destas, com tradicionais famílias da elite local “nacional”. Entendemos que para os imigrantes e descendentes das dezesseis famílias “alemãs” que se elevaram ao status de elite local através, principalmente, da prática de atividades econômicas voltadas ao comércio no meio urbano, o acúmulo de fortuna, o exercício de poder político local e os contatos estreitados com homens influentes na economia e política, eram prioridades e vinham antes da questão religiosa.

Exemplificaremos esta hipótese pela análise de dois casos.

O primeiro diz respeito à trajetória de inserção dos Niederauer na sociedade local. O primeiro núcleo da família, que teve como patriarca o negociante João Niederauer, chegou em Santa Maria em meados da década de 1830. Como a Comunidade Luterana santa-mariense só foi criada no ano de 1866, os Niederauer, na falta de uma igreja e de um pastor que batizasse seus herdeiros na confissão luterana, resolveram adotar a religião oficial do Estado, a Católica. O único membro da família que, após a construção da igreja voltou à religião luterana, foi Frederico

“crespo” (BRENNER, 1995). Entendemos que esta foi uma estratégia racional adotada pelo patriarca da família, pois o contato com a religião oficial do Estado e com outras famílias tradicionais, possibilitou acúmulo de fortuna e status de elite para seus herdeiros, que se fizeram presentes em grande número na Guarda Nacional e na Câmara de Vereadores.

O segundo caso é o dos Appel e de outras famílias “alemãs” que estreitaram vínculos familiares e relações de negócios com famílias “nacionais” praticantes da religião católica, como os Oliveira e os Alves Valença. Apesar de a família Appel ter continuado praticando a religião protestante, ao adentrar os círculos de famílias católicas, seus herdeiros, como vimos, tiveram acesso direto à política local e mantiveram contato com figuras políticas cuja influência ultrapassava os limites da paróquia.

Houve ainda uma grande aproximação dos “alemães” da elite com a maçonaria em Santa Maria. Os indivíduos desta elite que fundaram as duas casas maçônicas do município, assim como os que foram convidados a fazer parte posteriormente, buscavam reiterar alianças estabelecidas na sociedade, constituindo o que José Murilo de Carvalho (2003) denominou como “grupos de elite”, procurando diferenciarem-se do restante da sociedade.

Encontramos informações na bibliografia, de que seis dos dezessete vereadores foram maçons, todos de famílias tradicionais a nível local e com grande poder econômico e capital político. Faremos menção aos seguintes vereadores: Coronel José Alves Valença, Venerável Mestre da Loja Boca do Monte; Alferes Maximiano José Appel, 1º Vigilante/Bocca do Monte e 2º Vigilante/Paz e Trabalho; Major Pedro Weinmann, Venerável Mestre da Loja Paz e trabalho; Germano Hoffmeister, 2º vigilante da loja Boca do Monte.

Notemos que a atuação na maçonaria reforçou vínculos entre os sujeitos que já haviam unido laços familiares, fortuna familiar e alcançado influência política, como a exemplo do patriarca José Alves Valença e Maximiano José Appel, sogro e genro, que apareciam mais uma vez juntos, assim como havia se dado na Câmara de Vereadores e na Guarda Nacional.

Por fim, analisaremos as tendências ideológico-partidárias de alguns dos vereadores (os quais obtivemos informações a respeito na bibliografia e na documentação), por meio da tabela 12, que também traz dados sobre como se deu

os rearranjos políticos entre esta elite “alemã” na transição do Império para a República em Santa Maria.

Assim, restringiremos nossa análise à compreensão dos indivíduos que tiveram atuação nos dois regimes políticos. Esta tabela foi elaborada tendo como sujeitos apenas os “alemães” da 2ª geração, dos herdeiros que atuaram na Câmara de Vereadores e/ou Intendência municipal, pois pelo período em questão (1858-1900), não encontramos nenhum patriarca que tenha atuado na política, nos anos finais do Império. Cremos que isso se deu pelo fato de que os imigrantes que se estabeleceram em Santa Maria entre 1830 e 1860, muitos já idosos no período em questão, não tinham mais idade para atuar na política.

Tabela 12: Atuação dos herdeiros na Câmara e/ou Intendência Municipal (1858-1900)¹³⁰

Atuação política	Herdeiros	Porcentagem (%)
Câmara/Intendência	4	19%
Câmara de Vereadores	6	25%
Intendência municipal	4 ¹³¹	19%
Não atuaram	8	37%
Total	22	100%

Pela leitura das informações contidas na tabela, percebemos que quatro herdeiros ocuparam cargos na Câmara e na Intendência. O Alferes Maximiano José Appel, o Coronel Ernesto Beck, o Major Pedro Weinmann e o Capitão Henrique Pedro Scherer estiveram presentes na política local durante a monarquia e a república. Maximiano Appel e Pedro Weinmann eram liberais durante o Império e após a república permaneceram filiados ao partido liberal (BELÉM, 2000). Foram nomeados para ocuparem postos na Intendência durante o governo provisório no Rio Grande do Sul (novembro de 1891 a junho de 1892), que fazia uma oposição republicana ao PRR e a Júlio de Castilhos. Quando o PRR chegou ao poder no

¹³⁰ Fontes: Belém (2000); Atas e Correspondências da Câmara Municipal de Santa Maria (1858-1889) – Fundo Câmara Municipal de Santa Maria/AHRS; Atas e Correspondências da Intendência Municipal de Santa Maria (1889-1895) – Fundo Intendência Municipal de Santa Maria/AHRS.

¹³¹ Dentre os herdeiros que atuaram na Intendência, damos destaque a João Daudt Filho, que assim como seu pai era filiado ao Partido Liberal (DAUDT FILHO, 2003).

Estado em junho de 1892, os mesmos cidadãos foram depostos de seus cargos. Ernesto Beck e Henrique Pedro Scherer, assim como o Coronel “Martins Höehr”, nos anos do regime monárquico, eram filiados ao Partido Conservador e com a República, engrossaram as fileiras do PRR (BELÉM, 2000), sendo nomeados na recomposição de forças republicanas em Santa Maria, tornando-se líderes republicanos locais e fiéis correligionários de Júlio de Castilhos em Santa Maria¹³².

Esta constatação vai ao encontro do que José Murilo de Carvalho (1990) colocou em “A formação das Almas”, quando refletiu que muitos dos homens que mantiveram os pilares da política do Império, fossem liberais ou conservadores, continuaram na política logo após a proclamação da República. Acreditamos que em Santa Maria, pelo exemplo destes “alemães” da elite, tenha se reproduzido em escala micro o que ocorreu em nível de Brasil. Para o autor, esta foi uma estratégia adotada pela elite nacional para que a transição de regime político ocorresse “dentro da normalidade”, da “ordem” e, para isso, foi fundamental a manutenção de alguns pilares que sustentavam o Império na construção da República. Logo, para o autor, o que ocorreu foi uma “transição conservadora”. Ou seja, fosse com os liberais nomeados na República pelo “governicho”, ou com os republicanos, alguns provenientes do Partido Conservador, a transição para a República em Santa Maria foi efetivada com a presença de alguns dos sujeitos de elite que compuseram o quadro político municipal durante o Império.

¹³² As trajetórias políticas destes três herdeiros serão analisadas com maior profundidade no próximo capítulo

4 – ESCÂNDALOS POLÍTICOS EM SANTA MARIA NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA: AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS DO CORONEL MARTINS HÖEHR COMO UM ESTUDO DE CASO

A trama que iremos narrar e analisar neste capítulo teve como cenário a urbana Santa Maria nos anos da transição do regime político imperial para o republicano, na passagem da década de 1880 para 1890. Trata-se de mais um exercício de redução da escala de análise (REVEL, 1998), pelo qual mergulharemos num microuniverso político-social da elite “alemã” do município, tendo como personagem central da análise um descendente de alemães, o proprietário e Coronel da Guarda Nacional, Martins Höehr.

Reconstituiremos os fatos que caracterizaram a atuação social deste “alemão” num período específico de sua vida, nos momentos finais de sua existência, quando se envolveu em escândalos políticos e num assassinato que o levaram à prisão e tiveram influência direta nas circunstâncias em que se deu a sua morte. Conhecidos os fatos, partimos da consideração de que o Coronel foi um mau intérprete do jogo político local (LEVI, 2000), pois o uso abusivo de sua autoridade acabou atraindo a inimizade de sujeitos influentes, que mantinham contatos com políticos e magistrados de renome na província. O farmacêutico João Daudt Filho foi um desses inimigos, talvez a pior das desavenças do coronel, pois os vínculos pessoais que construiu com autoridades dos dois maiores partidos do período, o Republicano e o Liberal, como Presidente do Estado, Júlio de Castilhos, e o Deputado Germano Hassloscher (DAUDT FILHO, 2003), foram cruciais para que conseguisse na justiça a condenação de Martins Höehr. Outros “alemães” da geração dos herdeiros também serão mencionados ao longo da narrativa, como o Coronel Ernesto Beck e o Capitão Henrique Pedro Scherer, que eram aliados de Höehr.

Não iremos nos prolongar na descrição dos escândalos que envolveram o coronel, pois historiadores locais já se ocuparam em fazê-lo. Podemos citar os trabalhos de Christiane Debus Pistoia (2011) e do próprio João Daudt Filho (2003), que vivenciou os fatos e os narrou em seu livro “memórias”. Faremos um esforço maior em compreender a influência que as redes de contatos de Martins Höehr, os vínculos familiares e de negócios por ele construídos, tiveram em sua trajetória

política e pessoal, bem como nas ocasiões em que ele conseguiu escapar da justiça, prorrogando sua sentença.

Naquele momento histórico, de transição de regime político, o município passava por um processo de desenvolvimento urbano decorrente da atividade comercial, que havia sido impulsionada pela instalação da estrada de ferro, através da qual dava-se o intercâmbio da economia local com a capital da província, Porto Alegre. Com a dinamização da economia, além do comércio, da pecuária e da agricultura, profissões liberais ocupavam cada vez mais espaço no centro urbano. Então, as faculdades de jornalismo, direito e medicina, eram muito procuradas pelas famílias de elite, que geralmente investiam nos estudos dos filhos homens no exterior ou em São Paulo (Carvalho, 2003). Estes retornavam com seus diplomas de bacharel para Santa Maria, elevavam seu status e eram aclamados pela população local, como ocorreu com João Daudt Filho, conforme descrevemos no capítulo anterior. No decorrer do processo de desenvolvimento urbano, surgiu uma indústria de hotéis, o Teatro Treze de Maio estava em construção e “a imprensa achava-se representada por quatro jornais: O Combatente, O Popular, A Província e O Porvir” (BELÉM, Op. Cit., p. 165)

No panorama político dos últimos anos do regime monárquico, o movimento republicano estava em ascensão, mas a preponderância política e as decisões administrativas na Câmara de Vereadores do município continuavam nas mãos dos liberais, que estavam amparados no governo provincial pela figura do tribuno Gaspar Silveira Martins e na política local por sujeitos de famílias influentes, como o Capitão João Daudt e o Major Pedro Weinmann. Nos círculos de elite, em espaços de convívio social, a exemplo do “Club Caixeiral Santa-mariense”, do “Clube de Atiradores Santa-mariense”, da Deutsche Hilfsvereine¹³³ ou do Clube Comercial, ou nos meios onde eram pronunciados acalorados discursos, como os clubes e agremiações políticas, liberais e republicanos defendiam suas ideias e disputavam espaços nas esferas de poder.

Em meados de 1889, mais especificamente no segundo semestre daquele ano, as instituições imperiais encontravam-se fragilizadas e a imprensa republicana promovia críticas ao regime imperial e, em alguns casos, aos políticos do Partido Liberal local, visando desestabilizá-los. O principal órgão de propaganda republicana

¹³³ Sociedade de Beneficência Alemã.

era o jornal “O Combatente”, que seguia a mesma linha editorial do órgão de imprensa oficial do Partido Republicano Rio-grandense, o jornal “A Federação” (NICOLOSO, 2011). Estavam no comando da edição deste periódico, sujeitos da elite que se tornaram autoridades republicanas após a retomada do poder estadual por Júlio de Castilhos no mês de junho de 1892, como o escrivão Herculano dos Santos, o jornalista Cândido Brinckmann e seu irmão, Adolpho Otto Brinckmann (BELTRÃO, 1958).

A imprensa liberal, representada pelo jornal “A Província”, contra-atacava publicando discursos agressivos e matérias em que predominava a ironia e o tom de deboche. Era nesta linha, que buscava desqualificar as autoridades republicanas, que a imprensa liberal abordava “os festejos do mês de julho que ocorreram em Santa Maria” (PISTÓIA, Op. Cit., p. 35). As festas em prol da república foram realizadas em Santa Maria nos dias 14 e 18 de julho de 1889 e tinham um caráter de arregimentação política, sendo que geralmente eram organizadas pelos clubes republicanos. Tais comemorações eram rechaçadas pelos políticos liberais, que viam nelas uma afronta ao regime monárquico. O Coronel Martins Höehr, que naquele momento havia sido recém filiado ao PRR local, estava entre os republicanos mais exaltados. Percorria as ruas do município a cavalo, puxando os festejos, dando tiros de revólver para o ar, impondo sua autoridade como Coronel da Guarda Nacional e líder político local, se tornando, assim, o principal alvo de críticas da imprensa liberal. Nos meses seguintes às comemorações, o jornalista liberal Ernesto Oliveira publicou diversas matérias criticando e ironizando as ações dos republicanos locais, mas o principal alvo de suas críticas era o “alemão” Martins Höehr (PISTÓIA, 2011). Tal postura do jornalista perante o coronel quase lhe custou a vida, conforme narraremos a seguir.

4. 1 – Um atentado, um crime e um Coronel “alemão” como mandante: a narrativa dos fatos

Santa Maria, cinco de agosto de 1889. Tudo parecia estar na mais plena normalidade no centro urbano do município localizado na região central da Província do Rio Grande de São Pedro. Dos prédios comerciais e residenciais localizados ao

largo da Avenida Rio Branco, bem como nos arredores, na rua do Comércio e na Praça da Constituição, era possível à população ouvir o barulho produzido pelos vagões dos trens em contato com os trilhos, seguido de intercalados assovios do vapor liberado no ar.

Nos salões do Clube Caixeiral ou nos estandartes do Clube de Atiradores Santa-mariense, jovens e idosos, oriundos de famílias da elite, com sobrenomes como Valle Machado, Borges da Fontoura e alguns de pronúncia estrangeira, Brenner, Appel, Niederauer, Cassel, entre outros, recitavam poesias, confraternizavam e travavam acirradas discussões políticas, uns defendendo a continuidade do Império, outros clamando pela república. Nas páginas dos jornais “O Combatente” e “A Província” eram noticiadas as atividades realizadas nos clubes.

Ao anoitecer daquele dia 05, os vizinhos do jornalista liberal Ernesto Oliveira ficaram alarmados com o estampido de um tiro de revólver. Minutos antes do acontecido, entre sete e oito horas da noite, uma escrava do lar de nome Paula Maria de Jesus, 30 anos de idade, “estava em casa de sua ama [...], contando roupa para ir para fonte, quando ouviu a detonação de um tiro [...] viu sair da casa de Ernesto Oliveira um homem gordo, barbas brancas e compridas, calça e chapéus pretos” (PISTÓIA, Op. Cit., p. 55). Tratava-se do Coronel Martins Höehr que, segundo Daudt Filho (2003), haveria adentrado a casa do jornalista para vingar-se dos ataques que o mesmo teria escrito contra a sua pessoa no jornal “A Província”:

Para vingar-se dos ataques do jornal, entrou ele de surpresa na casa do redator-chefe, Ernesto de Oliveira, com o jornal na mão, gritando: - “Engole este pasquim!” O agredido, homem enérgico, não se intimidou e reagiu na altura do atrevido insulto, mas foi gravemente ferido com um tiro que lhe atravessou a mão, deixando-o aleijado. A bala passou rente à cabeça de uma criança e foi cravar-se na cabeceira da cama onde ela dormia. O fato foi testemunhado por várias pessoas que, na ocasião, passavam na rua. (DAUDT FILHO, Op. Cit., 2003).

No segundo semestre do ano de 1889, o movimento republicano ganhava as ruas de Santa Maria e ideias como a proclamação da República a laicização do Estado alimentavam o discurso da elite engajada no combate à monarquia. Então, através do ainda novo clube republicano de Santa Maria, conhecido como o “14 de julho” (BELÉM, 2000), o partido republicano local passou a ampliar seus quadros políticos, arregimentando para suas fileiras algumas figuras novas na cena política e também sujeitos que eram filiados ao Partido Conservador. Entre os membros da

elite alemã que passaram do Partido Conservador para o republicano, estavam três oficiais da Guarda Nacional: o Coronel Martins Höehr, seu cunhado, o Capitão Henrique Pedro Scherer e o Coronel Ernesto Beck, amigo e aliado político de Höehr.

As exaltações à República não agradavam nada às autoridades liberais de Santa Maria, que faziam uso principalmente da imprensa e de seus contatos com os políticos do governo central da província, para rebater as críticas dos republicanos. Em momentos de acirramento das rivalidades políticas, um escândalo envolvendo diretamente uma autoridade republicana era tudo o que os liberais precisavam para combater os inimigos da arena política na justiça e na imprensa. Após o atentado, o órgão de imprensa oficial do Partido Liberal, o jornal “A Reforma”, começou a publicar consecutivas matérias denunciando os abusos de poder por parte do Coronel Martins Höehr em Santa Maria, tendo como caso central o tiro desferido por ele contra o correligionário do partido da situação, o jornalista Ernesto Oliveira.

Em Santa Maria, as autoridades aproveitavam-se do contexto favorável para dar abertura ao processo contra o Coronel. O sujeito encarregado de conduzir o inquérito contra Höehr na justiça era o então Juiz de Direito da Comarca, Felipe Alves de Oliveira, cunhado do farmacêutico João Daudt Filho, ambos provenientes de famílias de tradição liberal. No processo do julgamento, o Coronel foi sentenciado a aguardar o parecer judicial em regime fechado, tendo sido enviado para a cadeia em Porto Alegre (DAUDT FILHO, 2003).

No entanto, o que as autoridades em Santa Maria e o governo da província não esperavam, era que no dia 15 de novembro daquele ano ocorreria um golpe de Estado, iniciado no Rio de Janeiro sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, que derrubaria o governo monárquico e iniciaria a implantação do Estado Republicano. Conforme vimos no capítulo anterior, a transição para a República se deu de forma conservadora, num arranjo entre elites (CARVALHO, 1990), onde alguns quadros políticos do regime imperial foram mantidos em cargos de governo, como ocorreu no Rio Grande do Sul, quando o Visconde de Pelotas, figura histórica do Partido Liberal, assumiu o poder, nos primeiros anos do regime republicano. No município, a Proclamação da República resultou numa recomposição de forças políticas, onde na maioria dos casos, os cargos burocráticos locais foram preenchidos por sujeitos do PRR, por indicação do governo do Estado. A partir desta nova situação, personagens que eram aliados do Coronel e o defendiam na imprensa e na arena política, ocuparam os cargos de Juiz e promotor público,

substituindo antigos funcionários do Partido Liberal, como o próprio Juiz Felipe Alves de Oliveira.

Com a nova situação política instaurada após a República, ocorreu uma reviravolta no processo judicial envolvendo Höehr, pois seus correligionários do PRR em Santa Maria, logo depois que assumiram o comando dos cargos públicos, trataram de provar sua inocência. Assim, de acusado, o coronel passou à vítima das calúnias e acusações dos liberais. O jornal republicano local “O Combatente” publicou matérias defendendo a “honra” e o “republicanismo” do “bravo” correligionário, exigindo sua libertação (PISTÓIA, 2011). Neste novo cenário, favorável ao coronel e seus aliados, Ernesto Beck, seu amigo e companheiro nas armas, conseguiu sua libertação e transferência de volta para Santa Maria. Daudt Filho (2003), em palavras marcadas pelo rancor de quem viveu os fatos e foi inimigo de Höehr, assim descreveu a volta do Coronel para o município:

Triunfante, recebido com música, foguetes e o “vivório” de estilo, chegava a Santa Maria, vindo da prisão em Porto Alegre, o célebre bandido Cel. Martin Hoehr. Subia o perverso, sob cujo céu seriam esmagados os vencidos. Como “vítima” de perseguição política, aquele “mártir da liberdade” entrou em júri. O atentado traiçoeiro contra Ernesto de Oliveira, que ficou aleijado, não passara de farsa. (DAUDT FILHO, Op. Cit., p. 82).

Na leitura desse trecho, pelo tom com que o autor se referia ao Coronel, fica evidente que João Daudt Filho, narrador e ao mesmo tempo personagem, tinha na figura de Martins Höehr um desafeto. Isso se explica porque houveram motivos políticos e pessoais que geraram a desavença. Militavam em lados opostos nos primeiros momentos da República. João Daudt Filho herdou a tradição liberal de seu pai, o Capitão e vereador João Daudt, enquanto Martins Höehr iniciou sua carreira política no Partido Liberal, em meados da década de 1870, mudando para o Partido conservador nos anos 1880 e, por fim, engrossando as fileiras republicanas em 1889, quando percebera que a queda da monarquia seria inevitável. Além das desavenças política, nos primeiros meses de 1890, o Juiz de Direito, Felipe Alves de Oliveira, deposto de seu cargo após a implantação da República, foi vítima de um atentado, vindo a falecer. Felipe era casado com Adelaide, irmã de João Daudt Filho. O mandante do crime foi o Coronel Martins Höehr (DAUDT FILHO, 2003).

O que motivou o Coronel a armar a emboscada para Felipe Alves de Oliveira, foi o envolvimento deste, primeiro como Delegado, depois como Juiz, na investigação do episódio do atentado contra a vida do jornalista Ernesto Oliveira.

O envolvimento direto no assassinato do Juiz acabaria levando o Coronel para a cadeia e, posteriormente, à morte. Ao envolver-se nesse crime em 1890, Martins Höehr entrou em conflito com João Daudt Filho, herdeiro do Capitão da Guarda Nacional João Daudt, o vereador que mais vezes fora eleito para governar a Câmara, patriarca de uma das famílias “alemãs” mais influentes em Santa Maria. O farmacêutico João Daudt Filho, durante sua formação acadêmica na Faculdade de Farmácia em São Paulo, constituiu uma ampla rede de contatos com sujeitos influentes na política provincial, como Júlio Prates de Castilhos e Germano Hassloscher. Nos momentos seguintes ao assassinato de seu cunhado, Daudt Filho acionara sua rede de influências, no intuito de conseguir a condenação do Coronel na Justiça, chegando até a pensar em fazer justiça com as próprias mãos (DAUDT FILHO, 2003). Através de seu amigo Germano Hassloscher, advogado e Deputado provincial nos tempos do Império, o farmacêutico colocou as forças liberais contra Martins Höehr. Por meio do seu contato com Júlio de Castilhos, Daudt Filho dificultou a vida do Coronel no interior do Partido Republicano Rio-grandense.

No município, Daudt Filho também possuía uma rede de relações consistente, em oposição ao grupo de Höehr. Segundo o farmacêutico, em suas memórias:

Na parte sã do Partido Republicano, eu tinha bons amigos, que se colocaram às claras ao lado da justiça. Entre eles, devo citar: Ramiro de Oliveira, em exercício no cargo de Juiz Municipal; no de Juiz de Direito, Fructuoso Fontoura; Henrique Druck, Augusto Seixas, Vale Machado, João Pires da Silva, Rodolfo Laydner, Antero Corrêa de Barros [...]. Os que apoiavam o caudilho eram: Augusto Uflacker, Promotor Público; Ernesto Beck, Henrique Scherer, cunhado do bandido [...]. (DAUDT FILHO, Op. Cit., p. 86).

No segundo semestre do ano de 1892 o PRR havia retomado o poder estadual, que esteve nas mãos de um governo provisório da República durante os meses de novembro de 1891 a junho de 1892, o qual era constituído por uma oposição republicana ao “castilhismo”, liderada por Barros Cassel, Demétrio Ribeiro e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que ficou conhecido pela historiografia como “governicho” (FRANCO, 2007). Com a institucionalização da constituição republicana de 14 de julho de 1891, Júlio de Castilhos assumiu a presidência do

Estado com “mãos de ferro”. O PRR possuía uma organização interna extremamente hierarquizada, numa disciplina quase militar, em que, desde os clubes republicanos locais, até o Diretório Central do partido, todas as decisões tomadas eram submetidas a uma relação de dependência e levadas ao juízo de Júlio de Castilhos, que sempre tinha a palavra final (RAMOS, 1990). Como as decisões tomadas no partido eram centralizadas na figura do líder máximo, Júlio de Castilhos não via com bons olhos os chefes locais que faziam uso excessivo do poder pessoal e da força, principalmente quando desrespeitavam a hierarquia partidária.

Em 1892, João Daudt Filho foi a Porto Alegre a pedido de Júlio de Castilhos. Em conversa particular entre os dois, o líder republicano prometeu livrar o farmacêutico e sua família das ameaças do Coronel, invocando laços de amizade que os mantinham unidos desde a infância, quando dividiam os bancos escolares (DAUDT FILHO, 2003). Quando o farmacêutico retornou a Santa Maria, a situação estava completamente mudada a seu favor. Bastou uma ordem do líder republicano para que os correligionários locais atendessem ao seu pedido. Nesse novo contexto, a situação de Martins Höehr passou a se complicar, pois perseguido pela justiça e com Júlio de Castilhos lhe virando as costas, ficou cada vez mais complicado escapar da condenação.

O primeiro julgamento do Coronel ocorreu no dia 12 de novembro de 1890. “Em 3 de abril de 1891 foi condenado à 30 anos de prisão” (PISTOIA, Op. Cit., p. 107). Na ocasião da primeira condenação, o réu foi conduzido para a cadeia da capital, onde deveria aguardar pela decisão final. Mas, em estado de saúde precário, o Coronel solicitou que fosse removido para Santa Maria. Então, teve seu pedido atendido nos primeiros dias de 1893, quando foi recolhido no quartel da Guarda Municipal. Contudo, o Coronel não ficou os 30 anos na prisão (PISTOIA, 2011). No dia 31 de janeiro de 1894, um grupo de homens armados, seus aliados, invadiram no quartel e lhe deram fuga. Após a fuga da cadeia, Martins Höehr teria sido convidado por um líder republicano para comandar uma tropa na revolução federalista. No mês de agosto daquele ano faleceu após cair nas mãos dos “maragatos” (DAUDT FILHO, 2003).

Narrados os fatos, achamos plausível questionar: Como foi possível ao Coronel passar aproximadamente cinco anos (1889-1894) se esquivando da justiça, não chegando a cumprir sua pena? Da mesma forma, como Höehr conseguiu sair

de Santa Maria, após fugir da cadeia, se as autoridades locais estavam na sua busca? Entendemos que as redes de contatos do Coronel foram fundamentais para que ele ficasse impune dos escândalos em que se envolveu. Assim, buscaremos reconstituí-las.

4. 2 – Fugindo da justiça: as redes de contatos do Coronel

O que nos instigou a desenvolver este estudo de caso envolvendo o Coronel Martins Höehr, não foram os escândalos políticos em si, mas a compreensão de que as redes de contatos (familiares e de negócios) por ele construídas, principalmente por seu círculo de relações na Guarda Nacional, foram fundamentais para o fortalecimento de seu poder pessoal (político e econômico), com a constituição de uma clientela, fatores que o colocaram numa posição de mando local e lhe possibilitaram escapar da justiça. Neste sentido, aspiramos dar uma contribuição à historiografia local que se ocupou em descrever e compreender os escândalos políticos envolvendo sua figura. Pretendemos ir além dos fatos, pela reconstituição da trajetória social do Coronel. Neste intuito, faremos uma breve retomada de suas origens familiares e dos vínculos que ele estabeleceu com outros homens de elite influentes à sua época.

Martins Höehr, nascido na Colônia São Leopoldo em 1837, era filho do casal imigrante João Pedro Höehr e Catharina Höehr. Seu pai era negociante, a exemplo da maioria dos imigrantes que chegaram a Santa Maria na 1ª geração, como os Niederauer. Achamos plausível pensar que a atividade comercial tenha aproximado os patriarcas João Pedro Höehr e Frederico “Crespo” Niederauer, que, no intuito de fortalecerem os laços que uniam as duas famílias, firmaram o acordo de casamento entre seus filhos no ano de 1860. Então, Martins Höehr, à época com vinte e três anos de idade, casou-se com Ana Maria Niederauer.

Anos mais tarde, quando já era oficial da Guarda Nacional, após perder sua primeira esposa, contraiu matrimônio em segundas núpcias com Ana Scherer, irmã do também oficial Henrique Pedro Scherer, que veio a tornar-se seu cunhado. No entanto, os contatos entre o Coronel Martins Höehr e o Capitão Henrique Pedro Scherer eram anteriores, pois, ainda jovem, o segundo também entrou para a família

Niederauer, quando se casou com Ana Francisca, filha do negociante Frederico Niederauer, tio de Frederico “Crespo”. Portanto, Martins Höehr era genro de Frederico “Crespo” e Henrique Pedro Scherer tinha como sogro Frederico Niederauer.



Imagem 8 – Capitão Henrique Pedro Scherer

Fonte – Livro comemorativo do Centenário de Santa Maria (CMECSM)

A família Niederauer, além de ter acumulado um considerável patrimônio por meio da prática comercial, exerceu grande influência na política local, se fazendo representar em quase todas as legislaturas da Câmara. Também tinha longa

tradição na Guarda Nacional. Dentre os filhos e sobrinhos do genearca João Niederauer, muitos foram oficiais nas armas, tradição esta que foi iniciada pelo Coronel João Niederauer Sobrinho, que virou herói de guerra após ter sido morto no Paraguai.

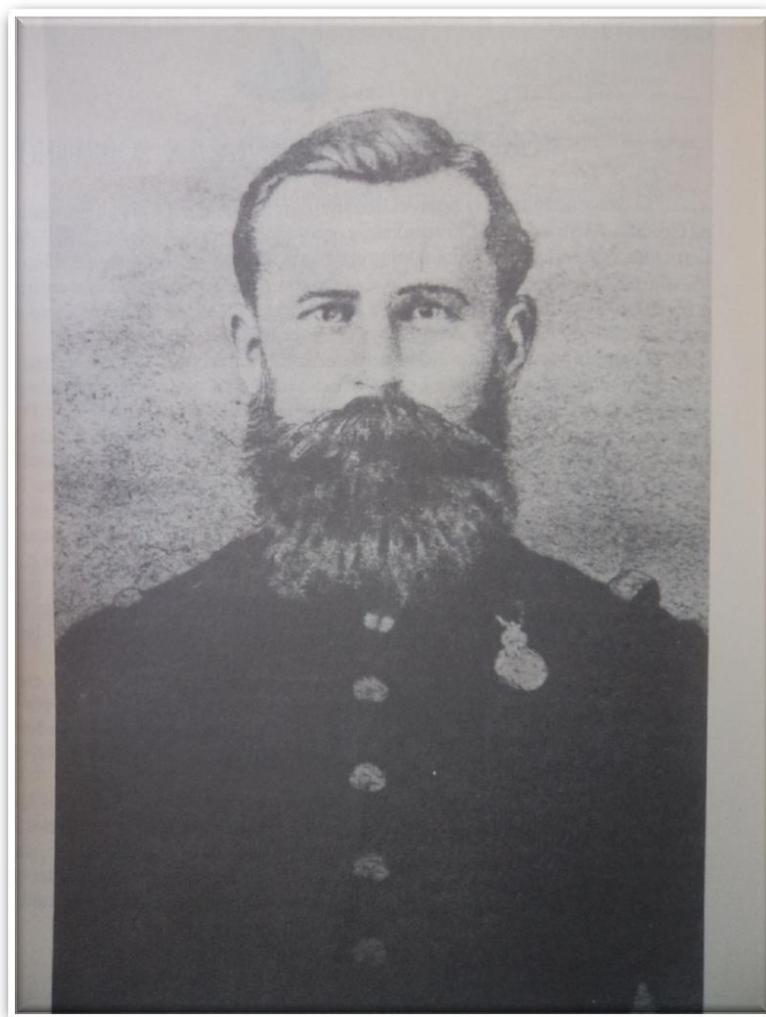


Imagem 9 – Coronel João Niederauer Sobrinho

Fonte – (Brenner, 1995, p. 112)

Pela via do casamento, o Coronel Martins Höehr e o Capitão Henrique Pedro Scherer não apenas estenderam suas redes de influência para o interior de uma família tradicional no meio da elite local, como também fortaleceram laços de “amizade” e contatos com o oficialato da Guarda Nacional, crescendo na hierarquia da instituição. Por pertencerem à mesma instituição e frequentarem os mesmos

locais, os cunhados puderam estreitar amizade com o Coronel Ernesto Beck, este também “herói” da Guerra do Paraguai e posteriormente líder republicano local. Esta rede de contatos familiares e na Guarda Nacional, construídos pelo Coronel Höehr, fizeram toda a diferença no desenrolar dos escândalos políticos em que se envolveu, como veremos a seguir.

A atuação nas armas proporcionou a Martins Höehr a obtenção do título de Coronel, elevando seu status na elite local e tornando-o uma liderança política em Santa Maria, exercendo poder de mando, constituindo clientela e atraindo aliados. A compreensão da ascensão deste alemão na hierarquia da Guarda Nacional e na sociedade Santa Maria, faz-se imprescindível para entendermos as peculiaridades de sua trajetória. Neste sentido, dialogamos com Mugge (2012), quando o autor descreveu os itens que eram necessários para a ascensão de um oficial:

[...] a ascensão social, ou “como se faz um capitão?”, se responde por este viés, em seis itens, não sendo todos eles, mas boa parte, obrigatórios para a conquista da patente: participar de guerras ou contextos de perigo que denotavam prerrogativas de mando; manter e entreter relações pessoais (tanto familiares quanto alianças) que garantiriam a ocupação para o posto; participar de atividade comercial e mercantil; dar atenção à solicitação de clientes subordinados graças à farda, à posição social e a seus recursos materiais; manter uma política doméstica de sucessão; ter habilidades e recursos pessoais para a função de chefe militar, dono e conhecedor de seus negócios e alguma filiação política [...] (MUGGE, Op. Cit., p. 176-177)

Pelo que já foi descrito até aqui, notamos que o Coronel Höehr preenchia todos estes seis itens trabalhados pelo historiador. Mas, devido ao mau uso que fez do seu poder, abusando da autoridade que lhe foi outorgada, acabou atraindo também a inimizade de homens influentes na sociedade, como no caso do farmacêutico liberal João Daudt Filho. Segundo Daudt Filho (2003), o Coronel andava sempre rodeado de “capangas” que lhe deviam favores. Quando do assassinato do Juiz Felipe Alves de Oliveira, um “caboclo” teria ficado algum tempo nas imediações do crime. O autor descreveu este sujeito como um “capanga” que, a mando de Höehr, foi incumbido de executar o crime. Segundo Fertig (2003), as relações clientelistas de trocas de favores eram intrínsecas às relações entre os guardas-nacionais, tanto no interior da instituição, entre superiores e subordinados, quanto na hierarquia social:

Estamos, assim, concebendo a Guarda Nacional como instituição que permitia, principalmente aos oficiais guardas nacionais, serem protagonistas

de uma relação clientelista, através da qual, em troca de concessão de favores [...] os oficiais da milícia recebiam, como recompensa, apoio político, formando uma clientela leal de subordinados e adquirindo força e influência, elementos indispensáveis para quem deseja ser uma liderança política. (NICOLOSO Apud FERTIG, 2012, p. 331).

Para Richard Graham (1997), nas relações clientelistas que vigoravam na sociedade hierárquica do século XIX, “obediência e lealdade compravam favores” (GRAHAM, Op. Cit., p. 42). Ainda tratando das relações entre obediência e lealdade, o autor prossegue:

Obediência e lealdade permitiam ao dependente escapar do uso da força pelo patrão. Obediência e lealdade asseguravam assistência protetora e por conseguinte criavam uma importante defesa contra a força que outros possíveis líderes empregassem. Como consequência inevitável, a falta de obediência ou lealdade submetia o indivíduo à punição do patrão e o deixava exposto, de forma vulnerável, à exploração de outros. Não havia qualquer dicotomia entre força e benevolência: uma extraía seu sentido da outra. Representavam apenas dois aspectos da mesma técnica para controlar os outros. (GRAHAM, Op. Cit., p. 42).

Conforme o autor, uma consequência inevitável da falta de obediência ou lealdade do dependente em relação ao patrão era a punição do primeiro, que era deixado exposto à exploração de outros. Pudemos perceber esta relação entre o Coronel Martins Höehr e um dos seus dependentes, num episódio que transcorreu após a morte de Felipe Alves de Oliveira. Quando ele foi condenado e recebeu sua pena na justiça, ocorreu um episódio, descrito por Daudt Filho (2003), como “horrendo”. Achamos interessante descrevê-lo na íntegra:

O réu Martin Hoehr foi remetido para a cadeia de Porto Alegre, onde devia cumprir pena. Os outros ficaram na cadeia de Santa Maria. Quanto a João Narciso, esse teve morte horrível, mandada executar pelo próprio Martin Hoehr, receoso de que, capturado, confessasse o crime e o denunciasse. Soube-se, mais tarde, como se passou o fato. Quando ele fugiu para o mato, ao perceber a polícia na Fazenda do Arenal, foi mandado para o Arroio do Só, “aos cuidados” de um chefe amigo de Martin. Esse chefe, a pretexto de ocultar o assassino, o iludiu, fazendo-o entrar no forno de sua olaria, a que tocou fogo, cremando-o vivo. (DAUDT FILHO, Op. Cit., p. 87).

Não tivemos acesso a fontes que comprovassem a ocorrência deste fato descrito pelo autor. Levamos em conta também que João Daudt Filho ao escrever suas memórias foi muito parcial, já que viveu os fatos e era desafeto do Coronel. No entanto, tomamos esta passagem do seu livro como um exemplo da relação de obediência e lealdade trabalhada por Graham. A postura que Martins Höehr tomou

em relação ao “caboclo” João Narciso, que era seu dependente e teve participação no crime a seu mando, foi num primeiro momento de proteção, pois possivelmente havia prometido lhe proteger após a execução do crime. Num segundo momento, quando o seu objetivo já havia se concretizado e o “capanga” poderia “dar com a língua nos dentes”, pondo em risco sua situação com a justiça, o próprio Höehr teria mandado que o executassem. Estas relações podiam se dar em diferentes níveis da hierarquia social, como no caso que vimos anteriormente, em que o Presidente do Estado e chefe do partido republicano, Júlio de Castilhos, percebeu que o abuso de autoridade do Coronel estava sendo prejudicial para o controle do PRR em Santa Maria e ordenou que os chefes republicanos locais não dessem apoio ao Coronel, retirando-lhe a proteção do partido, deixando-o exposto à exploração dos inimigos e da justiça.

O Coronel não estava entre os homens mais abastados da região, sua fortuna foi avaliada em 15:976\$500 contos de reis, sendo que quase metade do monte mor era ocupado por suas propriedades, avaliadas em 7:000\$000 contos de reis. Ou seja, ele possuía propriedades no meio rural do município e também na área urbana que, provavelmente, lhe foi possível adquirir pelas compensações que recebeu do Império brasileiro após lutar na Guerra do Paraguai, pela prática do comércio, como também, por meio da união familiar e de negócios com os Niederauer e os Scherer. Entre seus bens de raiz, haviam três chácaras situadas nos subúrbios da cidade, o domínio útil de um terreno aforado, anexo a uma das chácaras e “uma casinha coberta de telhas, em frente à rua do Ipyranga”¹³⁴.

No entanto, pela compreensão de sua trajetória social em Santa Maria, concebemos que seu poder simbólico, representado pela patente de oficial, era maior do que o poder econômico que possuía, já que sua fortuna estava na faixa dos “alemães” que ocupavam uma posição intermediária na hierarquia econômica local, portanto, como vimos no capítulo anterior, aproximadamente entre 2 e 16 contos de reis. Refletindo sobre o papel da Guarda Nacional como instituição que permitia aquisição de poder e status social, concordamos com Mugge (2012):

Quando o Estado delegou à Guarda símbolos e imagens coletivas, institucionalizou valores como boa conduta, decoro e, sobretudo, capacidade de uso da violência e liderança de comando. As necessidades de ser honrado, contar com prestígio social e ter um rol de serviços

¹³⁴ Inventário de Martins Höehr (APERS). A. 10, M. 01, E. 149, Santa Maria, ano: 1894.

prestados ao Império unia oficiais e comandantes. (MUGGE, Op. Cit., p. 162).

No inventário de Martins Höehr, aberto em 1894, constava sua carta testamento, na qual o Coronel nomeou para testamentários sua esposa, Ana Scherer Höehr, seu amigo, o boticário Guilherme Fischer e seu cunhado, o Capitão Henrique Pedro Scherer. O Coronel Ernesto Beck estava entre os avaliadores do inventário. Pela leitura do documento, conseguimos identificar alguns dos contatos do Coronel, os quais tiveram participação direta nos episódios envolvendo sua fuga da justiça. Percebemos que as relações sociais deste personagem eram fortalecidas por compromissos familiares e de amizade mantidos com o um grupo de oficiais da Guarda Nacional, que, assim como ele, detinham status de elite e exerciam poder de mando local.

Os vínculos políticos e pessoais construídos entre Martins Höehr e Ernesto Beck tiveram influência direta para que o Coronel conseguisse escapar da justiça, não cumprindo a pena de prisão, nos cinco anos entre o tiro na mão do jornalista Ernesto Oliveira (1889) e sua morte na revolução federalista em 1894. Estes dois sujeitos não tinham em comum apenas a patente militar de Coronel da Guarda Nacional, também compartilhavam de ocupações em comum, pois ambos eram comerciantes e proprietários, frequentavam os mesmos ambientes sociais e, na política, militavam juntos no Partido Conservador, passando a engrossar as fileiras republicanas com a transição da monarquia para a república (DAUDT FILHO, 2003). Nos momentos posteriores à condenação do réu pela justiça, este foi transferido da cadeia em Porto Alegre para Santa Maria a pedido de seu correligionário e amigo pessoal, Ernesto Beck, quando fugiu da cela que o mantinha preso.

Pela narrativa dos fatos, sabemos que na sequência da fuga da cadeia em Santa Maria no ano de 1894, o Coronel conseguiu escapar para a Argentina, onde foi comandar uma tropa republicana contra os federalistas. Entretanto, achamos curioso que Martins Höehr tenha conseguido sair do município, pois as autoridades locais estavam na sua busca e os correligionários republicanos já não lhe davam mais proteção política. Então, como o Coronel conseguiu sair de Santa Maria após fugir da cadeia? Por curioso que pareça, encontramos uma resposta na leitura de seu inventário.

Tendo problemas com a justiça e estando em condição ilegal no município, não recebendo mais amparo do Partido Republicano local, Martins Höehr apelou

para seus últimos recursos. Mais uma vez, recorreu à sua rede de contatos, desta vez, acionando a esposa Ana Scherer Höehr, o cunhado Henrique Pedro Scherer e o amigo Guilherme Fischer para socorrer-lo, numa última tentativa desesperada de escapar da prisão em Santa Maria.

Eram transcorridos os primeiros meses de 1894. Martins Höehr havia escapado da cadeia na Guarda Municipal e encontrava-se foragido da justiça. Se, por um lado, seus opositores não mediam esforços para captura-lo e coloca-lo novamente detrás das grades, por outro, seus aliados agiam no sentido de tornar possível a sua fuga do município. Em 18 de fevereiro de 1894, retirou-se precipitadamente de Santa Maria, “com destino à Província de Corrientes, República Argentina”¹³⁵.

Quando de sua fuga, Höehr deixou ao seu cunhado uma procuração autorizando o mesmo a vender todos os seus bens, no intuito de que efetuasse a compra de uma quantia considerável em ouro, para que conseguisse se estabelecer em Corrientes e comprasse terras por lá. O próprio Capitão Henrique Pedro Scherer, no dia 30 de junho de 1894, fez a seguinte declaração:

Declaro que meu Cunhado Martins Höehr tendo de retirar-se precipitadamente desta cidade, com destino à República argentina, pediu-me que lhe arranjasse alguma quantia em ouro, para ali comprar terras, e estabelecer-se; deixando-me uma procuração bastante para fazer venda de todos os seus bens existentes neste município; autorizando-me de viva voz a lançar mão do produto da primeira venda e pagar-me da quantia que lhe fosse fornecida em ouro, e o excedente entregar à sua mulher. O que aceitei e mandei imediatamente meu empregado Mascarenhas, comprar o ouro que encontrasse nessa praça por conta da firma Scherer & Lemos, conseguindo comprar somente 2:800\$000 reis, em muitas mãos, qual em seguida entreguei ao meu referido cunhado que a levou em sua viagem conjuntamente com maior quantia fornecida por Guilherme Fischer¹³⁶.

Mesmo estando foragido da polícia e sendo procurado pelas autoridades locais, o Coronel Martins Höehr conseguiu, através de seus contatos, por intermédio de seu cunhado, o Capitão Henrique Pedro Scherer, executar transações financeiras de forma ilícita, já que estava à margem da lei, escapando de cumprir os trinta anos de prisão que lhe haviam sido imputados pela justiça. A transação financeira foi efetuada com auxílio da firma Scherer & Lemos, da qual Henrique Pedro Scherer era

¹³⁵ Inventário de Martins Höehr (APERS). A. 10, M. 01, E. 149, Santa Maria, ano: 1894, p. 75.

¹³⁶ Inventário de Martins Höehr (APERS). A. 10, M. 01, E. 149, Santa Maria, ano: 1894, p. 79.

acionista e Martins Höehr tinha parte nos negócios¹³⁷. Acreditamos que o Coronel tivesse acionado os recursos financeiros da firma, devido à pressa que tinha em levantar recursos que permitissem seu estabelecimento no exterior. Isso pode ser explicado, porque as transações econômicas que envolviam a venda de seus bens poderiam demandar um tempo maior.

A maior quantia em ouro lhe foi fornecida pelo boticário Guilherme Fischer, o qual, segundo vimos no capítulo anterior, acumulou fortuna com seu empreendimento comercial, no qual vendia os mais variados produtos, tendo se tornado um dos maiores financiadores de sua época, emprestando dinheiro a crédito. O simples fato de ter vendido ouro para o Coronel, não indica que Guilherme Fischer fosse íntimo dele, pois como negociante efetuava as transações que lhe rendiam mais lucro. Todavia, dada a situação complicada que envolvia a figura do Coronel naquele contexto, que poderia representar riscos pessoais e de negócios para o boticário, ponderamos que ambos estivessem ligados por laços pessoais, pois, do contrário, seria menos provável que Guilherme Fischer aceitasse se envolver em tal negócio.

4.3 – Últimos suspiros

Em seu livro de memórias, João Daudt Filho (2003) narrou, que quando Martins Höehr fugiu de Santa Maria no ano de 1894, recebeu o convite de um chefe republicano para combater pelas tropas do governo na Revolução Federalista (1893-1895)¹³⁸. Foi na guerra que o Coronel se deparou com a morte. Vejamos como Daudt Filho descreveu os últimos momentos de Höehr:

¹³⁷ A continuação da declaração de Henrique Pedro Scherer, no inventário, esclarece sobre a participação do Coronel nos negócios efetuados pela firma Scherer & Lemos: Declaro mais que a 07 de maio do ano passado, vendi uma casa de moradia com todos os moveis nela existentes, cito nesta cidade, e de propriedade dele Martins, ao Antônio Marques por 8:000\$000, cuja importância entreguei em seguida para minha irmã Anna Scherer Höehr, de quem em 2 de junho de 1894 recebi a quantia de 2:800\$000 provenientes do compromisso de seu marido com a firma Scherer & Lemos. Inventário de Martins Höehr (APERS). A. 10, M. 01, E. 149, Santa Maria, ano: 1894, p. 79.

¹³⁸ Conhecida como “Guerra da degola” (FRANCO, 1988), a Revolução Federalista teve início quando membros do Partido Federalista, chefiados por Gaspar Silveira Martins, se insurgiram contra o governo do Partido Republicano Rio-grandense, que tinha na figura de Júlio Prates de Castilhos a principal liderança. O exército “maragato”, como ficaram conhecidas as tropas federalistas, não contavam com grandes recursos militares e eram constituídas basicamente por homens pobres da

Quando em caminho, se achava de “pouso” na casa de uma fulana Padeira, à beira da estrada foi surpreendido e preso por uma escolta de “maragatos” e conduzido ao acampamento. Adivinhem quem era o comandante do acampamento? Exatamente aquele amigo que encontrei em Santo Tomé e que havia se comprometido a mandar o bandido para o outro mundo, caso lhe caísse nas mãos. Dinarte Dorneles, fiel à sua palavra, mandou, imediatamente, passa-lo pelas armas. Morreu como um covarde. Antes de ser fuzilado, pediu, por misericórdia, uma garrafa de cachaça. Foi-lhe concedida a graça. Depois, uma descarga livrou o mundo daquele monstro. Sem coragem para morrer como homem, acabou bêbado como uma cabra. (DAUDT FILHO, Op. Cit., p. 102).

O farmacêutico liberal João Daudt Filho era desafeto declarado do Coronel, pois este foi o mandante do assassinato de seu cunhado, Felipe Alves de Oliveira. Pela leitura do livro “Memórias”, é visível que, em algumas passagens, o autor deixava transparecer o ódio que sentia de Martins Höehr, assim como a gana que tinha de vingar a morte de seu cunhado. Isso fica claro na leitura do trecho acima, que também confirma a participação indireta do autor na morte do Coronel. Ao entrar em confronto direto com a família Daudt, Martins Höehr comprometeu seu futuro como autoridade política local, pois comprou briga com “gente grande”. O primogênito dos Daudt possuía uma ampla rede de contatos com autoridades republicanas e federalistas, além de que sua família exercia uma forte influência política local. Mesmo distante dos confrontos, seguindo sua rotina em Santa Maria, o farmacêutico conseguiu mobilizar forças contra Martins Höehr na guerra. Dinarte Dornelles, líder “maragato” que pôs fim à vida do Coronel, era amigo de Daudt e cumpriu a promessa que lhe havia feito, de que acabaria com a vida de seu oponente.

Ao mesmo tempo em que Martins Höehr soube costurar relações familiares e de negócios na sociedade santa-mariense que lhe garantiram ascensão social pela carreira nas armas e possibilitaram que escapasse da condenação na justiça por alguns anos, acabou gerando ódios e atraindo contra si a inimizade de pessoas influentes na elite local, devido ao abuso excessivo que fez de sua autoridade,

fronteira, rio-grandenses e uruguaios, arregimentados por líderes como Gumercindo Saraiva e Joca Tavares. Os republicanos contavam com o apoio logístico do governo federal, à época sob a presidência de Floriano Peixoto, tinham um exército bem preparado e armado. Em Santa Maria, o PRR contava com o apoio de autoridades como o Coronel Ernesto Beck, o Capitão Henrique Pedro Scherer e o Intendente Francisco de Abreu Vale Machado, todos aliados de Martins Höehr. O saldo da guerra foi negativo para os maragatos, que foram derrotados nos campos de batalhas e na arena política. O governo do PRR se estendeu até a década de 1920 sob a liderança de Borges de Medeiros, sucessor direto de Júlio de Castilhos, que assumiu a presidência do Estado em 1898.

descambando para o uso da violência. Seus inimigos uniram forças para que ele fosse condenado à prisão e para que caísse em descrédito com o líder do PRR, Júlio e Castilhos. Por fim, foi a pedido de um dos seus maiores inimigos, João Daudt Filho, que o Coronel Martins Höehr foi assassinado pela oposição “maragata” no ano de 1894, quando contava com 57 anos de idade. Consta em seu testamento¹³⁹, que foi supostamente morto por um guarda numa cela de cadeia (não consta o local) entre os meses de março e abril de 1894¹⁴⁰.

¹³⁹ Cabe esclarecer que o testamento de Martins Höehr foi escrito antes de sua morte, logo a informação das circunstâncias da sua morte foram encontradas num documento anexado ao testamento.

¹⁴⁰ Testamento de Martins Höehr (APERS). A. 10, M. 01, E. 149, Santa Maria, ano: 1894.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, buscamos, pelo diálogo com a micro-história italiana, compreender o processo de inserção social e política de famílias de origem alemã na sociedade santa-mariense durante o Império e momentos iniciais da República. Optamos por centrar nosso enfoque nas estratégias sociais de imigrantes e descendentes de alemães que passaram a compor os círculos da elite local, priorizando os ambientes de atuação dos imigrantes no cenário urbano, mas, tendo sempre em conta, o estreito vínculo que mantinham com o universo rural. Para a análise do grupo das 16 famílias “alemãs” da elite santa-mariense por nós delimitado, fizemos uso do método prosopográfico, ou análise das biografias coletivas, pois tornou possível que identificássemos a realidade social de Santa Maria na segunda metade do século XIX, em que os sujeitos da nossa pesquisa estavam inseridos, mapeando os seus espaços sociais de atuação na política, nas atividades econômicas e religiosas, enfim, visando o enriquecimento de nosso estudo de micro-história social.

Anteriormente à compreensão mais aprofundada do universo social das 16 famílias “alemãs”, foi fundamental a reconstituição do contexto histórico de Santa Maria no século XIX, que tornou mais palpável o reconhecimento do nosso lócus de pesquisa, ou seja, os ambientes de atuação daquela elite no cenário urbano de Santa Maria desde os tempos do Curato (1830) até a cidade (1891), sua atuação na Câmara de Vereadores, na Guarda Nacional, no Departamento de Terras e Colonização, como também, as atividades econômicas desenvolvidas pelos sujeitos e suas opções religiosas.

Para que pudéssemos vislumbrar o universo no qual os personagens históricos estavam envolvidos, no período do Império à transição para a República, traçando o perfil coletivo dos personagens que compuseram o grupo analisado e reconstituindo estratégias familiares, alianças políticas e vínculos de negócios, foi necessário, primeiramente, que elaborássemos um questionário biográfico, com questões aplicadas de forma padronizada à documentação primária e à bibliografia referente a cada um dos 47 personagens históricos que compuseram o nosso banco de dados. Constituído o banco de dados, no qual os personagens foram

classificados em duas gerações, nos foi possível desenvolver o perfil social, econômico, político e religioso dos “patriarcas” e “herdeiros”, percebendo relações de continuidades e mudanças entre imigrantes e descendentes.

Num primeiro momento, percebemos as características coletivas da 1ª geração, estabelecendo um diálogo com a documentação e a bibliografia consultada. Do cruzamento e análise dos dados referentes aos “patriarcas”, percebemos que, economicamente, houve um predomínio de atividades profissionais praticadas no centro urbano, prevalecendo os negociantes, seguidos dos artesãos, proprietários e, por último, profissionais liberais, empresários, agricultores, dentre outras profissões classificadas por “outras”. No referente ao estado civil dos 25 sujeitos da 1ª geração, constatamos que havia uma quase totalidade de casados, o que indica a grande importância que a estrutura familiar tinha para os “alemães” precursores, que caracterizaram o que achamos plausível denominar como “um mundo em construção”. Como apenas 2, dos 25 sujeitos, haviam nascido na província do Rio Grande do Sul, rastreamos os locais do território alemão de onde os “patriarcas” eram naturais, os locais da província onde se estabeleceram até chegar a Santa Maria e o ano de chegada. Averiguamos que 36% eram naturais do reino da Baviera, 8% da Prússia e o restante de outras regiões.

Num segundo momento, identificamos o ano de nascimento, local de origem, situação conjugal e perfil profissional dos “herdeiros”. Constatamos que a maioria dos descendentes das 16 famílias “alemães” estudadas tinha nascido em Santa Maria, o que indicou que nos anos 1860, grande parte do contingente imigrante da 1ª geração já havia se inserido na sociedade local. Dos 22 sujeitos da 2ª geração, percebemos a presença de apenas um solteiro, confirmando a importância dos arranjos matrimoniais para aquelas famílias de elite. No referente às atuações profissionais, notamos uma mudança significativa das atividades profissionais dos “herdeiros” em relação aos seus pais. Em função das mudanças pelas quais a cidade de Santa Maria passou, principalmente na década de 1880 com a implantação da ferrovia, deu-se uma diversificação das atividades profissionais. O comércio continuou tendo grande importância para os descendentes, considerando o fato de que, muitas vezes, davam continuidade aos negócios desempenhados por seus pais, mas perdeu espaço para as atividades artesanais, os proprietários eram minoria, prevalecendo as profissões liberais.

Por último, fizemos uma relação entre as duas gerações, cruzando dados referentes ao poder econômico, atuação política e perfil religioso. Analisamos o poder econômico de 12 personagens, pelo cruzamento de dados de 11 inventários post-mortem e 1 carta testamento. Desta análise, localizamos um “patriarca”, João Appel, que, sozinho, detinha um poder econômico maior do que as fortunas dos outros onze sujeitos somados. João Appel estava entre os 5 indivíduos mais afortunados de Santa Maria à sua época, entre os anos de 1830 a 1864, era dono de propriedades nos meios urbano e rural e possuía 23 escravos sob sua posse. Em relação à atuação política na Câmara de Vereadores e na Guarda Nacional, houve uma participação mais intensa dos descendentes das famílias “alemãs”, pois como herdeiros de fortuna e situação, em muitos casos encontravam-se inseridos num cenário econômico e político que já tinha sido traçado por seus pais. Levantamos a situação religiosa de 15 dos 17 vereadores “alemães” de Santa Maria, da primeira até a última legislatura da Câmara Municipal (1858-1889). Luteranos e católicos estavam quase em situação de igualdade, com uma leve vantagem de 6% para os protestantes, o que nos levou a pensar que a vinculação religiosa não tinha tanto peso para aqueles indivíduos que visavam alcançar inserção social e influência política.

Na realização desta análise prosopográfica, nos utilizamos de tabelas e gráficos do Microsoft Word e Excel.

Na reconstrução do universo social no qual os sujeitos do grupo estavam inseridos, paralelo ao perfil coletivo dos personagens, cruzamos informações da documentação com livros locais de memorialistas e genealogias na reconstituição da teia fina do tecido social, compreendendo as estratégias familiares traçadas por imigrantes e descendentes, os vínculos de negócios e as redes de relações estabelecidas pelos sujeitos na sociedade. Desta forma, foi possível perceber os casos em que o poder econômico resultou em poder político ou em elevação do status na elite local, assim como as alianças familiares e de negócios que resultaram em sociedades e “frentes de atuação” econômica e política.

O último exercício por nós realizado nesta Dissertação foi um estudo de caso, no qual praticamos uma redução da escala de análise, mergulhando num microuniverso político-social da elite “alemã” do município, tendo como personagem central da trama um descendente de alemães, o proprietário e Coronel da Guarda Nacional, Martins Höehr. Reconstituímos os fatos que caracterizaram a atuação

social deste “alemão” num período específico de sua vida, nos momentos finais de sua existência, quando se envolveu em escândalos políticos e num assassinato que o levaram à prisão e tiveram influência direta nas circunstâncias da sua morte. Com este estudo de caso, enriquecemos o cenário de atuação da elite “alemã” de Santa Maria nos momentos de transição do Império para a República, descortinamos os arranjos entre forças políticas locais, vislumbramos alianças familiares e de “amizade” que, muitas vezes, resultavam em favorecimentos pessoais e pudemos entender um pouco melhor como se organizava a estrutura hierárquica na sociedade clientelista do século XIX, num pequeno município do Rio Grande do Sul.

FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS

- No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

1) Inventários post-mortem

Inventário de André Beck. E. 151, Ano. 1877. Santa Maria.

Inventário de Carlos Henrique Niederauer. A. 47, M. 6, E. 149, Ano. 1876. Santa Maria.

Inventário de Carlos Krueh. A. 12, M. 1, E. 149, Ano. 1854. Santa Maria.

Inventário de Carolina Druck. A. 148, M. 6, E. 149, Ano. 1876. Santa Maria.

Inventário de Frederico Guilherme Niederauer. A. 12, M. 1, E. 149, Ano. 1896. Santa Maria.

Inventário de João Appel. A. 2, M. 1, E. 149, Ano. 1864. Santa Maria.

Inventário de João Niederauer Sobrinho. A. 95, M. 4, E. 114, Ano. 1869. Santa Maria.

Inventário de Júlio Kessler. A. 284, M. 12, E. 114, Ano. 1892. Santa Maria.

Inventário de Martins Höehr. A. 10, M. 1, E. 149, Ano. 1984. Santa Maria.

Inventário de Otto Brinckmann. A. 404, M. 16, E. 114, Ano. 1903. Santa Maria.

Inventário de Pedro Beck. A. 48, M. 2, E. 149, Ano. 1863. Santa Maria.

2) Carta Testamento

Carta Testamento de Pedro Cassel. A. 89, M. 3, E. 149, Ano. 1885. Santa Maria

- No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)

- 1) Ata de Inauguração da Câmara Municipal de Santa Maria. Fundo Câmara Municipal de Santa Maria, ano: 1858.
- 2) Cartas e correspondências trocadas entre a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria e a presidência da província do Rio Grande do Sul. Fundo Câmara Municipal de Santa Maria, anos: (1873-1889).
- 3) Conselhos de Qualificação e Revisão de Santa Maria. Fundo Guarda Nacional de Santa Maria, M. 79, anos: (1859-1883).
- 4) Relatórios do Departamento de Terras e Colonização de Santa Maria enviados à presidência da província do Rio Grande do Sul. Fundo Terras e Colonização de Santa Maria, anos: (1863-1881).
- 5) Fundo Terras e Colonização de Santa Maria. Relatórios de Felipe Normann, 01 de maio de 1858.
Fundo Terras e Colonização de Santa Maria. Relatórios de Felipe Normann, 06 de agosto de 1858

- Na Casa de Memórias Edmundo Cardoso em Santa Maria (CMECSM)

- 1) Jornal O Combatente (1889-1896)
- 2) Livro Comemorativo do Centenário de Santa Maria (1814-1914)

- Na Sociedade Caça e Pesca (SOCEPE) em Santa Maria

- 1) Atas da Sociedade de Beneficência Alemã (Deutscher Hilfsverein) (1899-1916)

SITES DE REFERÊNCIA NA INTERNET

- Dados Biográficos de Robert Avé-Lallemant, disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Christian_Av%C3%A9-Lallemant, acessado em 21 de setembro de 2012.

- Conceito de empresário, disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Empres%C3%A1rio>, acessado em 01 de outubro de 2012.

- Conceito de Profissional liberal, disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=630415&tit=O-que-e-ser-profissional-liberal>, acessado em 01 de outubro de 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. **Reise Durch Süd-Brasilien im Jahre 1858**. Leipzig: Brodhaus, 1859.

BAKOS, M. M. **O imigrante europeu e o trabalho escravo no Rio Grande do Sul**. Véritas, Porto Alegre, v. XXVIII, n.112, p. 455-461, 1980.

BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria: 1797–1933**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. 2ª ed. Canoas: Tipografia Editora La Salle, 1979.

BRENNER, J. A. **Imigração Alemã: a saga dos Niederauer**. Santa Maria: UFSM, 1995.

_____. **Os Cassel de Santa Maria: desde o Granthal**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

BORIN, M. R. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso**. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CARVALHO, D. V. de. **“Entre a solidariedade e a animosidade”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 41-53.

CHRISTILLINO, C. L. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História). Universidade federal Fluminense, Niterói, 2010.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos** – 6 ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, J. L. da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral); PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). **Historia Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. p. 279/299.

_____. **Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

DAUDT Filho, J; SANTS, P. B. (Org.). **Memórias**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2003.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FERTIG, A. Á. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.

FRANCO, S. C. da. **Júlio de Castilhos e sua época**. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

GIL, T. L. **Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis**. Revista brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 3 Nº 6, Dezembro de 2011, p. p. 82-96.

GINZBURG, C. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HAMEISTER, M. D., GIL, T. L. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de.; SAMPAIO, Antônio Carlos Juca de. (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime dos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310.

HUNSCHE, C. H. **O biênio 1824-1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul: província de São Pedro**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

IMÍZCOZ, J. M. **Actores, redes e procesos: de los individuos a las configuraciones sociales**. In: Revista da Faculdade de Letras História. Porto, III Série, vol. 5, 2004, p. 115-140.

KARSBURG, A. O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz: Religião e política em tempos de ferrovia – Santa Maria – Rio Grande do Sul 1880 – 1890**. Santa Maria, Ed. Da UFSM, 2007.

KÜLZER, G. G. L. de L. **De Sacramento à boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINY, C. **Os seus serviços públicos e políticos estarão de certo modo ligados à prosperidade do Município: Constituindo redes e consolidando o poder/uma elite política (São Sebastião do Caí, 1875-1900)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MUGGE, M. H. **Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, Editora UNISINOS, 2012.

NICOLOSO, F. R. **Clientelismo, Coronelismo e relações de poder na Primeira República (1889-1900): Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos**. Universidade Federal de Santa Maria. PPGHistória. Santa Maria, 2011.

_____. **Os imigrantes alemães em Santa Maria: Estratégias familiares e escândalos políticos no final do século 19**. In: XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio. Anpuhrs, Universidade Federal de Rio Grande (FURG), 23 a 27 de julho de 2012, p. 331, disponível em: http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346357328_ARQUIVO_Tex_tocompletoanpuh201297-2003.pdf, acessado em 21 de janeiro de 2013.

NORONHA, A. E. **Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do Sul do Brasil (Santa Cruz do Sul 1905-1966)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, V. P. de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais**. EST Edições; Porto Alegre, 2006.

PELLANDA, E. **A Colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

PESAVENTO, S. J. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando (org). **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1992, p. 156/194.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

PICCOLO, H. I. L. Alemães e Italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-éticas e ideológicas no século XIX. In: Fondazione Guiovanni Agnelli. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. Torino: Escola Superior de Teologia, 1990, v. II, p. 577-593.

PINTO, G. G. A província na Guerra do Paraguai. . In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral); PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). **Historia Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. p. 97-126.

PISTÓIA, C. D. **O coronel, o jornalista e o delegado: Cultura, política e violência em Santa Maria**. Santa Maria: Abril, 2011.

PORTO, A. **Die Deutsch Arbeit in Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Rotermond, 1934.

RAMOS, H. H. C. L. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do rio Grande do Sul**. 1990. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

REVEL, J (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. A história ao rés-do-chão. In. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 7-38.

RIBEIRO, José Iran. Tão longe, tão perto: o povo de Santa Maria e as situações de guerra na primeira metade do século XIX. In. WEBER, B. T., RIBEIRO, J. I. **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria, 2010, p. p. 227-243.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (tradução de Emery Ruas). Porto Alegre: Editôra Globo, 1969.

SOIREFFMAN, J. A.. **Appel: pioneiros da imigração alemã em Santa Maria/dados biográficos e históricos, genealogia**. Porto Alegre: [s. n.], 2000.

TRAMONTINI, M. J. **A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na sua fase pioneira 1824-50**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2000.

VARGAS, J. M. As duas faces do coronel Valença. In. WEBER, B. T., RIBEIRO, J. I. **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria, 2010, p. p. 287-321.

_____. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da Elite Política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WITH, M. A. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX.** São Leopoldo: OIKOS, 2008.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo, Brasília: Hucitec, 1995.

ZARTH, P. A. A estrutura agrária. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral); PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). **Historia Geral do Rio Grande do Sul: Império.** Passo Fundo: Méritos, 2006, p. p. 187-212.

Anexos

Anexo 1 – Banco de dados

Dados relativos aos “patriarcas” – 1ª Geração

Nome	Nascimento/local de origem/ Matrimônio/Em SM	F.	Atuação Câmara de Vereadores/ patente militar/ Departamento Terras e Colonização	Profissão	Vinculação religiosa/ Maçonaria/ Associações
(1)João Appel	-/Baviera/Ana Maria de Oliveira/1830	1864	Não/28º Batalhão de Atiradores/ Não (liberal)	Artesão*- Negociante- Proprietário	Protestante/ Não/Não
(2)João Frederico Niederauer	1805-06/ Hessen-Darmstadt / Maria Catharina Klump/1835-36	1892	Não/Não/Não	Negociante- Proprietário	Protestante- Católica/Não/ Sim
(3)Frederico Niederauer	1806/Idem/Sim /1845	1861	Não-/Não	Negociante	Idem
(4)Felipe Leonardo Niederauer	1801/Idem/ Anna Catharina Diehl/1840	1887	Idem	Negociante- Agricultor- Artesão	Idem
(5)Pedro Cassel	1807/Baviera/Sim/ 1837	1885	Não/Não/Não	Artesão/ Negociante	Protestante/Não/ Sim
(6)Francisco Weinmann	1804-/Sim/1837-40	-	Não Não/Não (liberal)	Negociante	Idem/Sim (1874)/Sim
(7)André Beck	-/Izabel Krebs/1837	1877	Idem	Artesão	Idem-/Sim
(8)Pedro Beck	Casado	1863	Não/Sim/ Não	Negociante	Idem/-
(9)João Pedro Höehr	-/Catarina Höehr/1842	-	Não (conservador)/Não/ Não	Negociante	-/Não/-
(10)Otto Brinckmann	-/Marília Bazília Brinckmann/1846-58	1903	Não/Capitão (Brummer)/ Agrimensor	Proprietário/	Protestante-/ Sim
(11)Carlos Brenner	1831/Ellweiler/ Christina Hoffmeister/1858	1904	SimNão/Não Liberal	Artesão	Idem-/Sim
(12)Guilherme Fischer	1835-/Sim/1865	1918	Não/Não/Não (Liberal)	Profissional liberal (boticário)	Idem/Sim/ Sim
(13)João Pedro Lenz	1829-/Sim/1862	1918	Sim(1)/Não/Não	Artesão/ Empresário	Idem/Sim/-
(14)Carlos	-/Juliana Krueh	1854	Não/Não/Não	Proprietário	Idem/Sim/-

Kruel Fº	(Becker)/1846-58				
(15)João Daudt	1834/São Leopoldo/Catharina Haeffner	-	Sim (7)/ Sim (Cap. Guarda Nacional)/Não (liberal)	Negociante	Católico/-/Sim
(16)Matheus Hoffmeister	-/Hamburg-berg/ Sim/1836	-	Não/Não/Não	Artesão	Protestante/Não/-
(17)Antônio Appel	1823/Ober-Haesse/ Sim/1862/Irmão (1)	1915	Não/Sim/Não	Negociante	Protestante/Sim/
(18)Frederico Kessler	1832/Merssched/ Sim/1856	1899	Não/Não/Não	Ourives/ Negociante	-/Sim/-
(19)Júlio Kessler	-	1892	Não/Não/Não	Negociante	Protestante/-/-
(20)João Henrique Druck	1807/Darmstadt 1-Margarida Knewits, 2-Carolina Klaper 1846-1858	-	Não/Sim/ Não	Artesão Agricultor	Protestante/Sim/ Sim
(21)José Alves Valença	1800/Rio Pardo/ Maria Máxima de Oliveira	1866	Sim/Sim/Não Liberal	Proprietário	-/Sim/-
(22)João Frederico Niederauer (Crespo)	-/ Hessen-Darmstadt/ Anna Maria Catharina Neumann/1836	1884- 1889	Não/Não/Não	Negociante	Protestante/-/-
(23)Christiano Kruel	1840/-/ Sim/ 1846-58	-	Sim (3)/Sim/ Não	Idem	-/-/Sim
(24)João Konrado Scherer	1814/Prússia/ Elizabetha Scherer/ -	-	Não/-/Não	Idem	Protestante/-/Sim
(25)João Niederauer Sobrinho	1827/Três Fourquilhas/ Maria Catharina Niederauer/1847/ (4)	1868	Sim (3) Sim/Não	Idem	Protestante- Católico//--

Total de sujeitos: 25

- Indeterminado

Dados referentes aos “herdeiros” – 2ª Geração

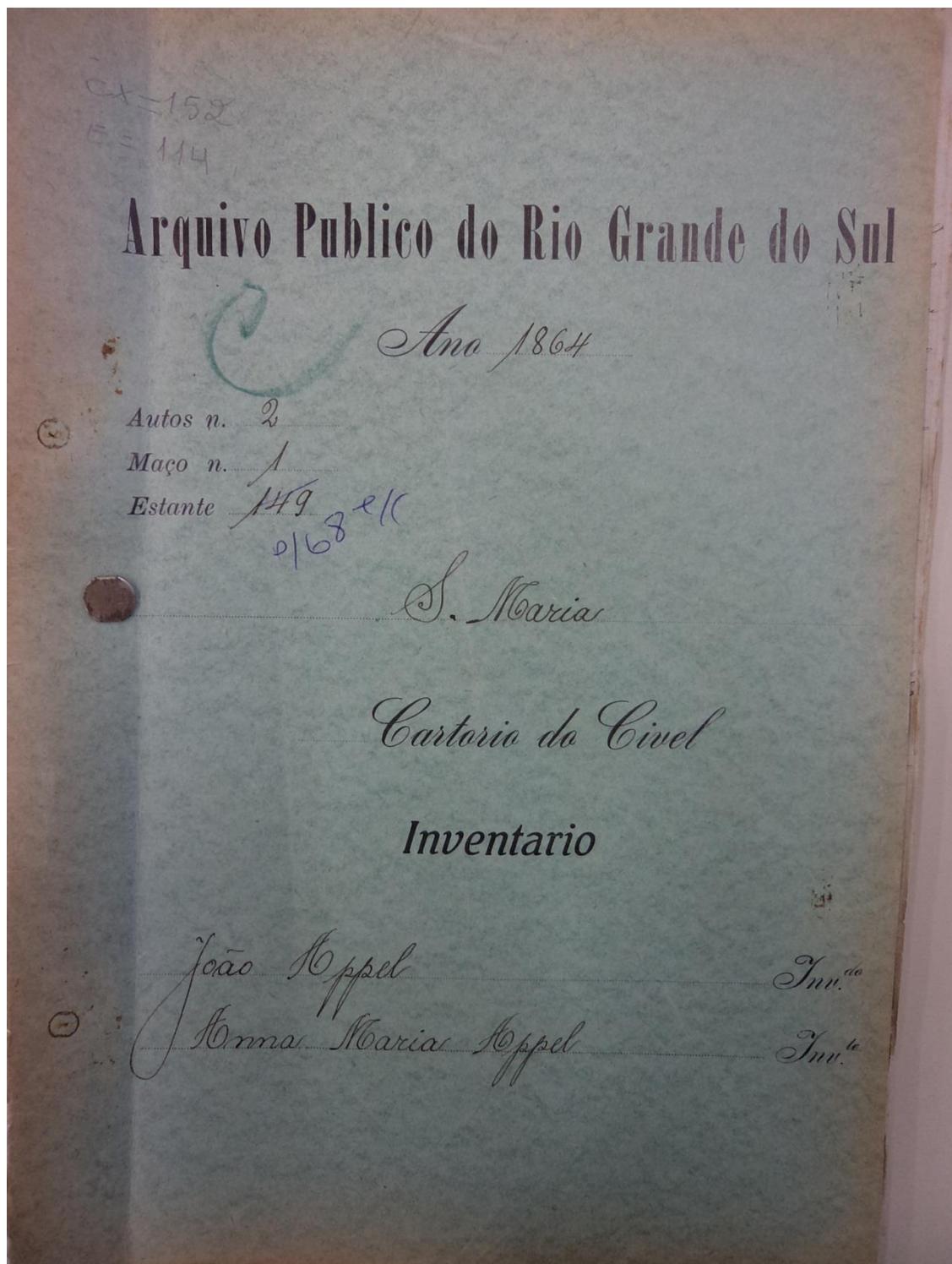
Nome	Nascimento/ local de origem/ Matrimônio/ Filiação	F.	Atuação Câmara de Vereadores/ Intendência Municipal Patente militar/ Departamento Terras e Colonização	Profissão	Vinculação religiosa/ Maçonaria/ Associações
(26)Maximiano José Appel	1832/Santa Maria/Maria Alves Valença/(1)	1900	Sim (3) / Sim/Sim/ Não liberal	Negociante	Protestante /Sim/ (2)/
(27)João Pedro Niederauer	1830/Três Fourquilhas/Theresa Perea Carpes/ (2)	1912	Sim (2)/Não/ Sim (2)/Não	Ourives/ Lavrador	Protestante- Católico
(28)João Batista Niederauer	1847/SM/Christiana Weinmann/Idem	1927	Sim (1)/Não/ Sim/Não	Negociante	Protestante/ Sim/-
(29)João Frederico Egdio Niederauer	1833/São Leopoldo/Não/Idem	1903	Sim (1)/Não/ Sim/Não	Artesão	Idem
(30)Ildefonso Brenner	-/Luiza Niederauer	-	Não/Sim (1)/ Não/Não Liberal/Oposição	-	Protestante/- /Sim
(31)Martins Höehr	1837/RS/Ana Maria Niederauer (22)/ (9)	1894	Não/Sim Sim/Não Conservador/PRR	Proprietário	-/-/-
(32)Frederico Guilherme Niederauer	1841/São Leopoldo/Sim/ (3)	1896	Sim (2)/Não/ Sim/Não	Artesão	Católico/- /Sim
(33)Carlos Henrique Niederauer	1846/Santa Maria/Sim/Idem	1875	Não/Não Sim/Não	Idem	Idem/-/-
(34)Frederico Augusto Niederauer	-	-	Não/Não/ Sim/Não	Idem	Idem
(35)João Daudt Fº	1858/Santa Maria/ Haide Daudt/(15)	1948-55	Não/Sim/ Não/Não Liberal/Oposição	Profissional liberal (farmacêutico)/ Proprietário/ Empresário	Católico/- /Sim
(36)Pedro Brenner	1831/-/Sim/-	-	Não/-/ Sim/Não Liberal/Oposição	Lavrador	Protestante
(37)Ernesto Beck	1841/Santa Maria/ Sim/(7)	-	Sim (1) / Sim Republicano/ Sim/Não Conservador/PRR	Negociante	Idem/ Sim
(38)Matheus Hoffmeister Fº	1846/Santa Maria/- (16)	-	Não/Não Sim/Não	-	Idem
	1847/Santa Maria/	-	Sim (5) /Sim/ (1)	Negociante	Idem-

(39)Pedro Weinmann	Sim/(6)		Sim/Não Liberal/Oposição		Protestante/ Sim/Sim
(40)João Appel Fº	1840/Santa Maria/Sim/(1)	-	Não/Não/ Sim/Não Liberal/-	Carpinteiro	Protestante/ /-
(41)André Beck Fº	1850/Santa Maria/ Sim/(7)	-	Não/Não/ Sim/Não	Artesão	Protestante/ -/-
(42)Henrique Hoffmeister	1831/Santa Maria /Sim/(16)	-	Não/Não/ Sim/não	Carreteiro	Protestante
(43)Henrique Pedro Scherer	1845/-/Sim/ João Konrado Scherer	-	Sim(2)/Sim(2) /Sim/Não Conservador/PRR	Artesão	Protestante/ /-
(44)Pedro José Cassel	1846/Bom Jardim/ Sim	-	Sim (1)/Não Não/Não Liberal/-	Negociante	Protestante/ /Sim
(45)Adolpho Otto Brinckmann	-/-/Sim/(10)	-	Não/Não/ -/Não -/Republicano	Profissional Liberal	Idem/-/Sim
(46)Cândido Brinckmann	Idem	-	Não/Não/ -/Não -/Republicano	Idem	Idem/-/Sim
(47)Germano Hoffmeister	-/-/(16)	-	Sim (1)/Não/ Não/Não	-	Idem /Sim/-

Total de sujeitos: 22

Soma das duas gerações: 47 sujeitos.

Anexo 2 – Inventário de João Appel



4

Nos Naveiros assignados por
 Appel N.º 1. José Altes Johnson por
 Avaliadores nomeados por multa
 Commissão de massa Maij e Segreda
 mar e Luchado de Licença por
 Eschimento de massa Maij e Segre Ju
 ao Appel, havendo a avaliação de
 bens do local de mesmo nome de quaes pa
 mestados bello e inventariados massa
 de mar e Luchado Maximiano José Appel
 de bens de terras deito e examinada
 ao mesmo tempo de quaes a seguir as
 tabelas seguintes

Mercis

Uma mobilia de quizerind avaliada em
 seis centos mil reis
 Um talher de prata e mais um
 charcho de pur estana de avali
 cado em quatro centos mil reis

600.000
 400.000
 1.000.000

Imoveis

Um estero de couro de mar de 1000
 de idade vinte e sete annos avaliada
 em um conto de reis
 Um estero de couro de mar de 1000
 de idade vinte e seis annos avaliada em um
 conto de reis
 Um estero de couro de mar de 1000
 de idade vinte e sete annos ara
 lidade

1.000.000
 1.000.000
 1.000.000
 1.000.000

Transp. 3.000.000 avaliado em um Conto

1.000.000 de Reis

Um escravo branco de nome Jacinto idade vinte annos avaliado em

1.000.000 um Conto de Reis

Um escravo branco de nome José idade quinze annos avaliado em

500.000 um Conto de Reis

Um escravo branco de nome João idade quinze annos comprado a Claudia Maria Chacá avaliado

700.000 em noventa e cinco mil reis

Um escravo branco de nome Pedro idade oito annos avaliado em

200.000 setenta e cinco mil reis

Um escravo branco de nome Thomaz idade oito annos no nome

700.000 em avaliado em setenta e cinco mil reis

Um escravo branco de nome Tomaz idade de setenta e cinco annos

600.000 avaliado em setenta e cinco mil reis

Um escravo branco de nome Thomaz idade de setenta e cinco annos

600.000 em avaliado em setenta e cinco mil reis

Um escravo branco de nome Jeronimo idade quatro annos no nome

450.000 avaliado em quatro e setenta e cinco mil reis

Um escravo branco de nome Eugenio idade quatro annos no nome

450.000 avaliado em quatro e setenta e cinco mil reis

10.400.000

Transp. 3.000.000

Um escravo

idade

no nome

avaliado em

um Conto de

Reis

Um escravo

idade

avaliado em

500.000

um Conto de

Reis

Um escravo

idade

avaliado em

700.000

em noventa e

cinco mil reis

Um escravo

idade

avaliado em

200.000

setenta e cinco

mil reis

Um escravo

idade

avaliado em

600.000

em setenta e

cinco mil reis

Um escravo

idade

avaliado em

600.000

em setenta e

cinco mil reis

Um escravo

idade

avaliado em

450.000

avaliado em

quatro e

setenta e

cinco mil reis

Transp. Pais Santos e quatro Santos mil reis : 4000000
 Uma escrava crioula de nome Tholentina
 e idade quarenta annos avahada em
 um cento e setenta e cinco mil reis
 Uma escrava crioula de nome Rosa de
 idade vinte e cinco annos poude uma
 e avahada em um cento
 e setenta mil reis 1.000000
 Uma escrava crioula de nome Julia e
 idade vinte annos avahada em
 um cento e setenta mil reis 1.000000
 Uma escrava crioula de nome Maria
 na idade quarenta annos avaha
 da em dois setenta mil reis 600.000
 Uma escrava crioula de nome Feres
 terra e idade vinte e cinco annos
 avahada em um cento e setenta mil reis 1.000000
 Uma escrava crioula de nome Delli
 na idade oito annos avahada
 em cento e setenta mil reis 800000
 Uma escrava crioula de nome
 Cecilia e idade setenta annos a
 vahada em dois setenta mil reis 600.000
 Uma escrava crioula de nome Julia
 Lisa e idade quatro annos avaha
 da em quatro setenta e cinco mil
 reis 450000
 Uma escrava crioula de nome Lu
 zilia e idade vinte annos avaha
 da em um cento e setenta mil reis 1.000000
 Uma escrava crioula de nome Maria e idade
 oito annos avahada em cento e setenta mil reis 800.000
 Total 18.400.000

Transporte
18.500,000

Quatrocentos e sim mil reis
Uma escrava Preta de nome Tereza
Uma idade quatro annos mais ou
menos vestida em quatro dentes

450,000

e sim conta mil reis
Com Sinhio moço da Corrente qua-
trage dentes seis dentes e um mil setto
dentes e setenta reis

14.607,780
33.154,780

Somma trinta e tres contos sim-
to e sincoenta e um mil setto den-
tos e setenta reis

De raiz

Uma Casa Com mirante sita na
rua do Comercio desta villa Com si-
tosta palmas de frente ao sul e
quatro Competentes ao norte Com
quintal de casa e Cozinha a retia
de tudo em oito contos de reis

8.000,000

Uma morada de Casas Com loggia
aproximada sita na mesm. rua
Com cinco e vinte e oito palmas pouco
mais o menos de frente ao sul e
quatro Competentes ao norte Com
de tres banhos seus proprios para
almagarm do Comercio e um lomo
para moradia, cuja morada de la-
yas de Sinch. bella e este Com
serviçad. de D. João Feliciano, a
vestida em duas contos e oito den-
tos mil reis

2.800,000

Uma morada de Casas Com Sinch. lomo
Com saccho de chadras sita na rua

7.957,400

na rua
senta e tr
te ao m
dos Com
quintal
40 Contos
Uma Casa
rua de Con
axa hoje
da por
miano Jo
palmas de
is em m
Competent
cito senta
Uma morad
tas nosta
to, á casa
mandado
de Sinch.
a Casa de
ao norte de
Contigua
sua deves
mais o me
ao Sul a th
proximo a
de Sinch. lomo
contos de reis
Somma es
em sincoenta
dentes Simco
dentes e cin
dezena de re

transporte
54.154.780

cincoenta e sette contos sette sentos e
cincoenta e um mil setto sentos e
oitenta reis.

Dividas alias

1^o: 669.765

Manuel Francisco da Silva Casachio
Dire ao Real do inventario e a
importancia de doze contos seis den-
tos e setenta e um mil setto den-
tos e setenta e seis reis e ses-
ta e duas avoas que compron-
do mesmo inventario de an-
to e seis de Setembro de mil
e oitenta e setenta e tres como
consta de tres documentos e de
terceiro no valor de quinze conta-
dos e trinta e um mil e quinhentos
e noventa e tres e quatro avoas na data
de seis de Setembro de mil e oitenta
e setenta e tres e de Margas
Dire ao Real do inventario e a
importancia de quatro contos

400.000

mil reis de Capital de um do-
cumento existente de mesmo
tornou ao inventario de mil e
setenta e tres e de mil e
trezentos e setenta e tres.

Joze Mattos, Dire ao Real
do inventario e a importancia
de dois contos e quinhentos mil
reis

2.500.000

53.33/105 48

10.000.000

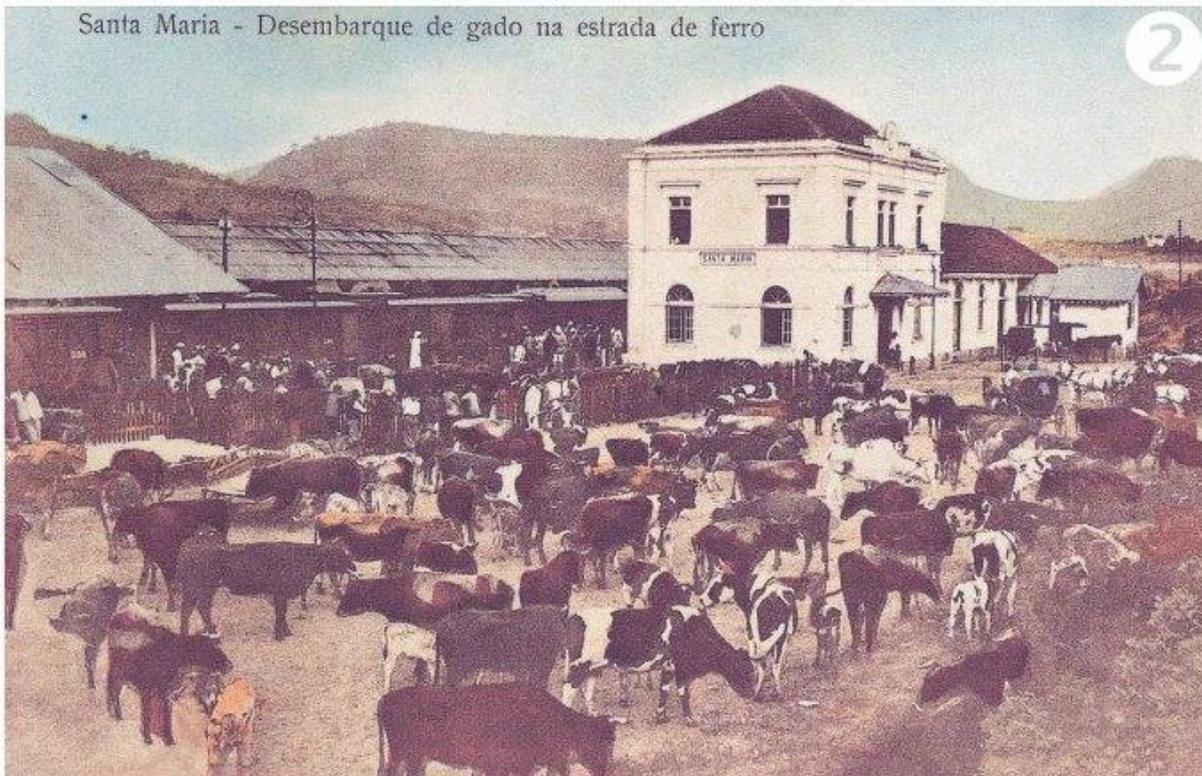
de um conto e setenta e tres mil
e quatrocentos e noventa e tres
e quatro avoas

1110
vair por
to que
invent
tudo
ta e he
Antonio
ra Pa
Luis
e qu
tos reis
to que
de um
aito de
Liberio
Jose
a impo
quarent
Arroto
da parte
villã a q
mesmo
de inven
tra quan
mesmo
far e tal
as ordens
document
to e tres
mil oit
e tres.
Joze
Dire ao
a impo
setenta

Anexo 3 – A Santa Maria dos trilhos



Santa Maria - Desembarque de gado na estrada de ferro



Anexo 4: Capitão e agrimensor Otto Brinckmann



Anexo 5 – O negociante Felipe Leonardo Niederauer, pai do Coronel João Niederauer Sobrinho.

